

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**Renata Blessmann Ferreira**

**VOZES DE UMA GENTE INVISÍVEL:** o jornal Boca de Rua como promotor do  
letramento, da autoria, da cidadania e da visibilidade social

**PORTO ALEGRE  
2019**

**Renata Blessmann Ferreira**

**VOZES DE UMA GENTE INVISÍVEL: o jornal Boca de Rua como promotor do letramento, da autoria, da cidadania e da visibilidade social**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Magali Lopes Endruweit

**PORTO ALEGRE  
2019**

CIP - Catalogação na Publicação

Blessmann Ferreira, Renata

VOZES DE UMA GENTE INVISÍVEL: o jornal Boca de Rua como promotor do letramento, da autoria, da cidadania e da visibilidade social / Renata Blessmann Ferreira. -- 2019.

244 f.

Orientadora: Magali Lopes Endruweit.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Agência de letramento. 2. Intersubjetividade. 3. Enunciação. 4. Etnografia. 5. Escrita. I. Lopes Endruweit, Magali, orient. II. Título.

**Renata Blessmann Ferreira**

**VOZES DE UMA GENTE INVISÍVEL: o jornal Boca de Rua como promotor do letramento, da autoria, da cidadania e da visibilidade social**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Magali Lopes Endruweit

Porto Alegre, 25 de outubro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Paula Ávila Nunes  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPG em Estudos de Linguagem)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lucia Mury Scalco  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG em Antropologia Social)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Margarete Schlatter  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG em Letras)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Magali Lopes Endruweit  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG em Letras)

Ao Boca.

## **Os ninguéns**

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não têm cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Eduardo Galeano, em *O Livro dos Abraços*

## RESUMO

Neste estudo, aponto de que forma o jornal Boca de Rua, periódico trimestral produzido e vendido pela população em situação e trajetória de rua de Porto Alegre há 18 anos, se constitui como uma agência de letramento para aqueles que integram o projeto. Com base em uma etnografia do grupo, apresento os eventos e as práticas de letramento envolvidos na produção do jornal de acordo com o contexto social, histórico e cultural daqueles que vivem, estão ou ficam nas ruas. Para isso, recorro a procedimentos metodológicos como observação-participante, anotações em diário de campo e análise documental, de forma a me aproximar da visão de seus participantes, quer por aquilo que deixam expresso em suas falas, quer por aquilo que deixam entrever em suas ações. Para a leitura dos dados, este trabalho se funda centralmente na Linguística enunciativa de Émile Benveniste, para quem a língua é condição de existência do homem, que sempre nela se inscreve de forma intersubjetiva, e nos Estudos de Letramento, segundo o qual a língua é uma prática social situada que muda de acordo com o interlocutor e o propósito comunicativo. Tomando como base tal aparato teórico e a pesquisa em campo, a dinâmica das reuniões do Boca de Rua é pensada a partir de três tópicos principais, que põem em foco o protagonismo da população em situação ou trajetória de rua na construção do projeto: 1) ele é regido por regras definidas democraticamente pelos integrantes; 2) ele se organiza a partir do relato de seus participantes; 3) ele se estrutura a partir da divisão em grupos, cuja temática reflete alguma demanda trazida durante as reuniões. Cada um desses pontos é analisado sob o enfoque enunciativo, entendendo que a ação efetiva em práticas sociais de leitura e de escrita só é possível através de uma língua que demanda que cada um se construa como sujeito no discurso tendo em vista o outro diante de si. Com este estudo, busco contribuir com a divulgação de conhecimentos sobre a população em situação e trajetória de rua, principalmente no que toca à forma como atuam em práticas sociais de leitura e escrita e como lidam com o mundo da cultura escrita.

**Palavras-chave:** Agência de letramento. Intersubjetividade. Jornal Boca de Rua.

## ABSTRACT

In this study I point out the way in which the newspaper Boca de Rua, a journal issued every three months which is made and sold for 18 years by the population living in and roaming the streets of the city of Porto Alegre, establishes itself as a literacy agency for those that are a part of the project. Based on a group ethnography, I present the events and literacy practices involved within the making of the newspaper in accordance with the social, historical, and cultural context of those that live, are, or stay on the streets. For that purpose I resort to methodological proceedings, such as active observation, field journal notes and data analysis, as a way to get closer to the participants' points of view, be it by what they express through speech, or by what they let show through their actions. The data analysis of this work is centered on the enunciative Linguistics of Émile Benveniste, to whom language is a condition for humankind's existence as we know it, since people always inscribe themselves intersubjectively through the use of language, as well as on the Literacy Studies, in which language is a situated social practice that changes according to the interlocutor, and the communicative purposes. Using the aforementioned theories and the field research, the dynamic of the Boca de Rua's meetings was decided from three main topics that put in focus the protagonism of the population living in or roaming the streets in the construction of the project: 1) the project's rules were democratically decided by the participants; 2) the project is organized from the participant's testimonies; 3) the project is structured through a group division, in which the themes reflect the demands brought up during the meetings. Each of these topics is analyzed under an enunciative perspective that understands that the effective action in social practices of reading and writing is only possible through a language that demands that each person constitutes themselves as a subject in speech, opposed to another person before them. With this study I aim to bring attention to the population living in and roaming the streets, especially on the matter of how they perform in social practices of reading and writing, and how they deal with the world of written culture.

**Key words:** Literacy Agency. Intersubjectivity. Boca de Rua Newspaper.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	O direito de ir e vir e permanecer .....	33
FIGURA 2	A democracia e a conquista de direitos .....	58
FIGURA 3	Quando a escola é uma morada .....	60
FIGURA 4	A primeira capa a gente nunca esquece .....	70
FIGURA 5	Um galpão não é só um galpão .....	71
FIGURA 6	Essas são as vogais .....	151
FIGURA 7	Minha vida dá um jornal .....	154
FIGURA 8	Saúde de gente não é lixo .....	160
FIGURA 9	Olha meu nome aqui! .....	164
FIGURA 10	Leitor fala... besteira! .....	168
FIGURA 11	Programa novo, proposta velha .....	171
FIGURA 12	Se morar é um privilégio, ocupar é um direito! .....	174
FIGURA 13	Com que roupa eu vou? .....	176
FIGURA 14	Direito bom é direito pra todos .....	177
FIGURA 15	Quem tem fome de pastel? .....	181
FIGURA 16	Hoje tem festa da rua! .....	181
FIGURA 17	Cinema pra ver e se ver .....	182
FIGURA 18	O cinema é nosso! .....	183
FIGURA 19	O melhor de mim .....	185
FIGURA 20	Gente sem casa; casa sem gente .....	188
FIGURA 21	É prezado ou lesado presidente que se diz? .....	199
FIGURA 22	Porto Alegre cabe na mão .....	205
FIGURA 23	Fala que eu te escrevo .....	212

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Ajurs-RS	Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CEP/UFRGS	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Ciamp-Rua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CME	Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre
CMET	Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONGEMAS	Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centros de Referência em Assistência Social
CREAS	Centros de Referências Especializados em Assistência Social
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPA	Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FESC	Fundação de Educação Social e Comunitária
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Economia e Estatística
INSP	International Network of Street Papers
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MAPR	Movimento Aquarela da População de Rua
MDM da Rua	Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MNPR/RS	Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul
MPF	Ministério Público Federal
NTE	Núcleo de Trabalho Educativo
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPP	Projeto Político Pedagógico
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAIA	Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento
SEJA	Serviço de Educação de Jovens e Adultos
SESRUA	Serviço de Educação Social de Rua
SIMPA	Sindicato dos Municipários de Porto Alegre
SindBancários	Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região
SindiPetro/RS	Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SOE	Serviço de Orientação Educacional
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## **APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## SUMÁRIO

<b>ANO XVI, número 63, abril, maio, junho 2017: o começo da jornada.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>SOBRE BOCAS E TRIDENTES: quando a rua começa a falar .....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Onde resistem existências .....</b>	<b>21</b>
1.1.1 Ruas das cidades: povo de falta, povo de direitos .....	22
1.1.2 Ruas da cidade: o perfil da população adulta em situação de rua de Porto Alegre .....	34
<b>1.2 Onde existem resistências .....</b>	<b>49</b>
1.2.1 O Movimento Nacional da População de Rua .....	50
1.2.2 A Escola Porto Alegre .....	59
1.2.3 A Alice e o Boca de Rua .....	68
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>PELO GRITO DOS SILENCIADOS: a subjetividade de quem é da rua .....</b>	<b>80</b>
<b>2.1 A produção de si mesmo como condição humana .....</b>	<b>81</b>
<b>2.2 Um mundo da cultura escrita para todos .....</b>	<b>94</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>PARA HUMANIZAR O TERRITÓRIO: reflexões de uma etnógrafa em construção .....</b>	<b>112</b>
<b>3.1 Olhar é sempre interpretar.....</b>	<b>113</b>
<b>3.2 A vida é um teatro.....</b>	<b>121</b>
<b>3.3 A mão do outro.....</b>	<b>134</b>
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>CRUZANDO FRONTEIRAS, FAZENDO TRAVESSIAS: de moradores de rua a jornalistas .....</b>	<b>141</b>
<b>4.1 Nosso mundo, nossas regras .....</b>	<b>144</b>
<b>4.2 O Boca fala é de nós! .....</b>	<b>158</b>
<b>4.3 Um jornal se faz falando .....</b>	<b>194</b>

<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>NAS MARGENS DA VIDA, NOS LIMITES DA LÍNGUA:</b> de como escrever é existir .....	218
<b>ANO XVIII, número 72, julho, agosto, setembro 2019:</b> uma jornada sem fim .....	225
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	229
<b>APÊNDICE</b> .....	241



**ANO XVI, número 63, abril, maio, junho 2017: o começo da jornada<sup>1</sup>**

Este trabalho fala sobre o Boca de Rua, mas sua maior intenção é deixar o Boca falar. A escolha por esse tema é resultado de uma admiração mais ou menos longínqua: retoma a minha própria infância, quando conheci o jornal através da minha mãe. Naquela época, apenas com as edições em mãos, mas sem conhecer seus autores, admirava uma imagem nebulosamente comum de homens e mulheres pobres, moradores e ex-moradores de rua, que abdicavam de algumas horas de suas vidas pessoais para a construção de um jornal como forma de resistência. Anos passados, abstrações mantidas, considere que, mais do que a admiração dos que caminham pela região central da cidade (onde os jornais são vendidos, em grande parte), um trabalho tão frutífero quanto esse devesse ser posto à luz da academia, para mostrar a tal universo o que pessoas comuns têm feito para fazer resistir sua existência.

O encontro real com os autores do jornal me fez perceber, entretanto, a complexidade existente por trás de tantas generalizações: são homens e mulheres, mas a pobreza não é necessariamente sua característica mais evidente. São moradores e ex-moradores de rua, mas isso não os coloca em um mesmo patamar social nem entre eles próprios. Abdicam de seu tempo pessoal, mas a resistência não é exatamente o que mantém todos no grupo. Conhecê-los na fala e não somente na escrita me fez perceber tais questões e, tão importante quanto elas, a linha tênue entre fazer este trabalho só para benefício próprio ou também como maneira de abrir mais um espaço de voz para eles. A universidade precisa saber o que moradores e ex-moradores de rua têm produzido para se aproximar daqueles sobre quem também importa pensar. Além disso, partir das formas com que as vozes marginais se fazem ouvir possibilita que esse espaço institucionalizado reavalie sua própria forma de produzir conhecimento. Tendo isso em mente, proponho este trabalho. Nele, almejo que uma motivação pessoal fomente uma análise que entendo ser de suma importância para a sociedade, para a academia e também para os jornalistas e jornaleiros do Boca.

A minha história com o Boca remonta ao seu próprio início, em meados de 2000. Contudo, a jornada sobre a qual quero aqui tratar inicia em maio de 2017, quando entrei pela primeira vez no galpão onde ocorrem as reuniões do grupo, na Escola Porto Alegre. Do dia, das nuvens e dos sois pouco guardei daquela tarde de terça-feira, porque ansiava conhecer algo

---

<sup>1</sup>Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me possibilitou a dedicação exclusiva a esta pesquisa através da bolsa de mestrado, e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que me ofertou um ensino público de qualidade, em um Programa de Pós-Graduação avaliado pela CAPES com nota máxima no quadriênio 2012-2016. Este trabalho é, dentro do que lhe cabe, uma resposta àqueles que questionam a importância do investimento no crescimento acadêmico de jovens pesquisadores e a relevância dos estudos feitos nas ciências sociais e humanas.

muito mais desconhecido por mim do que as nuvens e os sois de todos os dias. Naquele dia, conheceria aqueles sobre as quais eu lia nas páginas do Boca e com quem traçaria relações para mim sempre inquietantes, do princípio ao fim deste estudo. Eu era estudante, branca, mulher, de classe média; eles eram jornalistas, em sua maioria negros e homens. Em comum, sua pobreza. Eu tinha nome e sobrenome. Eles? As pessoas não costumam considerar seus nomes: *são* moradores de rua – como se não houvesse nenhum outro predicativo possível a eles.

A verdade é que, em nossa relação, nossas diferenças (as deles para mim, as minhas para eles) sempre foram constitutivas. Frente a um grupo tão distinto de moradores de rua, é difícil argumentar que o que levou a mim e a outras dezenas de alunos a estudá-los não tenha sido algo diferente do prazer pelo exótico. Entretanto, nessa posição, tentei sempre esclarecer, para mim mesma mais do que para os outros, que o meu interesse neles se devia a outros sentimentos, como admiração e orgulho, conceitos tão abstratos como as próprias ideias com as quais fui conhecê-los. Contudo, aquilo pelo qual tenho admiração e orgulho por eles é, em mesma medida, aquilo que os torna exóticos: fugindo de barreiras econômicas, culturais e psicológicas, tais moradores de rua *escrevem*. Há 19 anos, se reúnem semanalmente para escrever um periódico trimestral: o jornal Boca de Rua. Escrever para contar o que seus olhos veem e o que seus corpos sentem; escrever para existir – não para nós, mas para eles próprios. Uma experiência tão subjetiva quanto a escrita é tão inteiramente deles que, a cada chegada de um novo estudante, algumas vozes clamam.

Daquele dia, pouco me lembro. A reunião do grupo se sucedeu como, hoje, vejo que se sucedem todas as suas reuniões: informes da semana, discussões de pauta e apresentações dos novos integrantes enchem em torno de 2h30min de cada encontro. No meu primeiro dia naquele grupo, entre novos moradores de rua e novos estudantes, eu me apresentei e falei da minha história com o Jornal Boca de Rua. Aquele era um momento especial para mim, de quando a gente conhece um escritor do qual gosta e que pensa ser tão inovador. Conhecer aqueles homens e mulheres foi como voltar ao passado, quando, ainda criança, comecei a ler o que escreviam. Conhecê-los foi concretizar a autoria daqueles textos que tanto contribuíram para o meu letramento. Enfim, eu só queria que soubessem que eram importantes – mas eles não precisavam saber disso: eles *eram* importantes, independente do que eu achasse ou falasse.

Falava sobre o quanto era maravilhoso escreverem sobre suas vidas, a partir de suas perspectivas, sobre o quanto eu admirava o seu trabalho – como letrista atenta à concretude, me via sucumbir ao lugar comum de todos os outros estudantes que vi, nos meses que se seguiram, chegando àquele mesmo lugar pela primeira vez. Até que fui interrompida. Rosina, a criadora do projeto, pediu silêncio e perguntou se eles tinham prestado atenção no que eu dissera, pois

algo os distraía, e eles já não mais me ouviam. Rosina repetiu minhas palavras: que eu lia desde a infância o jornal e que agora estava lá, entre eles, pela admiração que sentia pelo seu trabalho. Com novamente o silêncio de todos, finalizei a minha apresentação dizendo que o que me levara até lá era o interesse de trabalhar com eles e com o jornal na faculdade. Aceitaram com acenos de cabeça e algumas palavras esparsas. Começava timidamente ali um “nós”.

Desde aquele dia, fazer parte do grupo me possibilitou entender algumas das dores que constituíam a maior parte daquele “nós”. No dia em que me apresentei e expliquei a minha intenção de produzir um trabalho acadêmico a partir da experiência com o grupo, eu fui logo aceita – sem o mesmo entusiasmo que eu mesma tinha, mas eu não entendia bem o porquê. A aparente indiferença ao meu trabalho logo se explicou: na semana seguinte à minha apresentação, com a presença de outros novos estudantes, fui indagada, no meio da reunião, por um integrante que estava ausente na semana anterior, sobre quem eu era. Nova e brevemente, expliquei minha admiração e minhas intenções ali. O semblante irônico do homem, com um sorriso de canto de boca e algumas palavras perdidas para os companheiros ao lado, anunciava que algo o incomodava. A partir desse e de outros dias em que esse integrante estava presente, pude entender a ironia na presença de um estudante – por algum tempo, na *minha* presença.

No decorrer desses dois anos de jornada com o Boca, muitos estudantes vimos passar por aquele galpão, sempre com o mesmo discurso: a admiração pelo trabalho dos moradores de rua faz com que queiram levar a experiência do jornal para suas faculdades e escolas. Foi por isso que eu também parei lá. Mas e se esse encontro fosse encarado de outra forma? E se fosse o caso de esses estudantes quererem levar à humanidade um povo vulnerável (quicá selvagem?), para lançar luz sobre suas formas exóticas de vida e sobrevivência? Entre uma e outra cena, é difícil distinguir aqueles que querem falar sobre a população de rua para vê-la crescer por suas próprias pernas e aqueles cujas ações são impregnadas de benevolência, compaixão ou qualquer outro nome que se dê para sentimentos assim, que demarcam o lugar do outro para de baixo de nossa guarda.

Eu me via e sempre me vi no primeiro grupo – e acredito seriamente que poucos seriam aqueles que se definiriam de outra forma. Por conta disso, no início do meu trabalho de campo, me atingia pessoalmente a conclusão errônea daqueles que eram contra a participação dos alunos nos encontros: sentia que era a mim que eles negavam acesso, pois também era eu uma intrusa, por mais que tentasse subverter essa posição. Mesmo estando claro o meu lugar secundário na construção de conhecimentos sobre a rua, sempre foi problemático explicar por que aqueles que fazem as engrenagens das máquinas de impressão funcionar não podem fazer o mesmo trabalho que os alunos das universidades. Como dizer a eles, que produzem o jornal

há quase duas décadas, que não podem falar de seu próprio trabalho nos mesmos espaços que os estudantes? Eu contestava internamente a incoerência de tais indagações, cujas respostas para mim pareciam tão óbvias.

O tempo no Boca, porém, foi essencial para entender as mágoas daquelas pessoas: o único espaço de voz verdadeiramente delas era usurpado assim, em sua própria morada, sob seus olhos. Passei a perceber que o olhar inquiridor com que me julgavam no início dessa jornada tinha fundamento, à medida que os meses passavam e novos estudantes apareciam. Foram dezenas deles que vimos naquele galpão entrar: da faculdade e da escola, sozinhos ou em grupos, todos prometeram fazer o seu trabalho e voltar com os resultados. Poucos voltaram, menos ainda ficaram. Quase nenhum abriu suas portas para o Boca falar com suas próprias palavras. A partir dessas situações, eu compreendi o que levava os estudantes a serem recebidos com tantas indagações em algumas reuniões – pois isso dependia muito dos integrantes que estavam presentes. As perguntas contundentes, com as quais eles nunca imaginariam ser recebidos, não eram nada mais do que o reflexo de anos sendo observados, analisados, investigados – enfim, tornados objeto de pesquisa. Era justo que, ao invés de recepção calorosa, tivessem prudente desconfiança. Comecei a me sentir em casa.

Da casa à universidade, o relato que apresento nestas páginas é resultado do convívio com o Boca por mais de dois anos. Nele, me proponho a analisar como o Jornal Boca de Rua funciona como uma instituição onde os participantes se envolvem em atividades que usam ou pressupõem a língua escrita, analisando como acontecem as reuniões e os encontros para a produção das pautas das matérias. Para isso, faço uma etnografia, construída através de observação-participante, anotações em diário de campo e análise documental, por entender que, dessa forma, eu consigo me aproximar do olhar daqueles que integram o projeto, bem como das construções de sentido por eles feitas durante o processo de elaboração do jornal.

Para a composição deste relato, o trabalho foi dividido em cinco capítulos, em que apresento a contextualização do estudo, a reflexão teórica que o norteia, os procedimentos metodológicos utilizados, a análise dos dados gerados durante o trabalho de campo e as considerações finais em relação à pesquisa. O primeiro capítulo, dedicado à contextualização do objeto de estudo, é composto por duas partes. A primeira trata das ruas: primeiro, aquelas partilhadas por todos que têm ou tiveram trajetória de rua; depois, as de Porto Alegre, que servem de morada para alguns dos participantes desta etnografia. No primeiro espaço, discuto as abordagens possíveis frente à vida na rua e apresento um pouco do perfil da população de rua da cidade. Na segunda parte, por sua vez, trato sobre três instituições interessadas em colaborar com a autonomia dessa comunidade: o Movimento Nacional da População de Rua,

movimento importante para a inclusão política e social do povo em situação de rua; a Escola Porto Alegre, escola do município reconhecida por sua acolhida a pessoas em situação de vulnerabilidade; e, por fim, a Agência Livre para Informação e Cidadania, agência que desenvolve projetos de comunicação para populações silenciadas. O primogênito e talvez mais conhecido é aquele voltado para a população de rua: o jornal Boca de Rua.

O segundo capítulo, referente ao aparato teórico no qual me baseei para as reflexões feitas neste trabalho, é dividido em duas seções. Em um primeiro momento, trago a concepção de língua que rege este trabalho, segundo a qual o homem existe na língua sob a condição da intersubjetividade. Assumo, portanto, que aquele que se enuncia produz um duplo movimento: subjetivo, pois se marca em seu próprio discurso, e intersubjetivo, pois assume um interlocutor diante de si. A partir dessa ideia, com a qual se entende que o homem não pode simbolizar senão o *seu* mundo através da língua, parto para o segundo momento deste capítulo, no qual trato sobre questões relativas ao letramento. Reconheço, assim, que aprender sobre como se inserir em práticas sociais que usam ou subentendem o uso da escrita mobiliza necessariamente o aprendizado sobre como se marcar subjetivamente na língua.

Em função das perguntas que orientam este trabalho, que dizem respeito à instauração do jornal Boca de Rua como um espaço onde os participantes se envolvem com o mundo da escrita, parti de uma abordagem que possibilitasse a observação e a análise de um contexto particular. Assim, no terceiro capítulo, dividido em três seções, apresento a metodologia adotada neste estudo, a etnografia, que permite compreender os microcontextos nos quais os indivíduos entram em contato com práticas de letramento. Na primeira seção, faço um breve percurso sobre a etnografia, desde a Antropologia até o seu emprego na Linguística Aplicada. Em seguida, apresento os procedimentos metodológicos adotados, problematizando o fazer etnográfico com uma população vulnerável e a partir de uma posição tão próxima ao grupo. Ao fim, na última seção, exponho algumas indagações e vacilações de que este trabalho foi feito, com a intenção de mostrar que, mesmo amparada em boas referências, lidar com pessoas envolve questões que fogem às nossas leituras.

No quarto capítulo, apresento a leitura que proponho dos dados gerados em meus dois anos em campo, em que aponto para os espaços enunciativos viabilizados no Boca e que colaboram na construção do protagonismo dessa população. Esse capítulo é dividido em três seções, assim segmentado de acordo com os pontos que considere centrais na organização do projeto e com base nas quais traço relações com a visão de língua que me norteia neste trabalho. Na primeira seção, trato especificamente da concepção de um lugar regido por regras pensadas em conjunto, colocando em foco o quanto a apropriação da língua promove um lugar discursivo

único, em que o grupo deve se inscrever subjetivamente na tomada de decisões. Na segunda seção, apresento o momento dos informes, em que o grupo se envolve com textos escritos e com os discursos que envolvem tais textos, pensando que isso é uma forma de se apropriar de uma cultura que não é naturalmente destinada à população de rua, mas que funciona nesse novo contexto por tal cultura ser redesenhada em função dos interesses do grupo. Por fim, na terceira seção, trato da etapa de discussão em grupos de cada pauta, refletindo sobre o quanto esse processo revela diferentes formas que o povo da rua encontra para se inscrever no mundo da escrita, que passam ao largo do domínio obrigatório da tecnologia da escrita.

Por fim, no quinto e último capítulo, apresento os encaminhamentos finais deste trabalho. Partir de Benveniste para pensar o estudo de práticas de letramento abre espaço para novas possibilidades de pesquisa para os que estão interessados em estudar a linguagem em contexto, na medida em que tratar de práticas sociais de leitura e escrita nos impele a tratar de pessoas que se marcam na língua e no discurso, sempre em sua relação com o outro, a sociedade e a cultura. Além disso, com esta pesquisa, tenho a intenção de incentivar a produção e a divulgação de conhecimentos sobre a população em situação e trajetória de rua, principalmente no que se refere a questões sobre a sua relação com a escrita e com o que acontece a partir da escrita, questão ainda pouco abordada quando se trata do povo da rua.

Abrindo e fechando este estudo, manifesto, a partir de dois escritos, algumas das minhas inquietações enquanto pesquisadora, especialmente as que marcaram o início e o fim do meu trabalho de campo. Seus títulos fazem referência, assim, ao número da edição do jornal em que cada momento deste percurso se passou. Essa foi a forma que encontrei de tratar mais especificamente das sensações que vivi durante esse período e que, dado o protagonismo que quero dar à comunidade que acompanhei, não se encaixariam na composição central deste trabalho.



## CAPÍTULO 1

### **SOBRE BOCAS E TRIDENTES: quando a rua começa a falar**

*[...] Dez ou quinze minutos depois, o logotipo estava pronto. Apesar de um pouco respingado pela chuva, era irretocável. Na frente e no final das palavras, destacavam-se sinais de igualdade – o maior desejo de quem clama por justiça. O “De” que unia as duas palavras principais lembrava tridentes de diabo e, também, a autodefinição usada por muitos dos meninos criados sem uma família, nem um teto – “nós somos uns diabos”. E, no centro de tudo, grande e vermelha, uma boca aberta. O dono ou dona daquela boca não estava bocejando, nem cantando: estava gritando. Era uma boca quase idêntica à da figura pintada por Münch no quadro célebre “O grito”. Mas Riquinho nunca tinha visto uma reprodução da obra. Era o grito de Riquinho. O grito daqueles 10 guris e gurias habitantes das praças, das ruas, dos esgotos. Era a boca de todos eles gritando por socorro, gritando em protesto, gritando por dignidade na rua, o único lar.*

Rosina Duarte, em *O Grito* (INTEGRANTES E COLABORADORES, 2017, p. 210)

## **1 SOBRE BOCAS E TRIDENTES:** quando a rua começa a falar

Para melhor escutar o Boca, é preciso escutar o que as ruas têm a dizer. Porém, para o início desta conversa, abro o espaço para outros agentes e instituições interessados na população que vive na rua, quer para entendê-la melhor, quer para garantir a ela seus direitos constitucionais. Assim, neste capítulo primeiro, traço algumas considerações sobre as ruas das cidades, discutindo a abordagem adotada para tratar daqueles que nelas vivem e, em seguida, apresentando alguns dados a respeito das ruas de Porto Alegre, no intuito de humanizar aqueles que constituem essa comunidade ao mostrar um pouco do contexto de suas vidas.

Após, para aproximar esta contextualização aos espaços particularmente relevantes para o grupo com o qual convivi nesta etnografia, apresento o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), movimento que se mostrou, ao longo desta pesquisa, central na luta da população de rua, e a Escola Porto Alegre, local onde pessoas em situação de vulnerabilidade social encontram acolhimento e ensino. Ao fim deste percurso inicial, conto um pouco da história da Alice, a pequena menina que simboliza a Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação, que dá vida a inúmeros projetos de comunicação. Entre tantos, o jornal Boca de Rua.

### **1.1 Onde resistem existências**

São inúmeras as reflexões teóricas já produzidas em torno da população em situação de rua, que condizem com a complexidade própria do viver nesse ambiente. Encadeadas, questões ligadas à pobreza, à exclusão social, ao capitalismo e à ação institucional dão forma às existências que resistem nesse espaço e que marcam muito singularmente seus modos de nele viver. Em contrapartida, se torna cada vez mais manifesta a necessidade de aproximar tais teorizações com as práticas de quem está em situação ou tem trajetória de rua, à medida que essa população, através da construção de políticas públicas voltadas para si, alcança maior visibilidade política e social.

Nas páginas que seguem, portanto, apresento algumas discussões empreendidas em torno da população de rua, tematizando desde nomenclaturas e definições adotadas até questões anteriores a isso, como a sua relação com a pobreza, o trabalho, a marginalização e a cultura da rua. Após esse primeiro momento, passo a voz, ainda intermediada, à população em situação de rua, cujo perfil foi traçado por pesquisas recentes feitas em Porto Alegre, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para nos aproximarmos de quem são os protagonistas

desta pesquisa. Feitos por sociólogos, antropólogos e cientistas sociais, procuro, desde já, ao recorrer a tais reflexões e estudos, iniciar uma conversa que pretendo empreender ao longo deste trabalho e que acredito ser tão profícua quanto necessária para esta etnografia, que quer tratar do homem, sobretudo do homem *na língua*.

### 1.1.1 Ruas das cidades: povo de falta, povo de direitos

*Pobre sofredor, sofredor da rua, mendigo, sem teto, sem domicílio fixo, morador de rua, povo da rua, povo sem casa, população de rua, população moradora de rua, pessoa em situação de rua, população em situação de rua, população com trajetória de rua.* São inúmeros os termos já utilizados para nos referirmos àqueles que vivem uma situação-limite de pobreza, para quem a rua foi a última paragem que restou (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992; MELO, 2013). Escolher um único termo para representarmos quem tem as ruas como local de relevância para definir sua existência não é simples: a própria diversidade de expressões faz notar a importância dada às categorias de classificação e, em mesma medida, a dificuldade para delimitar e definir aquilo que lhes é inerente. Isso não é em vão: embora muitas dessas denominações se sobreponham ou se confundam, entre elas existem nuances que deixam à vista as diferentes formas como tais indivíduos foram tratados e representados socialmente no decorrer da história e de cada sociedade (SCHUCH *et al.*, 2008b). A criação de qualquer categoria classificatória produz um duplo movimento, pois, se, de um lado, propicia um espaço de visibilidade, por outro, essa visibilidade é construída sob estigmas e reduções que não dão conta de mostrar que a população com trajetória de rua é resultado de uma inserção particular em um espaço de relações em que tanto processos históricos quanto as próprias categorias de classificação são atuantes. Assim,

Embora populações sem paradeiro fixo, andarilhos, miseráveis e necessitados de ordens diversas tenham sido constantes na história do mundo, a forma de concebê-los e os significados relacionados a sua existência não são homogêneos, assim como também não o são os próprios modos de vida, as trajetórias, práticas e concepções de mundo dos sujeitos colocados nessa situação social. (SCHUCH *et al.*, 2008b, p. 13)

O fato de existirem nomenclaturas múltiplas para tratar dos mesmos indivíduos evidencia justamente que é esse caráter relacional, entre as práticas específicas de cada pessoa e os modos de intervenção institucionais com que o Estado lidou e vem lidando com elas, que produz diferentes termos (SCHUCH, 2007). O viver a rua, assim, nem sempre foi percebido da mesma maneira. No Ocidente moderno, por exemplo, políticas médico-sanitaristas, higienistas e urbanísticas foram tornando a rua um local que, idealmente, deveria ser de circulação muito

mais do que de permanência (SHUCH *et al.*, 2008b), sendo considerados fora da norma social todos aqueles que permaneceram usufruindo da rua como espaço de habitação e de existência (SCHUCH; GEHLEN, 2012). Contudo, uma vez que as origens, trajetórias e experiências eram singulares a cada um, também o tratamento despendido a eles precisava ser diferente, pois a sociedade percebia distintamente o que os motivava a ocupar a rua.

A marginalização, dessa forma, se configura como resultado de um longo processo de precarização, não podendo ser abordada somente em sua relação com a pobreza. Embora seja incontestável que a pobreza faça parte da dinâmica de marginalização, a leitura desse processo em termos unicamente econômicos não corresponde ao que acontece efetivamente. Além de ela nem sempre ser considerada um problema social<sup>2</sup>, a pobreza não informa muito sobre a heterogeneidade de quem vive às margens: da mesma forma como a certas categorias de indigentes era tolerada a assistência, sendo aceita inclusive a mendicância, a outros, igualmente pobres, não cabia um tratamento semelhante. A esses, os vagabundos, restava a marginalização (CASTEL, 1997). É nesse sentido que o acesso a recursos econômicos não deve ser tomado como único esteio para delinear as situações marginais. Em associação à pobreza, a relação com o trabalho e a inserção em redes relacionais são dois pontos fundamentais para traçar a integração social desses indivíduos, pois as situações de marginalização aparecem quando ocorre o processo de desligamento justamente dessas duas esferas.

Da relação entre trabalho e família e pobreza, que muito tem ligação ao tempo vivido na rua, emergem três zonas de gradação de vínculos, cujas fronteiras não são claras nem mesmo para aqueles que passam por esse processo. Nessa escala, na primeira zona, de integração, há um trabalho estável e uma forte inserção relacional; na segunda zona, de vulnerabilidade, o trabalho já passa a ser precário, e a inserção relacional se torna mais frágil; por fim, na terceira zona, de desfiliação<sup>3</sup>, o indivíduo perde totalmente o vínculo com o trabalho e com seus próximos. O personagem típico da última zona é o vagabundo, aquele que, no limite da zona de desfiliação, não trabalha (mesmo podendo) nem tem nenhum pertencimento comunitário. Como consequência, ele se isola socialmente e se torna errante. Diferentes dele, os indigentes inválidos são pessoas que, por sua condição física, idade ou relação familiar, igualmente não trabalham (porque não podem), mas, por terem moradia fixa, são normalmente conhecidas pela

---

<sup>2</sup>Até o século XIX, em muitas sociedades europeias, existia uma forma de pobreza integrada, que fazia com que as condições de vulnerabilidade econômica vividas por camponeses e artesãos não fossem encaradas como um problema para as suas comunidades (CASTEL, 1997).

<sup>3</sup>Ciente das inúmeras situações que são, apesar de sua heterogeneidade, definidas como de exclusão, Castel (2000) defende o uso do neologismo “desfiliação”, termo que caracteriza “uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis” (CASTEL, 2000, p. 24).

comunidade. Para esses, é criada uma quarta zona: a zona de assistência, em que a comunidade provê um suporte social. Apesar da pobreza extrema em comum, o tratamento recebido por vagabundos e indigentes é totalmente oposta: a proteção só é possível aos segundos, sendo os primeiros rejeitados e estigmatizados (CASTEL, 1997). Se percebe, assim, que

O critério de diferenciação entre o pobre “merecedor” e o pobre “vagabundo”, como não poderia deixar de ser, é o trabalho, que a história social ocidental elegeu como base moral da ordem e do progresso da sociedade. Assim sendo, a prática da mendicância aparece como legítima apenas em certos casos ou por determinado tempo. As crianças, enquanto dure sua aparência de inocentes, e os deficientes físicos são legítimos portadores do dom da boa consciência e da afirmação da ordem que o “cliente” troca ao doar a esmola (MAGNI, 2006, p. 51).

Assim, não passa despercebida a dinâmica entre assistência e repressão para distinguir os que estão fora da norma. Por não poderem trabalhar, crianças, velhos, doentes e inválidos são considerados “bons pobres”, a quem a comunidade deve assistência; aqueles que têm plenas condições físicas para o trabalho, mas não o exercem, são tomados como “maus pobres” ou “vagabundos de primeira linha”, sendo, portanto, objeto de repressão (CASTEL, 1997). No contorno entre bons e maus pobres, calcado no ideal do trabalho, é também relevante a noção de pertencimento comunitário, uma vez que a caridade não deve ser para todos, mas apenas para os próximos. Assim, a pessoas estrangeiras e sem domicílio, por não fazerem parte da comunidade, resta igualmente a repressão, que intensifica a não fixação de andarilhos, viajantes e nômades (CASTEL, 1997).

A dinamicidade por trás desse processo deixa em evidência, por sua vez, o quão tênue é o pertencimento em uma ou outra zona, pois o acidente na biografia de cada um pode facilmente levar da integração à vulnerabilidade, ou da vulnerabilidade à desfiliação e à invisibilidade social. Nesse horizonte, por conta dos laços relacionais fragilizados e da precariedade do trabalho, aqueles que vivem na zona de vulnerabilidade estão diariamente frente a frente com a possibilidade de caírem para a zona de desfiliação, ampliando a entrada na marginalidade. Os motivos que levam cada indivíduo a ocupar as ruas são inúmeros, mas, mesmo a rua sendo um local existencial e simbólico tão heterogêneo, se deve procurar perceber o que todos eles têm em comum, lançando mão de novas categorizações, já que as utilizadas tradicionalmente reificam a estigmatização da vida na rua. Por isso,

[...] parece ser mais interessante a operação que consiste em se perguntar o que esses grupos **têm em comum**, que os fazem participar de uma **mesma condição** de miséria. [...] Eles “chegam aí” por caminhos diferentes, em seguida a uma perda econômica ou a um drama familiar, a uma infância desastrosa, ou a um acidente, ou a uma doença, ou, ainda, a uma desqualificação profissional, ou a dificuldades psíquicas... – de fato, geralmente, em decorrência de várias dessas razões ao mesmo tempo. Mas ao invés de nos fixarmos em multiplicar os rótulos, faz mais sentido estabelecer um corte

**transversal** no processo que cavou em torno deles um vazio social. (CASTEL, 1997, p. 34-35, grifos do autor)

Em um cenário em que a desfiliação é resultado de um contínuo de adaptação que leva o que era apenas transitório a se tornar permanente, o tempo passado na rua se torna um ponto central para definir os modos como tais populações se relacionam com a rua, porque dele se desdobram outras características dessa experiência. Assim, a rua comporta desde o seu uso circunstancial, daqueles que nela procuram um abrigo temporário, até um modo de vida, para aqueles que nela já firmaram suas próprias identidades. Tomando como esteio o tempo de permanência na rua, podemos, então, distinguir aqueles que ficam na rua *circunstancialmente*, aqueles que estão na rua *recentemente* e aqueles que são da rua *permanentemente* (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992). Os modos de apropriação da rua são diferentes, pois refletem graus diferentes de inserção na lógica do mundo da rua, mas, se postos em uma linha temporal, evidenciam a regularidade que tal situação vai tomando com o passar do tempo, tornando estável a posição como morador de rua. Apesar dessas particularidades, “o que unifica essas situações e permite designar os que a vivenciam como população de rua é o fato de que, possuindo condições de vida extremamente precárias, circunstancial ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 94).

Nessa gradação de inserção no mundo da rua, aqueles que apenas *ficam* nesse ambiente, normalmente, chegam até ele por conta do desemprego, ocasionado quer pelo fim de algum trabalho ligado à construção civil, onde usualmente existe alojamento, quer pela tentativa de construir suas vidas em outra cidade, onde nem sempre conseguem um emprego formal. Para essas pessoas, apesar do medo de dormir na rua, ela acaba se tornando um alojamento eventual, pois nem sempre conseguem alguma renda para custear o pernoite em pensões ou albergues. A identificação com os moradores de rua é, assim, fortemente rejeitada, até mesmo por seu grupo de referência continuar sendo formado por parentes e companheiros de trabalho. Por sua vez, aqueles que *estão* na rua também procuram por albergues e pensões quando possível, mas essas opções alternam mais frequentemente com a rua, que deixa de ser considerada um espaço ameaçador. Nela, além do contato com companheiros de trabalho, eles criam laços com outras pessoas da rua e passam a conhecer alternativas para sua sobrevivência, como locais de distribuição de alimento e instituições assistenciais. Para gerar renda, costumam procurar por bicos como ajudante geral e encartador<sup>4</sup> de jornal, mas muitos já começam a desenvolver trabalhos mais intimamente ligados ao mundo da rua, como o de catador de papel. Como

---

<sup>4</sup>Encartador é o trabalhador encarregado de colocar encartes de conteúdo comercial entre as páginas dos jornais.

aqueles que somente ficam na rua, os que estão nela também procuram se afastar dos moradores de rua, por se enxergarem como trabalhadores desempregados (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992).

Por fim, no extremo desse processo, se encontram os indivíduos que *são* da rua, pois vivem sobretudo na rua ou em mocós<sup>5</sup> e só eventualmente têm acesso a outras formas de alojamento, como casa de parentes, depósitos de papelão, pensões e albergues. É na rua também que eles formam laços e encontram recursos: seu grupo de referência se torna quase que exclusivamente os grupos de rua, e seus trabalhos se resumem a bicos como catador de papel, guardador de carros e encartador de jornal (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992). Em um processo que pobreza e vínculos rompidos se engendram tão intimamente,

[...] não basta querer trabalhar. Para a venda da força de trabalho é necessário possuir certas condições e entre elas *um fundo de consumo*, ou seja, uma garantia de sobrevivência – alimentação, moradia, vestuário, condução – até o momento em que seja possível obter rendimentos pela venda da força de trabalho. Esse fundo de consumo geralmente é propiciado pela família. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 19, grifo das autoras)

Na falta de uma família, é a rua que se desenha como um local de acolhida, onde, além de moradia, de trabalho e de recurso, é possível encontrar um espaço de solidariedade entre iguais, que também passaram por processos semelhantes de exclusão e desmoralização. A rua, assim, deixa de ser o oposto ao que se considera uma residência fixa, local de proteção e cooperação; ela se torna “um espaço social possível, mesmo que estigmatizado e visto negativamente pela sociedade como um todo” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 99). Ser morador de rua não é, portanto, somente estar diante da pobreza extrema e da violência: significa criar novas referências de vida, que, à diferença das referências anteriores, não necessariamente se ligam mais ao trabalho, à família e à moradia, mas que, nem por isso, deixam de carregar valores positivos (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992). É por conta da riqueza do existir na rua que ela se conforma como

um espaço de relações sociais e simbólicas, as quais não se reduzem a um significado puramente pragmático de resposta a fins específicos (trabalho, dormitório etc.) ou responder puramente a necessidades básicas da vida. “Estar” na rua não é apenas uma estratégia de sobrevivência ou moradia, mas um modo específico de se constituir a existência, mediado por sentidos sobre a habitação e pelas tramas de relações que a circunscrevem. (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 18)

Pouco a pouco, a rua e as inúmeras possibilidades de nela permanecer vão sendo remodeladas com o surgir de novos hábitos e costumes, que fazem modificar até mesmo certos

---

<sup>5</sup>Mocós são os espaços embaixo de viadutos, árvores e outros espaços menos movimentados da cidade que a população em situação de rua monta sua morada.

preconceitos sobre esse modo de vida. Ser morador de rua muda a forma como as pessoas se relacionam com o mundo e como se enxergam fazendo parte dele. Por isso, sair da condição de estabilidade com esse ambiente se torna cada vez mais difícil à medida que aumenta o tempo nele passado. Junto a isso, tais indivíduos vão sentindo, com os anos, os efeitos da má alimentação, do consumo abusivo de álcool e das condições precárias de higiene. Por conta do esgotamento físico e mental, se torna excepcionalmente difícil conseguir algum vínculo trabalhista, enquanto as violências da polícia, de outros moradores de rua e do trânsito vão se tornando parte do cotidiano. Em uma vida com tantos tropeços, a rua vai se tornando cada vez mais importante.

É em virtude dessas e de outras discussões que um dos principais pontos na busca por um termo representativo da população em situação de rua seja evidenciar que justamente não existe fixação possível. Nesse horizonte, a conceitualização da população de rua não pode ser essencialmente definida pelas características que as pessoas assim classificadas têm em comum, mas levando em consideração o engendrar de questões históricas, políticas e institucionais (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992). Mais do que tentar procurar um conceito genérico que dê conta da diversidade dessa população, devemos considerar o quanto tais eventos foram determinantes para a imagem que temos atualmente da população de rua como um problema social, que deve ser removido do seio da sociedade, pois representa uma ameaça a instituições sociais e morais como o trabalho, a família e a comunidade (SCHUCH, GEHLEN, 2012; SCHUCH *et al.*, 2008b). Afinal,

A vida na rua e a sua proximidade com o lixo urbano a torna um alvo de ações de limpeza das vias públicas e das medidas encampadas pelos órgãos públicos de ação social. O recolhimento do lixo urbano e a “remoção” de pessoas para espaços “coletivos” de serviços assistenciais, que comportam centenas de pessoas, são ações muito próximas, ainda que executadas por profissionais de diferentes secretarias. (VARANDA; ADORNO, 2004, p. 67)

Uma reflexão atenta sobre como enxergamos essa população deve ter em mente, portanto, que não é suficiente pensar apenas nas práticas de indivíduos específicos. Tão importante quanto isso é pensar no cruzamento de tais práticas tanto com as formas como a gestão pública lidou e vem lidando com essas pessoas como com os processos sociais de diferentes épocas, que atestam, entre outras questões, os atributos definidores da normalidade (SCHUCH *et al.*, 2008b). No Brasil, foi principalmente no final da década de 80 que começaram a ser promovidas reflexões e ações em torno da população marginal. Até então, os chamados “sofredores das ruas” eram atendidos por instituições filantrópicas ou religiosas que os assistiam e que encabeçavam discussões sobre tal problemática social. Quando o poder público

passou a tratar da população de rua através de políticas públicas de assistência social, foi necessário não somente pensar em sua proteção enquanto indivíduos, como também em sua categorização enquanto grupo.

Nesse período, termos como “povo da rua” e “morador de rua” passaram a ser utilizados em detrimento de “sofredor de rua”, deslocando a percepção da rua como sofrimento, fortemente influenciada pela ética cristã, para considerá-la um local do risco (DE LUCCA, 2007). Nesse local arriscado de se viver, se vivia então em grupo a negação de um direito. Contudo, o passar das décadas impôs novas perspectivas, fazendo com que os termos correntes para se referir a tais pessoas mudassem, assim como mudaram suas práticas e seus estatutos nas sociedades. No Brasil, a ênfase atualmente recai sobremaneira na rua, em torno da qual se pode construir uma vida: morador de rua, povo da rua, população em situação de rua, população com trajetória de rua; em países anglo-saxões e franceses, o termo funciona em função da moradia, como em *homeless* e *SDF (sans domicile fixe)* (VARANDA; ADORNO, 2004). No início dessa trajetória, o que ficava em evidência era a identidade estigmatizada de pessoas perdidas, abatidas, fracassadas, a quem cabia a caridade; para nós, agora, o foco deve recair na construção do ideal de um grupo social, constituído por indivíduos a quem cabem direitos e cidadania (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992).

A rua, assim, não é mais vista como um espaço de sofrimento, tampouco de moradia: ela é o resultado de um espaço-tempo singular, passageiro ou duradouro, eventual ou rotineiro. A vida na rua é, enfim, uma situação dinâmica e pessoal, e é nisso que reside o grande problema em defini-la. A inserção cada vez maior da própria população de rua no campo da luta por seus direitos, ao lado da expansão de pesquisas sobre o tema, fez notar a heterogeneidade de estilos de vida e de situações vivenciadas por esses indivíduos. Como resultado de inúmeros embates políticos que buscavam mostrar que a rua é plural, que pode promover uma experiência situada e passageira ou, ao contrário, fixa e permanente, aqueles que eventualmente eram chamados de “povo da rua” ou “morador de rua”, no repertório das políticas públicas brasileiras, passaram a se chamar “pessoas em situação de rua” e “população em situação de rua”. Com a troca aparentemente singela de termos, se queria assinalar a complexidade em torno dessas vidas, que se construía com base em uma multiplicidade de formas de se relacionar com a rua. A partir disso, a população em situação de rua começou a ser definida como “um conjunto não homogêneo de indivíduos que utilizam as ruas, praças e outros espaços públicos para sua existência ou habitação de forma permanente, eventual ou intermitente e/ou fazem uso de abrigos e albergues destinados ao seu acolhimento, mesmo que eventualmente” (SCHUCH *et al.*, 2008a, p. 31).

Os usos e sentidos da rua passam, com essa definição, a dizer respeito a cada um, que se torna agente de sua própria existência e não simplesmente vítima ou algoz de seu modo de vida desviante. Em resposta a uma perspectiva que, até então, culpabilizava os indivíduos por sua trajetória de rua, atribuindo a eles uma “fraqueza moral” da qual derivavam características como a delinquência e a vadiagem, tal expressão vem a acentuar que tal fenômeno é também produto de uma macroestrutura que “fabrica as condições de vida na rua para um número cada vez maior de pessoas, vítimas de um processo sob o qual não exercem controle” (MELO, 2013, p. 6). Como consequência, tal mudança funciona igualmente contra processos de estigmatização, pois dá ênfase a uma forma possível de apropriação da rua e não mais a uma carência – de um domicílio em primeiro lugar, mas cuja falta escorrega para outras partes de suas vidas: são pessoas que não têm casa, nem trabalho, nem família (SCHUCH, 2007; SCHUCH; GEHLEN, 2012).

Entretanto, o esforço para se distanciar de formas estigmatizantes de categorização, e, paralelamente, para se aproximar da heterogeneidade da vida na rua, não impede que a noção de desposseção persista como característica constitutiva dessa população, inclusive entre as instituições que visam à proteção e à promoção dos seus direitos. No campo político, por exemplo, desde 23 de dezembro de 2009, a partir do Decreto n. 7.053, foram instituídos a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua (Ciamp-Rua), comitê composto por representantes do poder público, da sociedade civil e de movimentos sociais da população de rua<sup>6</sup>. Considerada um marco para a legislação brasileira, por não haver nenhum mecanismo legal até então que tratasse especificamente desse segmento social, tal Política descreve a população em situação de rua como

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular [...] [e que] se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória. (BRASIL, 2009)

Assim, legalmente, a população de rua é caracterizada pela desposseção não só monetária, mas também de vínculos familiares e de moradia convencional regular. A pobreza,

---

<sup>6</sup>A partir de abril de 2019, com o Decreto 9.759, ficou determinada a extinção dos colegiados da administração pública federal (como conselhos, comitês, grupos) que não tenham sido previstos por lei. Em uma tentativa de diminuir a participação popular através de tais órgãos, o governo estipulou o período de 60 dias para que cada um deles tentasse comprovar a sua relevância frente ao cenário nacional. Esse é, infelizmente, o caso do Ciamp-Rua.

entretanto, nem sempre foi associada à desigualdade social: ela já foi tida como um valor positivo, espiritual, de despojamento. Com o passar do tempo, porém, ela passou a ser vista como carência material e moral, e aqueles que a vivenciavam perderam seu poder e seu estatuto na sociedade (ZALUAR, 1992). Por essa ruptura, a pobreza começou a se aproximar, no imaginário social, a um espaço de desordem, de desrazão e de desagregação moral, sendo tênue a linha que a distinguiria da marginalização (TELLES, 1990). A pobreza, então, não se relacionaria apenas com o aspecto econômico, pois diria muito sobre como as pessoas são – e, por isso, seria também parâmetro para avaliação social (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992). Nesse horizonte, a população de rua tem seu lugar definido socialmente por representar, primeiro, o extremo do espectro da pobreza e, segundo, uma transgressão ao ideário capitalista, pois,

Assim como morar na rua viola uma regra social de uso do espaço, a forma de sobrevivência dessa população – que se faz apenas secundariamente pelo mercado, seja o de trabalho seja o de bens – subverte os padrões e valores de reprodução da sociedade capitalista, em que o trabalho aparece como a forma legítima de garantir o sustento. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 100)

Portanto, se a sociedade se organiza através da compra e venda da força de trabalho – e exclui não só econômica, mas também política, cultural e socialmente aqueles que estão fora desse arranjo –, a população de rua subverte essa estrutura, pois, embora encontre formas alternativas de renda, ela não tem a posse de um símbolo importante: a carteira de trabalho. Nesse caso, resta a seus integrantes a perda de sua legitimação social e de sua dignidade pessoal, construídas centralmente a partir dessa que é a maior prova da moralidade de alguém, e resta ao Estado acolher os pobres excluídos do sistema mercadológico que rege nossa sociedade, “numa lógica perversa em que os direitos se transformam em ajuda, a participação em tutela estatal, a justiça em caridade e a condição de pobreza em estigma que diferencia o pobre de todos os outros” (TELLES, 1990, p. 37).

Assim, a questão da pobreza e da justiça social se torna naturalmente associada à tutela do Estado, mas não no sentido de garantir direitos e de promover cidadania, pois, afinal, as camadas mais populares da sociedade não costumam ser vistas como tendo o direito de clamar por reivindicações. Sua precariedade nas condições materiais se desdobra na “ausência de um espaço público de pertencimento, em que seus interesses, razões e vontades possam ser elaborados e reconhecidos como demandas legítimas” (TELLES, 1990, p. 3) e, quando decidem protagonizar suas lutas em tais espaços, muitas vezes isso é percebido como desordem e transgressão (TELLES, 1990). Agravando ainda mais a situação, a pobreza pode se transformar rapidamente em questão de segurança pública, já que as classes desassistidas carregam em sua

identidade a imagem de serem perigosas – para tudo que diz respeito à ordem legítima da vida, na verdade.

Frente à pressão, de um lado, do mercado de trabalho, por não conseguirem se inserir em um emprego formal, e, por outro, de suas famílias, por não conseguirem sustentá-las, muitas pessoas acabam por ir para as ruas, rompendo com o que seria a ordem legítima da vida ao rejeitar os vínculos familiares e empregatícios (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992). Em resposta a uma vida sem posses, tais pessoas procuram por lugares não-convencionais de moradia, viabilizados ou não por agentes e instituições que trabalham em favor do acolhimento dessa população. Dada uma caracterização tão degradante, não poderia ser senão objetivo da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua retirar essas pessoas da rua, para, a partir de sua reintegração, possibilitar seu desenvolvimento humano e pessoal (BRASIL, 2009). Entretanto, a perspectivas como essas, que colocam o povo da rua como uma comunidade à qual tudo falta, se opõem outras, como a do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), movimento criado em 2005 para defender os interesses e direitos de quem tem trajetória de rua. Para o MNPR, a população em situação de rua é formada

[...] por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social. (MNPR, 2005 *apud* SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 19-20)<sup>7</sup>

Apesar de terem em foco uma mesma população, as definições propostas pelo Estado e pelo MNPR pouco se assemelham: se àquela cabe uma construção negativa em torno da vida na rua, local da pobreza extrema, dos vínculos interrompidos ou fragilizados e como opção a uma moradia convencional regular, a esta compete fazer uma autoconstrução positiva da identidade daqueles que vivem, estão ou ficam na rua, talvez como forma de responder a uma política que os enxergue como um modo de vida irregular. Para além da despossessão, essas pessoas são identificadas por sua luta pela garantia de direitos e dignidade, pela sua solidariedade e lealdade e por sua organização enquanto grupo, em prol de políticas públicas voltadas para si. Enfim, a população de rua é vista como dona de seus corpos e de suas vidas, pois, como se poderia presumir, somente ela pode ser protagonista de sua história (SCHUCH;

---

<sup>7</sup>Infelizmente, grande parte do que o próprio MNPR produziu não pode mais ser acessado para consulta. Em 2010, foi criado o site Fala Rua, com o objetivo de fortalecer o Movimento através da veiculação de informações envolvendo tanto as ações do MNPR quanto as da população de rua de diversas cidades e estados brasileiros. O site, entretanto, não está mais disponível. Por isso, agradeço à riqueza de alguns trabalhos consultados, que me possibilitaram aqui fazer uso das palavras do MNPR.

GEHLEN, 2012).

A diversidade de definições para se referir às pessoas envolvidas com a rua evidencia, assim, que não existe uma essência posta no mundo que deve ser percebida sempre de mesma maneira: existe uma luta política por trás dos significados criados em torno dessa população<sup>8</sup>. A realidade supostamente dada, portanto, não é mais do que uma construção, em que a escolha por um termo e/ou definição em detrimento de outro faz modificar, também, os modos com que uma população se identifica como tal (SCHUCH, 2007)<sup>9</sup>. Nesse horizonte, a autodefinição proposta pelo MNPR faz criar significados outros, em que a rua fomenta não somente faltas ou perdas, mas também identidades e laços afetivos. Refletindo a complexidade do próprio viver a rua, que abarca uma rede de discursos positivos e negativos em relação a esse espaço<sup>10</sup>, o Movimento deixa entrever o jogo antagônico, mas constitutivo, presente na existência dessas pessoas: a rua é um direito, mas é direito também ter meios para sair dela (DE LUCCA, 2007), como bem elucidada a cartilha elaborada pelo MNPR (Figura 1):

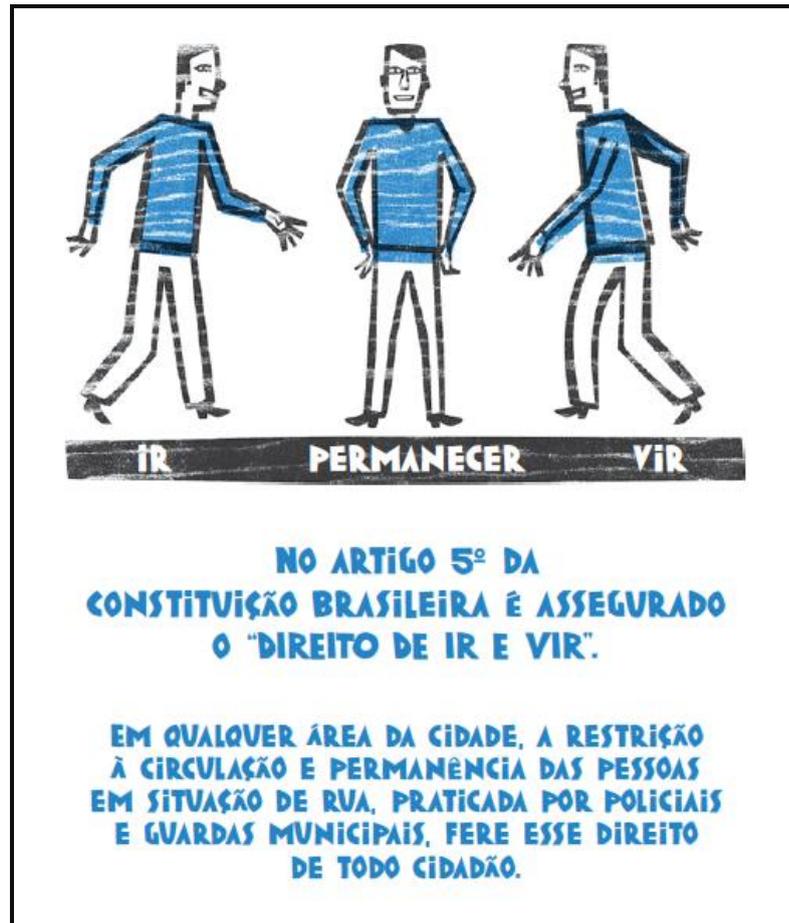
---

<sup>8</sup>Reconheço, assim, que existem inúmeras definições para tratar das pessoas que têm na rua um espaço identitário importante e que tais nomes denotam e refletem sentidos que, por vezes, queremos realçar ou embaçar. Frente a isso, para a minha escrita, faço uso de vários termos para me referir aos protagonistas da minha pesquisa, mesmo que alguns desses termos já tenham sido rejeitados por autores que abordam a temática da vida na rua. Assim, definições como “população em situação de rua” aparecem ao lado de “povo da rua” ou “moradores de rua”, por ter percebido, ao longo o meu tempo em campo, uma variação de seu uso, de acordo com o contexto e dos interlocutores. Outros termos, como “peregrinos” ou “companheiros”, embora não tenham aparecido nos autores aqui citados, foram formas que constantemente apareceram na fala dos participantes do Boca, principalmente em conversas informais e nas reuniões, quando quem figurava como interlocutor eram os próprios integrantes do Boca (e não algum convidado). Por conta disso, também esses termos aparecem em minha escrita.

<sup>9</sup>Embora não pretenda tratar sob perspectivas sociológicas a questão da categorização da vida na rua, a menção ao poder simbólico de Bourdieu se faz necessária. Para o autor (1989), o poder simbólico dos sistemas de classificação é um poder sobretudo político e, portanto, tem muito a dizer sobre a forma como consideramos o outro e como o outro se constrói. Assim, o modo de categorizar uma população afeta o modo como ela se identifica como tal. Mattos e Ferreira (2004) traçam, em seu artigo, um excelente compilado de representações sociais sobre as pessoas em situação de rua, que acabam por naturalizar e legitimar tanto a forma como elas próprias constroem suas identidades como a violência que sofrem por carregarem certos estigmas.

<sup>10</sup>Buscando desenvolver o que esta rede de laços comporta, na próxima subseção, trago, entre outras questões, os aspectos mais e menos apreciados na rua.

FIGURA 1 – O direito de ir e vir e permanecer



Fonte: MNPR (2010, p. 16)

Com o protagonismo que tais indivíduos assumem em suas vidas, a existência em torno da rua não pode ser creditada unicamente a processos sociais e históricos ou a ações do governo, embora essas questões macroestruturais de fato desempenhem um papel importante na configuração social dessas pessoas. Indo além de essencialismos, que ora responsabilizam exclusivamente o povo da rua, ora reportam excessivamente à macroestrutura, tal fenômeno precisa ser compreendido levando em consideração a agência política daqueles que habitam as ruas, pois “as práticas e as interpretações dos sujeitos acerca de suas próprias situações sociais não são adições, mas um componente essencial na configuração da situação de rua” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 20-21). Por conta disso e considerando que a população em situação de rua vem pautando sua existência através da criação de uma cultura alternativa, marcadamente diferente das convenções dos demais grupos sociais (VARANDA; ADORNO, 2004), é que, na próxima subseção, trago alguns pontos relevantes para traçar o perfil das pessoas que compõem esse grupo<sup>11</sup>. A partir disso, vamos conhecê-las não mais através de políticas e reflexões

<sup>11</sup>Por conta dos interesses deste trabalho, algumas características da população em situação de rua não serão aqui

teóricas, mas empiricamente, por sua própria manifestação.

### 1.1.2 Ruas da cidade: o perfil da população adulta em situação de rua de Porto Alegre

Se fosse possível fotografar a população em situação de rua de Porto Alegre, como ela seria? Muito provavelmente, a presença majoritária de homens se destacaria: homens negros, cujas marcas da idade começam a se confundir com as marcas da violência da rua. Entretanto, para além de características como essas, nítidas a qualquer um que demore o olhar sobre essas pessoas, o que mais podemos saber sobre elas? O que mais podemos saber sobre suas vidas e experiências, para entendermos melhor suas trajetórias de vida?

Iniciando uma trajetória de pioneirismo, Porto Alegre desenvolveu em 1995 a sua primeira contagem censitária da população em situação de rua da cidade, realizada pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Os dados, que à época apontaram a presença de 222 indivíduos vivendo no contexto da rua, foram apresentados no I Encontro Municipal de Moradores de Rua de Porto Alegre, evento em que também foi criada a Comissão de Rua (FASC, 2012). Nela, os debates, embora contassem com a participação de trabalhadores da rede de serviços assistenciais, eram protagonizados pela população de rua, que encaminhava suas demandas e necessidades e fazia, dessa forma, com que os serviços de assistência ofertados se adequassem à sua realidade (PIZZATO, 2012).

No país, o interesse público em tratar sobre a população em situação de rua começou a se desenhar apenas no início deste século, quando pesquisas censitárias, com o apoio de órgãos governamentais, começaram a surgir em resposta à inexistência oficial dessa população para os censos nacionais, para os quais o domicílio é critério de inclusão<sup>12</sup>. Até então invisíveis, essas pessoas começaram a ter reconhecimento social através de tais estudos, o que instaurou, em instâncias governamentais, a possibilidade de se promover políticas de intervenção voltadas para as especificidades dessa população. Assim, com o início do novo milênio, o povo da rua

---

levantadas, como aquelas ligadas à sua saúde e sexualidade ou à avaliação dos serviços públicos a ela destinados. Para uma leitura mais aprofundada de tais questões, ver UFRGS (2016).

<sup>12</sup>Desde 2009, é pauta de debate e cobrança do MNPR a inclusão da população em situação de rua no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de 2020. No entanto, em 2014, o IBGE tentou incluir esse grupo populacional em censo desenvolvido no Rio de Janeiro, o que evidenciou a necessidade de emprego de metodologias diferentes daquelas adotadas até então pelo Instituto (NATALINO, 2016). Apesar das alegações do IBGE de não ter capacidade operacional para incluir tal grupo no próximo censo nacional, a Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou, no início de 2019, que o Instituto e o Governo Federal tomem as medidas necessárias para a sua inclusão no censo de 2020, tal como havia sido determinado em 2009 pela Política Nacional para a População em Situação de Rua. Para a Justiça, dado o tempo que o Decreto foi instituído, houve inércia e omissão por parte do IBGE e do Estado (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

passou a ser cada vez mais reconhecido por sua constante presença em instâncias políticas<sup>13</sup>, como em manifestações, fóruns, conferências municipais e estaduais e plenárias do Orçamento Participativo (PIZZATO, 2012).

Em resposta a tal mobilização e participação, em 2007, novamente o município de Porto Alegre, pelo trabalho conjunto da UFRGS e da FASC, elaborou uma pesquisa voltada à população em situação de rua, protagonizando o início da produção periódica de censos com esse grupo. Dessa vez, entretanto, o objetivo não era apenas contabilizar as 1203 pessoas encontradas com trajetória de rua na época: se tratava de um estudo que também queria traçar seus perfis, com seus modos de lidar com a saúde, a educação, o trabalho, a renda e a violência (UFRGS, 2007-2008). Três anos mais tarde, em 2011, a FASC e a UFRGS desenvolveram outra pesquisa, menos detalhada que a anterior, mas que permitia um conhecimento comparativo e mais aprofundado dessa comunidade, tornando possível a criação de programas e projetos e a oferta de serviços mais eficazes por estarem em sintonia com a vida das 1347 pessoas encontradas em situação de rua naquele período (FASC, 2011).

Embora generalizantes em sua essência, essas pesquisas produzem legibilidade<sup>14</sup>, reconhecimento e presença pública da população em situação de rua, a partir do que se torna possível ao Estado intervir socialmente. Por conta disso, os dados de tais estudos, que também utilizo neste trabalho, devem ser entendidos como uma homogeneização necessária para se conhecer as necessidades e os costumes do povo da rua, a partir da qual se torna possível pensar em políticas de intervenção social. De forma alguma, porém, essa generalização se propõe a criar uma imagem fixa desse grupo; ao contrário, sua generalização não invalida as diferenças próprias a cada um, que, inclusive, legitimam a promoção de seus direitos (SCHUCH *et al.*, 2008b). Além disso, conhecer as dinâmicas particulares a cada uma das pessoas pesquisadas não produz conhecimento apenas a respeito de suas vidas, pois nelas é refletida também a ação de agentes e agências públicas que funcionam em prol dessa população – o que não significa, novamente, que suas trajetórias possam ou devam ser resumidas na ação desses órgãos (SCHUCH *et al.*, 2008a). Assim, na construção de pesquisas desse tipo, não deve se estimular nem o excesso de individualização dos dados gerados, com o qual seria impossível aprimorar as políticas públicas voltadas a esse grupo, nem o retrato incontestado de quem essas pessoas são,

<sup>13</sup>Trato da inserção social e política da população em situação de rua de forma mais detalhada na subseção 1.2.1.

<sup>14</sup>Schuch (2015) faz uma importante reflexão sobre o quanto pesquisas censitárias, conceitualizações em normativas legais e outros materiais que tratam sobre o povo da rua são técnicas relevantes para que as pessoas em situação de rua sejam oficialmente consideradas cidadãs a quem cabem direitos em nosso país. Para se tornarem legíveis ao Estado, entretanto, é necessário mais do que esforço do governo: como aponta a autora, esse processo é perpassado pela ação, nem sempre tranquila, de movimentos sociais e outras organizações, que buscam, a partir desse cruzamento, incluir politicamente a população de rua nas discussões que lhe dizem respeito.

que igualmente inviabilizaria os trabalhos por fixar um estado que tem como principais características justamente o particular e o diverso. Se trata, enfim, de um processo de homogeneização atento à heterogeneidade que lhe é inerente, pois os dados dessas pesquisas são

[...] extremamente ricos para conhecer certas especificidades das pessoas classificadas como em situação de rua; isto porque o conhecimento da diversidade das experiências na rua, dos itinerários particulares das pessoas que a habitam e do modo de utilização dos recursos sociais disponíveis importa para a formulação de imagens menos essencialistas sobre o habitar/existir na rua e suas múltiplas possibilidades. (GEHLEN, SILVA, SANTOS, 2008, p. 20)

A tendência de conceber essa população de forma única, como se não fosse marcada por características próprias da trajetória de cada um, resultado na associação entre duas dinâmicas: uma primeira, que percebe o povo da rua como sendo formado por indivíduos de falta, que não seguem a ordem legítima da vida, e uma segunda, diretamente relacionada à anterior, que entende que o problema social de estar na rua deve ser resolvido através de intervenções do Estado que priorizem a retirada compulsória desse grupo das ruas. Ambas as percepções, entretanto, anulam a agentividade das pessoas em situação de rua ao tomar o local em torno do qual constroem a sua existência como espaço de exclusão por excelência (SCHUCH; GEHLEN, 2012). Longe disso, a rua é também espaço de relações sociais e simbólicas importantes para a constituição de identidades, podendo nela cada um expressar sua posição enquanto agente político, ao recusar a sua incorporação ao que nós tomamos como sendo uma sociedade e uma cultura prósperas – aquela construída pelo sedentarismo e pela fixação de moradia. Isso nos informa sobre a narrativa civilizatória na qual baseamos muitas reflexões sobre esse povo, já que, “mais do que ‘resíduos’ periféricos ao Estado, certos grupos podem desejar manter certas práticas autônomas em relação às formas normalizadas de inserção social” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 15). A retórica da falta, portanto, é constitutiva apenas de uma interpretação, que pressupõe que tais pessoas gostariam de ser inseridas de outro modo em nossa sociedade, e isso, ainda que comum, não é necessariamente verdade.

Tendo em mente tais aspectos, a FASC, em conjunto com a UFRGS, continuou o processo de recenseamento da população em situação de rua, atentando a questões socioculturais, habitacionais e relativas às políticas públicas voltadas a essa população. Ao desenvolver em 2016 uma nova pesquisa quanti-qualitativa, à semelhança daquela realizada em 2007-2008, a proposta era tornar possível a comparação e compreensão da transformação na existência social de tais indivíduos frente às modificações ocorridas nas políticas públicas ao longo dos anos. Os dados, que apontaram a existência de 2115 adultos em situação de rua na

capital<sup>15</sup>, confirmaram a percepção de que o censo anterior, de 2011, estava com os números defasados, dado o aumento de 57% no total de pessoas contabilizadas<sup>16</sup> (UFRGS, 2016).

Da população cadastrada<sup>17</sup>, os homens representam a grande maioria daqueles que vivem, ficam ou estão na rua – usualmente, é a figura masculina que sai de casa ou migra à procura de trabalho, enquanto as mulheres costumam ter mais alternativas para se abrigar, na própria família ou em empregos domésticos (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992). Na capital, eles somam 85,7%, número relativamente maior do que os 81,8% contabilizados em 2007-2008. As mulheres, por sua vez, viram diminuir a sua presença nas ruas: se, em 2007-2008, elas representavam 18,2% da população, agora, elas totalizam 13,8%, indicando que as políticas voltadas para o grupo podem estar influenciando suas trajetórias (UFRGS, 2016). O aumento demográfico significativo dessa população é seguido também por seu envelhecimento, já que, de uma pesquisa para outra, passou de um grupo essencialmente jovem, com quase metade tendo até 34 anos, para uma comunidade mais velha, com a maioria tendo 35 anos ou mais, resultado da queda expressiva no número de jovens entre 18 e 24 anos (UFRGS, 2016).

Apesar da tendência de as vidas com trajetória de rua começarem mais tarde, o tempo vivido em situação de rua é, entre aqueles que vão para esse espaço, bastante homogêneo. Um pouco mais que a maioria vive em situação de rua até cinco anos, mas a porcentagem dos que estão nas ruas há mais tempo alcança quase a mesma proporção, tendo aumentado principalmente o número daqueles que vivem dez anos ou mais nas ruas<sup>18</sup>. Uma vez que a vida na rua se torna cada vez mais estável à medida que o tempo passa, tais dados assinalam uma tendência à permanência nas ruas e talvez justifiquem o envelhecimento da população, evidenciando a necessidade de que políticas públicas sejam construídas para esse grupo em especial. Dessas pessoas, mais da metade nasceu na própria capital ou na região metropolitana,

---

<sup>15</sup>Este número, entretanto, é contestado pelo MNPR, que acredita que os dados não tenham contabilizado aqueles que vivem em zonas mais distantes do centro da cidade, o que totalizaria mais de quatro mil pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Um dos fatores que pode ter determinado tal diferença foi a opção do MNPR de não participar, à diferença do que havia ocorrido nas pesquisas anteriores, do processo de mapeamento da cidade, fornecendo locais onde a população em situação de rua poderia estar concentrada. Essa opção, naturalmente aceita pelos pesquisadores, tinha como propósito respeitar os integrantes que não quisessem ter conhecido seu local de permanência (UFRGS, 2016).

<sup>16</sup>Essa soma, que corresponde a em torno de 0,14% do total da população em situação de rua no Brasil, ainda está dentro da margem de expectativa (de 0,1% a 0,15%) para tal grupo nos grandes centros urbanos (GEHLEN *et al.*, 2017).

<sup>17</sup>Nem toda a população contabilizada foi cadastrada, quer por as pessoas se recusarem a participar da pesquisa, quer por elas se encontrarem impossibilitadas de responder as questões. Para o estudo de mundo da população em situação de rua, foram realizadas entrevistas com uma amostragem com cerca de 25% do total cadastrado, compreendendo 467 pessoas (UFRGS, 2016).

<sup>18</sup>O estudo chama atenção para o fato de tal marcação possivelmente não demarcar com exatidão o tempo vivido nas ruas, uma vez que as memórias passam a ser regidas de outras maneiras, independentes de calendários formais, por exemplo.

e a maioria das que se mudou para Porto Alegre vivia antes no interior do estado ou na região metropolitana, o que indica um forte processo de mobilidade em direção à capital. Esse processo remonta, entretanto, períodos anteriores, visto que pouco mais da metade vive em Porto Alegre há mais de 20 anos, número potencialmente maior do que aqueles que vivem até cinco na cidade ou até um ano, evidenciando que a maior parte está fixando moradia na capital, provavelmente em decorrência da maior gama de ofertas de trabalho, comum aos grandes centros urbanos (MAGNI, 2006), e do apoio federal a políticas voltadas a esse público em cidades com mais de 200 mil habitantes (GEHLEN *et al.*, 2017).

Uma vez consolidada a moradia em Porto Alegre, os locais que servem de dormitórios se tornam inúmeros e dispersos. Os locais institucionalizados, como albergues e abrigos, figuram como primeira opção de escolha para pouco mais de ¼ da população, número que se manteve mais ou menos constante com aquele encontrado no censo de 2007-2008, provavelmente por o aumento na procura por albergues ter sido acompanhado pela diminuição na procura por abrigos. Tais dados apontam, de um lado, para o acesso reduzido desses serviços<sup>19</sup>, e, de outro, para a preferência de uso de serviços de atendimento mais pontuais e que não necessitam de encaminhamento da FASC, como é o caso dos albergues<sup>20</sup>. Já os locais improvisados e de risco, como calçadas, marquises e ruas, praças, parques, pontes e viadutos, são a primeira opção para pernoite para mais da metade da população e aparecem com frequência como segunda opção. Isso indica que a maior parte da população em situação de rua cadastrada pode ser identificada como moradora de rua e inclusive se identifica como tal, já que quase 71% dela se reconhece dessa forma. Tal resultado, que reflete um pequeno aumento se comparado a 2007, talvez seja consequência da permanência cada vez mais estável nas ruas e também do discurso centrado na identidade da vida rua, difundido pelo MNPR e pelo jornal Boca de Rua (UFRGS, 2016).

O mapeamento dos pontos de Porto Alegre onde homens e mulheres da rua acabam por estabelecer sua moradia provisória não funciona, entretanto, como uma forma de delimitar esses espaços. Qualquer espaço público pode ter sua finalidade subvertida por aqueles para quem o projeto urbanista não é pensado, e, tão rapidamente como tais lugares podem se tornar favoráveis para fixar acampamento, eles podem deixar de ser; afinal, “todo e qualquer pedaço de chão da cidade, onde não haja repressão dos vizinhos nem da polícia, apresenta uma

---

<sup>19</sup>A pesquisa (UFRGS, 2016) investigou o que leva a população em situação de rua a não utilizar albergues e abrigos com frequência, mas, como este não é um tema central nesta pesquisa, optei por não o abordar aqui.

<sup>20</sup>Desde 2011, foi criado o Núcleo de Acolhimento, responsável por encaminhar aqueles que desejam acessar os serviços de acolhimento de acordo com as vagas disponíveis nos abrigos. Isso impõe aos participantes se vincularem a redes mais amplas de assistência social, cujos atendimentos são pensados a médio e longo prazos.

possibilidade de pernoite, principalmente se houver um carrinho de papelão que possa cumprir a função de transporte e ‘leito’” (MAGNI, 2006, p. 32). A mobilidade, ora para novos acampamentos, ora para antigos, se desenha como uma marca dos moradores de rua, que, em oposição aos que são domiciliados, não nutrem pelas moradias improvisadas uma relação estável e de propriedade. Durante seus pernoites, é usual que durmam no chão ou, no caso dos coletores de material reciclável, em seus próprios carrinhos. Para abrandar o frio e a umidade do solo, muitos utilizam folhas de jornal ou pedaços de papelão, pano, plástico... e tentam se aquecer pelo contato com outros corpos ou pelo fogo aceso ao lado. Outros ainda contam com almofadas, cobertores e colchonetes que, abandonados ou doados por outras pessoas, raramente são deixados para trás quando decidem se fixar em outro acampamento (MAGNI, 2006).

Por outro lado, lugares mais seguros, como os abrigos institucionais, apesar de serem uma opção para essa comunidade, acabam por favorecer uma mobilidade intensa: além de limitarem o tempo de permanência dos indivíduos entre uma semana e alguns meses, suas regras acabam por afastar seus usuários, pois lhes negam muitos dos prazeres que são comuns ao restante da sociedade, como o uso de álcool e drogas ou a privacidade para contatos mais íntimos. Por conta disso, mesmo sob o perigo de brigas de rua, de agressões de policiais ou de grupos de extermínio ou ainda de invernos e verões rigorosos, a rua acaba se tornando para as pessoas que nela resistem uma forma possível de viver. Entretanto, tal horizonte só se constrói como uma opção frente a alternativas nada atraentes, como é o caso de abrigos e albergues<sup>21</sup> ou, no caso de moradias fixas, de barracos na periferia da cidade, onde a infraestrutura é precária e os recursos, de onde muitos tiram seu sustento ou alimentação, escassos. Nesse caso, longe da periferia, viver de forma nômade, exercendo sua pobreza sem lar, favorece o contato com instituições filantrópicas e indivíduos de outras classes sociais, que, diante da miséria alheia, acabam por doar alimentos, vestimentas e outros artigos (MAGNI, 2006). A negação à periferia por pressões socioeconômicas, fiscais e policiais, vai, entretanto, além de fronteiras territoriais, uma vez que o nômade “[...] usa livremente os espaços da cidade, construindo circuitos territoriais e invadindo fronteiras simbólicas que deveriam demarcar os limites das classes sociais e então passa a sobreviver dos rejeitos esbanjados pelos segmentos mais privilegiados da população” (MAGNI, 2006, p. 39). A travessia rumo ao centro das grandes cidades traz ainda consigo a pobreza muitas vezes evidente, escancarada naquilo que tomamos ser o padrão

---

<sup>21</sup>Sobre isso, em uma conversa após uma das reuniões do Boca de Rua, a coordenadora do projeto ressaltou o quanto tais albergues e abrigos muitas vezes se aproximam de uma prisão – ainda mais para sujeitos tão acostumados com o exercício de sua liberdade: água gelada para banho, horários de entrada e saída incompatível com a rotina da população de rua e roupas de cama infestadas de pulgas são situações normais a quem se alberga ou abriga pela cidade.

das vidas na rua:

O estereótipo do nômade urbano é clássico: roupa esfarrapada, pele encardida e com dermatoses, às vezes abrindo em feridas, corpo marcado por cicatrizes, unhas das mãos e dos pés enegrecidas, compridas e por vezes deformadas, dentes em parte caídos, em parte careados, cabelos ensebados, olhos congestionados, etc. São signos genéricos que contam a trajetória social e tornam evidente que o indivíduo faz parte da população pobre que habita as ruas. (MAGNI, 2006, p. 78)

Esse compilado de signos que porventura paira sobre a representação de como se caracteriza física e esteticamente a população de rua não encontra, entretanto, reflexo na realidade. Assim como quaisquer outros segmentos sociais, a população de rua não é um segmento homogêneo: ela é resultado de diferentes modos de vida, diferentes estratégias de sobrevivência e, tão importante quanto isso, diferentes intervalos de tempo na rua. Para aqueles que passam a viver nesse espaço em algum momento de suas trajetórias, é necessário haver uma segunda socialização, em um ambiente que lhes demanda aprender as técnicas de sobrevivência, as relações constitutivas desse mundo e os recursos possíveis na vida nômade. O cuidado que cada indivíduo tem com sua higiene pessoal e saúde pode criar, assim, uma subversão ao que comumente se constrói como sendo um morador de rua: muitos se vestem bem, com roupas novas e limpas, e outros tantos tomam banho frequentemente. A julgar pela aparência, muitos não são reconhecidos como moradores de rua<sup>22</sup> (MAGNI, 2006).

Se a aparência, no entanto, não pode ser um atributo definidor da vida dessas pessoas, o mesmo não se pode dizer da cor de quem habita esse espaço. Mesmo o Rio Grande do Sul sendo um estado majoritariamente composto por brancos (79,6%), esse número não se reflete no mundo da rua, em que apenas 34,4% se autodeclara dessa forma. Os negros e pardos, em oposição, que somam 20,1% no estado gaúcho, representam quase 60% da população em situação de rua, embora quase ¼ dela utilize outros termos para expressar sua cor (UFRGS, 2016; IBGE, 2017a). Conforme elucidada a tabela a seguir (Tabela 1), os termos identitários utilizados variam bastante das categorias formalizadas pelo IBGE<sup>23</sup>:

---

<sup>22</sup>Isso também é válido para o Boca de Rua, onde vemos diferentes formas de lidar com a aparência e com a vaidade. Lá, vemos desde homens engravatados, de terno e sapato lustrado, até homens com camiseta surrada, com a gola gasta e a cor desbotada. Alguns, com o cabelo engomado ou com algum penteado; outros, como se assim tivessem acordado. Das poucas mulheres que integram o grupo, muitas pintam as unhas, fazem tranças, se maquiam. São pequenas formas de desestabilizar a imagem que compete a um povo essencialmente pobre, e nada mais.

<sup>23</sup>Embora não seja o foco deste trabalho, não passa despercebida a miscelânea de termos usados pela população de rua para se definir como negra ou parda, sem, no entanto, usar explicitamente tais palavras. Caberia certamente um estudo mais aprofundado sobre a questão, procurando entender o que motiva essas pessoas a não adotarem as categorias empregadas institucionalmente: seria criatividade, hesitação ou uma tentativa de apagar uma característica que tanto estigmatiza?

TABELA 1 – Raça/Cor do entrevistado(a) (outra)

<i>Raça/cor (outra)</i>	<i>Auto-atribuída pelo entrevistado</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Moreno(a)	159	10,0
Sarará	47	2,9
Moreno(a) Claro(a)	26	1,6
Misto(a)	21	1,3
Bugre	20	1,2
Mulato(a)	18	1,1
Alemão	15	0,9
Cor da cuia	11	0,7
Mestiço	10	0,6
Moreno (jambo, pardo, sarará)	7	0,4
Marrom	6	0,4
Italiano	4	0,3
Brasileiro	4	0,3
Claro(a)	4	0,3
Escuro(a)	2	0,2
Gringo	2	0,2
Jambo	2	0,2
Vermelho	2	0,2
Rosado(a)	2	0,2
Escuro(a)	2	0,2
Café com leite	2	0,2
Azul	2	0,2
Todas as raças	2	0,2
Sarará com Bugre	1	0,05
Sarará Clara	1	0,05
Ariano	1	0,05
Coisado	1	0,05
De cor	1	0,05
Castanho escuro	1	0,05
Duas cores	1	0,05
Índigena, espanhol, português	1	0,05
Índio com cigano	1	0,05
Índio com polonês	1	0,05
Japonesa e italiana	1	0,05
Loiro	1	0,05
Mameluco	1	0,05
Muçulmano	1	0,05
Normal	1	0,05
Caboclo	1	0,05
Ser-humano	1	0,05
Sulafriana	1	0,05
Total	<b>388</b>	<b>24,5</b>

Fonte: UFRGS (2016, p. 33).

Embora não se possa dizer que a cor seja definidora de quem vai para as ruas, é notável que as cores daqueles com e sem moradia fixa dissonam tanto. Além das marcas da distinção racial, esse povo também carrega marcas da desigualdade social, sobretudo quando se leva em conta sua escolarização: a maior parte cursou até o Ensino Fundamental, mas grande parcela não completou tal etapa. Os percentuais do Ensino Médio, por sua vez, apesar de menos expressivos, vêm apresentando melhora. O acesso a essa fase escolar teve um leve aumento,

fazendo com que a conclusão da educação básica entre a população de rua tenha chegado a quase 10% (UFRGS, 2016). Uma vez que grande parte desse público já esteve em uma sala de aula em algum período de sua vida, o número de analfabetos teve redução de 10% nos últimos anos, atingindo 6% em 2016<sup>24</sup>. Por conta de tais números, a leitura e escrita do povo com trajetória de rua se assemelham com as do restante da população: mais de 82% sabem ler e escrever, o que abre possibilidades para a mobilidade social dessa população, visto a educação ser um fator bastante influente nesse processo (FASC, 2012).

Outros indicadores de inclusão social, como RG, CPF e certidão de nascimento, também fazem parte da realidade de parcela da população em situação de rua. Atualmente, a maioria possui esses documentos em mãos, o que reflete que a rede de serviços públicos (que registram ou que exigem essa documentação como pré-requisito) está conseguindo fazer chegar suas informações ao público com trajetória de rua, visto o gradativo aumento, desde 2007, da posse de papéis que dão acesso a direitos de cidadania. Esse processo ocorreu até mesmo com documentos como o título de eleitor, apesar da crescente descrença com o mundo político, e do cartão SUS, que teve um aumento considerável em comparação com 2011. A CNH social, documento importante para alavancar as chances de inserção no mercado de trabalho, não chega a estar nas mãos nem 10% da população; apesar disso, houve um aumento significativo no número de pessoas com carteira de trabalho, alcançando em 2011 quase a metade da população<sup>25</sup> (UFRGS, 2016; FASC, 2012).

Os números em relação à carteira de trabalho, todavia, não significam que a população em situação de rua não tenha tido experiências formais de trabalho. Ainda que quase totalidade exerça informalmente alguma profissão<sup>26</sup>, quase todos já trabalharam com carteira assinada em algum período de sua vida, o que representa um forte aumento em relação à pesquisa de 2007, quando nem 2/3 dos entrevistados responderam já ter trabalhado formalmente. Porém, quando se leva em consideração o período com carteira assinada, para quase todos tal condição não durou mais do que quatro anos, o que aponta que, mesmo com o amplo acesso ao mercado de trabalho, isso ocorre por tempo bastante limitado para tais pessoas. Essa situação, entretanto, não impede que mais de 80% deles se identifiquem como tendo uma profissão, muitas delas

---

<sup>24</sup>Esta taxa, mesmo acima da média municipal de 2,3 (IBGE, 2011) e da média do estado, de 3% (IBGE, 2017a), está abaixo da média nacional, de 7% (IBGE, 2017b).

<sup>25</sup>No cadastramento realizado em 2016, os entrevistados não foram questionados sobre a posse de carteira de trabalho.

<sup>26</sup>Dados como este deixam em evidência o quão equivocado é o uso irrestrito de termos como “mendigo” e “pedinte” para se referir à população em situação de rua. Além de não encontrarem correspondência com a realidade, o uso de termos como esses reforça um imaginário social repleto de estereótipos e preconceitos.

ligadas a atividades braçais e que não exigem muita qualificação ou escolaridade. Assim, apesar de uma parcela significativa da população ter alguma qualificação profissional, a sua minoria exerce atividades que sejam coerentes com ela, ligada sobretudo à informática, à alimentação e à construção civil: entre as mais de 50 ocupações declaradas, encabeçam aquelas vinculadas à construção civil, a serviços gerais à vida doméstica e ao comércio.

Tais profissões, entretanto, não são, de forma geral, a principal atividade ocupacional exercida para a geração de renda. Uma vez que se tratam de oportunidades que demandam disciplina com horários, subserviência a patrões e salários a serem pagos posteriormente, os recursos ecológicos da cidade, como a coleta de material reciclável ou a remuneração para que carros estacionem nas ruas, se tornam alternativas mais interessantes para o modo de vida dessas pessoas (MAGNI, 2006). Nessa forma de gerar renda, o trabalho deixa de ser gerido externamente: não há uma obrigação a ser seguida, com número de horas a serem trabalhadas, para que se ganhe um valor estipulado ao fim de determinado período. Enquanto senhores de seus próprios trabalhos, à população em situação de rua cabe decidir o momento em que quer trabalhar, qual é o ritmo de trabalho e quanto quer ganhar. Ela trabalha quando existe a necessidade, tendo em mente que o retorno de seu trabalho será imediato (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992).

Passar a viver na rua, entretanto, representa uma subversão ao ideal de mercado que rege a nossa sociedade, em que todos devem, para garantir sua sobrevivência, trabalhar. De forma alguma, porém, os moradores de rua não trabalham: de maneira precária, fora do mercado formal, a grande maioria exerce alguma atividade, desmistificando a vadiagem e a mendicância que lhes seriam inerentes. Nesse horizonte, imperam atividades autônomas e com pouca estabilidade, como catador de material reciclável, jardineiro e lavador e guardador de carros, o que revela o papel desempenhado por essa população na oferta de serviços necessários à cidade, inclusive no que se refere ao cuidado com o ambiente e à segurança (UFRGS, 2016). Enfim, com tais atividades, que, em muitos casos, acabam sendo institucionalizadas pelo Estado por se mostrarem lucrativas (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992; MAGNI, 2006), quase 70% da população alcança uma renda de até um salário mínimo<sup>27</sup> mensal por pessoa, dos quais um pouco mais da metade ganha até meio salário mínimo. Se percebe, assim, que “viver na rua não significa necessariamente viver sem dinheiro, mas em grande parte significa adquirir o essencial à sobrevivência sem passar pelo mercado” (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 97).

Muito proximamente relacionada à perda do vínculo com um trabalho formal e regular

---

<sup>27</sup>Considerando o salário mínimo em vigor na época da pesquisa de R\$ 880,00.

está o afastamento da população de suas famílias. Esses dois fatores se imbricam no processo de desfiliação da sociedade, pois

A família é uma referência fundamental para as classes trabalhadoras. A distância do indivíduo do grupo familiar, principalmente quando fruto de rompimento, altera suas relações e seus projetos. Assim, a perspectiva de se manter num trabalho aceitando condições extremamente precárias para garantir o sustento da família perde a razão de ser para o indivíduo isolado, o que pode reforçar sua mobilidade de um trabalho para outro, de um lugar para outro. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 23)

O resultado disso é que é cada vez menor o contato do povo da rua com suas famílias. Se, em 2007, aqueles que mantinham contato diário com parentes representavam pouco mais de 8%, na pesquisa de 2016, esse número não alcançou nem 2%; em oposição, aqueles que perderam totalmente o contato com a família mais do que duplicaram, em decorrência, principalmente, da distância, do transporte e de problemas de relacionamento. A esses fatores, que aparecem como os principais obstáculos para que a população de rua mantenha contato com suas famílias, se juntam outros, como baixa autoestima, uso de drogas e/ou álcool, condições de violência, problemas de saúde e religião. Somando aqueles que não sabem onde sua família está, que já perderam o contato com ela ou que cresceram na rua, se chega à conclusão de que quase 90% dessa comunidade tem dificuldade de se aproximar de sua família ou de manter contato com ela (UFRGS, 2016).

Uma das explicações para isso é que a maioria das pessoas com trajetória de rua não tem familiares vivendo nas mesmas condições, o que impõe aos com pouco ou nenhum contato com seus parentes a procura em outras relações sociais dos suportes afetivo, moral e econômico que normalmente estão ligados a quem carrega o mesmo sangue. Assim, ao lado da mãe, dos irmãos e dos filhos, figuras como amigos e animais também passam a ser considerados membros da família, como uma forma de suprir a falta do convívio familiar existente entre a maior parte dessa população. É com seus companheiros de rua, aliás, que tal grupo passa a maior parte do tempo: se, em 2007, a preferência para quase 43% era estar sozinha, atualmente essa é uma opção para pouco mais de 32% dos entrevistados. No lugar, a vida em grupo, com a companhia daqueles que passam por situações semelhantes, aumentou para quase 45%, o que demonstra a importância que tem tomado para essa população a sociabilidade na rua e a construção de laços afetivos com seus iguais (UFRGS, 2016).

Nessa trajetória, aqueles que estão nas ruas ou que vivem nelas desenvolvem vínculos muito particulares com esse ambiente, principalmente no que se refere a diferentes formas de habitar, trabalhar, consumir e se relacionar. O tempo passado na rua e a relação empreendida com ela são, por exemplo, elementos que, a um só tempo, diferenciam cada um deles e unem

as suas existências. Nesse processo, para muitos, as alternativas que se oferecem passam a ser acompanhadas pela dependência química e/ou alcoólica, que acomete mais da metade da população de rua. Essa situação, que vem se agravando nos últimos anos, pode ser reflexo de uma realidade em que a bebida alcoólica funciona como um elemento socializador desse novo ambiente (Quadro 1), tão marcadamente diferente daquilo vivido antes da ida para as ruas:

QUADRO 1 – Entre perdas e ganhos, a rua

Pinga (elemento socializador básico)	
Perda	Aquisição
Trabalho temporário;	Novas formas de trabalho: <i>catação</i> de papel, bicos em geral;
Vínculos com parentes, companheiros e instituições de trabalho;	Vínculos com companheiros, grupos de rua, bicos em geral;
Residência em alojamentos, pensões, albergues;	Vínculos com lugares de rua: marquises, viadutos, mocós;
Condição de consumidor de bens e serviços, através do mercado (alimentação, vestuário, habitação);	Bens e serviços através de instituições assistenciais públicas, privadas e grupos informais;
Responsabilidades, obrigações e compromissos em relação a instituições.	Vínculos informais de solidariedade com grupos e companheiros de rua.

Fonte: VIEIRA; BEZERRA; ROSA (1992, p. 98-99, grifo das autoras).

Sem trabalho regular, sem residência fixa e sem contato familiar, esses indivíduos se encontram frente a uma situação-limite do que seria a ordem legítima da vida, pois vivem sem dois dos principais pilares morais de nossa sociedade: o trabalho e a família. Por trás desse ponto em comum, existe uma heterogeneidade de fatores que explicam a ida para as ruas; porém, ainda que diversas, muitas biografias têm, em suas linhas, histórias de abuso de álcool e/ou drogas e de questões e conflitos familiares. Entretanto, mesmo o álcool e as drogas sendo levantados como motivo mais recorrente para o início da trajetória de rua, o uso abusivo dessas substâncias deve ser tomado também como decorrência de processos anteriores de problemas familiares, afetivos e/ou econômicos, que representam a maioria das demais motivações

levantadas pelos entrevistados. Enquanto as condições materiais e financeiras precárias, como desemprego, perda da moradia e endividamento compõem uma pequena parte do que leva essa população a ocupar as ruas, os temas familiares, que acumulam a maior parte das motivações, trazem à tona experiências diversas de ruptura. São casos de conflito e/ou maus tratos na família, separação e/ou decepção amorosa, morte de algum familiar, ausência ou afastamento da família, expulsão de casa, uso de drogas e/ou álcool na família e envolvimento da família com o tráfico (UFRGS, 2016). O vínculo frágil com um emprego e com os familiares, junto de questões pessoais como o uso de drogas e bebidas alcoólicas, passam a desenhar essa realidade da qual não podem escapar. Com tantas rupturas, é comum que nutram sentimentos de abandono ou de ressentimento ou até que assumam a culpa pelo afastamento de suas famílias, muitas vezes em uma tentativa de preservá-las de danos e conflitos que a dependência química e/ou alcoólica poderia lhes causar (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992; UFRGS, 2016)

Quando a rua finalmente se configura como lugar de moradia e sobrevivência, ela se apresenta um espaço dinâmico, onde formas negativas de experienciar a situação de rua se confrontam diariamente com formas positivas. Tão heterogêneo quanto o povo da rua é a própria maneira como cada um se relaciona com esse espaço, e, por isso,

a vivência e a experiência das pessoas não devem ser analisadas apenas do ponto de vista da falta de recursos, da precariedade e dos riscos; em outras palavras, de uma perspectiva exclusivamente negativa que fundamenta, inclusive, a negação do direito de estar na rua e ocupar o espaço público de forma plena, garantindo-se o direito de ir e vir livremente e de ter acesso aos serviços públicos e privados. Trata-se de pensar esse espaço social como um lugar de apropriação, criação e desenvolvimento de outras formas de sociabilidade e existência, que não necessariamente se opõem aos valores positivos da convivência, do bem-estar e do prazer. (UFRGS, 2016, p. 80)

Nesse lugar também positivo de se viver, novas possibilidades emergem para essa comunidade. Nela, é possível assumir maior liberdade e independência, aspectos que se contrapõem à imposição de regras e valores que fazem parte da realidade de inúmeras instituições das quais a população de rua, muitas vezes, se afasta, como a família, o trabalho formal e os serviços públicos. Em especial, também a sociabilidade se apresenta como um importante fator positivo para esse grupo, pois é na rua que constrói laços afetivos com outros companheiros de rua e entra em contato com diferentes pessoas, com quem troca experiências e conhecimentos. Porém, apesar de esses pontos serem lembrados pela maioria da população, mais de ¼ dela não aprecia nenhum aspecto da vida na rua. De fato, o conjunto de aspectos negativos que envolve a rua retrata um ambiente de extrema vulnerabilidade, com eventos de discriminação, de violência e de exposição a climas rigorosos, evidenciando um processo de marginalização e de exclusão social por que passam, em decorrência do estigma que carregam.

Nesse horizonte, as brigas entre grupos de rua figuram como principal aspecto menos apreciado, o que demonstra que, apesar de a sociabilidade com outras pessoas em situação de rua ser um forte aspecto positivo desse espaço, as hostilidades nele vivenciadas partem tanto daqueles com moradia regular como daqueles que vivem sob as mesmas condições:

Além das brigas entre gangues de territórios diferentes que se enfrentam eventualmente e por motivos diversos (marcadamente pela disputa de garotas), a violência entre os membros do próprio grupo é intensa e revela a outra face da forte proximidade e intimidade entre os corpos, que ora compartilham da mesma comida, da mesma “cama” ou do mesmo parceiro sexual, ora se agredem com palavras, tapas, socos, puxões, empurrões, pedradas, pauladas, facadas ou tiros. (MAGNI, 2006, p. 80)

A tais conflitos se somam ainda a discriminação por simplesmente estar na rua, a exposição à chuva e ao frio no inverno e a vigilância da polícia. Junto a atuações de uma polícia marcada por ações muitas vezes opressoras, são levantados, como outros aspectos negativos, também a violência geral e o sentimento de insegurança, que se refletem cruamente em medos como dormir e não acordar mais no outro dia, conforme ilustra a tabela a seguir (Tabela 2):

TABELA 2 – Principais medos na rua

<i>Medo na rua</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Ser morto/assassinado/dormir e não acordar no outro dia	97	21,6
Nada	95	21,1
Outro	83	18,4
Ser agredido	65	14,4
Da polícia	57	12,7
Ser roubado/assaltado	43	9,6
Ser violentado sexualmente	10	2,2
<b>Total</b>	<b>450</b>	<b>100,0</b>

Fonte: UFRGS (2016, p. 83).

Apesar de mais de 1/5 da população afirmar não ter medo de nada, a trajetória nesse espaço é permeada de medos, sobretudo, medos de ser alvo de violências. Se somados os medos de ser assassinado, de ser agredido pela polícia ou por outros indivíduos e de ser violentado sexualmente, o medo da violência física é realidade para mais da metade do povo da rua. Entre aqueles que citaram outros medos, muitos ainda fizeram menção à violência em geral e à ação de “pessoas ruins”, evidenciando que a violência faz parte das experiências acumuladas por essa população, tanto aquelas vivenciadas no presente como as que marcaram suas trajetórias (UFRGS, 2016).

O medo da violência, porém, não é gratuito: mais de 60% da população disse já ter sofrido violência uma ou muitas vezes. Os principais agentes de tais violências, aliás, acompanham os principais medos e aspectos negativos da vida na rua elencados por essa

população: são eles outros grupos de rua e policiais da Brigada Militar, que, junto de outros servidores institucionais, representam mais de 1/3 dos praticantes de violências contra o povo da rua. A imagem de que aqueles que têm sua existência marcada pela rua são agentes em potencial de atividades ilícitas como roubo, furto e tráfico e uso de drogas funciona muitas vezes como justificativa para a criminalização dessa população, quadro que acaba por perpetrar o estigma social de permanentemente suspeitos. Por conta disso, a detenção pela polícia é realidade para mais de 70% dessa população, embora nem todos tenham, de fato, cometido algum delito. Enquanto parte das detenções foi motivada por delitos ligados ao patrimônio e outra parte por uso e tráfico de drogas, alguns já foram detidos por simplesmente estar na rua, por engano ou por ser suspeita, somando um total de quase 30% de detenções sem que se tivesse cometido qualquer delito (UFRGS, 2016).

A estigmatização que essa população sofre, entretanto, não é exclusiva dos agentes públicos de segurança. Assim como eles, o tratamento de pessoas com moradia regular ou proprietárias e/ou trabalhadoras de locais com oferta de serviços igualmente costuma ser hostil. Com desconfiança, medo, preconceito e indiferença, muitos indivíduos em situação de rua são tratados também de forma desrespeitosa, evidenciando que, paralelamente à alta frequência de tratamentos negativos, tratamentos positivos pouco fazem parte de sua realidade – apenas uma única categoria positiva, a solidariedade, é sentida pela maioria da população entrevistada. O resultado mais evidente desse tipo de tratamento é que, além da violência física, a população que traz a pobreza marcada em sua pele também é alvo de diversas violências simbólicas. Discriminados, muitos já foram impedidos de ficar ou entrar em lugares que são de direito de quaisquer cidadãos, como é o caso de praças e parques, transportes coletivos, estabelecimentos comerciais e *shopping centers*. Cerceados do seu direito de ir e vir, quase metade disse inclusive já ter sido expulsa alguma vez de onde estava, sobretudo da frente de locais e órgãos públicos e de estabelecimentos comerciais e bancos (UFRGS, 2016).

Todas as experiências aqui relatadas como constituintes do mundo da população em situação de rua são permeadas por processos múltiplos, que desvelam questões não só subjetivas, mas também socio-históricas, ligadas majoritariamente a rupturas sociais, profissionais e afetivas/familiares. É a partir de tais experiências que essa população faz escolhas para o presente e traça caminhos para o futuro. Enfim, é com base no que viveu e na leitura que faz de sua própria inserção social que o povo da rua sonha. Sonhos e projetos que conduzem suas práticas e comportamentos e que desvelam aquilo que essas pessoas consideram ser possível mudar, como a saída das ruas ou um futuro melhor. Felizmente, a maioria da população tem expectativa de mudanças: são poucos os que não têm nenhum projeto nem

imaginam um futuro para si, por já não verem mais possibilidades de melhora nem no campo da imaginação. A maioria relaciona a sua saída das ruas com a retomada de vínculos cuja falta faz perpetuar a sua situação social: quer ter casa, emprego, família. Outra parte tem em mente outros projetos para o futuro, como terminar os estudos, ter sua aposentadoria ou montar um negócio próprio, e outros não têm nenhum projeto em específico, mas sonham com um futuro melhor (UFRGS, 2016).

O porvir, entretanto, não é entendido por todos como sendo algo individual; para alguns, seus sonhos se relacionam com projetos altruístas, de preocupação socioambiental e de justiça social. A sensibilidade para se engajar na transformação de sua própria realidade e na da realidade na qual vivem é marca, sobretudo, daqueles que participam de movimentos sociais, como o MNPR e o jornal Boca de Rua (UFRGS, 2016). É por conta da mobilização e inserção política e social impulsionadas por estes e outros grupos que, na próxima seção, trato particularmente do MNPR, da Escola Porto Alegre e do jornal Boca de Rua. São elas três resistências únicas à sua maneira.

## **1.2 Onde existem resistências**

Das discussões e das pesquisas até aqui apresentadas, muitas foram acompanhadas de perto pela população em situação de rua, pois cada vez é maior a sua inserção em esferas em que o que está em debate é a realidade das ruas. Nesses espaços, esse grupo ocupa um lugar de protagonismo, pois passa a participar ativamente na construção de pautas que dizem respeito a ele próprio. É nesse cenário que se inserem os movimentos sociais apresentados nesta seção, escolhidos não somente por figurarem entre os três mais conhecidos pelo povo da rua, mas sobretudo por terem se revelado capitais na inserção dessas pessoas na sociedade.

Nas próximas páginas, portanto, faço referência a três dos quatro movimentos sociais mais conhecidos pela população de rua, de acordo com o censo de 2016: ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua, conhecido por pouco mais de 1/3 da população em situação de rua; à Escola Porto Alegre, lembrada por quase metade dessa comunidade; e ao jornal Boca de Rua, que ocupa um lugar de destaque entre os demais movimentos, sendo conhecido por quase 2/3 do povo da rua. Do geral ao mais específico, do nacional ao municipal, trago alguns passos importantes que a população de rua deu em direção à sua organização social e também política – que tornaram possível a ela se encaminhar em busca de sua cidadania.

### 1.2.1 O Movimento Nacional da População em Situação de Rua

Um movimento não pode ficar parado. E, se o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) é hoje o movimento com maior participação do povo da rua e um dos mais conhecidos na capital (UFRGS, 2016), isso é fruto de uma longa batalha contra violências, preconceitos e estigmas que permeiam as vidas daqueles que têm ou tiveram trajetória de rua. Por conta disso, embora queira tratar em especial do MNPR, isso me exige traçar um panorama mais amplo, que faça esclarecer o seu surgimento e a sua visibilidade atual. Mesmo que breve, esse desenho é necessário para evidenciar um histórico de silenciamentos que impulsionaram a organização política da população em situação de rua e que tornaram possível a ela se tornar visível por suas potencialidades e não apenas pela sua vulnerabilidade social.

O princípio da movimentação política da população em situação de rua data dos anos 90, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul<sup>28</sup>. No final de tal década, em meio a diversas mobilizações e manifestações após o fim da ditadura, parte dessa população, em especial a que trabalhava com a catação de material reciclável, se articulou em prol da criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Como um processo natural, não demorou muito para que a população de rua e os catadores que integravam o MNCR se aproximassem, já que uma das principais gerações de renda para o povo da rua, nos grandes centros urbanos, é a catação de material reciclável. Entretanto, suas semelhanças iam além do trabalho em comum: suas reivindicações denunciavam a falta de políticas públicas voltadas para ambos os grupos.

Foi no início dos anos 2000, porém, que a população de rua começou a se organizar efetivamente, “da rua pra rua” (NÓS..., 2011). Em 2001, em Brasília, um dia após o fim do I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, se realizou a I Marcha Nacional da População de Rua, na qual foram apresentadas à sociedade civil e às autoridades as reivindicações da população de rua. Entre elas, constava um anteprojeto de lei para regulamentação da profissão de catador de material reciclável, evidenciando e fortalecendo a proximidade entre as duas categorias (MNCR, 2001). Apesar de este ser um marco do início da luta do povo da rua, o processo de organização do grupo começou na década anterior, não somente pela aproximação com o MNCR, mas também por um caso emblemático. Em 1997,

---

<sup>28</sup>Para melhor organização deste texto, primeiro relato momentos relevantes para a criação do MNPR nacional e, depois, apresento como se deu a articulação do povo da rua em nível estadual. Embora tal escolha prejudique a visão de um panorama geral da organização política da população em situação de rua, creio ser a forma mais didática para tratar o tema.

morrera o índio de etnia pataxó José Galdino Jesus. Seus assassinos o teriam queimado por achar que se tratava de um mendigo, deixando em evidência para a sociedade a sorte de violências que a população de rua vinha sofrendo em silêncio.

Dois anos mais tarde, a visibilidade dessas populações começou a mudar. Se, na I Marcha Nacional, nenhum representante da Casa Civil esteve disposto a ouvir as reivindicações de ambos os grupos, em 2003, o MNPR finalmente conseguiu se encontrar com o presidente da época, Luís Inácio Lula da Silva<sup>29</sup>, graças à articulação com o MNCR. Na ocasião, a população de rua teve a oportunidade de se apresentar ao Estado enquanto movimento social organizado que reivindicava por seus direitos – uma condição para que fosse possível o contato direto com o Governo. Entretanto, foi apenas no ano seguinte, em 2004, que o interesse federal por essa população começou a tomar forma. Durante o III Festival Lixo e Cidadania, no qual aconteceu uma reunião entre o povo da rua para discutir a organização de um movimento em nível nacional, representantes da população em situação de rua entregaram oficialmente uma carta ao ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), demandando por políticas públicas para a população de rua. Nesse mesmo ano, tal população alcançou uma grande vitória: a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com a qual o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) seria implementado. Esse foi um avanço importante para a proteção e acompanhamento dessa comunidade: pela primeira vez, o povo da rua se enxergava como público-alvo de uma política pública e via os resultados de sua articulação.

Paradoxalmente, no mesmo ano em que a população de rua progredia em termos de organização coletiva e visibilidade, outro evento trágico atingiu o grupo. Poucos meses antes do III Festival, aconteceu o massacre da Praça da Sé. Em duas noites, 19 e 22 de agosto, quinze pessoas foram violentamente agredidas na cabeça enquanto dormiam perto de um dos principais pontos turísticos do centro de São Paulo. Na hora do ataque ou já no hospital, sete delas morreram. No mesmo ano, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou cinco policiais militares e um segurança clandestino, apontados como suspeitos de serem autores dos crimes. Três deles foram presos ainda no ano dos ataques, mas liberados por falta de provas<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup>O presidente era bastante próximo da comunidade de catadores e, por isso, ao longo de seus dois mandatos, sempre reservava a véspera ou antevéspera do Natal para encontrar lideranças do MNCR, como evento integrante do Natal Solidário de São Paulo.

<sup>30</sup>Em 2005, a denúncia contra os seis envolvidos foi integralmente rejeitada, por supostamente não haver provas contra os acusados; um ano depois, entretanto, a acusação contra um dos policiais e o segurança foi aceita pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e eles acabaram sendo presos, por uma testemunha tê-los reconhecido na morte de Maria Baixinha, uma das pessoas assassinada na Praça da Sé. A testemunha, Priscila Machado da Silva, acabou sendo assassinada ainda em 2005, por um dos policiais acusados pela morte de Maria Baixinha, e por outros três policiais militares, dos quais um foi absolvido e outro teve seu processo desmembrado em 2007. Assim, em 2012, apenas dois policiais foram julgados pelo assassinato de Priscila e condenados a mais de 20 anos de prisão: Sandro Cornélio de Carvalho e Renato Alves Artilheiro. No mesmo ano, o massacre foi finalmente reduzido à impunidade:

Do luto à luta, das lágrimas às palavras de ordem, a data se tornou um marco para a visibilidade daquilo por que a população de rua vinha lutando. Apesar da injustiça em torno do caso, as mortes serviram para que vidas em potencial pudessem resistir:

Eram personagens que, no discurso dos manifestantes, pareciam ter morrido para que outras pessoas não precisassem sofrer o mesmo drama e para que vidas pudessem expor o sofrimento dos que ainda viviam em contextos marcados por violência e impunidade. Em suma, vidas que eram desvalorizadas quando interrompidas, enterradas sem identificação, reconhecimento ou luto, passaram a ter um valor, uma afirmação, uma memória que marcou o dia 19 de agosto como o Dia de Luta da População de Rua e deu visibilidade não somente à violência e à impunidade, mas também à vida e ao direito de viver [...]. (LEMÕES, 2017, p. 109)

Nessa busca incessante pelo direito à vida e à dignidade, algumas iniciativas inéditas do Governo Federal começaram a emergir no campo das políticas públicas brasileiras: no início de setembro de 2005, pouco mais de um ano após o massacre da Sé, ocorreu o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua<sup>31</sup>, marcado pela participação de entidades que representavam a população de rua no debate com representantes dos poderes públicos federal, estadual e municipal e de organizações sociais. Concebido para traçar os desafios e estratégias para a elaboração de políticas públicas voltadas para a comunidade, foi nesse encontro que foi levantada a necessidade de se realizar uma pesquisa censitária do povo da rua nas principais cidades brasileiras e de se intersectorializar as políticas públicas voltadas para essa população, já que a ela não caberia apenas assistência (PIZZATO, 2012; FURTADO, 2017; LEMÕES, 2017).

Em resposta a essa e outras demandas do MNPR<sup>32</sup>, o Governo Federal instituiu, em 2006, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaboração da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Criado para desenvolver pesquisas e debater propostas de políticas públicas federais voltadas à população de rua de forma intersectorial<sup>33</sup>, produzindo ações em rede que possibilitassem, efetivamente, o atendimento aos direitos dessa

---

o MP teve negado o seu recurso para que os outros quatro acusados de envolvimento no massacre fossem julgados, bem como o seu pedido de incluir o homicídio dos outros seis mortos no massacre nas acusações contra Renato e o segurança clandestino. Nas duas decisões, o STJ entendeu que não havia provas para indiciar os quatro policiais, nem indícios suficientes para concluir que os dois acusados pelo assassinato de Maria Baixinha estivessem envolvidos com as demais mortes (FOLHA ONLINE, 2006; REDAÇÃO, 2010; MONTEIRO, 2012; HEBMÜLLER, 2014).

<sup>31</sup>Evento promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da Secretaria Nacional de Assistência Social e da Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação (BRASIL, 2006).

<sup>32</sup>Como contarei adiante, o lançamento oficial do MNPR aconteceu após este evento, o que não anula a sua organização enquanto movimento social antes de tal momento, que aconteceria uma semana após o Encontro.

<sup>33</sup>Além de quatro representante do MNPR (dois de São Paulo e dois de Belo Horizonte), participaram do GTI os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, da Educação, da Cultura, da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Justiça, a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, a Defensoria Pública da União e representantes da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS).

população, o grupo contou não apenas com representantes do Estado e da sociedade civil, mas também com representantes do MNPR, que, pela primeira vez, compuseram alguma esfera nacional de discussão política, estando presentes em todo o processo de discussão e avaliação das propostas, enquanto público-alvo da política (PIZZATO, 2012; SANTOS, 2012). Nessa lógica,

[...] o fator distintivo neste processo parece ser a auto-organização de pessoas com história de vida na rua, segundo o pressuposto da necessidade de participação popular e protagonismo de quem conhece a vida na rua e que passa a reivindicar políticas públicas efetivas desde o ponto de vista de quem conhece o sistema de atendimento e as dificuldades da vida na rua. (MELO, 2013, p.1-2)

Alguns dias após o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, durante o IV Festival Lixo e Cidadania, surgiu o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), lançado oficialmente em 2005, como um caminho por onde se poderia lutar contra as violações de direitos que atingiam a população em situação de rua e por condições de vida mais dignas (MNPR, 2010; PIZZATO, 2012). Através da inserção das vidas com trajetória de rua em espaços deliberativos e de protagonismo, o MNPR se apresenta como a possibilidade de tornar visível tais existências, tão fortemente marcadas pela violência do Estado e da sociedade civil e tão supostamente distantes da possibilidade de uma organização social coletiva<sup>34</sup>. Afinal,

Quando falamos em organização das pessoas em situação de rua logo surge a questão se elas reúnem condições para se organizar.  
 Nas ruas vemos isolamento e conflitos, mas também vemos que a própria sobrevivência exige certa organização para cuidar da vida, como no momento da alimentação, para a proteção do frio e durante o sono.  
 Neste sentido, o Movimento Nacional da População de Rua surgiu para enfrentar os riscos na rua. E mais, para repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos. Surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana. (MNPR, 2010, p. 28)

Apesar das violências que antecederam a sua criação, o Movimento nasceu em um contexto social e político promissor: tanto o poder federal, através da gestão do então presidente Lula, quanto o discurso ascendente no país em torno de políticas de direitos humanos (e não mais de caridade e assistência) propiciaram a transformação do massacre em espaço de luta pelo reconhecimento dessa população e de suas especificidades, servindo de narrativa fundadora do Movimento (MELO, 2013). Essas condições, entretanto, tomaram forma ainda em 1988, com a redemocratização do país. Com a nova Constituição Federal, foi possível à retórica dos direitos humanos se expandir, uma vez que a assistência social passou a ser

---

<sup>34</sup>Melo (2013) trata da possibilidade de mendigos e outros grupos marcados pela pobreza extrema terem consciência de classe e identidade política, mesmo se encontrando separados dos vínculos produtivos que caracterizam o capitalismo.

considerada um direito, e, portanto, àqueles que habitavam as ruas deveria recair proteção e acompanhamento e não mais caridade ou criminalização (LEITE, 2018; LEMÕES, 2017). Entretanto, mais do que público a quem o Estado deveria prover políticas de assistência, é da luta do MNPR conquistar políticas públicas de todas as áreas, para que, em rede, sejam atendidos por completo os direitos da população de rua – que nada mais são do que direitos de qualquer cidadão (NÓS..., 2011).

Como resultado desse contexto, no final do mesmo ano, o povo da rua alcançou outro grande feito: a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)<sup>35</sup>, se tornando obrigatória a criação de programas voltados para a população em situação de rua. Com a LOAS, primeira lei a nível nacional a apontar para necessidades específicas desse público, também foi criado o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que apresentava, entre suas diretrizes, o enfoque no protagonismo dos usuários dos serviços de assistência social nos momentos de elaboração e controle de políticas públicas. Desde 2008, tal Conselho contou com a participação de um representante do MNPR, primeiro integrante de um movimento popular a ser eleito para compor o CNAS, em atenção a uma de suas bandeiras: a do controle social, a partir do qual o movimento se coloca sempre atento aos modos como as políticas públicas estão sendo implantadas, para que não sejam excludentes nem higienizadoras (MNPR, 2012 *apud* SANTOS, 2012).

Como efeito direto da promulgação da LOAS e considerando uma das demandas da população de rua e a necessidade de elaboração de uma política pública de caráter nacional para esse público, o MDS<sup>36</sup> desenvolveu, de 2007 a 2008, uma pesquisa censitária nos principais municípios do país. Para o desenvolvimento da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua<sup>37</sup>, o GTI responsável pela elaboração da Política Nacional se reuniu até 2009, quando finalmente fez, no II Encontro Nacional sobre População de Rua, o encaminhamento

---

<sup>35</sup>Lei n. 11.258/05, altera a Lei Orgânica da Assistência Social e estabelece a criação de programas de amparo para a população de rua na política de assistência social, como o Serviço Especializado em Abordagem Social, o Centro de Referência para a População em Situação de Rua e o Serviço Especializado para População de Rua (BRASIL, 2005).

<sup>36</sup>A Pesquisa Nacional foi resultado de um acordo entre o MDS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (SANTOS, 2012).

<sup>37</sup>A pesquisa identificou 31.922 adultos em situação de rua, em 71 municípios pesquisados, dos quais 23 eram capitais. Na pesquisa do MDS, não foi feito nenhum levantamento em Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e Recife, pois essas capitais tinham realizado suas próprias pesquisas no mesmo período de forma independente. Se somados os dados obtidos pelo censo com o das pesquisas municipais, o número de pessoas em situação de rua nesses municípios atingia, em 2008, a marca de 45.837 indivíduos (BRASIL, 2008). No entanto, tal estudo não teve como objetivo estimar o total da população brasileira em situação de rua, visto ser fruto de pouco mais de 70 cidades. Em resposta a isso, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada realizou outro estudo, cuja estimativa foi baseada em diversas variáveis, entre elas, o número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Assim, o número se tornou bem mais elevado: a estimativa é de que existiam, em 2015, 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil (NATALINO, 2016).

final para a consolidação da Política. No evento, o GTI lançou oficialmente os resultados da pesquisa censitária feita no ano anterior pelo MDS e apresentou e debateu a proposta da Política Nacional. No fim daquele mesmo ano, a instituição da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua e do Ciamp-Rua<sup>38</sup> foi aprovada<sup>39</sup> (SANTOS, 2012). Mais do que uma conquista no campo político ou do reconhecimento da existência dessa população pelo poder público, a instituição dessa Política foi emblemática para a própria população em situação de rua, já que quase a sua totalidade (95,5%) não estava envolvida com qualquer movimento social ainda em 2008 (BRASIL, 2008).

No estado do Rio Grande do Sul, a história dos movimentos sociais organizados pela população em situação de rua de Porto Alegre remonta, em consonância à conjuntura nacional, a década de 90. Já em 1991, dentro do Albergue Abrivivência, nascia o Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua (MDM de Rua), criado com a intenção de não somente estimular o debate sobre os serviços ofertados ao povo da rua e os principais problemas vividos cotidianamente, mas também organizar a inserção política dessa comunidade, de maneira a solucionar as questões levantadas de maneira participativa e coletiva (LEITE, 2016). Aos poucos, a organização política do MDM de Rua foi se estabelecendo, até que, em 1998, o Movimento conseguiu colocar um representante seu no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com o qual pode, em 2001, aprovar uma de suas propostas pelo Orçamento Participativo: a construção de um galpão para reciclagem, que atenderia 36 famílias. Porém, no mesmo ano em que alcançou sua maior projeção, o Movimento se desarticulou, levando ao seu fim dez anos após sua criação (LEMÕES, 2017).

O fim do MDM, entretanto, de forma alguma significava o desmonte da mobilização da rua: ainda em 2001, outra organização política, o Movimento Começar de Novo, despontou. Fruto da Associação de Catadores Novo Cidadão, o novo Movimento tinha como principal direcionamento a busca por meios alternativos de trabalho e renda e, em segundo plano, a denúncia da violência sofrida pela população de rua (LEMÕES, 2017). Pouco tempo depois, em 2008, começou a surgir outra organização: na Casa de Convivência, casa de acolhimento da capital, nasceu o Movimento Aquarela da População de Rua (MAPR). Nesse espaço, os usuários passaram a relatar e a exibir seu cotidiano de violência, principalmente fruto de agressões de agentes da segurança pública, e puderam contar com o apoio dos trabalhadores

---

<sup>38</sup>Composto pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde, da Educação, da Justiça, das Cidades; do Trabalho e Emprego; dos Esportes, da Cultura e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

<sup>39</sup>Decreto n. 7.053/2009, institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua (Ciamp-Rua).

dessa casa de assistência<sup>40</sup>, que incentivavam a organização daquele grupo enquanto movimento social (CAMPOS *et al.*, 2017). Distinto dos movimentos anteriores, o Aquarela era o primeiro movimento regional a se articular e manter contato com o MNPR, por conta de sua interação com membros do MNCR (PIZZATO, 2012; LEMÕES, 2017). Além disso,

Se as mobilizações dos anos anteriores traziam para o debate coletivo a problemática dos serviços públicos (como o MDM), das alternativas de trabalho e renda e da violência estatal em suas múltiplas faces (como o Começar de Novo), podemos inferir que o Aquarela passou a conduzir todas estas demandas em suas reivindicações, mas agregando uma densidade maior ao tema dos direitos, incluindo-se aí a problematização do direito de permanecer nas ruas e, ao mesmo tempo, o direito de participar dos espaços de discussão e monitoramento das políticas públicas. (LEMÕES, 2017, p. 107)

Em 2010, entretanto, o Aquarela iniciou sua desarticulação, por conta de divergências em relação à metodologia adotada pelo Movimento Nacional para assegurar a representação de cada estado. Até então funcionando sem lideranças ou representantes, o Aquarela se viu obrigado a eleger um coordenador regional para representar o estado nas reuniões nacionais do MNPR, fato que acabou criando desgastes dentro do grupo, em um período em que se iniciava a discussão sobre a formação de um MNPR no Rio Grande do Sul. No entanto, com a ausência de qualquer movimento no estado que representasse a população em situação de rua, ficou latente entre os usuários da rede de proteção e de assistência social a necessidade de haver um movimento social organizado, para o qual pudessem relatar as constantes violências que vinham sofrendo dentro das instituições de assistência. Por conta disso, em 2013, alguns participantes do Movimento Aquarela se rearticularam, dando início a uma nova fase de lutas políticas no âmbito regional: o Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul (MNPR/RS). À semelhança do movimento anterior, também o MNPR/RS tinha como uma de suas principais características a contribuição de agentes de instituições de assistência na sua mobilização. A criação do MNPR/RS, no entanto, impôs algumas modificações em relação ao Movimento Nacional, como a abolição da figura do coordenador, que tinha sido o grande problema no período do Aquarela, a partir da horizontalidade das relações (CAMPOS, 2017; LEMÕES, 2017).

Em quase quinze anos de existência, a organização social e política do povo da rua possibilitou ao grupo alcançar algumas conquistas relevantes, como a realização do censo nacional sobre a população em situação de rua; a eleição de um representante para o Conselho

---

<sup>40</sup>Tal era o apoio dos trabalhadores da área da assistência social que inclusive o Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA) apoiou o Movimento, encabeçado por militantes sindicalistas que trabalhavam no âmbito da assistência social.

Nacional de Assistência Social, outro para o Conselho Técnico de Saúde e outro para o Conselho Nacional de Direitos Humanos; a elaboração de cartilhas para orientação de servidores públicos; a colaboração em definições conceituais da população em situação de rua. Entre todas elas, porém, se destacam a instituição da Política Nacional, embasada na pesquisa censitária demandada pelo MNPR e possível a partir do constante diálogo de líderes do Movimento com representantes do Governo Federal, e a estruturação regional do MNPR em catorze capitais brasileiras, fortalecendo a capacidade de mobilização do povo da rua e a ocupação de espaços deliberativos federais, estaduais e municipais em que o que está em foco são as experiências e problemáticas da população em situação de rua (FURTADO, 2017). Assim, tanto a instituição da Política quanto a organização estadual do Movimento funcionam no sentido de garantir tudo aquilo que falta à população em situação de rua: saúde, educação, moradia, segurança, lazer, cultura, esporte, trabalho, renda. No horizonte, o MNPR busca, enfim, o resgate da cidadania da população de rua, por meio de políticas públicas interessadas não na criação de espaços para a população de rua, mas na inserção dessa população nos espaços já existentes, sem negar as suas especificidades (SANTOS, 2012).

Para guiar essa constante luta, o MNPR se pauta em alguns princípios, que regem sua organização e suas práticas políticas. Da democracia, da solidariedade, da ética, da valorização do coletivo e do trabalho de base (MNPR, 2010) se desdobram outros princípios, como honestidade e transparência, compromisso pessoal, apartidarismo, não violência, igualdade, justiça e controle social (MNPR, 2012 *apud* SANTOS, 2012). A partir de tais pontos e para que o grupo consiga ser reconhecido pela sociedade civil e pelo poder público e, dessa forma, lutar pela elaboração de políticas para si, o MNPR estimula a presença cada vez mais atuante da população de rua em instâncias políticas que dizem respeito a ela, como fica evidente na cartilha produzida pelo Movimento (Figura 2):

FIGURA 2 – A democracia e a conquista de direitos



Fonte: MNPR (2010, p. 25)

É, portanto, necessário, para a manutenção desse trabalho, que as organizações regionais estejam em sintonia com os princípios que regem a coordenação nacional do Movimento, formando politicamente seus participantes para que participem de maneira ativa das discussões, organizem grupos de base e formem lideranças (MNPR, 2010). Afinal, é somente com lideranças preparadas que o Movimento pode qualificar sua capacidade de intervenção nas políticas públicas e se tornar importante ator social no processo de transformação e inserção social almejados pela população que representa.

A atual força que o MNPR exerce no campo político se concretiza, aqui no estado, nas inúmeras conquistas já alcançadas, fruto do amadurecimento de uma mobilização que vem sendo construída há quase 30 anos. Seguindo a linha de ação nacional em prol da defesa dos direitos da população em situação de rua, o MNPR/RS tem como aliados a universidade e os

meios de comunicação alternativos, como o jornal Boca de Rua, com os quais consegue fortalecer a luta do povo da rua e denunciar as violações sofridas (REDE, 2011). Entre tantas, se destaca a atuação do Movimento contra o fechamento de serviços voltados para a população da rua, como o Restaurante Popular e a Escola Porto Alegre. É sobre tal escola, instituição de ensino da capital que trabalha especialmente com a população em situação de rua, que trato na próxima seção.

### 1.2.2 A Escola Porto Alegre

Tratar sobre as agências que contribuem na luta pelos direitos da população em situação de rua me obriga a citar uma instituição ímpar no cenário regional quando se fala dessa comunidade: a Escola Porto Alegre (EPA), escola de ensino fundamental da rede municipal da capital criada em 1995. Atualmente, ela ocupa lugar de destaque frente às demais escolas do município e no processo de inclusão social, pois se dirige à escolarização de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social e pessoal e, especial e prioritariamente, à escolarização da população em situação de rua. Entretanto, para que se tornasse referência nacional no atendimento escolar da população em situação de rua, esse espaço precisou passar por uma série de lutas nos campos social e político, situação que o caracteriza até os dias de hoje.

A história da EPA começa em 1994. Um ano antes da criação oficial da escola, um grupo de 10 professores vinculados ao Serviço de Educação de Jovens e Adultos (SEJA)<sup>41</sup>, da Secretaria Municipal de Educação (SMED), foi às ruas de Porto Alegre para atender crianças e adolescentes em situação de rua. Com o apoio do Serviço de Educação Social de Rua (SESRUA), programa coordenado pela Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC)<sup>42</sup> para abordar e acompanhar essa parcela da população infanto-juvenil, esses profissionais buscavam uma proposta de educação que desse conta da realidade da rua de seus alunos e que abraçasse suas histórias. Em mente, tinham o que ficara instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>43</sup>: proporcionar o direito à educação àqueles que foram excluídos da

---

<sup>41</sup>O SEJA foi criado em 1989, com o objetivo de atender a população de jovens e adultos através do assessoramento aos municípios no processo de implantação dos ensinos fundamental e médio na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos.

<sup>42</sup>A partir de 2000, a FESC se tornou a atual FASC, Fundação de Assistência Social e Cidadania.

<sup>43</sup>A origem da EPA muito se deve a marcos legais ligados aos direitos das crianças e adolescentes, à educação e à assistência social. Porto Alegre foi a primeira cidade no país a criar o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e a implantar os Conselhos Tutelares, ação que seguiu o que ficara estabelecido em 1990 pelo ECA e, ainda antes, em 1988, pela Constituição Federal. Nesse cenário, ainda foram criadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, e a LOAS, em 1993, que iam em direção às propostas da EPA (SANTOS, 2018b).

escolarização formal (EPA, 2013). Até a inauguração oficial do espaço, os encontros do grupo aconteciam no canteiro de obras onde hoje se localiza a escola, construída em um terreno cedido pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para a Prefeitura Municipal da cidade (SANTOS, 2018b).

FIGURA 3 – Quando a escola é uma morada



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

No princípio de 1995, a escola foi legalmente criada<sup>44</sup> como Escola Municipal de 1ª Grau Porto Alegre e, no meio do mesmo ano, seu prédio, de estrutura reduzida, foi finalmente inaugurado. Apesar de modesta, seu objetivo era grandioso: que todos seus espaços fossem atraentes para as crianças e adolescentes em situação de rua, para que tivessem interesse em acessá-los e prazer em neles permanecer (SANTOS, 2018b). Para que isso fosse possível, a escola também foi pensada para funcionar com uma metodologia específica. Assim, tendo em vista o público-alvo a ser atendido, a EPA desenvolveria uma proposta de experiência

<sup>44</sup>Decreto Municipal 11.257, de 12 de maio de 1995, que cria a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre.

pedagógica diferenciada<sup>45</sup>, a partir do formato de Escola Aberta<sup>46</sup>. O ensino fundamental, ofertado em seis Totalidades<sup>47</sup> (CME/POA, 2014), seria construído em torno do referencial teórico de Paulo Freire, para quem a educação deveria acontecer para a cidadania. Assim, seguindo a proposta do projeto Escola Cidadã<sup>48</sup>, teria como princípios fomentar a autonomia das escolas e gestões democráticas, através da participação mais ampla da comunidade escolar, pela participação quer em eleições diretas de diretores e conselheiros escolares, quer no Planejamento e Orçamento participativos (SANTOS, 2018b; GONÇALVES, 2013).

Cinco anos após a abertura de suas portas, a EPA mudou de nome<sup>49</sup>, assim como também mudou as suas possibilidades de ensino: ela foi autorizada<sup>50</sup> a ofertar os quatro anos iniciais do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em três Totalidades, enquanto os anos finais poderiam ser cursados no Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire (CMET) (CME/POA, 2014). Apesar dessa aprovação, foi apenas em 2009 que a EPA de fato mudou seu público de estudantes, passando a atender exclusivamente alunos com 15 anos ou mais<sup>51</sup>, na modalidade EJA, visto as crianças serem mais amplamente atendidas pelos serviços de assistência social (SANTOS, 2018b). Além disso, foi nesse período que ela passou a ofertar também os anos finais do ensino fundamental para, assim, seus estudantes poderem completar o ensino fundamental com a proposta pedagógica com que estavam habituados na escola<sup>52</sup> (CME/POA, 2014).

---

<sup>45</sup>Através do Parecer n. 023/95, o Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME) se pronunciou favorável à implantação de “Proposta de Experiência Pedagógica Diferenciada” (CME/POA, 2014).

<sup>46</sup>Através do Parecer n. 412/96, o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul propõe a implantação da experiência pedagógica Escola Aberta por quatro anos na EPA (CME/POA, 2014). O Programa Escola Aberta foi concebido para fortalecer os laços criados entre a escola e sua comunidade, através da abertura aos finais de semana de instituições públicas localizadas em áreas de vulnerabilidade social. Durante sábados e/ou domingos, deveriam ser ofertadas aos estudantes e à comunidade do entorno atividades educativas, esportivas, culturais, de lazer, de formação inicial para o trabalho e de geração de renda (MEC, s.d.).

<sup>47</sup>Explico adiante esta forma de organização curricular.

<sup>48</sup>Criada durante a segunda gestão do prefeito Tarso Genro, a EPA foi fruto da chamada Administração Popular, em que a população participava na escolha daquilo que seria prioridade no gasto do orçamento público. Como parte do projeto político da Administração Popular, foi implantado o projeto Escola Cidadã.

<sup>49</sup>Através do Decreto n. 12.905/00, a Escola passa a se chamar Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre.

<sup>50</sup>Através do Parecer n. 002/2000, o Conselho Municipal de Educação aprovou o Regimento Escolar, que altera a autorização do funcionamento da EPA.

<sup>51</sup>A idade mínima de 15 anos para ingresso na EJA atende à orientação do Parecer n. 23/2008, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, reexaminado e reafirmado no Parecer 6/2010 pelos mesmos interessados.

<sup>52</sup>Segundo Parecer n. 023/2014, emitido pelo Conselho Municipal de Educação, a última aprovação do Regimento Escolar e das Bases Curriculares da escola aconteceu em 2000, não constando, portanto, as alterações em relação à oferta dos anos finais do ensino fundamental. Em resposta, a direção da escola destaca que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição foi aprovado pela Comunidade Escolar, mas ainda está à espera da aprovação da SMED e do CME. Elaborado em 2010/11 e entregue à SMED no mesmo ano, desde 2013, após visita técnica da Secretaria na escola, o PPP se encontra parado, sem que seja encaminhado para o Conselho Municipal de Educação e sem que alcance, portanto, sua validade legal.

A partir disso, se tornaram estudantes da EPA, preferencialmente, os indivíduos atendidos por redes de proteção à população de rua. Através da interlocução constante com serviços como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que mantém a Rede de Proteção Social Especial, a EPA passou a atender casos de média e alta complexidade, ou seja, aqueles de pessoas que

[...] se encontram sem referência, em situação de rua, abandono, em situação de ameaça, abrigados, com seus direitos violados (maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual), usuários de substâncias psicoativas, em cumprimento de medidas socioeducativas, com vínculos familiar e comunitário fragilizados. (EPA, 2013, p. 11)

Em semelhança, tais indivíduos costumam ser privados de um espaço de aprendizagem formal, que seja pensado para acolhê-los em seus direitos e necessidades. A EPA, nesse horizonte, se configura como um local concebido para atender às especificidades pessoais e coletivas desse grupo, ao repensar as configurações curriculares, pedagógicas, espaciais e temporais que normalmente regem as instituições escolares. Todas as medidas são tomadas para assegurar que os jovens e adultos em situação de rua e de vulnerabilidade encontrem na escola um lugar não apenas aberto para eles, mas também preocupado com a sua permanência. A localização, assim, é um aspecto que não pode ser ignorado: próxima ao centro, onde quase 40% da população de rua se encontra (UFRGS, 2016), o local é um ponto estratégico de encontro para aqueles que desejam dar continuidade a seus estudos ou até mesmo a começá-los, pois, diferente da maioria das escolas municipais da cidade, que se encontra na periferia de Porto Alegre, a EPA se situa em uma área de fácil acesso para todas as comunidades da Região Metropolitana (EPA, 2013).

Como instituição que trabalha em função da inclusão social, o que norteia o fazer da EPA é a busca pela ressignificação da relação de seus estudantes com o processo de aprendizagem, pois é a partir disso que se torna possível alterar modos de vida e trabalhar na criação de novos projetos através, sobretudo, do resgate/fortalecimento dos laços familiares, muitas vezes interrompidos com o período passado na rua (EPA, 2013; VIRGÍNIO *et al.*, 2017). Esse processo, entretanto, é um desafio não só para educandos, como também para educadores, que precisam entender a rua e a relação que se cria com ela, na medida em que

“Estar na rua” ou “ser da rua” constitui-se como um processo identitário. Os jovens que circulam e têm na rua os seus espaços, os seus lugares, assim a consideram por ter nela o palco de suas vidas: paixões, tragédias pessoais, trabalho, relações sociais. A rua incorpora tudo isso e os jovens incorporam a rua. (EPA, 2013, p. 5)

Nesse sentido, a rua deve ser percebida como constituinte desses alunos e, por isso, deve

ser ressignificada durante o processo de construção de um currículo escolar pensado para atender às demandas de quem experiencia esse espaço. A atuação da Escola, assim, se pauta sobre documentos como a Constituição Federal e a LDB, que apontam que a inclusão social deve ser oportunizada a partir da criação de espaços de trabalho crítico e autônomo, que resultem na emancipação política e social dos estudantes. O currículo, entendido como a soma de uma rede de relações, saberes e práticas escolares, está em ininterrupta reconstrução, sempre em vista a mediar aquilo que é possível com o que é o desejável (EPA, 2013).

Para tanto, a organização curricular, elaborada de acordo com os princípios do SEJA, foi feita por meio das Totalidades do Conhecimento. Inicialmente organizadas por ciclos, as Totalidades funcionam a partir de um trabalho interdisciplinar, em que os conteúdos não são nem hierarquizados nem linearizados<sup>53</sup>. As diretrizes curriculares da escola, por sua vez, se constroem em respeito às características de seus estudantes e ao direito inalienável de que todos eles são não só estudantes, mas também cidadãos. Assim, um dos alicerces que sustentam o fazer pedagógico da Escola é a noção de educação popular, que parte do diálogo com o que envolve a população de jovens e adultos em situação de rua, propondo que tais indivíduos se enxerguem enquanto senhores de suas aprendizagens:

Os sujeitos podem encontrar seu lugar (desde suas particularidades) na escola, e não o lugar que lhes é imposto. Assim, descobrem desde o primeiro momento que o que acontece na escola e nas salas de aula têm a ver com suas vidas, suas inquietações e preocupações, tendo voz e visibilidade. (EPA, 2013, p. 22)

É a partir do movimento de diálogo e escuta que é possível acolher, integrar, acompanhar, investigar e diagnosticar a vida dos estudantes, traçando ações pedagógicas e sociais que de fato propiciem a sua permanência na escola e a organização de seus projetos de vida. Como ponto de partida para esse currículo crítico e participativo, se deixa de lado o saber científico historicamente dado para, em seu lugar, partir de conhecimentos significativos: cabe aos alunos trazer para a sala de aula suas vivências e conhecimentos para, através de seu aprofundamento, refletir sobre as possibilidades de transformação da realidade. Nesse processo que parte da experiência pessoal de cada um, eles organizam e se apropriam dos conhecimentos científicos e, lançando mãos deles, podem estabelecer uma leitura mais questionadora e autônoma do mundo que os cerca e no qual se constituem. Dessa forma, com um trabalho assim estruturado, a escola se permite escutar as necessidades e interesses daqueles que preenchem

---

<sup>53</sup>As Totalidades tomam como baliza os Parâmetros Curriculares Nacionais, mas não funcionam no interior de uma estrutura fechada, em que cada conteúdo precisa ser ensinado em determinada etapa do ensino. Se assume que cada nova Totalidade vai ampliando os conhecimentos estudados, sem que seja necessário partir de uma etapa estabelecida para chegar à outra.

suas salas, possibilitando que resgatem suas trajetórias e questionem aquilo que os preocupa (EPA, 2013).

O desafio de lidar com uma população que vive “a busca caótica da sobrevivência que se impõe sobre a busca organizada do conhecimento” (EPA, 2013, p. 17) obriga a EPA a se propor como um local de diálogo e de troca de saberes, em que a pedagogia da diferença opera em favor da heterogeneidade de seus alunos (VIRGÍNIO *et al.*, 2017). Assim, a escola assume duas principais funções, que põem em foco o desafio de lidar com necessidades básicas tão distintas: uma primeira, de se construir enquanto espaço de trabalho que valorize os conhecimentos da rua, desenvolvendo suas propostas pedagógicas, a um só tempo, a partir dos conhecimentos de seus estudantes, porém organizadas pelos conhecimentos científicos; e uma segunda, através desse trabalho aproximativo, de suprir algumas faltas socioafetivas dessa comunidade. Ao basear seu ensino nos conhecimentos de seus alunos e naquilo que é de seu interesse, a escola estimula a sua autoestima, sinalizando que o exercício de sua liberdade e a sua inclusão na sociedade são fatores constituintes para o desenvolvimento de sua identidade.

A educação inclusiva proposta pela escola, porém, não existe apenas no currículo. Como mais do que um espaço de socialização dos saberes, suas estruturas refletem igualmente sua intenção de servir de acolhida. Por se tratar de um público que demanda uma atenção especializada, pela situação de rua muitas vezes acompanhada por necessidades especiais, cada turma é acompanhada por uma dupla de professores, que orienta turmas com não mais de 15 alunos, a depender da Totalidade em questão. Por conta disso e em vista à emancipação pessoal e social de seus estudantes, alguns serviços diferenciados foram estruturados, com o intuito de acolhê-los, integrá-los, acompanhá-los e desenvolvê-los criativamente. Esse é o caso do Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento (SAIA) e do Núcleo de Trabalho Educativo (NTE), ambos guiados pelo princípio da redução de danos<sup>54</sup>.

O SAIA foi implantado em 2000 com o compromisso de acolher, integrar e acompanhar os estudantes da instituição, novos ou afastados do ambiente escolar, auxiliando em questões que são transversais à permanência na escola (EPA, 2013). Assim, ao fazer, por exemplo, visitas domiciliares, agendamentos de consultas e exames e encaminhamentos para emissão de documentos, o SAIA se coloca como um apoio que extrapola aquilo que é normalmente de atribuição do Serviço de Orientação Educacional (SOE) nas escolas regulares, pois oferece um

---

<sup>54</sup>Para a Lei n. 11.343/06, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, existem atividades 1) de atenção a usuários e dependentes de drogas e 2) de reinserção social desses indivíduos. As atividades de atenção são aquelas que funcionam em vista à melhoria da qualidade de vida e à redução dos danos e riscos relacionados ao uso de drogas; as atividades de reinserção, por sua vez, são aquelas que direcionam os indivíduos para sua ressocialização (BRASIL, 2006).

acompanhamento integral do estudante, para além de sua esfera pedagógica. Por conta disso, nesse espaço, se qualificam as ações pedagógicas ofertadas aos alunos da EPA, pois sua ação parte da investigação pessoal, familiar e institucional de cada um deles, através da interlocução com instituições que fazem parte da rede de proteção a essa população vulnerável. Esse processo só é possível com a criação de um espaço de conversa e escuta com cada aluno, que é acompanhado por um educador de referência para integrar o estudante no contexto escolar (EPA, 2013).

Outro serviço diferenciado ofertado à comunidade escolar é o NTE, existente desde 1999. Nele, são oferecidos cursos de papel artesanal, jardinagem, cerâmica e informática, escolhidos a partir dos interesses e habilidades dos estudantes. O Núcleo se propõe a ser um espaço de cidadania, em que o trabalho, experienciado de forma autoral, crítica e solidária, fomenta atividades econômicas sustentáveis, a partir dos princípios da economia solidária (EPA, 2013). Assim, além de seu caráter primeiro de ser escola, local de educação e de conhecimento, a EPA entende que a realidade de seus alunos, muitos se tornando adultos, impõe que o trabalho figure como princípio educativo. Nesse sentido, o contato com formas de ofício, tal como proposto pelo NTE, não necessariamente é realizado em vista à geração de renda, mas para que os jovens adultos se preparem psicológica, emocional e socialmente com as dificuldades do mundo do trabalho, o que inclui, também, lidar com a baixa autoestima e com a falta de perspectivas de grandes mudanças na vida – questões muitas vezes até mais determinantes do que a falta de conhecimento para o exercício de certas tarefas (EPA, 2013).

Além da criação do SAIA e do NTE, outras ações foram tomadas nesse processo de adaptação da escola ao seu público atendido, que demanda, por exemplo, uma reconfiguração do tempo pedagógico, que passa a girar em torno de uma realidade escolar bem específica. Seguindo o princípio da redução de danos, os estudantes têm acompanhamento por mais de 10h por dia, nos turnos da manhã e da tarde, através de atividades de lazer, saúde e desenvolvimento social e cognitivo. Esse atendimento especial acontece inclusive durante as férias, quando atividades lúdicas e esportivas dão continuidade a um trabalho de criação de laços feito ao longo do ano. Portanto, durante todos os doze meses do ano, exceto finais de semana e feriados, a EPA está de portas abertas, como, muitas vezes, único vínculo institucional que seus estudantes possuem e única referência onde encontram proteção (EPA, 2013; SANTOS, 2018a; VIRGÍNIO *et al.*, 2017). Em uma tentativa de fazer com que esses jovens e adultos não apenas tenham acesso ao ambiente escolar, mas que nele permaneçam o maior tempo possível, algumas outras medidas foram tomadas, como o oferecimento de refeições que levem em consideração a precariedade da alimentação de muitos deles e o oferecimento de café, como forma de

minimizar não só o sono, como também a abstinência do uso de drogas. Além disso, foram criados espaços que vão além daqueles normalmente previstos nas escolas, como um local onde os estudantes podem tomar banho, outro onde lavam suas roupas e um último específico para o uso do cigarro, que também minimiza os efeitos da falta do uso de drogas (EPA, 2013; SANTOS, 2018b).

A atenção às especificidades desse grupo social teve seu reflexo: atualmente, estão matriculados na EPA em torno de 104 estudantes, que são acompanhados por 25 professores e 9 funcionários (bibliotecária, cozinheira, nutricionista), além do diretor e da vice-diretora (SANTOS, 2018a). Em 2014<sup>55</sup>, porém, esse atendimento quase foi desmantelado, pois, na época, a SMED informou<sup>56</sup> a comunidade escolar da EPA sobre o fechamento da modalidade EJA na escola, para que o município pudesse ofertar um ensino de melhor qualidade aos alunos ali atendidos e para que a escola passasse a funcionar como Escola de Educação Infantil, em respeito às atribuições prioritárias do município. Como justificativas, a SMED destacou que a EPA foi criada como Escola Aberta, sendo, portanto, de caráter transitório, e que, apesar de não existir um mapeamento correto das demandas da população em situação de rua, houve muitos avanços no acolhimento dessa comunidade através da criação de políticas públicas em áreas como a assistência social e a saúde. Em decorrência disso, a SMED poderia intervir especificamente nos processos de aprendizagem dos alunos, que não mais necessitariam de um espaço especializado e que poderiam, então, ser acolhidos na CMET Paulo Freire, escola com oferta especializada de EJA e com supostas plenas condições de acolher os alunos advindos da EPA. Por fim, a SMED destacou ser de responsabilidade do gestor público atender a população *otimizand*<sup>57</sup> recursos: em princípio, a transferência de 40 alunos<sup>58</sup> para o CMET não provocaria danos a nenhum dos lados, já que a população em situação de rua continuaria a ter um atendimento especializado, sem que isso onerasse o município (CME/POA, 2014).

Através de lutas sociais e políticas, a comunidade escolar da EPA conseguiu garantir, por meio de liminar, seu funcionamento até final do ano passado: depois de quatro anos de batalha contra a Prefeitura de Porto Alegre, em novembro de 2018, ficou determinado que a escola continuasse de portas abertas, no mesmo local, atendendo a população em situação de rua. Segundo consta na decisão, o fechamento da EPA não seria razoável, mesmo que para dar

---

<sup>55</sup>Ironicamente, também em 2014, Porto Alegre aderiu à Política Nacional para a População em Situação de Rua, o que representava o comprometimento do município em assegurar o acesso a serviços que compõem as políticas públicas de educação, lazer, cultura, esporte, entre outras.

<sup>56</sup>Ofício n. 3.090/2014, do Gabinete do Secretário e da Secretaria Municipal de Educação.

<sup>57</sup>Afinal, educação de população pobre e em situação de rua não é investimento, mas, sim, custo.

<sup>58</sup>Segundo o mesmo Ofício, apesar de 105 alunos estarem matriculados oficialmente, a frequência diária da escola ficaria em torno de 35 estudantes.

lugar a outra escola, de atendimento infantil, cuja demanda é também reconhecida. Além disso, o CMET Paulo Freire teria como esteio outras bases pedagógicas e outro tipo de acompanhamento de seus alunos, uma vez que a EPA se propõe como um lugar diferenciado, com turmas reduzidas, compostas por estudantes que convivem com os mesmos problemas. Por isso, a transferência para uma escola que não oferece nem organização semelhante nem projetos e oficinas diferenciadas poderia causar a ruptura dos vínculos já criados com o contexto escolar e promover ainda maior evasão escolar de alunos cujas vidas já são normalmente marcadas pela exclusão social. Por fim, em resposta ao suposto baixo número de estudantes aprovados na EPA, o documento menciona que, por se tratar de uma escola voltada a pessoas em situação de rua, é evidente que as dificuldades, tanto escolares quanto pedagógicas, serão extremamente maiores do que aquelas experimentadas por escolas que não atendem o mesmo público (CAVALHEIRO, 2018; FOGLIATTO, 2018).

Em resposta a essa tentativa de precarização de mais um dos direitos da população em situação de rua, a escola se manteve ativa política e socialmente: o número de alunos cresceu, assim como o número de parcerias (SANTOS, 2018b). Através de sua atuação político-pedagógica em instâncias que extrapolam os muros da escola, a EPA auxilia na formulação de políticas sociais ligadas à comunidade em situação de rua e também trabalha na garantia da qualidade de seu atendimento a partir do princípio de complementaridade de ações (EPA, 2013). Por conta disso, a EPA coordena um espaço sempre aberto a instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela articulação de casos da população de rua, com o intuito de promover ações em conjunto para a inclusão social dessas pessoas. Assim, o trabalho em rede com outros serviços municipais, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), fortalece a permanência desses alunos no ambiente escolar, já que muitos chegam a esse espaço com demandas que a escola, sozinha, não consegue suprir. Além de parcerias como essas, junto a entidades de apoio à comunidade da rua, a EPA também abraça a participação de instituições de ensino e pesquisa como a UFRGS, que desenvolve estágios curriculares e diversos projetos de extensão no espaço, e se constrói como um local de acolhida para movimentos sociais da população em situação de rua, como o MNPR/RS, cujas reuniões por lá já aconteceram, e o jornal Boca de Rua, cujos encontros acontecem no galpão da escola desde 2016. É sobre tal movimento, feito por jornalistas e jornalheiros que têm feito gritar as vozes das ruas, que trato na próxima seção.

### 1.2.3 A Alice e o Boca de Rua

Alices. Uma, com laço de fita para prender os longos cabelos loiros; outra, com os cachos pretos puxados pelas mãos arterias. Uma, vestido azul claro, cintura marcada, quase uma pequena donzela; outra, vestido laranja, largo tal uma camiseta, como uma grande moleca. Uma, do País das Maravilhas. Outra, do país das desigualdades. A Alice deste trabalho não poderia ser outra senão a que trabalha com direitos humanos, especificamente com um dos mais desrespeitados da Declaração Universal dos Direitos Humanos: o direito à comunicação. No artigo XIX dessa Declaração, consta que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 2009, p. 10). Tanto para os grupos silenciados como para os ensurdecidos, a Alice sonha que a democratização da informação traga mais igualdade.

A Alice, também conhecida como Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação, é simbolizada pela pequena menina descrita anteriormente, mas é fruto do trabalho diário de pessoas normais, homens e mulheres de idades e profissões diversas que têm em comum o interesse pela luta por uma sociedade mais igualitária. Como organização sem fins lucrativos funcionando desde 1999 de forma alternativa e autogestionável, ela tem o propósito de incentivar e desenvolver projetos sociais relacionados ao direito à comunicação de populações comumente banidas dos meios de comunicação tradicionais e negligenciadas pelas políticas públicas. Com vistas a proporcionar a todos o direito à comunicação, à cultura e à convivência harmoniosa, a Alice criou diversos projetos, cujos protagonistas normalmente não têm espaço de voz: presidiárias, prostitutas, idosas e moradores de rua são alguns dos grupos que encabeçam tais projetos (ALICE, s.d.).

O seu primogênito é o Boca, o Boca de Rua. Um ano após a fundação da Agência, em agosto de 2000, acontecia a primeira reunião do grupo, mais precisamente na praça do Cachorrinho, em frente ao Colégio Rosário, com quatro moradores de rua. Em mente, Rosina Duarte<sup>59</sup>, uma das idealizadoras do projeto, tinha a intenção de mostrar aquilo que a sociedade

---

<sup>59</sup> Neta de um radialista e de um jornalista, nunca passou pela cabeça de Rosina outro futuro senão aquele ligado à comunicação. Formada em Jornalismo desde o início da década de 80, ela trabalhou por 15 anos como repórter de grandes mídias de comunicação do estado, dos quais 10 foram como funcionária do jornal Zero Hora. Com o passar do tempo, o desejo de tratar da vida cotidiana teve de dar espaço às demandas jornalísticas, que a obrigavam a se afastar daquilo que ela idealizava como profissional. Decidiu, então, abandonar o ofício para poder se dedicar ao que ela realmente acreditava: no jornalismo das pequenas coisas, do dia-a-dia de qualquer um. Surgiu daí o anseio de fundar uma organização que colocasse em foco a comunicação de pessoas que, de tão comuns, são esquecidas. Nasceu assim a Alice; nasceu assim o Boca.

não via: o mundo pelo olhar daqueles que eram invisíveis. Mais do que garantir à população de rua o seu espaço de expressão, a democratização da comunicação proposta pelo Boca daria ao leitor o privilégio de conhecer outras realidades, de ficar mais perto de informações não veiculadas em outras mídias e de formar uma consciência crítica frente a Porto Alegre que não aparece comumente nos jornais. Assim,

O Boca, ele tem um objetivo muito claro, que é construir uma ponte, uma ponte de comunicação entre a comunidade dos moradores de rua e a população. Com isso, eu quero dizer que o objetivo do projeto não são só os moradores de rua, mas também o leitor, porque a imprensa, ela não retrata essa face da realidade. (ARQUIVO..., 2011)

Tanto para aqueles que a leem quanto para os que a produzem, a informação seria transformada. Seria, em verdade, como uma pequena revolução; afinal, que moradores de rua escrevessem seu próprio jornal era tido como impossível, já que se trataria sobretudo de pessoas que ou não saberiam escrever ou seriam analfabetas funcionais<sup>60</sup>. Contrariando as expectativas, sem nenhum dinheiro, mas pautado na convicção de que absolutamente todos têm histórias para contar, o Boca deu certo. Funcionou, porque todos, moradores de rua e coordenadores, agiram juntos. Não sabendo que era impossível, foram lá e fizeram<sup>61</sup>:

---

<sup>60</sup>Como evidenciei na primeira seção deste capítulo, isso não é verdade: mais de 80% da população em situação de rua de Porto Alegre sabe ler e escrever (FASC, 2012).

<sup>61</sup>A célebre frase de Jean Cocteau é uma das preferidas de Rosina para explicar o nascimento do Boca de Rua e, por isso, costuma ser repetida por ela durante entrevistas, palestras e reuniões do grupo.

FIGURA 4 – A primeira capa a gente nunca esquece



Fonte: JORNAL BOCA DE RUA (2000, p. 1).

Em dezembro de 2000, em pleno I Fórum Social Mundial de Porto Alegre, foi lançada a primeira edição do Boca, cuja matéria da capa anunciava: “Vozes de uma gente invisível”. De lá para cá, o Boca cresceu, passou a ser visto e atingiu a maioria. Hoje com 19 anos, o jornal continua existindo graças ao trabalho semanal de moradores de rua e colaboradores que, em encontros com duas horas de duração, fazem cada uma das quatro edições anuais acontecer. Para a produção de cada uma delas, são necessários em torno de doze reuniões, em que são repassados os informes da semana, feitas as apresentações dos novos integrantes e discutidas as pautas do jornal. Em cada primeiro encontro para um novo número, os participantes são incentivados a trazer as pautas que gostariam de ver estampadas nas dezesseis páginas do periódico e a se dividirem em pequenos grupos, de acordo com o seu interesse por determinada pauta. É também a partir das temáticas que os colaboradores se dividem: cada grupo deve contar

com a presença de ao menos um, pois é ele quem coordena o andamento das discussões de seu grupo e levanta as questões que os moradores querem ter abordadas. Para cada tema, se decide coletivamente o enfoque a ser dado, pensando no material que será necessário para a produção da reportagem e nas perguntas a serem feitas àqueles que serão entrevistados. Todo esse processo acontece no galpão da Escola Porto Alegre, lugar que acolhe o grupo desde que o Museu da Comunicação Hipólito da Costa, onde antes aconteciam as reuniões, fechou.

FIGURA 5 – Um galpão não é só um galpão



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Com o passar dos anos, os participantes conseguiram alcançar cada vez maior autonomia frente ao material produzido. Atualmente, desde a coleta das informações para as matérias até a produção das fotografias, quase tudo é feito pelo povo da rua, o que acaba configurando maior legitimidade ao que é publicado. No caso das matérias em si, uma vez que se trata de um processo de passagem do oral para o escrito, os colaboradores sempre leem em voz alta para o grupo o que foi produzido em conjunto, para que o texto seja aprovado ou sofra alguma modificação antes de ser enviado para impressão. Ao fim desse processo, a diagramação

e o projeto gráfico do material ficam sob responsabilidade da jornalista Cristina Pozzobon, que atua no Boca desde a sua primeira edição. Embora se almeje que futuramente tais processos sejam feitos com a colaboração também dos moradores, essas são etapas exclusivamente do domínio da jornalista, uma vez que não há computadores disponíveis na sede da Alice para uso dos participantes, nem eles têm conhecimentos sobre os mecanismos digitais. Tal inclusão é vista como necessária não somente por conta dos conhecimentos que adviriam dessa experiência, que proporcionariam cada vez maior autonomia e independência, mas também por conta de frequentemente Rosina e Cristina terem de suprir alguns parágrafos ou de reorganizá-los, de acordo com as imposições espaciais do jornal<sup>62</sup>. Ao fim desse grande ciclo de parcerias e colaborações, que dispõem desde o galpão para as reuniões até as câmeras fotográficas para uso nas pautas, o jornal chega enfim impresso às mãos de seus leitores, com recursos gerados pela própria Alice e por doações de pessoas físicas<sup>63</sup>.

Obstáculos econômicos, físico-espaciais, cronológicos fazem parte da história desse grupo, feito por aqueles que já são acostumados a fazer resistir sua existência. Mas o Boca não é feito apenas de lutas: conquistas igualmente compõem sua trajetória. Reconhecido nacional e internacionalmente, ele figura entre as mais de 120 publicações vendidas por populações em situação de risco, de 40 países em 24 diferentes idiomas, que estão filiadas à Rede Internacional de Publicações de Rua (*International Network os Street Papers – INSP*). Porém, diferente de todas as demais, o Boca de Rua é o único a ser produzido exclusivamente pelos moradores de rua, pois, apesar de contar com o auxílio de colaboradores para o processo de escrita e de diagramação, é atribuição dos próprios participantes não somente vender os jornais, mas também iniciar as pautas de cada edição e produzir os textos<sup>64</sup>, as fotos e as ilustrações que aparecerão nelas. Do estado ao mundo, o grupo carrega também algumas conquistas. Em 2008, no Rio Grande do Sul, recebeu o prêmio Direitos Humanos da Associação dos Juizes do Rio

---

<sup>62</sup>Para driblar os recortes necessários e que, muitas vezes, influenciam naquilo que o grupo que produziu cada reportagem gostaria de passar a seus leitores, foi criado um blog em que são disponibilizadas as matérias na íntegra e também são feitas divulgações de eventos do grupo.

<sup>63</sup>Até ano passado, a impressão ficava por conta da Federação dos Metalúrgicos CUT/RS, do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul (Sindipetro/RS) e do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (SindBancários). Antes disso, todavia, a impressão era viabilizada pela Fundação Maurício Sirostky Sobrinho, apoio frequentemente discutido pelos integrantes do projeto, que entendiam que a Fundação difundia a imagem estereotipada dos moradores de rua, através dos diversos veículos de comunicação da Rede Brasil Sul (ALLES, 2010).

<sup>64</sup>Embora o processo de escrita formal não seja feito pelos jornalistas do Boca, tal prática não é entendida pelo grupo como um fator determinante para a autoria dos textos: o jornal é da população de rua, porque é *dela* a voz que ecoa nos jornais. Isso, entretanto, abre espaço para diversas discussões no campo dos estudos da linguagem, uma vez que o ato de transformar em texto escrito o texto que é falado por outra pessoa carrega intrinsecamente a subjetividade daquele que escreve à caneta o que ouve das palavras do outro. Tais questões, porém, apesar de válidas, não tornam ilegítima a instauração do Boca de Rua como um lugar onde as pessoas são letradas – este, sim, o meu foco neste trabalho.

Grande do Sul (Ajurs-RS), e, em 2013, na Escócia, recebeu outro prêmio, no XIII Congresso da Rede Internacional da qual participa (PALOMBINI, 2015). O seu maior reconhecimento, entretanto, talvez seja aquele que provenha do próprio povo da rua: em pesquisas feitas com a população em situação de rua da cidade, o Boca descobriu ser o movimento social mais conhecido por essa comunidade (UFRGS, 2007-2008; UFRGS, 2016).

Porém, mais do que jornal ou movimento social, o Boca é uma rede. A presença nas reuniões semanais para a sua produção leva muitos dos participantes a se envolverem em outras atividades desenvolvidas junto à população de rua, como é o caso de diversas oficinas de vídeo, fotografia e escrita, propostas por pessoas ligadas ou não a projetos externos<sup>65</sup>. Assim, além das produções fruto de trabalhos acadêmicos de estudantes<sup>66</sup>, o próprio grupo, a partir da instrumentalização de tais oficinas, já produziu inúmeros materiais: um filme<sup>67</sup> (*Boca de Rua – Vozes de uma gente invisível*), dois documentários (*Carta de Porto Alegre* e *Ali na capa tá eu*), duas exposições fotográficas (*Faces da rua* e *As duas faces da rua*) e dois livros (*Histórias de mim* e *Incomuns mortais – O direito à palavra e muitos mais*). Em todos eles, vemos desabrochar a subjetividade inerente à sua existência no mundo e, sobretudo, na língua. Normalmente, um mundo que os mata e uma língua que os cala.

Se essa rede já soma tantas conquistas, isso se deve principalmente a seus participantes. Para muitos, o Boca se torna uma segunda família, inclusive com a figura da “mãe” (forma como Rosina é carinhosamente chamada pelos integrantes) e com as brigas eventuais. Por ser um lugar de afeto e honestidade, em que é seguro conversar sobre os problemas pessoais e da rua, não são poucos os moradores de rua que participam do projeto: cada reunião conta, em média, com a presença de 25 a 30 deles. A assiduidade é bastante irregular; são poucos os que aparecem em mais de três reuniões seguidas. Por conta disso, o grupo atualmente se encontra com suas 35 vagas preenchidas, o que não impede que novos participantes se juntem aos demais companheiros para acompanhar as reuniões. Nesses casos, embora não tenham direito a uma cota de jornais, os novatos podem contar com o apoio dos colegas, que porventura doam alguns

---

<sup>65</sup>Um dos projetos mais atuantes com a população de rua é o Universidade na Rua, da UFRGS, cuja proposta é compreender e debater o problema social da população moradora de rua, através do trabalho conjunto de professores e estudantes de diferentes áreas do conhecimento e do MNPR (CONHECENDO..., 2013). Entre as atividades desenvolvidas atualmente pelo Universidade na Rua está o A Cara da Rua, projeto de fotografia para geração de renda, em que a população de rua vende cartões postais de fotografias tiradas por ela própria, de prédios e paisagens de Porto Alegre.

<sup>66</sup>Como o documentário *Arquivo Boca de Rua*, produzido em 2011, e a exposição fotográfica *A rua, seus sentidos e contradições: um olhar a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) de Porto Alegre*, produzida em 2018.

<sup>67</sup> Está previsto, para 2020, a estreia de outro filme do Boca de Rua, sob direção de duas colaboradoras do projeto. À diferença do primeiro, o próximo será um longa-metragem que trará, além das reuniões do Boca, cenas de outros espaços relevantes para o povo da rua.

de seus jornais a eles. Nesse ponto, Rosina sempre faz lembrar o quão ser solidário é importante para todos ali dentro, pois, se, em uma semana, é o colega que está precisando de apoio, na semana seguinte, pode ser aquele que o ajudou a precisar do mesmo apoio. Visto que os atrasos se tornam, em alguns períodos, bastante recorrentes, e aqueles que se atrasam mais de quinze minutos perdem o seu direito à cota de jornais, o apoio se torna um mecanismo necessário para eles; caso contrário, ficam sem a renda da semana.

A por vezes superlotação do grupo se justifica: para participar do projeto, é necessário apenas ter no mínimo 16 anos<sup>68</sup>. Por todos os interessados serem aceitos no grupo e por não existir qualquer tipo de vínculo obrigatório com o projeto (à exceção da participação nas reuniões), o Boca é heterogêneo e sempre mutável. Para ser formalmente incluído nele, é exigida dos integrantes a participação em três encontros consecutivos, para que se tenha o direito a receber um crachá e exemplares do jornal; igualmente, se houver ausência em três reuniões consecutivas, acontece o desligamento do participante, que pode retornar ao grupo se comparecer a outros dois encontros consecutivos. Essas e todas as demais regras do projeto estão instituídas nos direitos e deveres e responsabilizações do grupo, revisadas e debatidas ao início de cada ano e válidas por terem sido criadas pelos próprios participantes. Todos os seus pontos são regidos pelo respeito, solidariedade e democracia nas discussões:

“REGRAS DE CONVIVÊNCIA – Jornal Boca de Rua

As regras do Jornal Boa de Rua são criadas pela própria equipe. Podem ser modificadas por meio do debate em grupo. São regras de convivência comunitária e, principalmente, regras de um grupo de trabalho. Elas são a Lei do Boca.

DIREITOS

1. Todo o integrante do Boca tem direito ao RESPEITO por parte de todo o grupo, seja qual for a sua escolaridade, condição física ou mental, tempo de vinculação à equipe, gênero e sexualidade. E uma das primeiras formas de respeito é dizer a verdade.
2. O ingresso e a vinculação ao grupo dependem apenas da vontade da pessoa, do respeito às regras do grupo, não sendo necessária entrevista inicial ou outros pré-requisitos. Os novos integrantes passarão apenas por uma entrevista para esclarecerem suas motivações para participarem do grupo e também para serem informados de como o Boca funciona. Deverão frequentar três reuniões como ouvintes, passando a receber sua cota semanal de jornal a partir da quarta semana de frequência (sem faltas).
3. Mães, pais, avós ou responsáveis pelas crianças e adolescentes do Boquinha têm direito a receber e a vender jornais.

---

<sup>68</sup>Os mais novos são orientados a participar do Boquinha, encarte infanto-juvenil que integra o Boca de Rua e que é produzido por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social a partir de encontros lúdicos. Em atenção ao Estatuto da Criança e do Adolescente, os integrantes do Boquinha não recebem cotas de jornais, mas sim seus responsáveis, que podem vendê-los nas ruas e sinaleiras da cidade.

4. Mães de bebês têm direito à licença maternidade de quatro meses (companheiros, irmãos ou amigos autorizados podem receber a cota de jornais por elas desde que participe da reunião) e uma cota extra de 10 jornais durante os três primeiros meses, se houver números de jornais suficientes para isso.
5. Toda a equipe deverá seguir os princípios da Solidariedade e da Democracia
6. Todos têm direito à palavra, ao voto e a representarem o Boca, desde que escolhidos por votação ou consenso durante a reunião
7. Todos têm direito à defesa e a uma segunda chance desde que admita sua falha diante do grupo, que tomará a decisão.
8. Todos os integrantes que se ausentarem por estarem trabalhando, internados no hospital, na prisão, na escola ou em viagem, podem retornar imediatamente ao jornal sem necessidade de frequentar três reuniões.

#### DEVERES

Na reunião e nos locais ou eventos onde o Boca seja representado se, não pode:

1. Cometer desrespeito, agressão, comparecer chapado ou alcoolizado ao ponto de perturbar a reunião.

Suspensão da reunião (não recebe jornal, ao final)

No caso de falta grave (agressão física ou ofensa verbal grave, não parar de gritar, impedindo a reunião de continuar) –1 mês

No caso da mesma pessoa cometer a mesma falta

Segunda vez- 1 mês

Terceira vez - 3 meses

Quarta vez – suspensão por tempo indeterminado

2. Dormir, deitar, comer e fumar

Suspensão da reunião se persistir após ser chamado a atenção três vezes.

3. Faltar mais de três vezes sem justificativa (escrita ou aprovada em reunião

Comparecer a duas reuniões sem receber jornal

4. Atrasar mais de 15 minutos

Se não trouxer comprovante, deve apresentar uma justificativa para aprovação ou não dos colegas. Caso isso não aconteça não receberá jornal ao final da reunião, mas os colegas podem apoiar.

5. Sair sem conferir e/ou assinar os jornais [...]

(JORNAL BOCA DE RUA, p. 1-2, não publicado)

O jornal, nesse sentido, se configura como mais um meio na educação não-institucional dos seus integrantes, pois, mesmo tendo suas regras de participação, é mais flexível do que a escola<sup>69</sup> ou do que um emprego. Por estarem afastados de uma configuração de ensino e de trabalho que demanda o cumprimento de ordens e de horários, muitos de seus participantes provavelmente não conseguiriam permanecer no Boca, caso ele partisse da mesma lógica que rege outras instituições (ALLES, 2010). Por outro lado, o fato de o Boca ser um projeto centrado nos anseios do próprio grupo a que pertencem seus membros faz com que se promova um

<sup>69</sup>Muitos integrantes frequentam ou já frequentaram a Escola Porto Alegre, onde ocorrem as reuniões, como alunos da Educação de Jovens e Adultos.

panorama ainda mais produtivo para o aprendizado (SIMÕES *et al.* 2012), já que é essa educação popular que auxilia na construção/reelaboração das culturas populares e também na formação dos integrantes do grupo enquanto cidadãos (PERUZZO, 1999).

Por partir da reflexão crítica sobre o lugar que ocupam na sociedade, o jornal não apenas trata de problemas vividos pelos moradores de rua, mas também informa sobre o cotidiano das ruas e questões comuns a toda a sociedade, como o mapeamento dos buracos da cidade e a divulgação dos bastidores do carnaval gaúcho. Tais pontos, embora pareçam não afetar as vidas da rua, fazem parte do conjunto de reivindicações a que tem direito qualquer cidadão, mas, dadas as proporções, pouco seriam ouvidas caso saíssem da boca de cada morador (de rua ou de casa) separadamente. Nesse sentido, por ser um coletivo, o Boca consegue reclamar por mudanças diretamente àqueles com algum poder de decisão, o que dá autonomia e poder ao grupo, na medida em que “a oportunidade de se expressar sem intermediários externos os torna parte integrante de uma sociedade que os excluiu, colocando-os como sujeitos da sua história” (INTEGRANTES E COLABORADORES, 2017, p. 201). Em decorrência disso, o espaço proporcionado pelo jornal não funciona apenas como um local de denúncia, como também de afirmação: nele, as pessoas concretizam a sua humanidade e a sua cidadania ao conseguirem se comunicar e conviver com os demais grupos sociais. Enfim, se percebe aí o quanto do intersubjetivo depende o subjetivo; o quanto os textos do Boca são atravessados pela marca sempre pessoal daqueles que escrevem – e que escrevem para aqueles que se dispõem a ouvi-los e a lhes responder.

O Boca é, assim, um projeto engajado socialmente, porque percebe que o direito ao acesso à informação e à cultura é um direito negligenciado. Entretanto, só isso não bastaria: para ele funcionar, precisaram ser criadas situações de intersubjetividade recompensadoras – gratificantes, nas palavras de Petit (2009) –, em que a presença de cada um de seus integrantes é tomada como uma presença importante para a construção daquele lugar. Embora seja um espaço coletivo, cada indivíduo é tomado em sua particularidade: detalhes como ser conhecido pelo nome e ter a chance de ser ouvido concretizam um espaço que entende que “[...] os rumos de um destino podem ser reorientados por meio de uma intersubjetividade, uma disponibilidade psíquica, uma atenção, e que isso, assim como a simbolização, é o cerne da construção ou da reconstrução de si mesmo” (PETIT, 2010, p. 41). Isso tudo é construído a partir de uma postura extremamente respeitosa com o momento de cada um, pois, longe de adotar uma conduta intrometida ou controladora, obrigando aos mais quietos a falar, o espaço de participação do Boca é baseado em um clima de atenção a seus integrantes, que podem e devem falar quando se sentirem à vontade, visto que ali é um espaço cujo diálogo sempre terá em foco o

protagonismo dessa comunidade.

Além de ser um suporte informativo e um espaço de existência, no entanto, o Boca é também um projeto de geração de renda, já que, por conta das condições de seus participantes, muitos não conseguem assumir cargos de trabalho com carteira assinada. Por causa dele, parte dos integrantes já conseguiu sair da situação de rua: dos mais de 150 moradores que já passaram pelo jornal, mais de 70 mudaram sua condição (PALOMBINI, 2015). Nesse horizonte, o Boca se instaura não somente como um meio de luta contra a privação do exercício pleno da cidadania, mas, mais urgente, como uma fonte alternativa de renda, pois todo o valor arrecadado com a venda dos jornais é revertido para os próprios integrantes do grupo. Os dois reais de cada exemplar, que totalizam em torno de 70 reais semanais, são utilizados da forma como cada um julgar pertinente, assim como acontece com qualquer outro trabalhador. Antes de ser uma medida social, o projeto é uma forma de ofício, cujo trabalho é legitimado tanto pelo valor recebido com as vendas quanto pelo reconhecimento daqueles que compram o jornal. Proporcionando o *ter*, o jornal proporciona o *ser*: com o Boca, eles *têm* um trabalho, mas, antes de tudo, eles *são* trabalhadores. Mudam, enfim, seu papel social, mesmo que ainda estejam nas ruas.

Para além dos ganhos monetários, que se instauram como os mais importantes para aqueles que precisam garantir a sobrevivência a cada novo dia, há, com o Boca, também um ganho sociocultural: os integrantes passam a entrar em contato com práticas de letramento no trabalho com textos jornalísticos, cuja circulação social propicia uma aproximação com outras classes sociais e, mais do que isso, uma equiparação a elas, tidas como as únicas que teriam acesso à cultura escrita que envolve produzir um jornal. Este último ganho, embora possa ser apenas uma consequência para os que integram o jornal, é essencial para que consigam se constituir como cidadãos em uma sociedade que os anula através do silenciamento de sua subjetividade e para que, com base nisso, possam sair da situação em que se encontram:

Muitos chegam até as reuniões do jornal e não acreditam que sairá impresso aquilo que pensam. Ser escutado não é uma prática cotidiana. A sensação de poder, mínimo que seja, que a prática da composição do jornal confere a cada um de seus membros, faz com que consigam questionar algumas coisas que permaneciam no âmbito da queixa. Esse já é um salto na direção da criação de outras maneiras possíveis de viver. (BECHLER, 2004, p. 38)

Nesse sentido, o objetivo do jornal não é tirar os moradores das ruas; é, efetivamente, auxiliar seus integrantes no alcance de melhores condições de vida, quer pela inserção social alcançada através de seu letramento, quer pela renda fruto da venda dos exemplares (ALICE, 2008). Como projeto de comunicação mais do que social, as pessoas envolvidas em sua

produção atuam como uma rede de apoio, a partir da qual os moradores podem, se assim o quiserem, sair das ruas. Embora isso possa ser uma consequência do trabalho no Boca, não existe nenhum tipo de imposição nesse sentido<sup>70</sup>, pois o que se quer é que

[...] os integrantes tomem consciência da reivindicação de seus direitos, comecem a expressar-se por meio da escrita, voltem a estudar, tratem da saúde, estabeleçam outra relação com a cidade, lutem por moradia e mudem a sua autoimagem. De “vagabundos, drogados, ex-presidiários, aidéticos” – como frequentemente se definiam – passaram a trabalhadores e cidadãos participantes de um grupo organizado (INTEGRANTES E COLABORADORES, 2017, p. 200).

Ao instruir os participantes a trabalharem como jornalistas e jornaleiros, o Boca busca se distanciar de qualquer prática assistencialista. Mesmo com a existência de definições que indiquem quem são aqueles em situação de rua, a mendicância persiste como uma característica inerente à imagem do morador de rua: faz parte do imaginário social perceber este como, sobretudo, alguém para quem falta algo. O dispositivo do jornal, entretanto, enquanto forma não somente de resistência, mas também de subversão ao que é esperado dessa população, provoca um deslocamento em relação à caracterização dessas pessoas. Se a mendicância, a pobreza, a vagabundagem, que lhes seriam as principais características, deixam de existir, qual passa a ser a sua característica pessoal? Fora do estigma do morador de rua, o que eles podem se tornar e de que forma a sua subjetividade e letramento, fomentados a partir do jornal, podem lhes proporcionar melhores condições para participar de práticas sociais? O jornal abre, inegavelmente, um espaço outro, em que é possível pensar tais pessoas não mais sob a figura do necessitado, mas sob a óptica daquele que provê: não dinheiro, mas conhecimentos, opiniões, percepções diferentes – a partir de textos escritos, orais, imagéticos.

A assistência do Boca existe, assim, somente no sentido de contribuir para que os rótulos que cerceiam as possibilidades dos moradores de rua sejam deixados para trás. No lugar deles, outros predicativos, que denotam as inúmeras possibilidades de existência dessa população, inclusive aquelas ligadas à língua escrita, são construídos. É por isso que é do meu interesse investigar como esses indivíduos puderam se transformar a partir da escrita do jornal. Acredito que é o que acontece antes, durante e depois das reuniões do Boca de Rua que faz com que ele se constitua como uma agência de letramento, pois a interação entre iguais e a discussão sobre vivências significativas para esse grupo influenciam diretamente no aprender a ser autor e no aprender a assumir uma posição de singularidade e cidadania. No contexto proposto pelo jornal, existe um espaço em que todos trabalham conjuntamente e ocupam papéis de mesma

---

<sup>70</sup>Em resposta a essa realidade das ruas, em que o abuso de drogas e álcool faz parte do cotidiano de parte dessa comunidade, o Boca procura acolher, em suas reuniões, aqueles que estão “acompanhados”, desde que o andamento do encontro não seja atrapalhado.

importância, o que conduz os participantes não somente à autonomia, autoria e protagonismo ao falarem de questões que são relevantes para si, mas também a um sentimento de pertencimento a uma cultura que, até então, era interdita a eles – a cultura escrita. Todas essas questões, entretanto, são efeito de um entendimento de língua que concebe como fundamental a inscrição de um locutor naquilo que produz, textual ou oralmente. Como sustentarei no próximo capítulo, é senão pela subjetividade e intersubjetividade inerentes à língua que aos participantes do Boca se torna possível o letramento, a autoria, a cidadania e a visibilidade social. É, enfim, partindo de uma língua que serve para *viver* que este trabalho dissertará.



## CAPÍTULO 2

### **PELO GRITO DOS SILENCIADOS:** a subjetividade de quem é da rua

*Um jornal fala e por isso o nosso tem até o nome de Boca. Mas também escuta o povo da rua, escuta outros movimentos. As pessoas também nos escutam quando compram nosso jornal, a universidade nos escuta quando nos chama para falar do nosso trabalho. O outro lado da cidade nos vê porque nos escuta e nos lê. Ver, falar e escutar. É assim que a comunicação é feita.*

Jornal Boca de Rua (2015, p. 3)

## **2 PELO GRITO DOS SILENCIADOS:** a subjetividade de quem é da rua

Este é um trabalho de Linguística Aplicada e, como tal, entende a língua como prática social situada. Isso não impede, entretanto, que ele converse com outras áreas; pelo contrário, é próprio da natureza da Linguística Aplicada empreender esses diálogos. É nesse horizonte que esta pesquisa se desenha: nele, proponho me aproximar da Linguística da Enunciação, em especial da linguística enunciativa de Émile Benveniste<sup>71</sup>, para pensar como o letramento dos participantes do jornal Boca de Rua se torna possível, através de uma metodologia que, como explicarei no próximo capítulo, deve muito de sua existência à prática antropológica. Com este capítulo, portanto, trago reflexões teóricas que dão subsídios para a leitura que faço dos dados desta etnografia, uma vez que acredito ser enunciação e letramento que, juntos, podem levar esses indivíduos a ocuparem uma posição cidadã em nossa sociedade, através da autoria de seus textos e da visibilidade social que deles advêm.

Para desenvolver essa ideia, nas próximas páginas, apresento alguns pontos centrais das reflexões do autor que guia a minha visão de língua, pautadas sobretudo em uma perspectiva intersubjetiva, em que cada locutor mobiliza a língua para mostrar sua singularidade no discurso: Émile Benveniste. A partir da potência de se estudar o letramento sob o viés do sujeito, sigo para a segunda seção, em que trago diferentes modos de tratar o letramento, ora como habilidade, ora como prática social, me associando a esta última vertente, através da qual é possível ver sujeitos em interação com outros sujeitos e com seus contextos sociais, históricos, políticos, culturais.

### **2.1 A produção de si mesmo como condição humana**

O homem existe na língua. Longe de considerá-la um sistema de signos fechado, do qual devemos apartar aspectos históricos, sociológicos, psicológicos, em favor da objetividade da realidade, parto de um entendimento de língua que fomenta a necessidade de fazer retornar aquele que estrutura qualquer possibilidade de língua: o sujeito. A formulação de uma teoria que desse conta desses dois âmbitos inerentes à língua (ser um sistema, mas que assumido por um sujeito) não foi o primeiro movimento entre aqueles que pensavam uma linguística geral: os primeiros passos nessa área, dados por Ferdinand de Saussure, partiam de uma concepção

---

<sup>71</sup>Embora se costume utilizar a expressão “teoria da enunciação” em associação a Benveniste, o autor nunca se propôs, explicitamente, a formular uma teoria. Essa é uma leitura feita posteriormente por seus leitores, por haver certa continuidade nas reflexões empreendidas em cada um de seus artigos (FLORES, 2013).

de língua que devia ser interpretada internamente, a partir das formas linguísticas que compunham cada sistema. A essas primeiras teorizações, cujas formulações eram abstraídas do uso concreto, foi acrescentada a ideia da língua como discurso, porque enunciada por um sujeito. Junto ao interno, ao sistema, foi trazido o externo, que completava e tornava coerente uma ciência que, até então, precisava excluir traços que a constituíam (NORMAND, 1996).

Foi Émile Benveniste<sup>72</sup> um dos primeiros a pensar a língua dessa forma. Mesmo que, em sua base, possamos ver muito da influência de seus antecessores em suas reflexões<sup>73</sup>, o modo como Benveniste instaurou a língua foi totalmente diferente da forma como era feito em sua época: coube a ele reivindicar, para o sistema linguístico, o lugar do sujeito e, para a linguagem, o lugar da instauração da intersubjetividade do homem. Sem deixar de compor um sistema, o sistema linguístico passou a ter em vista os fenômenos da enunciação, quando a língua é posta em funcionamento por um ato individual de utilização (BENVENISTE, 2006f). Sendo fruto de um ato, o sentido não poderia ser mais entendido tão somente como emergente de um sistema linguístico fechado, mas também como resultado de um exercício de linguagem: o sentido se tornou condição obrigatória para que qualquer unidade de qualquer nível (sintático, morfológico, fonêmico) pudesse alcançar *status* linguístico. Uma vez que seu maior interesse teórico era trazer o sentido para o centro das análises linguísticas, ele teve de fazer retornar a figura do *sujeito*, na medida em que é sempre o sujeito quem fala e dá sentido àquilo que fala (NORMAND, 1996). Por dar a ele um espaço na teoria linguística ao considerá-lo instância necessária para se pensar o discurso e sua natureza, Benveniste acabou criando um meio propício para, finalmente, se entender o fenômeno linguístico como fenômeno social (TEIXEIRA; MESSA, 2015).

A dinâmica de realização do discurso, entretanto, não foi de seu interesse apenas no

---

<sup>72</sup>Por conta da diversidade de campos de atuação de Benveniste, é necessário fazer recortes de sua obra, levando em consideração, entretanto, que nenhum termo em sua teoria pode ser estudado separadamente, por compor uma rede conceitual em que a compreensão de um termo depende de sua relação com outros termos dessa rede. São os chamados conceitos primitivos, cuja definição é dependente de outros termos e conceitos. Por conta disso, embora o enfoque desta pesquisa seja tratar da subjetividade e intersubjetividade inerentes ao processo de apropriação da língua, trato de outros conceitos centrais para a Linguística benvenistiana, como as noções de linguagem e língua, homem, locutor, categoria de pessoa e sujeito e, finalmente, enunciação e discurso (FLORES, 2016). Para tanto, os artigos que aqui tiveram suas reflexões levantadas foram os seguintes: Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística; Estrutura das relações de pessoa no verbo; A Natureza dos pronomes e Da subjetividade na linguagem (capítulos 2, 18, 20 e 21, respectivamente, da obra *Problemas de Linguística Geral I*), e Estruturalismo e linguística; Esta linguagem que faz história; Semiologia da língua; A linguagem e a experiência humana; O aparelho formal da enunciação; Estrutura da língua e estrutura da sociedade e A forma e o sentido na linguagem (capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 15, respectivamente, da obra *Problemas de Linguística Geral II*).

<sup>73</sup>Inúmeras são as obras que associam a trajetória de Benveniste a Saussure. Para Normand (2006), Benveniste parte dos princípios de análise linguística saussurianos, como as noções de estrutura e de signo, mas os ultrapassa, ao pensar o nível semântico como também produtivo na significação. O próprio Benveniste, inclusive, conclui que era “necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único do qual dependeria simultaneamente a estrutura com o funcionamento da língua” (2006g, p. 67).

campo da Linguística. Tendo em conta o seu interesse maior na significação, fizeram parte da história de Benveniste como linguista incursões em outras áreas de pesquisa, como a literatura, a cultura e a etnologia<sup>74</sup>, e o conhecimento de diversas línguas e sociedades. Como consequência de uma concepção de língua para a qual o sujeito era protagonista, o autor igualmente se aproximou de outros campos relacionados aos estudos da linguagem, como a antropologia, a sociologia, a filosofia e a psicanálise. Enfim, Benveniste era um pesquisador compenetrado em aprender inúmeras línguas, mas não menos disposto a ir a campo para entender a relação daqueles cujo mundo era traçado pelas línguas que ele aprendia:

Inicialmente, estudei, entre a metade de junho e o final de julho, a língua dos índios tlingit [...]. Pode ser útil assinalar que os tlingit têm a reputação de ser, entre os índios do Alasca, os mais avessos à pesquisa. Sua recusa obstinada em fornecer informações completas sobre sua língua e suas tradições desencorajou vários etnógrafos [...]. **Tive a sorte de fazê-los aceitar minhas perguntas e de obter deles preciosas informações sobre os temas que me interessavam.** Pude até mesmo visitar, em Klukwan, as casas de cerimônia de vários clãs e ver os objetos ritualísticos e as máscaras, que não são mostradas aos estrangeiros. [...] Reuni um grande número de dados lexicais, sobretudo em relação aos principais aspectos da cultura. [...] Analisando os termos que denominam a instituição e fazendo com que os informantes os comentem, **pude formar, a respeito desses fatos culturais, uma noção mais racional e menos “exótica” do que aquela hoje admitida.** (REDARD, 2014, p. 219-220, grifos meus)

Apesar de raros e de número reduzido, trechos como esse, dos diários de campo das viagens do autor em comunidades linguísticas pouco conhecidas, mostram a preocupação de um pesquisador interessado em orientar suas reflexões a partir da maneira como cada sociedade *vivia* a sua língua. No princípio de tal posição, está a percepção de que o homem existe na e pela linguagem, a partir da qual, através de cada novo ato enunciativo, se singulariza (BENVENISTE, 2005b). Nada é exótico, portanto. Por conta disso, podemos dizer que Benveniste lançou uma visão antropológica da linguagem, visto que, para tratar de sua natureza, foi necessário apontar para uma significação possível apenas pela enunciação, pelo ato mesmo de apropriação<sup>75</sup> da língua. Nesse horizonte, mais do que indissociáveis, homem e linguagem são mutuamente constituintes: o homem é inseparável da linguagem, pois é nela e por ela que ele se instaura como sujeito, enquanto a linguagem é inerente ao homem, pois nem ele nem sua

<sup>74</sup>Para Lévi-Strauss (2008), a etnologia seria uma etapa posterior à etnografia dentro de uma pesquisa. Como estágio inicial, a etnografia comporia as observações e descrições de aspectos culturais de comunidades particulares, visando à reconstituição das vidas dos grupos humanos estudados. A etnologia, por sua vez, partiria dos documentos coletados durante o trabalho de campo do etnógrafo para traçar comparações cujas conclusões pudessem ser estendidas a outras sociedades. Se percebe, assim, a forte ligação de Benveniste com as ciências antropológicas, das quais advêm metodologias preocupadas em fazer renascer a experiência situada de indivíduos e sociedades. Enfim, a aproximação entre Benveniste, letramento e etnografia se mostra possível.

<sup>75</sup>Para Flores (2013), a apropriação a que se refere Benveniste não se construiria no sentido de “tomar posse de algo” (no caso, da língua), mas verdadeiramente no sentido de “tornar próprio de si”. Assim, a língua seria tornada própria do locutor, a cada vez única e individual a toda vez que fosse posta em funcionamento.

experiência no mundo poderiam existir fora da linguagem (BENVENISTE, 2005d; 2006b). Essa condição, aliás, é assim desde o princípio do homem, uma vez que jamais encontramos um homem com e outro sem linguagem, pois

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 2005b, p. 285)

A linguagem, portanto, é natural ao homem. Embora ela possa, por um instante, ser pensada como um instrumento de comunicação, por ser o melhor meio de que o homem dispõe para se comunicar, ela não pode ser assim considerada por não ter sido nunca criada. Na verdade, a capacidade e a finalidade da linguagem de *significar* transcendem todas as demais funções que ela desempenha entre os homens, sejam elas individuais, sejam coletivas, de fala, escrita, pensamento, ação. Anterior a qualquer uma dessas realizações, a linguagem serve para dizer alguma coisa, para produzir sentidos para o outro; serve, enfim, para *viver*. Vista dessa forma, ela é inerente e interna ao homem, pois nunca esteve dele separada, nem foi por ele inventada: é uma faculdade de expressão da qual o homem não pode escapar, uma vez que faz parte de sua própria condição de existência. Na medida em que o homem nunca pode ser apreendido fora da linguagem, ele não consegue se relacionar com o mundo nem com outros homens direta e naturalmente. O homem só existe como tal por causa da linguagem, que nela se coloca sob a condição de intersubjetividade. É por isso que encontramos sempre no mundo um homem falando – e falando com outro homem necessariamente: a linguagem não somente exige como pressupõe a presença do outro, pois “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*” (BENVENISTE, 2005b, p. 286, grifos do autor). Assim, se por um instante pensamos que a linguagem funciona para a comunicação, logo percebemos que, em realidade, essa não é mais do que a consequência de uma condição da qual a linguagem não pode prescindir, que é a condição de intersubjetividade.

Vemos, nesse horizonte, que a linguagem, primordial para que o homem exista, é referida sempre a outro homem: é a intersubjetividade, enfim, que funda a experiência humana na linguagem, pois ela é o intermédio sem o qual o homem não pode simbolizar qualquer relação com o mundo (BENVENISTE, 2006g). Ao conceber o homem dessa maneira, é pressuposto que ele só pode estar na língua porque está, antes, na linguagem, que o constitui e que permite que cada locutor se proponha como sujeito ao remeter a si como *eu* e a outro como

*tu* (BENVENISTE, 2005b). Assim, para se apresentar como sujeito, o próprio locutor deve estar constituído pelo outro, na medida em que

Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa por *eu*. [...] A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. (BENVENISTE, 2005b, p. 286, grifos do autor)

É propriedade universal da linguagem ser, assim, intersubjetiva. Dessa inversibilidade de *eu* e *tu* depende a própria noção de subjetividade<sup>76</sup>, pois, apesar de ela ser construída linguisticamente a partir das categorias de pessoa, tais formas só se tornam plenas quando assumidas na interação entre o par enunciativo. A possibilidade de subjetividade, portanto, se concretiza na justa medida em que dispomos de uma faculdade simbolizante que, além de apresentar uma forma para representar o mundo através de signos, oferece os mecanismos necessários para fazer emergir o sujeito a cada vez que a língua é posta em exercício. É, portanto, nos atos de fala que a subjetividade se constrói: a capacidade de o locutor se propor como sujeito é uma propriedade que emerge na instância do discurso, e dela decorrem as marcas linguísticas que atestam a presença do homem na língua<sup>77</sup>. Para isso acontecer, porém, o homem não pode jamais estar sozinho, visto que a interação linguística é possível apenas quando se tem o outro diante de si. Dessa forma, como uma condição própria da linguagem, o homem não apenas precisa se apropriar da faculdade de simbolizar, como também precisa se dirigir a alguém, a seu alocutário. Enfim, para que a língua se atualize em um discurso, é apenas necessário “que alguém fale (eu) para outro alguém (tu) de algo (ele)” (FLORES, 2004, p. 223). Mesmo que a enunciação seja associada ao exercício da língua por um ato individual de apropriação<sup>78</sup> – em que *eu* enuncia –, a sua utilização acontece sempre tendo em vista a dimensão dialógica da dinâmica do discurso – em que *eu* enuncia para *tu*:

Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação. (BENVENISTE, 2006f, p. 87, grifo do autor)

<sup>76</sup>Benveniste adota o termo ‘subjetividade’ não para se referir ao sentimento de cada um de se perceber em sua singularidade, mas à capacidade de um locutor passar a sujeito a partir da apropriação da língua. Essa passagem é determinada, linguisticamente, pela categoria da pessoa (BENVENISTE, 2005b).

<sup>77</sup>Afinal, como Flores aponta, “[...] podemos até não falar a mesma língua, mas precisamos estar em uma língua, seja ela qual for. Essa é a condição de existência do homem” (2013, p. 116).

<sup>78</sup>Como discutirei adiante, todas as reflexões em torno da enunciação podem ser pensadas tanto para a fala quanto para a escrita, pois em ambas a língua é apropriada por um locutor que se marca no discurso enquanto sujeito (ENDRUWEIT, 2004)

Assim dito, a significação não pode ser pensada fora da subjetividade nem, em consequência, da intersubjetividade. Se ela existe através de um ato individual de enunciação, em que o locutor se apropria da língua e introduz a si mesmo naquilo que fala, é sempre tendo em vista o outro, a quem se dirige e de quem espera resposta. Quando falamos de enunciação, portanto, falamos de alocação, pois é o diálogo, o homem falando com outro homem, que funda, a um só tempo, subjetividade e discursividade: sempre que “ego” diz *ego*, sempre que o locutor se propõe como sujeito em sua enunciação ao se designar *eu*, isso é feito tendo em vista um interlocutor, o *tu*. Assim, o diálogo do qual necessita *eu* para existir se constrói sempre, em qualquer cenário, sob a condição de intersubjetividade. Enfim, como *eu* não pode existir senão em relação a *tu*, também a subjetividade não pode ser pensada fora da intersubjetividade. Por isso, a subjetividade não deve ser projetada no *eu*, mas, antes, na intersubjetividade entre *eu* e *tu*, condição da qual *eu* necessita para que se constitua como sujeito (BENVENISTE, 2005b). Vemos, assim, que

Entre um e outro há oposição e complementaridade, uma vez que a referência é atribuída, simultaneamente, a ambos. O mesmo ato que dá existência a “eu” dá existência a “tu”. A noção de *pessoa* é, ela mesma, constituída pela reciprocidade: o dizer que implica a subjetividade também implica a intersubjetividade. Disso decorre a dualidade e a indissociabilidade da noção de *pessoa*. Estão na língua, juntas, subjetividade e intersubjetividade. (FLORES, 2013, p. 108, grifos do autor).

Logo, é na língua que se concretiza a experiência entre locutor e interlocutor, entre sujeito e seu parceiro, entre *eu* e *tu*: uma relação primordial à própria língua, marcada por sua inversibilidade indefinida (BENVENISTE, 2006b). A enunciação ocorre, portanto, quando o locutor se marca como *eu* em seu discurso e faz emergir a sua posição de sujeito. No momento em que isso acontece, ele estabelece o outro diante de si, o *tu*. Seja ele real, desejado ou imaginado, sempre há a presença de outro – afinal, ao funcionar através da estrutura de um diálogo, *eu* se enuncia apenas quando reconhece *tu* diante de si, que, em resposta, se enuncia a esse *eu*. Quando isso ocorre, há a alternância dos sujeitos: *eu* se torna *tu*, *tu* se torna *eu*, cada uma das duas figuras ocupando a posição de protagonista da enunciação intercaladamente.

Entretanto, nessa relação dialógica, apesar de *eu* e *tu* poderem inverter seus papéis enunciativos, isso acontece apenas em função de *eu*, que é sempre quem propõe *tu*, eco de *eu*. Essa polaridade “é condição fundamental na linguagem, uma vez que ela existe no homem para torná-lo sujeito, na medida em que *eu*, manifestação máxima de subjetividade, é transcendente a *tu*, embora só exista pela realidade deste” (JUCHEM, 2008, p. 16). Além de complementares, os dois termos são reversíveis, pois, uma vez que a enunciação se instaura na estrutura de um diálogo, a transcendência de *eu* frente a *tu* é exclusivamente temporal: no momento em que há

a troca dos papéis e *tu* se torna *eu*, a transcendência se move em direção ao interlocutor, que antes era *tu*, mas que agora se coloca como *eu* em seu discurso. É no meio, portanto, de uma relação social que *eu* pode se constituir como tal, pois da sua subjetividade depende a intersubjetividade com o outro, um *tu* que se revela como fundamental para a existência do *eu*: *eu* é interior ao enunciado e exterior a *tu*, mas *eu* e *tu* não podem ser concebidos um sem o outro, pois o diálogo implica reflexividade. A consciência de si mesmo, portanto, só existe quando *eu* coloca *tu* diante de si, em uma experiência marcada pelo contraste e pela reciprocidade entre as partes do discurso. Apesar de os pronomes pessoais ocuparem um lugar central em uma teoria linguística da pessoa verbal, apenas *eu* e *tu* são considerados índices de pessoalidade, na medida em que

*Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”. (BENVENISTE, 2005c, p. 250, grifos do autor)

Por sua vez, a forma *ele* se encontra fora da alocação, pois todo o seu valor advém do fato de ter sido enunciado por *eu*. Assim entendido, *ele* nunca retoma uma pessoa: pode ser qualquer um, muitos ou nenhum, nada ou ninguém. É por isso que se reconhece n’*ele* a não-pessoa, ao qual se opõem as pessoas *eu* e *tu*, que sempre retomam aquele que enuncia e aquele a quem se enuncia, respectivamente. Entretanto, apesar de ambos comporem o que se chama de “correlação de pessoalidade”, por serem as duas pessoas necessárias à enunciação (em oposição à não-pessoa *ele*, que está fora do discurso), o mesmo não se pode dizer da “correlação de subjetividade”. Nela, *eu* é contraposto a *tu*: *eu* é a única pessoa que é de fato subjetiva no discurso, pois é em torno da realidade de *eu* que é feita toda a referência, inclusive a de *tu*. A posição de *tu*, por outro lado, existe apenas porque é pressuposto por *eu* em suas enunciações. Por conta disso, a categoria de pessoa deve ser definida não apenas em termos de pessoalidade, mas também a partir de traços de subjetividade, presente apenas no *eu*: *eu* é pessoa subjetiva, *tu* é pessoa não-subjetiva e *ele* é não-pessoa (BENVENISTE, 2005b).

Uma vez que não existe nenhuma língua que seja concebida sem o espaço para as duas categorias de pessoa, *eu* e *tu*, temos que a subjetividade, a possibilidade de cada locutor se propor como sujeito, é um problema de língua porque, antes, é um problema de linguagem. Ela é uma propriedade comum a todas as línguas; caso contrário, cada locutor teria de criar um termo distinto para marcar a sua subjetividade na língua, o que acarretaria, em consequência, a existência de tantas línguas quantos falantes, tornando a comunicação e a significação incompreensíveis. Visto que estão disponíveis aos locutores marcas discursivas a partir das

quais podem se inscrever no discurso e marcar a sua subjetividade, a posição de sujeito é, em última instância, decorrência da apresentação do homem na língua, mas também condição impreterível para a comunicação linguística, visto que é a condição de intersubjetividade entre os parceiros que a torna possível. É impossível, assim, a qualquer falante escapar da subjetividade da língua, pois, a cada vez que um locutor se propõe como *eu* de sua enunciação, ele se apropria de toda a língua, que predis põe de “um signo único, mas móvel, *eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância do seu próprio discurso” (BENVENISTE, 2005a, p. 281, grifo do autor).

A natureza dos pronomes revela, assim, que existem termos no sistema linguístico que se definem necessariamente pela emergência da subjetividade daquele que os mobiliza. *Eu* e *tu*, nesse sentido, não têm sua referência marcada como acontece com verbos e nomes, cuja realidade é exterior ao discurso; *eu* e *tu*, ao lado de outras formas linguísticas, compõem o conjunto de signos vazios, assim chamados por não remeterem a nenhuma realidade senão à da enunciação. Ao se tornarem plenos quando atualizados na instância do discurso, revelam, enfim, que sua função é possibilitar a comunicação intersubjetiva, pois é através deles que se alcança a conversão da língua em discurso e a própria subjetividade na língua. Tomado como ponto de referência, do sujeito se originam todas as demais relações espaciais e temporais, marcadas por termos como advérbios, adjetivos e outros pronomes. São tais elementos que marcam a dêixis implicada a cada apresentação do sujeito no discurso e, por remeterem sempre à esfera da enunciação, são igualmente assumidos como índices de subjetividade, na medida em que suas referências são definidas apenas a partir da rede de relação construída a partir de *eu* (BENVENISTE, 2006b).

Das formas linguísticas que fundam a experiência humana subjetiva, as que expressam o tempo seriam aquelas que apontariam para a inerência de tal marca na língua em uso. Isso porque, uma vez que a língua se organiza a partir da instância do discurso, em que a subjetividade é posta em exercício por um locutor, o tempo da enunciação não poderia ser outro senão o tempo presente, que se reinventa a cada novo exercício de fala, na medida em que “tudo o que fizemos está compreendido num contexto atual e no interior de discursos que são sempre sincrônicos” (BENVENISTE, 2006c, p. 32). É no presente que *eu* manifesta sua experiência na língua e fala a *tu*; é em torno do presente, do *aqui-agora* plenificado no interior do discurso, que se atribuem todas as referências em torno de *eu*. O tempo do discurso é sempre o tempo presente, pois é sempre ele a ser atualizado quando o locutor se apropria da língua, e é a partir dele que se fala sobre o passado e o futuro, tomados temporalmente para frente ou para trás a partir do presente. Enfim, não existe outro tempo senão o da enunciação, que atualiza o *aqui-*

*agora* infinitamente. Além disso, é condição para a inteligibilidade da linguagem que a temporalidade do locutor seja assumida como a temporalidade de *tu*, mesmo que seja estranha ou inacessível a ele. Assim, tanto a categoria de pessoa quanto a de tempo funcionam, a partir do ato discursivo no qual são empregadas, como fatores de intersubjetividade, pois demarcam a experiência de cada sujeito inscrita na linguagem (BENVENISTE, 2005b; 2006b).

Vista sob essa perspectiva, a língua é dêitica, visto que só assume sentido quando empregada no discurso, quando toma como referência aquele que a mobiliza; afinal, *eu-tu-aqui-agora* não pode ser definido antes de atualizado no discurso, pois não existe por si próprio. É a ação do homem na língua, portanto, que a torna possível enquanto discurso, pois, uma vez que tais signos não remetem a nenhuma realidade exterior ao sistema, seus sentidos só se plenificam em um ato enunciativo, quando delimitam e marcam a relação intersubjetiva da qual necessitam homem e linguagem para existir. Por conta disso, as categorias de pessoa, tempo e espaço são elementares a todas as línguas, uma vez que é a partir desses mecanismos que se torna possível marcar a experiência subjetiva de cada enunciador – são elementos necessários para o pleno exercício da linguagem, sem os quais seria impossível ao homem nela se inscrever. Contudo, apesar de todos os locutores de uma mesma língua fazerem uso das mesmas marcas de subjetividade, a cada vez que são enunciadas, tais marcas se conformam a um centro de referência interno próprio, cujo ponto central é *ego*, aquele que enuncia. Toda a significação é relativa a esse único emprego, a esse único exercício de fala; depois dele, tais marcas renascem novamente livres de referência e sentido, para serem atualizadas por outros locutores. Assim, ao se tornar discurso, a língua passa por um processo de apropriação a partir do qual o locutor referencia o seu mundo e estabelece o outro diante de si, que passa a ter como referência a instância do discurso de *eu* (BENVENISTE, 2005b; 2006f):

Assim entende-se a referência como parte integrante da enunciação pelo fato de que *eu* está no centro da língua. Parece acertado pensar que, se toda língua passa pelo sujeito, [...] todos os signos estão ligados a *eu*, ou seja, são referenciais. A língua é referência – não ao mundo, mas à relação do sujeito com o mundo. (JUCHEM, 2008, p. 19, grifos da autora)

Uma vez que a enunciação é resultado de uma certa relação de *eu* com o mundo, pois a referência é sempre daquele que enuncia, a língua suporta formas linguísticas com as quais o homem pode se colocar sob estreito e constante vínculo com sua própria enunciação. O quadro teórico do aparelho formal da enunciação, assim, permite tratar da referenciação como parte fundamental da enunciação, pois, ao mobilizar a língua e se apresentar como *eu* em seu discurso, constituindo-o por um centro de referência interno, a relação do sujeito com o mundo pode ser co-referida pelo alocutário (BENVENISTE, 2006f). O mundo construído no momento

da enunciação é co-construído, porque tanto *eu* quanto *tu* assumem como referência o *aqui- agora* produzido na e pela linguagem. Nem sujeito nem realidade existem anteriores à língua, pois “[...] é o movimento do discurso, para não dizer a *enunciação*, que recria indefinidamente o sujeito” (FLORES, 2004, p. 221, grifo do autor). O sujeito, assim, existe apenas pelo ato de falar: ele emerge, com efeito, na língua, pela linguagem.

Todas as línguas dispõem desse dispositivo, chamado de aparelho formal da língua, com o qual os locutores podem se apropriar da língua em atos singulares para se proporem como sujeitos. Tal aparelho tem como característica ser, a um só tempo, geral e específico: universal, por ser comum a todas as línguas ter dispositivos próprios para cada locutor se marcar como sujeito, mas particular, por tal singularidade ser marcada de formas diferentes em cada uma das línguas e por isso acontecer em cada instância do discurso, em cada um dos usos singulares em que a língua é mobilizada pelo sujeito. Entretanto, o aparelho não está, como se poderia supor, sempre à espera de um locutor para que dele tome posse; ele é, em realidade, construído a cada nova situação em que a língua é posta em uso, quando o locutor nele reconhece um dispositivo com o qual pode marcar sua subjetividade no enunciado e que, justamente por isso, torna possível às línguas serem enunciadas.

Nesse horizonte, a experiência humana não poderia ser marcada senão pela experiência da subjetividade, que se apoia em categorias fundamentais e estruturantes que se relacionam à apropriação cada vez única da língua, mas que pertencem, a um só tempo, à língua como possibilidade e ao discurso como produto individual. Quando finalmente o locutor se apropria dos recursos linguísticos que estão disponíveis aos falantes, de sistema de signos passamos ao discurso. Na base dessa transformação, está uma concepção de língua que se estrutura em duas instâncias de significância<sup>79</sup> diferentes, porém complementares: a língua como sistema, que tem sua existência marcada pela sua relação com a língua como discurso, pois, a cada vez que o locutor maneja o aparelho formal da língua, é dependente dos signos existentes no sistema. Em uso, a língua se apresenta aos falantes como possibilidade de subjetividade e intersubjetividade, de referência e co-referência, pois existe em função daquilo que está implicado no seu emprego em cada ato enunciativo, como os índices de pessoa, espaço e tempo. Todos os falantes de uma

---

<sup>79</sup>Como não é intenção deste trabalho aprofundar a discussão sobre outros conceitos e definições de Benveniste, não trarei aqui as reflexões do autor sobre a dupla significância da língua (semiótica e semântica), que precederam a construção de um aparelho formal da enunciação. Apenas para traçar as linhas gerais, o modo semiótico tem como unidade o signo, cujo sentido independe de qualquer referência ao discurso, pois é definido paradigmaticamente por aquilo que os outros elementos não significam. O modo semântico, por sua vez, se identifica com o universo do discurso ao ter como unidade de análise a palavra, cuja referência é interna aos sintagmas. A significação na língua, para o autor, funcionaria, a um só tempo, a partir dessas duas dimensões. Por trás de cada palavra enunciada, existiria um signo no sistema, já que aquilo que não é usado enquanto enunciação estaria fora da língua e, portanto, não existiria (BENVENISTE, 2006a; 2006g).

mesma língua são postos frente a essa mesma possibilidade de língua, que dispõe sempre dos mesmos signos, mas cuja atualização referencial é feita na forma da enunciação (BENVENISTE, 2006a).

Enunciar, com isso, é estar no mundo por meio da linguagem. É a partir da relação existente entre *eu* e seu enunciado que se manifesta o singular de cada enunciação, pois é a partir da forma como cada locutor se apropria do aparelho formal que são construídas as referências internas ao discurso, que estabelecem a relação intersubjetiva de *eu* e *tu* e *eu* e o mundo. Isso pode se dar pela forma falada, mas também pela escrita. Cada uma dessas maneiras de produzir sentidos carrega consigo suas próprias características, que demandam dos locutores se apropriarem de configurações particulares para conseguirem se enunciar adequadamente: apesar de ambas simbolizarem e ambas estarem presentes na relação entre homem e linguagem, cabe a cada uma delas marcas próprias de subjetividade. Em vista disso, a escrita não deve ser entendida como mera representação da fala, mas, sim, como uma forma diversa de produzir sentido (ENDRUWEIT; NUNES, 2013). A essa forma, entretanto, que lança o homem a um diferente modo de estar na língua e de se apropriar do seu aparelho formal, é inegável que não sejam destinados outros valores, pois estar na cultura escrita é diferente de estar na língua pela cultura falada. Embora a cultura seja comum a todas as sociedades, cada indivíduo aprende, quando nasce, através de sua língua, os rudimentos de uma cultura (BENVENISTE, 2006e), que

**Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em interdições específicas; o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve. [...] A cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, **tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade [...]**. (BENVENISTE, 2005d, p. 32, grifo em itálico do autor; grifos em negrito meus).**

Como conjunto complexo de representações que envolvem o sujeito e determinam sua postura nas diferentes esferas sociais, a cultura é assimilada, perpetuada e disseminada através da língua. Assim, a linguagem revela a cultura impregnada no homem – e isso não poderia ser diferente, já que o homem, quando se enuncia, faz isso imprimindo os valores culturais socialmente estabelecidos. Por conta disso, o encadeamento entre a linguagem e a sociedade é um encadeamento necessário, pois, além de a língua carregar os valores culturais, é por meio dela que o sujeito interpreta a sociedade e atribui sentido às suas vivências. Linguagem, cultura e homem são, assim, indissociáveis, porque a cultura norteia o comportamento social do homem, que, ao se enunciar, representa sentidos que existem no interior de uma cultura

(BENVENISTE, 2006e). Para nos relacionarmos com os outros e com a cultura, utilizamos a língua como mediador simbólico, e a escrita, nesse horizonte, se configura como a possibilidade de os sujeitos estarem na cultura e, em decorrência disso, estarem na sociedade exercendo sua cidadania.

Nesse cenário, através da enunciação, o Boca se consolida como um espaço de inclusão de seus integrantes no mundo da cultura escrita, em que vigoram quadros culturais que regulam quem pode participar de certas práticas sociais de leitura e escrita. Entre prescrições e interdições, ao povo da rua não costuma ser legitimado o espaço enunciativo<sup>80</sup> – pois, não sendo uma pessoa do discurso, mas de fato um objeto sobre o qual se fala, a ele recai uma sorte de estereótipos, dos quais ele tanto quer se afastar. A mudança desse papel social, entretanto, é possível somente pela enunciação, cuja função é fazer renascer os acontecimentos e as experiências dos acontecimentos através do discurso. É nesse processo dialógico entre locutor e interlocutor, entre aquele que representa a realidade e aquele que a recria, que o jornal se concebe como um espaço em que o povo da rua é convocado a se enunciar a partir também da cultura escrita, marcando na e pela língua a sua relação com o mundo.

Por conta disso, a criação de um espaço de intersubjetividade na escrita talvez seja, apesar da ausência de um interlocutor materializado no *aqui-agora*, um dos fatores que faça com que o projeto continue tendo adesão por parte de seus participantes. Essa relação intersubjetiva promovida pelo jornal, no entanto, deve ser percebida apenas como consequência da escrita como ato de enunciar, pois, antes mesmo de a intersubjetividade ser possível, é o caráter de significação da linguagem que orienta a apropriação da língua, uma língua que tem

[...] função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. (BENVENISTE, 2006a, p. 229)

Com isso, embora os materiais jornalísticos sejam genericamente percebidos como tendo o papel de informar, o trabalho desenvolvido no Boca pelas pessoas com trajetória de rua só é possível pois nele elas intentam, sobretudo, significar a sua existência através da criação dessa ponte, com a qual se tornam sujeitos e deixam de ser invisíveis para a sociedade. Mais do que isso, acredito que a apropriação que tais homens e mulheres fazem da língua,

---

<sup>80</sup>Embora o espaço enunciativo possa ser ocupado por qualquer um, assim como nos ensina Benveniste, vemos que isso não acontece na prática, na medida em que o lugar social que ocupamos não é neutro: ele determina em quais contextos, com quais interlocutores, sobre quais assuntos, podemos nos enunciar. Ao que cabe ao mundo da rua, vemos, no entanto, que tais espaços vêm se alterando pouco a pouco, como pudemos ver no primeiro capítulo, no breve histórico das conquistas da população em situação de rua no plano político, com a escolha de representantes do MNPR em diversas esferas de decisões municipais, estaduais e federais.

cotidianamente na fala, mas, mais relevante para este trabalho, na escrita, deva aqui ser retratada como um modo de eles estarem na cultura – uma cultura que comumente não destina àqueles que estão à margem da sociedade o espaço da escrita como lugar de enunciação.

Ao convocar o povo da rua a se enunciar também dentro da cultura escrita, o Boca de Rua se desenha como uma forma de conquista de um espaço discursivo outro, que faz subverter os esquemas culturais que dele se originam. Colocado comumente fora da relação enunciativa, o povo da rua ocupa a posição da não-pessoa, cuja existência se dá unicamente porque *eu* fala sobre *ele*. Todo o valor *d'ele* é, portanto, derivado do discurso produzido por *eu*. O Boca, entretanto, subverte essa lógica, e a partir dele a população de rua se transforma: de figura culturalmente marcada como *ele*, de quem *eu* e *tu* falam, ela se torna, ela própria, o *eu* da enunciação, impondo a necessidade de se repensar o lugar e o papel social que são admitidos a cada um na língua como instituição social. Dessa mudança, nascem outras e novas relações com o mundo, na medida em que, quando a população de rua se enuncia, ela simboliza o *seu* mundo e a forma como o enxerga. Enfim, com esses homens e mulheres se apropriando da língua, a enunciação passa a ter como centro de referência o *eu* das ruas.

Ao realçar a subjetividade das pessoas da rua, se abre espaço para que inúmeras intersubjetividades daí possam surgir: do grupo consigo próprio, do grupo com Rosina, do grupo com os colaboradores e comigo, do grupo com a sociedade. Assim, as práticas sociais que envolvem a escrita no jornal se tornam efetivas por haver, em suas páginas, aberta a possibilidade de subjetivação. A partir dessa característica inerente à linguagem, penso ser apropriado conceber o processo de letramento sob a óptica da enunciação, na medida em que um sujeito letrado, que participa adequadamente de diferentes práticas sociais que envolvem a escrita, faz isso de forma a se marcar na língua e na cultura. O Boca de Rua, ao se construir como um ambiente que acolhe e estimula ações críticas e atuantes de seus participantes, onde a escrita é entendida como um lugar de enunciação em que cada um *deve* fazer emergir sua subjetividade, cria um ambiente em que é possível ser autor em práticas de letramento orientadas para contextos e objetivos específicos, algo que, muitas vezes, não está ao alcance de sujeitos marginalizados socialmente.

Da autoria<sup>81</sup> aberta às pessoas com trajetória da rua nasce, enfim, a possibilidade de cidadania, aqui concebida através da participação social de tais indivíduos em contextos culturalmente não destinados a eles. A participação no jornal, assim, possibilita que eles sejam na língua escrita os sujeitos que são na língua falada: pessoas que tomam a língua para falar de

---

<sup>81</sup>Adoto o termo 'autoria' em um sentido amplo, baseado sobretudo na tríade cidadania-fruição-autoria, proposta por Simões *et al.* (2012).

si e a partir de si. É por isso que o Boca dá voz aos silenciados: em suas páginas, vemos, invariavelmente, homens e mulheres falando. É através dessa subjetividade, inerente ao jornal e à escrita, que é possível se inserir na cultura escrita e, em consequência, ser letrado<sup>82</sup>. Como veremos na próxima seção, entretanto, essa pequena revolução não é feita sem luta: a conquista desse espaço de ação se constrói dentro de um paradigma para o qual só alguns têm garantido o espaço de protagonismo em certas práticas sociais.

## 2.2 Um mundo da cultura escrita para todos

Em sociedades como as nossas, majoritariamente grafocêntricas e industrializadas, a escrita é onipresente. Quase tão natural quanto a fala, a escrita está de tal forma imbricada no dia a dia de grupos letrados que sua presença muitas vezes passa despercebida. Pegar um ônibus, ler as instruções de uma bula de remédio, fazer a lista de compras ou entender uma ironia pelo simples gesto de abrir aspas com os dedos da mão são habilidades comuns a quem teve a oportunidade de aprender os usos sociais do mundo da leitura e da escrita, mas que não estão disponíveis a todos: muitos brasileiros, quer por falta de acesso, quer por falta de incentivo na permanência, atualmente não conseguem lidar com o mundo da escrita de forma efetiva. Sofrem, por conta disso, as duras penas de não poderem exercer sua cidadania plenamente.

Dos exemplos aqui citados, todos trazem à tona situações corriqueiras, que, apesar de relevantes para a autonomia dos indivíduos, não representam mais do que a capacidade de fazer funcionar a sociedade tal como ela é. Entretanto, os usos e as funções da escrita compõem um mundo bem mais amplo, e, por isso, o domínio de outros usos e funções, para além daqueles práticos, do dia-a-dia, propicia o acesso a outros mundos, que colocam em discussão as relações de poder que regem nossa sociedade. Esse é o caso do acesso ao mundo institucional, burocrático, midiático, tecnológico: por meio deles, é possível questionar as formas como estão construídas muitas das relações de poder em que estamos envolvidos. Aliás: é possível questionar o próprio poder. Trabalhando com o jornal Boca de Rua, eu não poderia tratar senão da questão do letramento, a partir do qual é possível pensar em novas lógicas de participação social através da subversão dos papéis sociais de cada sujeito.

---

<sup>82</sup>Essa, entretanto, é apenas uma leitura possível. De fato, não há uma única direção *a priori* a ser seguida quando tratamos de língua e de letramento, mas, justamente pelo ecletismo de teorias existentes, devemos escolher por apenas uma delas. Eu escolhi Benveniste, porque é dele a noção de uma intersubjetividade inerente à existência própria do homem. Ela não é uma mera característica que se deixa perceber através da relação do homem com outros homens e com o mundo; ela é condição sem a qual o homem não poderia sequer suportar tais relações.

Em um país em que, há poucas décadas, a erradicação do analfabetismo e a promoção universal da educação básica eram os principais focos de atenção do poder público, a alfabetização foi, por muito tempo, suficiente para tratar da nossa realidade social. Foi apenas a partir do final do século passado que a discussão em torno da aquisição da tecnologia escrita se mostrou limitada, na medida em que se percebeu que, para a sociedade contemporânea, não bastava apenas saber ler e escrever; era necessário saber usar tais habilidades respondendo a exigências de usos efetivos, em práticas sociais determinadas por características próprias. Dessa forma, ao contrário da alfabetização, que remetia a competências individuais de leitura e de escrita, o letramento passou a pôr em foco o impacto social da escrita, entendendo que nela necessariamente reverberava o contexto social do qual fazia parte. Para além do ponto de vista psicolinguístico, outra faceta da escrita foi posta em análise: o seu caráter antropológico, histórico, político e cultural. O surgimento do termo *literacy* foi, nesse horizonte, resultado de necessidades práticas e teóricas de sociedades em que a universalização da educação básica já tinha sido alcançada, e, portanto, a alfabetização não era mais um problema a ser resolvido.

Essa distinção, todavia, ficou por algum tempo nebulosa no Brasil, onde a discussão em torno do letramento sempre esteve enraizada junto à alfabetização, por se acreditar que a habilidade em se inserir em práticas sociais letradas estivesse vinculada à aprendizagem inicial da escrita (SOARES, 1999). Nesse cenário, não existia a discussão entre alfabetização e letramento, pois cabia apenas ao primeiro termo trazer tanto uma concepção mais específica, de aprendizado de tecnologia, quanto outra mais geral, de uso social da tecnologia aprendida e, portanto, de formação social<sup>83</sup> (e, nesses casos, era sempre necessário esclarecer a maneira como “alfabetização” estava sendo entendida). Porém, desde a instituição da obrigatoriedade da Educação Básica e do acesso universal a ela (BRASIL, 2013), à medida que a população foi se alfabetizando, surgiu também aqui outra demanda: a de verificar se aqueles que dominavam a tecnologia da escrita sabiam dela se apropriar para poderem atuar nas mais diversas práticas sociais. Assim, foi necessário nomear outra demanda social, não mais referente à consciência fonológica e fonêmica ou à aprendizagem de um sistema grafofônico, mas à imersão das pessoas (alfabetizadas, em sua maioria) em práticas norteadas pela cultura escrita (SOARES, 2003).

---

<sup>83</sup> Britto (2003a) traz alguns exemplos, na literatura especializada brasileira e em traduções de obras estrangeiras, do quanto o termo letramento foi rejeitado no país, por autores que preferiam utilizar termos como ‘alfabetização’, ‘alfabetismo’ e ‘cultura escrita’. O emprego indistinto de outros termos, porém, com a intenção de se referir ao que seria do campo do letramento, acabou por pulverizar muitas obras que discutiam a questão do letramento para outras áreas, como foi o caso da obra de David Olson e Nancy Torrance, *Literacy and orality*, traduzido para o português como *Cultura escrita e oralidade*.

O termo “letramento”, nesse contexto, colaborou na distinção de ambos os processos, provocando um duplo efeito: um primeiro, de pôr em evidência que a aquisição das habilidades de leitura e escrita se distingue de seu uso social e, portanto, carrega consigo especificidades teóricas, metodológicas e avaliativas; e um segundo, de dar visibilidade a esse outro processo, de aprendizagem de competências para o uso contextual das tecnologias de escrita. Em contextos como o Brasil, em que o analfabetismo não foi ainda erradicado, tal distinção ainda se mostra produtiva, pois possibilita a reflexão sobre os instrumentos de emprego e avaliação tanto da alfabetização quanto do letramento, questão que não se apresenta como um problema para os países em que grande parte da população já se apropriou da tecnologia da escrita. Nesses casos, a diferenciação entre “alfabetização” e “letramento” não é um ponto a ser discutido: apenas a palavra *literacy* remete a ambos os conceitos.

Todavia, mesmo a diferenciação entre os fenômenos sendo uma constante nas produções acadêmicas atuais, ainda as reflexões sobre letramento costumam ser empreendidas a partir do viés da alfabetização. É frequente, assim, a fusão entre os dois conceitos, mas com o predomínio do letramento, o que acabou provocando o que Soares (2003) chama de “desinvenção da alfabetização”: a perda da especificidade do processo de alfabetização, que acabou sendo obscurecida pelo letramento. Embora seja importante, educacionalmente, perceber alfabetização e letramento como dimensões ligadas uma à outra, isso deve ser feito sem que percam suas características, já que a distinção entre elas é essencial na escolha dos métodos e dos procedimentos de aprendizagem a serem aplicados. Tendo isso em vista, “o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”<sup>84</sup> (SOARES, 1999, p. 47). A ação pedagógica, assim, naturalmente distinguiria ambos os fenômenos por meio de metodologias que respeitassem as dimensões específicas de cada um deles.

Por conta da diversidade de estudos e de estudiosos, brasileiros e estrangeiros, que têm tomado como centro de suas discussões teóricas e/ou práticas a questão do letramento, o termo acabou por comportar uma gama bastante vasta de significados e, conseqüentemente, de percepções sobre o próprio fenômeno social em si (BRITTO, 2003a). Para aqueles que

---

<sup>84</sup>O termo ‘letrado’, na obra de Soares (1999), se afasta da definição dicionarizada, com o sentido de ‘versado em letras, erudito’, para designar ‘aquele que vive em estado ou condição de saber ler e escrever’ ou, em outras palavras, aquele que passou por um processo de letramento. Neste trabalho, entendo que o sujeito letrado (me valendo do mesmo conceito de Soares) não necessariamente precisa saber ler e escrever para ser considerado como tal, mas apenas ter “adquirido as competências básicas necessárias ao uso das práticas sociais de leitura e escrita” (CRISTOFOLINI, 2010, p. 33).

enxergam o letramento como um processo, ele está centralmente ligado às ações sociais, políticas e pedagógicas, que são instituídas para a inserção dos indivíduos em uma sociedade de cultura escrita. Por sua vez, aqueles que o tomam como uma condição fazem recair o foco nos indivíduos ou grupos sociais, tomando como esteio a sua capacidade de se valer da leitura e da escrita para agir em práticas sociais organizadas pelo discurso escrito. Essa distinção, mesmo que relevante, porque cada perspectiva demanda opções teóricas e metodológicas diferentes, não significa oposição: uma e outra se implicam mutuamente (BRITTO, 2003b).

Além disso, dado os inúmeros usos na literatura sobre o tema, o termo também é por vezes entendido como habilidade, cujo aprendizado se dá, majoritariamente, na escola, ou como prática social, imbricado em relações de poder. Tendo em conta o contexto no qual a pesquisa que aqui proponho se desenvolve, tomo o fenômeno como “uma prática discursiva de determinado grupo social, que está relacionada ao papel da escrita para tornar significativa essa interação social, mas que não envolve, necessariamente, as atividades específicas de ler ou de escrever” (KLEIMAN, 2008a, p. 18). Disso decorre a percepção de que o letramento não compreende apenas o uso cultural da escrita, mas, em realidade, qualquer tipo de relação que as pessoas desenvolvem com ela: de valorização, de conhecimento, de crença (TERZI, 2003). O fenômeno, assim, promove a ampliação e o aprofundamento da relação dos sujeitos com o mundo da escrita, pois envolve, a um só tempo, a assimilação de práticas sociais de letramento no que toca tanto à sua função e à função dos textos que estão nelas imbricados quanto às formas linguísticas adequadas para o contexto cultural em que normalmente ocorrem.

Porém, a concepção de letramento como prática social enfrentou um longo percurso até ser concebida como tal: o termo chegou ao país apenas no final da década de 80, com Leda Tfouni, autora que aproximou o conceito ao discurso escolar no livro *Adultos não alfabetizados – o avesso do avesso*, de 1988, ao propor o seu emprego enquanto oposição ao processo de alfabetização<sup>85</sup> (KLEIMAN, 2008a). A partir de sua obra, foi cunhado o uso do termo em áreas da Educação e das Ciências Linguísticas, contrariamente ao que as origens dos Estudos do Letramento<sup>86</sup> pretendiam com a criação do novo conceito: tornar as investigações referentes à língua escrita restritas à academia, para que se pudesse, a partir da dissociação do contexto

---

<sup>85</sup>No Brasil, o termo letramento foi pela primeira vez utilizado em 1986, por Mary Kato, quando afirmou, em sua obra *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, que a língua falada culta seria consequência do letramento (SOARES, 1999).

<sup>86</sup>Segundo Kleiman (2008a) e Soares (1999), não há razão para a utilização da expressão norte-americana ‘Novos Estudos de Letramento’ no Brasil, visto existir, no português, diferenciação lexical entre aprender a tecnologia da escrita (alfabetização) e o seu impacto social (letramento). Nos países de língua inglesa, no entanto, os pesquisadores continuaram utilizando um mesmo termo – ‘literacy’ – com uma acepção diferente da perspectiva antecedente, por isso a necessidade de denominar como ‘novos’ os estudos que passaram a considerar os aspectos sociais.

escolar, marcar o seu caráter ideológico (STREET, 1984). Com a transposição do termo para o meio educacional, se passou a dar relevância às discussões que distinguiam letramento de alfabetização, cujos sentidos, no Brasil, ainda hoje se interpõem por diversos fatores, como, por exemplo, se considerar o nível escolar como atestação do presumido letramento resultante dos anos de escolarização. Se começa, a partir dessa consideração, a questionar o motivo de existirem indivíduos que, apesar de alfabetizados, não necessariamente adquirem competência suficiente para se inserir em práticas sociais de leitura e de escrita em diferentes contextos, embora haja, contrariamente, indivíduos analfabetos que atuam em práticas sociais de leitura e escrita (SOARES, 1999).

Por conta de questões dessa ordem, alguns pesquisadores, como Street (1984), começaram a concluir que o desenvolvimento do letramento dos indivíduos era dependente do seu contexto social de origem – no sentido de este proporcionar ou não práticas sociais de leitura e de escrita efetivas. Tendo em conta que os significados atribuídos à escrita por um grupo social são dependentes dos contextos e das instituições em que ela foi aprendida, o autor passa a refletir sobre o ensino tradicional nas escolas, que, segundo ele, estaria calcado no Modelo Autônomo de Letramento, para o qual a escrita seria concebida de forma descontextualizada. A sua autonomia, nesse horizonte, seria fruto de um processo de interpretação que aconteceria independentemente do contexto, visto que questões culturais e ideológicas não afetariam o processo de domínio da tecnologia da escrita, que seria neutro e universal. Nessa perspectiva, a defesa de que a língua sofre influência apenas da lógica interna do próprio texto escrito e da capacidade do indivíduo faz emergir o entendimento de que o domínio do sistema de escrita, por si só, atinge todas as práticas sociais e cognitivas com as quais se envolvem os indivíduos.

Nesse sentido, o modelo autônomo de letramento é assim chamado por Street porque, da forma como é construído, ele não carregaria uma postura ideológica, sendo puramente natural: seus atributos seriam externos tanto aos indivíduos que mobilizam a língua quanto a ele próprio. Desse modo, tal modelo pressupõe ser a escrita um produto completo em si e, portanto, independente do seu contexto de produção. Sua interpretação seria resultado das habilidades individuais de compreender a lógica interna ao texto e não sofreria a ação de fatores externos, que atacariam a racionalidade da escrita – em realidade, apenas à oralidade recairiam as influências do contexto discursivo e da relação, identidade e ação dos interlocutores, e, por isso, sua interpretação representaria outra ordem de comunicação, construída longe da lógica da escrita. Dessa ideia inicial de que a escrita possui consistência e lógica internas se origina a percepção de que a habilidade de ler e escrever carrega, por si só, um valor positivo, encaminhando os indivíduos não somente para o adequado funcionamento da sociedade, mas

também para o desenvolvimento cognitivo individual<sup>87</sup>, do qual decorre o progresso intelectual, profissional e econômico, a liberdade individual e, em consequência, a mobilidade social e a cidadania. A alegada transformação nas estruturas mentais possível através da aquisição da escrita encontraria explicação nas próprias características da escrita, que carregaria atributos intrinsecamente benéficos a quem a dominasse. Para tal modelo, portanto, a escrita daria acesso a operações mais abstratas – e, portanto, superiores –, a partir de processos mentais marcadamente diferentes daqueles empregados na oralidade (STREET, 1993; 2014), pois,

Em geral, a caracterização apresenta os processos mentais orais como mais simples, subjetivos, tradicionais, voltados para a exterioridade, para os aspectos vitais da condição humana, enquanto o pensamento dos povos que têm a escrita seria mais complexo, objetivo, inovador, voltado para a vida psicológica interna. (KLEIMAN, 2008a, p. 31)

Para alguns autores desse modelo, a escrita não apenas estenderia as estruturas de conhecimento de um indivíduo, mas alteraria a sua configuração; mais do que servir à expansão da memória e das funções da oralidade, ela modificaria o conteúdo e as formas desses usos, por efeito do desenvolvimento cognitivo. Assim, ao passo que os indivíduos letrados teriam melhor capacidade de raciocinar e maior facilidade com questões ligadas à lógica, à abstração e a operações mentais “superiores”, os não-letrados naturalmente seriam desprovidos de todas essas qualidades, pois, por não conseguirem pensar mais abstratamente e tampouco raciocinar por si só, seriam mais passivos, menos críticos e menos propensos a perceber as origens de sua opressão social. É natural, enfim, que seja preciso letrar as comunidades locais iletradas, para salvá-los da opressão e da ignorância, comum a quem não compartilha das mesmas habilidades letradas da cultura ocidental de escrita (STREET, 2014).

Apoiada igualmente na tese de que os grupos predominantemente orais não teriam a mesma capacidade de fazer abstrações, pesando para eles o critério situacional e operacional, tal conclusão leva a crer que apenas aqueles inseridos no mundo da escrita teriam um pensamento mais complexo – como se, por trás das estratégias de resolução de problemas dos grupos orais, o que estivesse em jogo não fosse uma lógica interna de mesmo modo complexa. Desse pensamento, deriva a construção dos grupos letrados e/ou escolarizados como a norma,

---

<sup>87</sup>O argumento que busca correlacionar a aquisição da escrita ao desenvolvimento cognitivo se fundamenta em estudos empíricos e etnográficos que comparavam as estratégias de que grupos letrados e iletrados faziam uso para a resolução de problemas. Como bem aponta Kleiman (2008a), muitos desses estudos, refletindo uma forma etnocêntrica de fazer pesquisa, foram construídos a partir do pressuposto de que haveria uma grande divisão entre grupos orais e grupos letrados. Não é surpresa imaginar que os resultados encontrados atestaram justamente aquilo em que os pesquisadores acreditavam: de que os povos letrados teriam maior capacidade de abstração, característica supostamente inerente à escrita. Em realidade, o que acontecia é que aqueles que estavam mais fortemente inseridos no mundo da cultura escrita (através de instituições como a escola) faziam uso de princípios de organização do conhecimento que eram independentes de um contexto específico.

a quem os grupos não-letrados e/ou não-escolarizados devem se igualar. Não coincidentemente, os autores que defendem essa noção fazem parte, eles próprios, das culturas ocidentais letradas (STREET, 1993). Essa concepção tão estreita do que seria o letramento era fruto, portanto, de parte das práticas letradas locais serem analisadas tendo como ponto de referência as práticas da cultura do próprio observador. Por conta disso,

O letramento, então, passou a ser associado a estereótipos crus e frequentemente etnocêntricos de “outras culturas” e representa uma maneira de perpetuar a noção de “grande divisão” entre sociedades “modernas” e “tradicionais”, que é menos aceitável quando expressa em outros termos<sup>88</sup>. (STREET, 1993, p. 7, tradução minha)

A avaliação das práticas letradas locais de grupos que não compartilhavam dos mesmos pressupostos da cultura escrita ocidental reflete, dessa forma, a desvalorização e marginalização de tudo aquilo que não era compatível com o padrão. Esses grupos e indivíduos, assim, seriam tábulas rasas, a quem caberia a introdução do letramento – não o letramento local, mas o *verdadeiro* letramento. Por conta disso, a comparação entre grupos letrados e não-letrados, ao buscar definir a ambos as mesmas habilidades, independente de seus contextos sociais e culturais, muitas vezes incita a percepção de que grupos minoritários são deficitários e que seus indivíduos são ignorantes ou têm atraso mental, reforçando e reproduzindo o preconceito contra eles. Partir desse modelo, portanto, “tinha mais probabilidade de levar as pessoas à simpatia do que à empatia, a ver os outros em termos paternalistas em vez de tentar compreendê-los em seus próprios termos” (STREET, 2014, p. 80). Enfim, foi a partir da valorização de uma ideologia para a qual a escrita é intrinsecamente positiva que Graff (1979) cunhou a expressão “mito de letramento”: a percepção de que o letramento conduz a uma série de efeitos desejáveis a qualquer sociedade, ligados não somente ao desenvolvimento cognitivo e à ascensão social, mas também à manutenção das propriedades da espécie, à integração na civilização moderna, ao avanço espiritual. A todos aqueles que não conseguem, enfim, se encaixar nesse modelo de progresso intelectual baseado em capacidades individuais cabe a responsabilidade pelo fracasso. Não surpreende, entretanto, que são os pobres e marginalizados de nossa sociedade os que menos atingem os objetivos do modelo autônomo, pois suas realidades sociais não encontram eco no letramento que lhes é ensinado (KLEIMAN, 2008a). No contexto de tal modelo,

As práticas escolares [...] estariam constituídas por práticas de letramento ideologicamente determinadas, que encaminham o aluno por trilhas previamente

---

<sup>88</sup>No original: “Literacy, then, has come to be associated with crude and often ethnocentric stereotypes of 'other cultures' and represents a way of perpetuating the notion of a 'great divide' between 'moderns' and 'traditional' societies that is less acceptable when expressed in other terms”.

determinadas em função de sua classe social e/ou etnia, não em função de sua inteligência ou potencialidade. Essas trilhas efetivamente reproduzem as desigualdades do sistema. (KLEIMAN, 2008a, p. 44)

Os expoentes do modelo autônomo<sup>89</sup> tomam, assim, o letramento em termos técnicos: independentemente de seu contexto social, porque construído através de variáveis autônomas, os efeitos do letramento para a sociedade e para a cognição individual seriam características intrínsecas a ele e, portanto, repetíveis em qualquer ambiente. No contexto educacional, a adoção de uma perspectiva como essa provoca, em última instância, a reprodução de uma concepção de língua considerada de prestígio, que alude a determinados gêneros, igualmente de prestígio para determinada camada social. Enfim, tal visão “acaba por reforçar ideologias linguísticas relacionadas à ideia de uma língua padrão a ser utilizada indistintamente à revelia dos contextos, dos interesses e das relações de poder entre os participantes das interações” (SZUNDY, 2017, p. 83). Sob essa lógica, enquanto aprendizagem de competências e habilidades individuais, leitura e escrita se tornam atividades a serem progressivamente desenvolvidas nas aulas, até que o aluno alcance uma competência ideal: a de usuário proficiente da própria língua – afinal, “há apenas uma maneira de o letramento ser desenvolvido, sendo que essa forma está associada quase que causalmente com o progresso, a civilização, a mobilidade social” (KLEIMAN, 2008a, p. 30).

Associar a aquisição da tecnologia da escrita ao progresso e, antes, ao desenvolvimento cognitivo traz graves pressupostos, como tomar os grupos sociais elitizados, majoritariamente escolarizados e letrados, como princípio comparativo às demais comunidades. Nesse cenário, atividades, planos de aula e currículos pensados sob esse prisma fazem emergir padrões de letramento a que todos devem chegar e dos quais se infere uma classificação entre práticas de letramento, que passam a poder ser mensuradas e identificadas como umas melhores que as outras. Todavia, “o desenvolvimento de ‘habilidades cognitivas’ que o modelo autônomo de letramento atribui universalmente à escrita é consequência da escolarização” (KLEIMAN, 2008a, p. 25), processo que subjaz à própria concepção de letramento dominante na sociedade. Frente a isso, tal modelo parte da suposição de que é possível separar os contextos socio-históricos e culturais das práticas de letramento, destacando apenas o que é universal e estável.

Nesse horizonte de prosperidade, a aproximação do letramento com a ideia de habilidade a ser aprendida na escola se torna natural, em um tipo de sobreposição em que um,

---

<sup>89</sup>Street (1993) salienta que nenhum dos autores que ele caracteriza como compondo o modelo autônomo de letramento assim se definiu, de mesma forma que nem todas as características por ele atribuídas ao modelo autônomo são comuns a todos os autores. Todavia, o teórico britânico adota tal expressão para salientar a coerência subjacente a esse pensamento, trazido por ele a partir de uma leitura mais ampla do conjunto de posições de autores como Goody, Ong e Olson.

teoricamente, implica o outro e vice-versa: partir do grau de instrução para inferir o nível de letramento – como se fosse possível a qualificação do letramento –, ou partir das habilidades de letramento para supor o grau de escolarização. A correspondência mútua entre os níveis de instrução e de letramento faz supor que a sua relação é horizontal, quando, na realidade, muito do que é feito na escola ainda é operado em termos da alfabetização dos alunos, e não de seu letramento. Partindo dessa perspectiva, a atribuição do fracasso escolar cabe ao próprio estudante, que, se não consegue se desenvolver cognitivamente e assimilar a tecnologia da escrita, é porque pertence ao grupo marginalizado da sociedade – pois, afinal, a todos os estudantes seria dado o mesmo direito ao acesso à educação, não importando seus contextos de origem nem o tipo de relação que empreenderam com a escola (CRISTOFOLINI, 2010).

O reconhecimento, todavia, de que as práticas de letramento são diferentes em contextos diferentes fez avançar a compreensão de que cada comunidade age de maneiras singulares nas práticas discursivas, por conta não somente das inúmeras formas de relação dos sujeitos ou grupos socioeconômicos com a escrita, mas também das formas como a escrita é inserida no cotidiano de cada sujeito ou grupo. A partir das críticas às generalizações propostas pelos autores do modelo autônomo, Street (1993) propôs outras e novas generalizações, de acordo com as abordagens propostas pelo que ele denominou de Modelo Ideológico de Letramento<sup>90</sup>. A fim de entender a natureza e a função das práticas letradas locais, era necessário partir de outros pressupostos teóricos, que não mais repousavam em uma visão etnocentrista da cultura do outro, mas que entendiam que tais práticas eram necessariamente ideológicas, pois nasciam dentro de um constructo situado.

Denominando como ideológico, Street pretendia dar ênfase ao fato de que todas as práticas sociais de escrita sofrem influência da comunidade onde estão inseridas, tanto de sua cultura quanto das estruturas de poder que a envolvem. Dessa forma, o modelo ideológico não se contraporía ao modelo autônomo, mas apresentaria uma visão mais abrangente para um modelo que considerava apenas parcialmente o mundo da escrita; a polarização entre modelos, aliás, seria um movimento que partiria unicamente do modelo autônomo, ao propor a separação

---

<sup>90</sup>Apesar de representar uma virada importante para as concepções em torno do ensino e do mundo da escrita, Brian Street (2014) reconhece que Paulo Freire já havia iniciado, mais de vinte anos antes dele, reflexões que entendiam que a alfabetização, longe de ser uma prática neutra, era determinada socialmente. Mesmo Freire tendo se utilizado do termo ‘alfabetização’, vemos hoje que a sua ideia se construiu em torno do desenvolvimento de uma consciência crítica, a partir do qual se poderia aceder à cultura e à libertação. Por trás, portanto, dos chamados modelos autônomo e ideológico de Street, se avistam os propósitos diversos da alfabetização de Freire, quer como prática de domesticação, quer como prática de libertação. Street, assim, se associa a Freire quando lança o seu modelo ideológico de letramento, assumindo, assim como o autor brasileiro, que o letramento era inerentemente de natureza política e, portanto, devia servir à transformação social.

de atributos técnicos e socioculturais<sup>91</sup>. A proposta do modelo ideológico, assim, é, na realidade, sintetizar o processo de letramento, já que pressupõe que as características técnicas do letramento não podem ser separadas de suas partes sociais e culturais. Mais ainda, o modelo ideológico não tenta negar os atributos cognitivos da aquisição da escrita ou o próprio domínio dessa tecnologia, mas compreende tais questões dentro de macroestruturas culturais e de poder, que privilegiam certas culturas e certos poderes. Por conta disso, ao questionar os efeitos universalmente positivos atribuídos à escrita, o modelo ideológico cria um espaço de estudo em que a grande divisão entre oralidade e escrita e o desenvolvimento cognitivo não se colocam mais como o centro da investigação, dando abertura a outras questões que determinam o processo de letramento e que mostram ser ele muito mais complexo do que a mera causalidade proposta pelo modelo autônomo (KLEIMAN, 2008a).

A crítica à abordagem autônoma parte, portanto, da percepção de que esta não atende às demandas contemporâneas, que exigem uma posição responsiva aos usos situados de linguagem. Nesse sentido, o que se propõe não é a anulação do modelo autônomo, mas o reconhecimento de que letramento ideológico e letramento autônomo são modelos intrincados, pois, embora pareçam constituir uma dicotomia, aquisição e domínio da tecnologia da escrita acontecem sempre de forma situada – na escola, sobretudo, onde, apesar de haver um distanciamento entre as práticas sociais e seus contextos reais de uso, as práticas de letramento são concebidas como ato social (STREET, 2003). A partir desse entendimento, as questões cognitivas, basilares do pensamento autônomo, devem ser postos à luz de estruturas culturais e de poder que atravessam o contexto onde a aquisição da escrita acontece e que são, inclusive, constitutivos desse ambiente – como são, aliás, de quaisquer outras práticas de letramento da sociedade (KLEIMAN, 2008a). Por isso,

O estudo do letramento em perspectiva transcultural (através do tempo e do espaço) requer esse quadro teórico amplo, livre da pressuposição de que as consequências do letramento são as mesmas em todas as épocas e lugares e de que, “retirados” todos os “obstáculos”, ele sempre se manifestará, da mesma maneira como tem se manifestado nas culturas ocidentais. (STREET, 2014, p. 90)

O uso do termo ideológico, portanto, se mostra como uma opção a termos como ‘cultural’ ou ‘sociológico’, que, por serem menos carregados, não deixariam explicitamente marcado que as práticas de letramento remetem não apenas a aspectos culturais ou sociais, mas sobretudo a estruturas de poder. Nesse sentido, a ênfase dada por alguns autores do modelo

---

<sup>91</sup>No modelo autônomo, se consagraram duas principais linhas de pesquisa: uma preocupada com as consequências em processos cognitivos e individuais da leitura e da escrita, e outra com o funcionamento do letramento dentro de instituições específicas. Em ambas, entretanto, não se levava em consideração o caráter social e ideológico subjacente ao processo de letramento.

autônomo à neutralidade e à autonomia do letramento teria, ela própria, um teor ideológico – nesse caso, de disfarçar as dimensões de poder por trás do mundo da cultura escrita para, em última instância, fazer perpetuar o *status quo* (STREET, 1993; 2014). Assim, apenas superficialmente o modelo autônomo seria isento de qualquer ideologia, pois ambos são desenhados dentro de seus respectivos arcabouços ideológicos. Por conta disso,

Qualquer relato etnográfico do letramento fará emergir, de fato, essa importância do poder, autoridade e da diferenciação social em termos da interpretação desses conceitos pelo próprio autor. Uma vez que todas as abordagens do letramento na prática envolverão um viés desse tipo, é melhor para o estudo admitir e expor logo de início o quadro ideológico particular empregado [...]. (STREET, 2014, p. 173)

Assumida sua posição, o modelo ideológico proposto por Street teria como pressuposto básico o fato de as práticas de letramento mudarem de acordo com o contexto. As práticas sociais de leitura e escrita, dessa forma, estariam fortemente ligadas às estruturas sociais e culturais, e, por conta disso, os significados que a escrita adquiriria em dada comunidade estariam submetidos aos contextos em que ela foi aprendida. Ao se conceber que a escrita integra cada comunidade de formas diferentes, se infere que há uma variedade de práticas culturais diferentes associadas à leitura e à escrita, e, portanto, o letramento não pode ser compreendido senão em relação a outros aspectos da vida dos indivíduos. Nesse sentido, longe de serem neutras, as práticas de letramento estariam a serviço do questionamento ou do reforço de tradições, valores e estruturas de poder e dominação das sociedades. Para essa perspectiva, portanto, as práticas de letramento estariam ligadas a questões socioculturais e seriam por elas determinadas, mostrando, então, que a escrita assume diferentes significados, a depender dos contextos em que ela se faz presente. Assim,

Na perspectiva dos Estudos do Letramento, não há apenas uma forma de usar a língua escrita – a reconhecida e legitimada pelas instituições poderosas, às quais poucos têm acesso –, mas há múltiplas formas de usá-la, em práticas diversas que são sociocultural e historicamente determinadas. (KLEIMAN, 2008b, p. 490)

Tendo isso em conta, a noção de letramento não é estanque, mas dinâmica, pois depende do interlocutor e do propósito comunicativo, do mesmo modo que as práticas de letramento, intrinsecamente ligadas à questão social, se alteram constantemente, quer com o surgimento de novas práticas, quer com o desaparecimento de outras. Com efeito, no que se refere ao ensino, os conteúdos não constituiriam um currículo fechado em si mesmo (cujo material cultural seria escolarizado, ao passar para o domínio escolar), mas, diferentemente, carregariam consigo o seu contexto de origem, devendo ser vistos em função de suas características discursivas e não somente linguísticas (STREET, 1984). Uma vez que o letramento ocorre enquanto interação

entre o processo interno do indivíduo e o social, se assume que as práticas de letramento são “indissoluvelmente ligadas às estruturas culturais e de poder da sociedade e reconhece a variedade de práticas culturais associadas à leitura e à escrita em diferentes contextos” (ROJO, 2009, p. 99). Entendido dessa forma, um mesmo indivíduo exerce diferentes papéis sociais ao circular em diferentes contextos, que são, por sua vez, determinados por práticas de letramento específicas. Assim, quanto mais vastos forem os ambientes em que se está inserido e mais diversificados forem os papéis sociais desempenhados, mais diferentes letramentos serão necessários<sup>92</sup> (BARTON; HAMILTON, 2000).

Por conta disso, é do interesse de tal modelo pôr sob análise quaisquer instituições sociais em que o processo de letramento se desenvolva, e não apenas as pedagógicas, majoritariamente escolares. Dessa forma, as formas letradas que diferem das da cultura dominante devem não mais ser encaradas como atrasadas ou primitivas; os usos que cada comunidade faz do letramento e as percepções e significados que constrói em torno desse processo devem, ao contrário, ser pensados dentro de culturas e povos específicos. Partindo desse ponto de vista, emerge a consciência de que a maioria das comunidades tem experiências letradas, sobretudo a partir da sobreposição de mecanismos orais e letrados – e, portanto, a apresentação de formas específicas de letramento, como acontece na escola, não se constitui como um processo inteiramente desconhecido, mas apenas a alteração das formas já existentes em tais comunidades. Em último grau, as comunidades locais se apropriam dessas novas formas de letramento e as adéquam de acordo com suas necessidades e interesses (STREET, 1993; 2014).

Com o modelo ideológico, o campo dos estudos sobre letramento pôde, assim, ser expandido, pois, no lugar de uma abordagem fundada em uma visão bastante estreita de cultura, se abriu um espaço cuja ênfase passou a recair no respeito a aspectos antropológicos e transculturais que envolvem o processo de letramento. Assim, apesar de muito do que se faz na escola ser produzido a partir de uma concepção autônoma e descontextualizada de escrita, as pesquisas fruto dos Estudos do Letramento têm feito notar a gama bastante rica de práticas sociais de cada comunidade. Ao mesmo tempo, tal compreensão tem provocado a necessidade

---

<sup>92</sup>Tal como ocorreu com o termo ‘alfabetização’, cujo sentido foi se ampliando até o surgimento de outro termo que o delimitasse, a palavra ‘letramento’ também tem visto expandir o seu significado, em uma tentativa de abarcar as diversas práticas sociais de letramento existentes ou, em outros casos, para remeter a práticas sociais de outra natureza. No presente momento, assim, têm concorrido terminologias que marcadamente distinguem o escopo do letramento (como letramento digital, letramento escolar) e outras, que assumem que o uso da palavra no plural (letramentos) é suficiente para tratar, a um só tempo, da diversidade e da singularidade das práticas sociais. Com essa última opção, se esclarece que o letramento não possui níveis nem estágios, pois de sua pluralidade não pode emergir um contínuo linear de aprendizado (SOARES, 2003).

de repensar o modelo que vem sendo aplicado nas esferas sociais e escolares, pois, a partir dele, se tornou natural que a prática cultural do grupo dominante seja imposta ao letramento de indivíduos de outros grupos sociais e culturais, que são considerados inaptos até que assimilem o letramento que *importa*:

A inscrição em modelos autônomos e abordagens cognitivas de letramento que distinguem os grupos sociais em letrados e iletrados exclusivamente a partir do domínio de gêneros, em geral escritos, legitimados por uma escola pensada para uma classe média branca, urbana, heterossexual e supostamente homogênea pode, nesse sentido, contribuir para perpetuar desigualdades sociais e reiterar práticas sociais discriminatórias em relação à classe, raça, orientação sexual, religião etc. (SZUNDY, 2017, p. 83).

Nesse horizonte, pesquisas que tratam de culturas que recentemente adquiriram as habilidades de leitura e de escrita mostram que tal apropriação é feita de forma criativa e original: as pessoas se apropriam do letramento, transformando-o de acordo com seus próprios interesses culturais. Por conta disso, o tratamento de questões caras a cada comunidade, como suas identidades religiosa, étnica e de gênero, problematizam a admissão de um modelo uniforme de letramento, que está encaixado a um modelo de nação próspera e moderna e que frequentemente atende a interesses políticos de manutenção das estruturas sociais (STREET, 1993). O “ideológico” de tal modelo, portanto, deve ser interpretado senão como o espaço de tensão que existe em quaisquer práticas culturais e que se desenvolve pelo embate entre autoridade e poder, criatividade e resistência, pois “quando participamos da linguagem de uma instituição, seja como falantes, ouvintes, escreventes ou leitores, ficamos posicionados por essa linguagem; ao se dar esse assentimento, uma miríade de relações de poder, autoridade, *status* se desdobram e se reafirmam” (STREET, 2014, p. 143, grifo do autor). O que se vê, em realidade, é que pertencer à cultura escrita não diz respeito à capacidade individual de cada um lidar, individualmente, com o uso da leitura e da escrita; a dimensão social desenha toda e qualquer relação do indivíduo com o mundo. Sua existência está de tal forma submetida à ordem da cultura escrita que toda sua representação de mundo, desde os princípios morais até sua organização de tempo e de deslocamento, é feita a partir de tal participação na sociedade de escrita.

Nesse sentido, as práticas letradas – e o que é ser letrado para cada grupo ou indivíduo – são produtos da cultura, da história, da identidade e das estruturas de poder, pois, afinal, “as palavras no papel não transportam um significado independente, mas dependem de sua localização nessa luta pelo poder para obterem seu significado ativo” (STREET, 2014, p. 186). Nesse sentido, é grave pautar sobre um único critério a definição do que é ser letrado, já que o próprio letramento varia histórica e socialmente. A pluralidade e o contraste de critérios, assim,

abrem espaço para entender a multiplicidade que o conceito de letramento (ou, melhor dizendo, letramentos) comporta, uma vez que, longe de ser um conteúdo a ser aprendido, ele é muito mais um processo, cujos modos de aprendizagem se constroem a partir de maneiras particulares em cada contexto, em formas de socialização e aculturação diferentes (STREET, 2014). Em vista disso e como resposta às limitações das metodologias empregadas por abordagens mais tradicionais de letramento, a perspectiva etnográfica<sup>93</sup> se tornou uma opção para compreender e ter acesso a relatos que apresentam detalhadamente a variedade e complexidade de práticas orais e letradas em contextos culturais diversos, dentro dos quais tais práticas fazem sentido. Entretanto, mais do que simplesmente expor a pluralidade e a riqueza de práticas culturais não-hegemônicas, o modelo ideológico tem como pretensão reconhecer o papel central que as estruturas sociais e as relações de poder desempenham no processo de letramento.

O letramento, assim, como impacto social da escrita, subverte a ideia de escrita como processo de aquisição de uma determinada tecnologia e, ao mesmo tempo, faz superar uma visão de mundo da escrita bastante restrita, mas na qual as instituições, sobretudo escolares, ainda se pautam. Nesse cenário, a escola, principal agência de letramento de nossa sociedade, se desenha como local onde o processo de aquisição da escrita transcorre no âmbito do indivíduo, como habilidade a ser desenvolvida ao longo de sua formação. Em complementaridade a tal ambiente, surgem outras agências de letramento, outras instituições nas quais se promovem e se constituem usos e valores para a escrita, que deslocam a orientação de letramento para o âmbito do coletivo: a família, a igreja e a própria rua como local de trabalho – como é o caso do jornal Boca de Rua. Assim, mesmo sendo a escola a mais importante agência de letramento, ela é apenas um entre vários locais onde se circunscrevem eventos de letramento, ocasiões “em que um trecho de escrita é essencial à natureza das interações dos participantes e a seus processos interpretativos”<sup>94</sup> (HEATH, 1982, p. 93, tradução minha). Os eventos de letramento, portanto, como situações reais nas quais o letramento é parte integrante, comportam não apenas escrita: existe neles a combinação entre traços orais e escritos, em uma clara resposta à tentativa do modelo autônomo de separar práticas orais de práticas letradas de acordo com os grupos sociais e contextos em foco.

Aos eventos, por sua vez, se associam as práticas de letramento, que comportam um

---

<sup>93</sup>Street (1993) salienta que nenhum método, por si próprio, garante uma “sofisticação teórica”, fazendo com que muitos estudos empíricos sirvam apenas para reproduzir preconceitos que existiam previamente à pesquisa. Esse é o caso de diversos estudos desenvolvidos pelo modelo autônomo de letramento, pois, como vimos, muitos foram os que partiram de etnografias para comprovar suas teses.

<sup>94</sup>No original: “any occasion in which a piece of writing is integral to the nature of participants' interactions and their interpretative processes”.

conceito mais amplo, remetendo “não só [a]o evento em si, mas também [a] concepções do processo de leitura e escrita que as pessoas sustentam quando engajadas no evento” (STREET, 2014, p. 18). Dessa forma, as práticas designam tanto os comportamentos dos participantes em tais eventos como as concepções sociais, culturais e ideológicas que desenham tal evento e que determinam as interpretações e os sentidos construídos nos usos da leitura e/ou da escrita. A noção de prática de letramento, portanto, é mais ampla que a de evento, pois leva em consideração o âmbito cultural e social no qual os eventos se constroem: se os eventos de letramento podem ser observados, é apenas a partir das práticas de letramento, que não são observáveis, mas conceitualizáveis, que se pode compreender os significados dos eventos (STREET, 2013). Entretanto, apesar de suas particularidades, a caracterização de cada componente separadamente atende apenas a princípios metodológicos, já que ambos compõem uma mesma realidade – a da língua posta em uso. É por conta disso que se entende que, analisados os eventos de letramento desconsiderando as práticas a eles associados, se chega à descrição da realidade, cujas características não abrem espaço para a interpretação. Por conta disso, as práticas de letramento devem ser mobilizadas enquanto instrumento de análise dos eventos de letramento, pois

O conceito de *eventos de letramento*, dissociado do conceito de *práticas de letramento*, não ultrapassa [...] o nível da abstração, embora tenha a vantagem de orientar o pesquisador ou estudioso para a observação de situações que envolvem a língua escrita e para a identificação das características dessas situações; não revela, porém, como são construídos, em determinado evento, os sentidos e os significados, os produtos não só da situação e de suas características específicas, mas também das convenções e concepções que as ultrapassam, de natureza cultural e social. (SOARES, 2003, p. 105, grifos da autora)

Tendo isso em vista, a maneira como cada grupo social ou indivíduo faz uso do letramento está ligada a detalhes particulares da situação, uma vez que os eventos de letramento são singulares e dizem respeito a comunidades específicas, situadas social e historicamente e vinculadas, cada qual a seu modo, a estruturas de poder. Um mesmo evento, assim, pode comportar diferentes propósitos e metas sociais, pois é a prática em torno desse evento que delimita os sentidos que tal ocasião representa para a comunidade. Por isso, assim como os letramentos são múltiplos, também as práticas são plurais: não existe, enfim, um letramento universal a todos. A defesa, entretanto, de que as práticas sociais de letramento são plurais e multiculturais não leva à negação da existência de uma hierarquia entre tais práticas; ao contrário, para um modelo que se constrói a partir de atravessamentos das relações de poder, se torna relevante, social e culturalmente, perceber como os sujeitos significam a sua atuação frente a concepções dominantes de letramento, a partir de desconstruções e reconstruções de

significados.

Diante desse horizonte, a instanciação do jornal Boca de Rua enquanto agência de letramento para o povo da rua se assenta na ideia de que, nele, trabalham pessoas letradas: mesmo sendo indivíduos marginalizados social, cultural e economicamente, no Boca eles têm um espaço em que a leitura e a escrita são essenciais para a construção desse meio de comunicação. A partir desse lugar, são criadas condições para que os indivíduos assumam uma posição crítica frente às contradições e desigualdades da sociedade em que vivem, a partir de sua participação atuante e criativa em um projeto que visa à ação no mundo e à sua transformação pelo desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade. Uma vez que o jornal se apresenta para muitos como o principal instrumento para a inclusão em práticas de leitura e de escrita, para as quais é necessário mobilizar diversas informações dos contextos discursivos para, a partir deles, escrever o periódico, o projeto se inscreve dentro de uma concepção ideológica de letramento.

Apesar de a maioria dos participantes não ter tido, na infância e na juventude, a oportunidade de frequentar a escola – corroborando o entendimento de Street sobre a estreita relação entre o contexto social e o desenvolvimento do letramento –, enquanto jornalistas, os integrantes do Boca conseguem ocupar uma posição social outra, uma posição que lhes confere prestígio, pois faz parte de uma construção ideológica que entende que somente pessoas eruditas poderiam participar da produção de um material cultural como um jornal. Escrever um periódico proporciona, assim, poder: poder ser autor, poder ser singular, poder ser trabalhador, poder ser visível, poder ser, de fato, cidadão. Todos esses predicativos são possíveis porque o Boca, tal como se constitui, funciona a partir da ação do próprio povo da rua, que forma uma comunidade colaborativa de aprendizagem, na qual todos têm vínculo com aquilo que está sendo construído coletivamente, na medida em que é resultado da interação com os companheiros de rua e de conhecimentos com os quais se teve vivências significativas. A difusão do letramento que ocorre dentro do Boca, assim, prevê os interesses e a realidade do contexto social de seus integrantes, e é por isso que cada participante consegue, ao interpretar o jogo social do qual faz parte, reivindicar plenamente sua cidadania (SIMÕES *et al.*, 2012). Assim, por todo o material produzido ser escrito especificamente para atender à condição inviolável de fazer sentido para a realidade de seus jornalistas, o Boca se constrói como um lugar em que a leitura e a escrita são indissociáveis da vida e dos sentidos construídos pela população de rua.

O que garante tal característica ao jornal é o fato de ele se pautar sobre os princípios da cidadania e da fruição, pois trabalhar com linguagem, mesmo fora do campo institucionalizado

e educacional, impõe, a um só tempo, a consciência do outro e de si mesmo<sup>95</sup>. A interação com os companheiros de rua provoca, então, a percepção de que viver em sociedade é um constante jogo entre aquele que é um limite e uma imagem, com quem será necessário ora negociar conflitos, ora se juntar para superar questões que dificilmente seriam transpostas individualmente. Por outro lado, o engajamento subjetivo com formas de expressão diferentes daquelas com as quais se está acostumado a lidar proporciona liberdade aos integrantes e, com efeito, um espaço de convívio comum, pontos cruciais para um efetivo engajamento na procura por formas próprias de expressão, tal como exige a produção de um jornal (SIMÕES *et al.*, 2012).

Quando associados, esses dois princípios, cidadania e fruição, constroem uma concepção de língua em uso, para a qual a escrita é, necessariamente, a manifestação individual de um ponto de vista. Assim, decorrente da união dessas noções, a expressão da autoria se mostra, em último grau, a consequência mais latente desse espaço onde os integrantes do Boca têm suas vozes legitimadas, pelas quais devem responder frente a seus companheiros de rua, à sociedade em geral e à história da qual fazem parte. Essa prática social não pode, entretanto, ser concretizada senão através da intersubjetividade, pois é o reconhecimento do outro em relação a *eu* que permite que cada um se constitua como sujeito na língua, reconstruindo a si próprio e traçando uma nova compreensão do mundo. Enfim, no espaço proporcionado pelo jornal, “[...] a aprendizagem se traduz por novas formas de participação no mundo social, que se abrem a partir da experiência com novas práticas de letramento e a partir de novas compreensões das práticas já conquistadas” (SIMÕES *et al.*, 2012, p. 42).

Nesse horizonte, a adoção do modelo ideológico, que tem como premissa a pluralidade e a multiculturalidade das práticas de letramento, sem negar a sua hierarquização no nível macroestrutural, encontra nas metodologias etnográficas o meio para melhor reconhecer e entender o que ocorre no letramento local, de populações específicas, “nas quais são construídos contextos sociais em que há distribuição do poder e nos quais podem ser subvertidos – mesmo que temporariamente – posicionamentos predeterminados e papéis fixos já institucionalizados” (KLEIMAN, 2008b, p. 490-491). Ao que cabe ao Boca, partir de uma metodologia qualitativa e informada pelo modelo ideológico de letramento possibilita testemunhar as estratégias de

---

<sup>95</sup>A discussão sobre cidadania, fruição e autoria compõe um dos pontos trazidos por Simões *et al.* (2012) na obra *Leitura e autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatura*. Embora o livro seja pensado para a formação de professores de Língua Portuguesa e Literatura, acredito que muitas de suas questões possam ser levadas para outras esferas em que a língua em uso ocupa um lugar central. Assim, me aproprio das reflexões das autoras para analisar a configuração do jornal Boca de Rua, sem deixar de entender que o mundo escolar para o qual tal obra foi pensada possui características próprias e bem definidas.

peças que normalmente participam de práticas de letramento menos legitimadas em nossa sociedade, mas que encontram no projeto do jornal um meio de, através de uma prática mais valorizada, reconstruir o seu mundo social. Assim, esta dissertação se desenvolve a partir de uma abordagem alternativa ao modelo que abstrai as práticas de letramento de seus contextos social, histórico e cultural, ao evidenciar o quão importantes são tais relações para a compreensão efetiva das práticas das comunidades pesquisadas. Trabalhar com o modelo ideológico impõe, assim, ter sensibilidade para lidar com culturais locais, reconhecendo que a sua existência se constrói através da interação com as formas dominantes de cultura e letramento.

É frente a esse cenário que procuro traçar uma correspondência entre o lugar enunciativo fomentado aos integrantes do jornal Boca de Rua e a instauração do projeto como uma agência de letramento, visto que aos indivíduos envolvidos na produção do periódico não é, costumeiramente, oportunizado o espaço de subjetivação. Entendo, dessa forma, que as práticas de letramento desenvolvidas pelo projeto oportunizam, através da escrita, um modo de estar na língua, na cultura e no mundo: o da significação. A preocupação com a inteligibilidade é imposta, assim, pelo necessário papel da língua de significar e de deixar entrever a forma como os sujeitos encaram o seu entorno. Tudo isso é aqui proposto através do meu olhar como etnógrafa, pois assumir os letramentos como práticas sociais situadas me leva a trabalhar com uma abordagem qualitativa e interpretativa, para a qual a etnografia se apresenta como uma perspectiva decisiva para mostrar aquilo que vi e escutei sob os olhos e ouvidos do povo de rua.



## CAPÍTULO 3

### **PARA HUMANIZAR O TERRITÓRIO:** reflexões de uma etnógrafa em construção

*Não se pode plantar uma laranjeira e colher limão. Ninguém melhor que a gente para falar sobre a vida na rua. Nós somos as laranjas, outra pessoa falando sobre o assunto seria o limão na laranjeira. É parecido, mas não é igual. A gente vive o que diz. Sente o que diz. É um jornal vivido.*

### **3 PARA HUMANIZAR O TERRITÓRIO:** reflexões de uma etnógrafa em construção

Este capítulo, tanto quanto explicitar a metodologia por trás desta pesquisa, tem como objetivo provocar, porque foi de provocações que o meu trabalho de campo foi feito. Provoações sobre como me situar em campo e traduzi-lo em palavras; sobre como condicionar as interpretações do Boca à subjetividade que a mim é inerente; sobre como ser ética em um fazer eminentemente autoritário, pois determinado sempre, apesar das boas intenções, pela autoridade de quem escreve. As inquietações foram tantas e tão constantes que eu não poderia deixar de trazê-las aqui, neste espaço em que se esperam (não sem uma boa dose de maquiagem) menos vacilações.

Para dar conta de tais questões, na primeira parte do capítulo, caracterizo a etnografia como um método singular no fazer de antropólogos e, mais atualmente, no fazer de linguistas aplicados. Disso, passo a expor os procedimentos que adotei ao longo do meu estudo, trazendo algumas problematizações levantadas por antropólogos e que pude experimentar a partir da posição enquanto pesquisadora em um campo e a partir de uma abordagem até então desconhecidos para mim. Ao fim, faço desse percurso de leituras e vivências que permearam o meu trabalho de campo uma seção à parte, em que exponho certos desconfortos que senti e dilemas por que passei ao longo desses dois anos em campo.

#### **3.1 Olhar é sempre interpretar**

A origem da abordagem qualitativa em pesquisas não é recente: ela data do final do século XIX, quando se passou a questionar a validade da perspectiva positivista, adotada nas ciências físicas e naturais, para o estudo de fenômenos humanos e sociais. Tendo em vista que o estabelecimento de leis gerais não era possível frente à dinamicidade e à complexidade das questões relativas ao homem e à sociedade, que sofriam efeito dos contextos em que ocorriam, se partiu do princípio de que a tais eventos era necessário associar particularidades – afinal, explicações causais ou lógicas não eram capazes de refletir as especificidades do que acontecia no plano antropológico. Ao reconhecer que as áreas sociais não trabalhavam com unidades estanques, isoladas e passíveis de mensuração, mas com componentes que sofriam o efeito das situações em que se desenvolviam, se assumiu que a sua realidade de estudo nunca poderia ser alcançada exterior aos sujeitos e que, portanto, uma posição neutra dos pesquisadores seria impraticável (ANDRÉ, 2007).

Para além da centralidade que a interpretação dos contextos adquire para as pesquisas

de cunho qualitativo, no entanto, há muita diversidade em relação à forma como elas se desenvolvem, como o maior ou menor afastamento do pesquisador frente aos sujeitos investigados ou o uso de técnicas mais ou menos empíricas para a geração de dados. Qualquer pesquisa da espécie, todavia, deve se propor como uma descrição de um ambiente natural, que, apesar de construída com a intenção de mostrar a óptica pessoal dos participantes, seja resultado do enfoque indutivo e interpretativo do pesquisador. A descrição, marca provavelmente mais aparente frente à oposição entre pesquisas qualitativas e quantitativas, é resultado de um paradigma de pesquisa que considera que todos os dados gerados são relevantes para a construção do significado das ações a partir da perspectiva dos próprios sujeitos que participam de tais ações. Uma vez que o ambiente não é controlado, como acontece em estudos experimentais, são os detalhes de cada contexto que são valorizados, já que “não é possível compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações” (GODOY, 1995, p. 63). Por conta dessas características, alguns pesquisadores preferem denominar a perspectiva qualitativa como naturalística ou interpretativista, atentando para dois aspectos dessa abordagem: por um lado, ser fruto de um conhecimento empírico, cujos dados são gerados pelo contato direto do pesquisador com o seu objeto de análise e, por outro, ser resultado da reflexão e da análise do pesquisador, entendido não como alguém neutro, mas como um instrumento preparado para difundir o conhecimento reflexivo sobre determinada realidade (ANDRÉ, 2007).

Haja vista o teor interpretativista inerente à pesquisa qualitativa, que decorre do não estabelecimento de delimitações claras entre a geração de dados e a sua interpretação, o pesquisador precisa assumir um papel de constante reflexividade e estranhamento em relação ao lugar social que ocupa na pesquisa. Para atender a esses dois princípios, cabe ao pesquisador, primeiramente, ter consciência de que, por se tratar de um ambiente real, no qual se desenvolvem interações entre sujeitos, a sua neutralidade nunca será possível. Assim, é necessário que ele assuma não somente um olhar reflexivo em relação à sua própria posição social no estudo, que é diferente daquela ocupada pelos participantes, como também uma postura de estranhamento frente ao novo que observa, se esforçando para notar quais percepções e opiniões foram formadas com o desenvolver da pesquisa – e não antes dela (ANDRÉ, 2007; JUNG, 2003). Portanto, tendo em vista que o aspecto central da pesquisa qualitativa é a compreensão de uma realidade situada a partir da significação feita pelos próprios participantes, é crucial que o pesquisador ocupe uma posição consciente de seu papel frente à geração e análise dos dados – pois, afinal, ele próprio é um instrumento de pesquisa – e, igualmente,

suficientemente distanciada, para que possa notar aquilo que há de novo e de sistematizável (ANDRÉ, 2007). Atendendo a esses fundamentos, o novo paradigma de pesquisa toma de empréstimo orientações teóricas e metodológicas de diversas correntes, como da fenomenologia, do interacionismo simbólico, da etnometodologia e da etnografia (GODOY, 1995).

É a partir dessa última orientação, da etnografia, que se consegue ter acesso à forma como indivíduos e/ou comunidades constroem os significados em torno de práticas sociais dos quais são protagonistas. Mais especificamente, é através da etnografia que se busca compreender os significados de ações e de eventos a partir da perspectiva daqueles que participam de tais ações e eventos, quer por aquilo que é expresso pela língua, quer por o que se deixa entrever a partir das ações (SPRADLEY, 1979). Em um plano mais amplo, a etnografia está interessada na vida ordinária, no cotidiano. Seu olhar recai sobre outras formas de viver e de ser subjetivo, se constituindo como uma via alternativa de se fazer ciência e de se produzir conhecimento sem que se dependa exclusivamente de técnicas quantitativas.

Desse discurso que concebe um mundo outro para aqueles que pesquisamos, surge um paradoxo da Antropologia: se concebemos, atualmente, que as fronteiras que delimitam comunidades e culturas são flexíveis, como é possível sustentar que a pesquisa etnográfica existe através da pesquisa de campo em locais específicos? Questionamentos como esses, levantados por Gupta e Ferguson (1997), trazem à tona a dificuldade de fugir do olhar orientalista que guia nossas convenções de como escrever uma etnografia e para o qual é possível entrar e sair de campo. Embora seja da intenção do campo antropológico apagar a noção do espaço como condição fundamental para a etnografia, algumas noções advindas dessa separação entre dois mundos poderiam servir para uma consciência mais clara sobre aqueles que pesquisamos. Isso porque

[...] o “deslocamento” tão recomendado a pesquisadores iniciantes não implica necessariamente num campo fetichizado ou na transformação dos interlocutores em Outros exóticos. É possível, sem cair nessas armadilhas, aproveitar as vantagens da “viagem” – a relativização do conhecimento hegemônico ocidental, a escuta e valorização do que dizem os sujeitos de estudo, a consciência do posicionamento de perspectivas transmitidas a partir de situações socialmente e politicamente diferentes. (FONSECA, 2017, p. 439).

Assim, a externalidade do pesquisador, que inicialmente se impunha como um requisito fundamental à Antropologia, logo se mostrou uma premissa equivocada, à medida que o campo se diversificou. Se percebeu que a “viagem” para chegar às comunidades investigadas não era garantia de um olhar menos subjetivo e mais descritivo, mas, ao contrário, produtora de muitos olhares enviesados, porque etnocêntricos. De outro lado, as técnicas empregadas para a

observação e o registro dos dados também se alteraram, refletindo uma mudança de paradigma: o pesquisado não era mais descrito como exótico ou estranho, mas a partir da tentativa do investigador de entendê-lo a partir de uma lógica própria à comunidade e cultura a que pertencia. Para ter acesso a tais padrões de interpretação, o etnógrafo precisava se afastar de sua posição de estranho àquele ambiente para se aproximar, cada vez mais e melhor, da significação e da compreensão que emergia do grupo estudado (OLIVEIRA, 2009; SPRADLEY, 1979). Assim,

Para descobrir quem as pessoas pensam que são, o que pensam que estão fazendo e com que finalidade pensam que o estão fazendo, é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significado em meio aos quais elas levam suas vidas. Isso não requer sentir como os outros ou pensar como eles, o que é simplesmente impossível. Nem virar nativo, o que é uma ideia impraticável e inevitavelmente falsa. Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente. (GEERTZ, 2001, p. 26)

A tentativa de ler outro povo, entretanto, esbarra na inevitável incapacidade do etnógrafo de se situar entre uma comunidade, dado que ele próprio nunca poderá ser (e se espera que nem mesmo queira se tornar) um nativo. O que se deve querer em campo é conversar – esse sim um empreendimento possível e muito mais difícil do que aparenta ser. Isso porque o acesso ao ponto de vista dos participantes, mecanismo supostamente essencial para a escrita de uma etnografia, faz apagar o quanto ela é construída em termos de *interpretação*: nossas pesquisas são informadas pelas “nossas próprias interpretações do que pretendem nossos informantes, ou o que achamos que eles pretendem, e depois passamos a sistematizá-las” (GEERTZ, 2013, p. 11). Por todo homem se construir na cultura – como bem nos lembra Benveniste –, os textos etnográficos não podem nunca fugir de algo que lhes é orgânico: são fundamentalmente descrições imaginadas, fabricadas. Apenas a interpretação daquele que vive a *sua* cultura pode ser considerada uma interpretação de primeira mão; todas as demais são ficções, porque modeladas pela leitura de pessoas que estão fora daquela cultura (GEERTZ, 2013). Assim, quando produzimos e lemos etnografias, devemos ter sempre em mente que a cultura tal qual se efetua no mundo nunca poderá ser traçada em seus próprios termos em um texto, como transcorre com qualquer outra interpretação, como a pintura ou a fotografia. Nesse sentido, não parece equivocado pensar que nossos pesquisados são, em último grau, criações nossas – nossos personagens.

A nossa suposta familiaridade ao que para nós é exótico nada mais é, entretanto, do que um artifício para ocultarmos de nós próprios a inabilidade para lidarmos com a cultura do outro, que se organiza de acordo com seus próprios paradigmas e que, portanto, possui sua própria lógica interna. Nesse horizonte, filtramos apenas aquilo que há de comum com a nossa estrutura

cultural, sem perceber o quanto a diferença nos informa mais sobre as características de um povo que nossas semelhanças com ele: um mesmo comportamento pode significar de formas muito plurais, de acordo com o padrão cultural no qual ele é concebido. Por isso, cabe ao etnógrafo buscar compreender internamente a cultura daqueles que observa, exibindo “sua normalidade sem reduzir sua particularidade”, na medida em que “colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade” (GEERTZ, 2013, p. 10).

Para se ter acesso à forma como as estruturas significantes se organizam dentro de uma comunidade e à interpretação tal como a fazem os participantes dessa comunidade, é preciso ter um olhar atento para as particularidades de cada grupo social. Nesse horizonte, é a descrição *densa*, através da qual as mesmas ações podem ser percebidas de formas diferentes, de acordo com o que acontece no grupo que pesquisamos, que fomenta a aproximação ao olhar dos nativos e, portanto, a própria construção de uma etnografia (GEERTZ, 2013)<sup>96</sup>. Para tanto, todavia, é necessário aprender a lidar com percepções muitas vezes estranhas e não explícitas ao pesquisador, pois

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ, 2013, p. 7)

A complexidade que envolve fazer uma descrição etnográfica densa reside, em último grau, na cultura: não costumamos ter qualquer familiaridade com a cultura daqueles que observamos, e, portanto, se torna um trabalho árduo produzir e perceber os atos dentro de um universo cultural outro, no qual se constroem valores totalmente diferentes – como, por exemplo, acontece com a escrita dentro do plano do Boca de Rua. Vemos, assim, que a noção de cultura levantada por Geertz (2013) e ligada à noção de descrição densa em muito se aproxima da noção de cultura de que fala Benveniste, na medida em que

[...] a cultura não é um poder, algo do qual podem ser atribuídos casualmente aos acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um *contexto*, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 2013, p. 10, grifo meu)

Se o trabalho etnográfico é normalmente inscrito através de três fases (observação, registro e análise), logo se percebe que essas três operações não existem separadamente, pois,

---

<sup>96</sup>Talvez seja possível arriscar uma relação, ainda que acidental, entre, por um lado, descrição densa e práticas de letramento e, por outro, descrição superficial e eventos de letramento. Como vimos, os eventos pouco informam sobre os valores que transitam dentro de uma comunidade; tanto isso é verdade que um mesmo evento pode significar de formas diferentes para comunidades diferentes, a depender das concepções de leitura e escrita que estão nele envolvidas.

no registro feito enquanto se observa, se insinuam já muitas análises. A tarefa do etnógrafo é, portanto, escrever – e nela são entrevistas todas as demais fases, já que os dados nunca são gerados fora de uma configuração subjetiva, que determina a maneira como eles vão ser acessados. Escrevemos, entretanto, não sobre o discurso social do qual não participamos jamais como nativos, mas somente a partir daquilo que nossos informantes permitem que chegue a nós enquanto pesquisadores. É insuperável o fato de que acesso que temos à realidade em que vivem as comunidades que acompanhamos é quase obrigatoriamente marginal – até mesmo porque uma das principais técnicas empregadas, a observação participante, promove a construção de uma relação muito singular entre pesquisador e pesquisados, em que o primeiro se imagina sendo outra coisa que não um sujeito cujos interesses são apenas temporários (GEERTZ, 2013).

Nessas interações, portanto, ficam evidentes as relações de poder que são constitutivas de nossa sociedade, mesmo que sejam, por vezes, brevemente ignoradas. Frente à tão explícita assimetria de poder entre pesquisador e pesquisados, se tornou um ponto relevante a busca por uma posição neutra em campo. Entretanto, a noção de neutralidade logo se mostrou duplamente problemática: de um lado, é inacessível, já que pressupõe o apagamento da subjetividade do pesquisador, e de outro, é equivocada, pois acaba por justamente validar as relações de dominação ao tentar apagá-las (OLIVEIRA, 2009). Nesse quadro, se notou que há uma grave diferença entre assumir uma posição neutra e uma imparcial. A neutralidade não pode nunca ser alcançada pelo etnógrafo; caso contrário, ele sucumbiria à inocuidade de uma existência sem subjetividade e, portanto, inviável. As concepções e preconceitos que carrega consigo, portanto, tornam impossível a conexão direta e neutra com o ponto de vista dos pesquisados, até mesmo porque há, nessa relação, luta e articulação entre valores e padrões de vida. Nesse cenário, “o mito do pesquisador de campo semicamaleão, que se adapta perfeitamente ao ambiente exótico que o rodeia, o milagre ambulante em empatia, tato, paciência e cosmopolitismo [...]” (GEERTZ, 2009, p. 85) é deixado para trás, dando lugar a uma figura que procura *compreender* a cultura do outro a partir de um ponto de conexão.

Assim, é a imparcialidade que deve sempre constar no horizonte do trabalho do investigador etnográfico, pois é ela que garante uma postura coerente frente às perspectivas vistas em campo, com a qual se evita a produção de interpretações que legitimem vozes arbitrárias ou unívocas. Ser imparcial, portanto, é se deixar expor a diferentes argumentos e versões em busca de interpretações que possam ser defendidas reflexivamente – o que não impede que assumamos uma posição combativa frente ao que luta a comunidade que pesquisamos (OLIVEIRA, 2004a; OLIVEIRA, 2004b), pois

Desde que vencida a antiga obsessão pela neutralidade a todo custo, condição ingênua de uma objetividade ilusória, não há nenhuma razão para que esse etnólogo orgânico não se manifeste em quaisquer de suas atividades, sejam elas acadêmicas, de assessoramento no serviço público ou nas ONGs, seja onde for. (OLIVEIRA, 2004b, p. 30)

O pesquisador é, então, longe de qualquer simulação de neutralidade e de posse de sua subjetividade, incitado a abraçar as demandas pelas quais luta a comunidade que pesquisa. A etnografia não pode fugir, assim, de um ponto essencial: ela é construída situacional, dialógica e intersubjetivamente, porque funciona, precisamente, a partir da relação entre indivíduos, comunidades, culturas, inscritos no mundo através da língua. Fazer etnografia, assim, nos posiciona social e historicamente como atores de uma dinâmica que se constrói, ela própria, a partir dos atravessamentos das relações sociais e de poder que estão presentes em nossa sociedade. É tendo ciência dessa estrutura maior, que orienta os vínculos criados com outras comunidades, que se assume que “o lado forte da etnografia não é pleitear a causa nativa dentro das estruturas vigentes de poder [...]. É, antes, provocar uma reconfiguração das próprias narrativas hegemônicas que tanto contribuem para a perpetuação dessa estrutura” (FONSECA, 2010, p. 217).

Em vista a essa reconfiguração, a etnografia tem passado por diferentes apropriações, por diferentes campos. Assim, embora ela tenha sido desenvolvida por antropólogos com o intuito de estudar a sociedade e a cultura a partir da coleta de dados sobre os costumes, os valores e os comportamentos de determinada comunidade, tal abordagem tem se mostrado relevante para os linguistas aplicados, para quem a língua é uma prática social situada e que pode ser melhor compreendida ao serem considerados os microcontextos em que as práticas sociais de leitura e escrita acontecem. Por conta disso, pela natureza das discussões a que se propõem os Estudos de Letramento, o que se faz em Linguística Aplicada é, também, etnografia. Nesse quadro, se reconhecem a complexidade que envolve as culturas escritas e a necessidade de imbricar diversas áreas do conhecimento para, a partir de suas teorizações e metodologias, ser possível apreender a pluralidade da escrita, não somente comportando a sua relação com a oralidade, mas também colocando sob discussão a sua variedade de usos e funções em diferentes contextos sociais e históricos.

Como vimos, ao invés de pôr em destaque uma língua única, de prestígio de muitos, mas de acesso a poucos, os Estudos do Letramento entendem que a língua escrita pode ser manejada de múltiplas maneiras em diferentes práticas sociais, pois é determinada histórica e socioculturalmente. Frente a tal pluralidade, as metodologias etnográficas se desenham como aquelas que possibilitam ao pesquisador olhar para práticas situadas, em que o poder vigente

na sociedade é subvertido, e se torna possível aos participantes, por conta disso, assumirem papéis sociais diferentes, mesmo que provisoriamente. Desse modo, estudar o letramento de grupos específicos a partir de etnografias propicia a observação das “estratégias e táticas daqueles que, mesmo participando de forma menos legitimada das práticas sociais letradas, visam também a reformar seu mundo social” (KLEIMAN, 2008, p. 491). Fazer recair a atenção para situações locais a fim de entender como as comunidades se relacionam com a cultura escrita evidencia, assim, que cada prática tem diferentes orientações para o uso da linguagem, a depender não somente de seus objetivos, mas também das necessidades daqueles que com ela se envolvem.

Nessa transposição metodológica, que acarreta a ausência de alguns requisitos comuns à etnografia, como a longa permanência do pesquisador em campo ou o contato com outras culturas, se deve estar sempre atento a alguns princípios básicos da área, pois o desconhecimento de suas formas de aplicação ou a dificuldade de lidar com a proximidade do objeto de estudo pode resultar em um estudo falho, teórico ou metodologicamente. Para que isso não ocorra, a ação e a mediação do pesquisador devem acontecer de forma responsável, respondendo ativamente às circunstâncias que o cercam e com as quais está em constante interação, uma vez que as técnicas que são empregadas na etnografia são dependentes de suas escolhas e interpretações (GARCEZ; SCHULZ, 2015). Aqueles que de fato adotam uma visão êmica estão preocupados em não reproduzir estereótipos nem olhares enviesados e equivocados, enxergando, ao contrário, a coerência por trás de outros modos de pensar e agir. Mesmo que seus padrões de significação se apresentem, por um instante, como totalmente estranhos ou incongruentes, o pesquisador deve querer se propor a pensar a partir da lógica de seus pesquisados, o que “exige um conhecimento íntimo do contexto social do sujeito e das instituições que conferem sentido a suas ideias e crenças, se se quiser evitar o etnocentrismo puro e simples” (STREET, 2014, p. 91).

Assim, embora o caráter interpretativo e indutivo possa ser benéfico para a reflexão de outras realidades situadas além daquelas de interesse do campo antropológico, não é sem hesitação e cautela que os linguistas aplicados afirmam fazer etnografia na Linguística Aplicada, por conta das diversas relações desenhadas em torno de diferentes aportes teóricos da área (GARCEZ; SCHULZ, 2015). Não sem hesitação e cautela, também afirmo que faço etnografia. Não faço, naturalmente, com a mesma desenvoltura, o mesmo conhecimento, a mesma experiência que etnógrafos (da Antropologia ou da Linguística Aplicada, indistintamente). Porém, posso dizer que, com o trabalho de campo que desenvolvi por dois anos, hoje entendo mais e melhor como as pessoas da rua que participam do Boca significam

as ações e os eventos dos quais participam.

### 3.2 A vida é um teatro

Posta ora como cúmplice, ora como estrangeira, a minha posição entre a população em situação de rua sempre se renovou a cada novo encontro. Poucos foram os que, ao longo desses dois anos, não ultrapassaram a mera formalidade da reunião para contar causos de sua vida privada. Fui cúmplice, assim, quando compartilhei minha escuta para conhecer suas histórias. Histórias de ódio, de impotência, de fragilidade. Histórias de quem foi expulso da frente de um hotel caro, de quem foi selvagemmente agredido por seguranças de um supermercado popular, de quem sofre com o tratamento de um câncer, de quem tenta seguir em frente depois de um derrame, ou de quem viveu em uma casa de acolhimento para fugir do companheiro agressor. Mas também histórias de amor, de luta, de força: de quem conseguiu alugar um espaço para morar, de quem arranhou um emprego, de quem encontrou na poesia uma forma de expressão, de quem conseguiu a guarda dos filhos retirados pelo Estado, de quem se tornou mãe, pai, avó, avô.

Ser cúmplice, entretanto, não apagou nossas diferenças, e é por isso que também sempre fui estrangeira. Estrangeira porque ingênua: saberia eu quantos ali já teriam passado pelo crime? Estrangeira porque privilegiada: como poderia nunca ter comido no bandeirão? Estrangeira porque ignorante: o que seria a ruaologia? Eu não conhecia o passado daqueles com quem me encontrava semanalmente, mas logo um participante me lembrou que a harmonia de hoje é fruto de muitos embates em tempos precedentes. Eu também não conhecia os locais de convivência da população de rua, embora uma série de convites continue pendente. Tampouco conheço a fundo os dialetos da rua, mas há quem sempre me procure para questionar se quero anotar uma nova expressão. Sou posta, em certos momentos, como uma menina boba, que não entende muita coisa do mundo da rua. A minha figura não poderia ser melhor representada do que pela forma como um dos integrantes, vez ou outra, me chama: sou para ele a patricinha de Beverly Hills. Nunca me pareceu justo eu dizer o contrário.

Nesse lugar fronteiro, em que buscava me afastar do lugar de onde vim (social, cultural, político, econômico...) para me aproximar deles, não raras foram as vezes em que os integrantes do Boca me lembraram que eu sempre seria o outro<sup>97</sup>, apesar do nosso convívio, do companheirismo e de certas colaborações (na participação em audiências públicas ou na mera

---

<sup>97</sup>Ironicamente, também eu, ao escrever este texto, a todo momento faço menção a “eles” e não a “nós”, marcando linguisticamente nossas diferenças intransponíveis.

doação de roupas). Como nos lembra Fonseca (2017), mesmo que possamos nos posicionar em nossa relação com nossos pesquisados, somos invariavelmente, apesar da empatia e do engajamento político que rege o nosso trabalho, posicionados por eles. Resta, enfim, aceitar que, “para superar as barreiras que nos afastam, temos que reconhecer certos elementos inexoráveis da diferença” (FONSECA, 2017, p. 454-455), o que não anula, certamente, a dinâmica que nos faz nos reposicionarmos a todo momento, conforme novas categorias são mobilizadas em lugar de outras<sup>98</sup>. Enfim, integrar um grupo não pode ser respondido em termos de sim ou não, porque os elementos que nos conformam em cada categoria estão, eles próprios, em constante movimento.

Quem me ajuda a entrar nesse movimento são os próprios integrantes do Boca: ora posta ao lado do povo da rua, ora afastada desse grupo, são eles que me lembram que nunca poderei transpor a barreira da pobreza ou da falta de moradia. Nessa lógica, a reflexividade sobre minha posição é compulsória. Aí mora o grande desafio da etnografia: lidar com subjetividades, que, como tais, vivenciam singularmente as experiências. A mim, que devo me aproximar dessas vivências, cabe a tentativa de deixar transparecer, por minhas palavras, o que eles experienciam, mas que eu nunca vou poder sentir. Mesmo tendo como intenção maior trazer o olhar pessoal dos participantes, sei que isso é impossível a qualquer etnografia.

A observação participante, nesse cenário, é uma técnica importante para dar significados para as ações de cada indivíduo. Vistas separadamente, tais ações não podem ser interpretadas pelos etnógrafos; elas só assumem um valor no interior da sociedade em que existem, dentro de um conjunto de relações específicas à vida social de cada comunidade. Com tal técnica, a atenção do pesquisador recai a uma miscelânea de linguagens, que muito singularmente aparecem em seus diários de campo como elementos relevantes na construção social, cultural, histórica de uma comunidade – e que muito provavelmente não seriam acessíveis por técnicas como a entrevista, cujo enfoque é, em especial, a língua. É também através da observação em campo que o pesquisador assume a posição de estrangeiro, uma posição que, apesar de desconfortável, é a que melhor condiciona o pesquisador a perceber aquilo que lhe é estranho, pois não é modulado por um contato tão estrito quanto o da entrevista:

Nesta situação, o pesquisador, um intruso mais ou menos tolerado no grupo, não nutre mais a ilusão de estar “em controle da situação”. É justamente aqui, quando seu mal-estar, sua incompetência nas linguagens locais o obriga a reconhecer dinâmicas sociais que não domina bem, que o antropólogo sente que está chegando a algum lugar.

---

<sup>98</sup>A complexidade de trabalhar com categorizações já foi discutida no primeiro capítulo deste trabalho, a partir das diferentes formas de experienciar a rua: ficar nela circunstancialmente, estar nela recentemente e viver nela permanentemente. Tanto lá quanto aqui, o fluxo não é linear.

Quando nossos “nativos” começam finalmente a sentir-se em casa na nossa presença, zombam de nós ou até nos ignoram, aí passamos além dos diálogos “para inglês ver”. (FONSECA, 1999, p. 64)

Como brevemente expus na introdução deste trabalho, o meu primeiro contato com o Boca envolveu uma apatia desconcertante: retomadas minhas lembranças infantis de leitora do jornal e aclarados meus interesses acadêmicos, fui timidamente aceita em minha primeira incursão na reunião. A minha presença foi tolerada como uma visita que, sem ter pedido antes nossa permissão, chega à nossa casa e se senta em nosso sofá, sem ter hora para ir embora. No Boca, não tinha nenhum sofá, mas lá entrei sem ser convidada e sem ter perspectivas de partida. Porém, ao contrário da visita indiscreta, que muitas vezes não se dá conta de sua intromissão, eu sentia semanalmente o desconforto de não pertencer àquele lugar: não sabia o que deveria ou não falar, que contatos deveria ou poderia ter, que brincadeiras poderia fazer. Não sabia sequer que roupa vestir<sup>99</sup>.

O tempo passado em campo foi um ponto essencial para que, enfim, eu adquirisse a confiança dos participantes desta pesquisa e me colocasse de uma forma mais próxima a eles<sup>100</sup>. Entretanto, concordo com Goldman (2005) quando ele afirma que o tempo não pode garantir a glória de nenhuma etnografia: o passar do tempo, afinal, não é simplesmente o passar do tempo. Dele não surge, progressiva e naturalmente, a aceitação do etnógrafo em campo. Não se pode dizer que, por conta dele, nossos participantes agirão como se lá não estivéssemos. Longe de ser um simples meio a partir do qual construímos nossas relações com nossos interlocutores, o tempo é, ele próprio, uma relação,

Pois é apenas com o tempo, e com um tempo não mensurável pelos parâmetros quantitativos mais usuais, que os etnógrafos podem ser afetados pelas complexas situações com que se deparam – o que envolve também, é claro, a própria percepção desses afetos ou desse processo de ser afetado por aqueles com quem os etnógrafos se relacionam. (GOLDMAN, 2005, p. 150)

---

<sup>99</sup>Embora um aparente detalhe, nessa construção de um espaço conjunto de trabalho, a roupa com que ir às reuniões por muito tempo foi uma questão que se punha para mim antes de sair de casa. Apesar de termos todos bem clara a distância social que nos separa, eu tentei não a reafirmar através das roupas que vestia. Sempre procurei ir com roupas neutras, uma calça e uma blusa, reforçada por casaco no inverno. Mas isso nem sempre funcionou: quando fui com um tênis de corrida, um participante me questionou sobre qual modelo era aquele, afirmando que queria comprar um daquela marca em breve, já que era muito boa. O desconforto causado em mim, por saber o valor daquele tênis, não parecia ecoar em sua fala – me lembrando, afinal, que todos têm direito a ter desejos, mesmo que sejam realizados através de outras formas de consumo. Tive de reconhecer, enfim, que o incômodo que senti ao compartilhar de sua pobreza era fruto de meu próprio etnocentrismo e preconceito, pois o constrangimento tinha sido só meu.

<sup>100</sup>O tempo, entretanto, também criou desvantagens. A mais notável é amenizar o estranhamento, o ponto de partida do método etnográfico, com o qual reconhecemos aquilo que, embora banal para a comunidade que pesquisamos, se mostra diferente de nossa cultura. Assim, foi necessário que eu sempre alimentasse uma certa sensibilidade frente a situações que, no início de campo, se colocariam como manifestadamente relevantes, mas que, dada a regularidade da nossa relação, começaram a passar despercebidas aos meus olhos.

Me estabelecer como colaboradora, assim, não foi um processo rápido. Apesar de a minha pesquisa ter sido bem recebida pelo grupo, eu própria me colocava em uma posição distante, por não saber como lidar com a população em situação de rua que compunha o Boca. Se, no início dessa caminhada, considerava plausível me enxergar como pessoa externa ao grupo do jornal, isso logo se mostrou inviável – sobretudo, indesejável. Para desenvolver uma etnografia, seria necessário não só me situar nesse espaço, mas sobretudo observar, participar, escrever participando ativamente de nossos encontros. Por conta disso, nesse processo, em muitas ocasiões, foi necessário deixar de lado a minha figura de pesquisadora preocupada com a geração de dados para poder construir uma relação que deixasse de ser enquadrada em termos burocráticos e que de fato se mostrasse interessada na realidade das pessoas que acompanhava.

Nesse horizonte, foi a noção de *afeto*, cunhada por Favret-Saada<sup>101</sup> (2005), que, mês a mês, me oportunizou ter contato com aquilo que havia por trás das recepções nos primeiros encontros, ora calorosas, ora hesitantes. Pelo afeto, outra via de comunicação se tornou possível: aquela involuntária, não planejada, em que o objetivo não era regular a experiência, mas se posicionar genuinamente frente a uma interação, se deixando afetar por sensações, sentimentos, impressões, percepções provocados pelos meus interlocutores, tal como acontece em uma conversa “no mundo real”. Não se trata de um afeto emotivo, oposto à razão: é o afeto daquele que se deixa afetar, daquele que se permite envolver, daquele que abre espaço para que o outro transforme suas representações. É apenas se deixando afetar por aquilo que afeta os pesquisados que é possível aos etnógrafos estabelecerem uma relação autêntica, dando estatuto epistemológico àquilo que presenciam (GOLDMAN, 2005).

Assim entendido, ser afetado pouco se assemelha a sentir empatia<sup>102</sup>. Se a empatia seria uma forma de ter acesso às vivências de nossos interlocutores, o ser afetado de que fala Favret-Saada (2005) tem a ver com os afetos do próprio etnógrafo, que, a partir de suas experiências, têm modificadas suas representações, sem que isso o capacite a falar sobre as representações do outro. Quando damos chance para o que é da ordem do não-intencional e aceitamos participar efetivamente do campo em que nos inserimos, ocupando o espaço de um interlocutor real, interessado e que se deixa afetar, conseguimos criar uma relação diferente, através da qual

---

<sup>101</sup>Favret-Saada ficou famosa por sua obra *Les mots, la mort, les sorts*, em que trata da etnografia que desenvolveu no Bocage (França), onde pretendia estudar a bruxaria. Após meses sem conseguir qualquer aproximação com a comunidade pesquisada, foi somente após alguns participantes crerem que ela havia sido enfeitada – e alguns outros, que tinha poderes desenfeitadores – que ela conseguiu começar a fazer efetivamente parte do grupo e, em consequência, desenvolver sua pesquisa.

<sup>102</sup>Favret-Saada (2005), procurando delimitar o que para ela significa o ser afetado, distinguiu duas acepções de empatia: uma primeira, baseada na distância, em que se tenta sentir e perceber conforme o outro a partir da representação ou da imaginação; e uma segunda, baseada na comunhão afetiva, em que se tenta ter acesso aos sentimentos e percepções do outro através da identificação com ele.

reconhecemos a riqueza da comunicação. Enfim, quando afetados, nos permitimos assumir outras posições nessa relação, posições estas que são impelidas por nossos próprios interlocutores, que querem de nós mais do que a mera observação complacente. Porém, aceitar ser afetado supõe

[...] que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160)

Acredito, portanto, que, para o empreendimento desta etnografia, foi essencial trabalhar a partir do afeto. Não falo do afeto que, enquanto pesquisadora, naturalmente sinto por aquilo que decidi estudar, mas do afeto que atinge o homem comum, que dá acesso a níveis menos superficiais de contato, porque ancorados em relações efetivas. Um afeto a partir do qual o etnógrafo leva a sério aqueles com quem busca conversar e se coloca dentro da rede de interesses e conflitos que lhes atinge. Nesse processo, a escuta sensível e o diálogo genuinamente interessado na biografia do outro se desenham como pontos norteadores, não só porque dão acesso a um outro tipo de relação com a comunidade pesquisada, mas também porque se mostram como uma posição ética da qual o etnógrafo não pode se abster: ele *deve* se comprometer com os interesses e percepções do grupo que estuda.

Para a construção dessa relação e de nossa aproximação, comecei a atuar, ao lado de outros seis estudantes, como colaboradora do Boca<sup>103</sup>. Nessa função, participo semanalmente das reuniões do projeto, momento em que a população de rua tem espaço para trazer notícias, convites e problemas surgidos ao longo da semana. Além disso, também contribuo na organização das pautas, ficando responsável por um grupo de jornalistas, que se separam de acordo com seus interesses pelo assunto de cada matéria. Nesses momentos, discuto com o pequeno grupo formado o que gostariam de trazer ao jornal, quem gostariam de entrevistar e que fotografias gostariam de ter estampadas no periódico. Estipulados esses pontos, busco os acompanhar nas saídas para as pautas sempre que possível, estando presente no momento das entrevistas e das fotografias, caso precisem de algum auxílio. A minha presença, entretanto, em nada invalida o protagonismo daqueles com trajetória de rua: são eles que devem encaminhar a

---

<sup>103</sup>Foi nesse momento que pedi o consentimento informal do grupo para iniciar minha pesquisa. Antes de iniciar formalmente esta etnografia, procurei o Boca para saber se seus integrantes teriam interesse em ser acompanhados por uma pessoa externa, que tinha a intenção de desenvolver uma pesquisa. Tal etapa preliminar não foi interveniente nas questões éticas que guiam este trabalho, uma vez que, antes da geração de dados, a pesquisa passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP/UFRGS).

entrevista, interagindo com o entrevistado conforme as perguntas previamente estabelecidas pelo grupo, assim como são eles que devem escolher o que desejam fotografar. Cabe a mim, nessas situações, apenas disponibilizar o gravador ou a câmera fotográfica, podendo os apoiar no que mais for preciso.

Por conta da minha integração com o grupo, a partir do qual pude ir estreitando minhas relações com muitos de seus integrantes, não raro eles se esqueciam de que eu estava lá para fazer uma pesquisa. Os principais momentos em que se lembravam disso era quando, durante as reuniões, pedia a vez para falar. Os chamados “informes” fazem parte de todas as reuniões; são nesses momentos que os participantes dão notícias sobre companheiros de rua ausentes, comentam eventos dos quais participaram e/ou trazem novos convites e relatam situações por que passaram (principalmente casos de direitos negados ou de preconceitos e violências sofridas). Foi sempre dentro dessa dinâmica que levei as novidades sobre a minha pesquisa: foi assim que avisei sobre a aprovação do meu projeto pelo Comitê de Ética da Universidade, que perguntei se poderia levar minha orientadora ao grupo<sup>104</sup> e foi assim que li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para eles.

Embora o mundo acadêmico não se mostre como um mundo tão fortemente distante do Boca, quer pela ida de estudantes às reuniões, quer pela ida do povo da rua às universidades, eles pouco têm familiaridade com documentos formais de consentimento. Mesmo com a constante presença de estudantes nas reuniões do Boca, ao longo do meu tempo em campo, não presenciei o uso de nenhum TCLE, talvez por conta de a maioria deles ser da graduação. Apesar disso, foram vários os momentos em que os participantes do grupo demonstraram a vontade de ter alguma formalização nesse sentido, acompanhando o progresso que tiveram em relação às contrapartidas exigidas para a sua presença em algum evento<sup>105</sup>. Isso passou a ser sentido pela frequente falta de retorno por parte dos estudantes, que iam a uma ou duas reuniões, faziam entrevistas, escreviam seus trabalhos, mas nunca voltavam para mostrar aquilo que tinham produzido. Em certo dia, um dos integrantes afirmou que o grupo poderia começar a exigir esse compromisso dos estudantes, anotando suas informações para que o Boca entrasse em contato caso o trabalho não fosse compartilhado:

---

<sup>104</sup>A visita da minha orientadora a uma das reuniões se mostrou um momento bastante emblemático, em que pudemos, eu e ela, mostrar o nosso comprometimento acadêmico com eles, sem deixar para trás o lado humano que envolve fazer esta pesquisa. Além disso, a sua presença fez reascender muitas questões que já tinham se apagado para mim, por conta do meu tempo no grupo, graças ao seu olhar totalmente novo, estranho e estrangeiro.

<sup>105</sup>Sempre que convidado para ministrar alguma aula ou palestra, o Boca exige o transporte, o lanche e a venda dos jornais no local do evento. No caso de instituições em que é proibida a venda de quaisquer itens, o Boca exige a compra prévia de dez exemplares.

*Leonardo começa a falar, dizendo que os alunos que chegam querendo fazer um trabalho deveriam assinar um termo de responsabilidade, se comprometendo a vir à reunião e para apresentar para o grupo, quando acabasse o trabalho. Rosina diz que isso seria bom. Leonardo pergunta se isso é possível, com algum telefone. Rosina diz que quem está falhando são as colaboradoras, mas que elas não estão fazendo isso porque são muitos estudantes na loucura da reunião. Ela afirma, entretanto, que essa ideia é muito legal. Ela adiciona esse ponto em seu caderno, dizendo que são agora quatro contrapartidas: lanche, passagem, venda dos jornais e termo. Leonardo diz então que, quem tiver interesse, que deixe o telefone e assine um termo de responsabilidade com eles e depois apresente o trabalho para eles.*

[...]

*Leonardo fala, sobre os estudantes que chegaram naquela reunião, que eles podem se juntar e fazer uma matéria com eles, que daí eles, do Boca, já explicariam como funciona o jornal, como se formou. Caso contrário, os estudantes aparecem na reunião, fazem o trabalho, e o Boca não tem nenhum contato, nem um telefone, e daí vão estar lá nos Estados Unidos dizendo “obrigado, Boca de Rua, obrigado!”.* (Diário de campo, 13 de março de 2018)

Foi frente a esse cenário<sup>106</sup> que escrevi o meu TCLE (Apêndice A). De um lado, sabia da necessidade de firmar esse contrato com eles; de outro, do quanto esse documento me impunha uma formalização que poderia limitar a sua compreensão. Em busca de um termo que efetivamente fosse esclarecido, escrevi o texto tentando tornar mais palpável a minha pesquisa, a partir de frases menores e com palavras que presumia ser mais familiares<sup>107</sup>. Tinha, enfim, consciência de que precisava avaliar os modos como eles e eu nos expressávamos, já que as palavras não são transparentes. Para elaborar tal Termo, levei em conta o Art. 13 da Seção I, previsto na Resolução n. 510/16 (BRASIL, 2016), no qual se prevê a possibilidade de se formular um Termo dirigido ao coletivo e não ao indivíduo, quando aquele se mostra mais expressivo que este. A meu ver, esse era o caso do Boca de Rua<sup>108</sup>, mas eu não consegui antever todas as implicações desse sentimento de coletividade. Assim, previ que, apesar de o TCLE ser voltado para o coletivo Boca, seria burocraticamente mais simples se o grupo elegeisse um único integrante para responder ao Termo. Isso, entretanto, logo se mostrou inviável:

*Rosina passa a palavra para mim. Apesar de eu já estar há mais de ano no grupo, sinto sempre muito nervosismo em falar ao grupo sobre a pesquisa, pois tenho medo de eles reconsiderarem sua participação. Falo finalmente que preciso ler um termo,*

<sup>106</sup> Não passa em branco o fato de o grupo já estar tão fortemente inserido em um mundo da cultura escrita que vem de um de seus próprios integrantes a demanda de haver um documento escrito para concretizar a relação do Boca com os estudantes.

<sup>107</sup> Admito aqui a imperfeição que se impõe a tal escolha. Ao longo do trabalho de campo, sempre tive dúvidas sobre a formalidade das minhas falas, em uma reflexão atenta sobre quais palavras meus interlocutores poderiam ou não conhecer. Escrever um documento “mais simples”, entretanto, envolve uma pressuposição de conhecimentos sobre o domínio da língua que é dificilmente tangível, até mesmo pela heterogeneidade de experiências de letramento e de alfabetização de cada um dos integrantes do Boca.

<sup>108</sup> A título de exemplo da primazia do coletivo frente ao individual, em muitos momentos, se discute nas reuniões se a venda feita em eventos específicos, cuja presença dos integrantes do Boca é combinada previamente, será revertida para a caixinha do grupo ou para cada um dos vendedores. Na maioria das vezes, o grupo opta por colaborar com a caixinha, cujo dinheiro é utilizado para questões relevantes para a maior parte dos participantes, como custear a viagem de algum colega para representar o Boca de Rua fora de Porto Alegre ou pagar o churrasco de final de ano do grupo.

*uma espécie de contrato, em que me comprometo com eles em minha pesquisa. Faço menção à fala de Leonardo, que justamente tinha levantado a importância desse tipo de documento para preservar o Boca. Explico minha ideia inicial de que o grupo faça uma votação para escolher um integrante para responder a esse contrato. Eduardo é o primeiro a responder: ele diz para eu mostrar para o grupo o contrato, que eles decidiriam em conjunto na reunião. Algumas vezes concordam com a sua fala, e concordo com ele. (Diário de campo, 10 de abril de 2018).*

Embora, a princípio, eu tenha considerado a escolha de um único integrante, democraticamente escolhido para representar o coletivo frente ao estudo que eu desenvolveria, essa opção foi logo rejeitada pelo Boca quando a apresentei. Os integrantes acharam melhor que eu lesse o TCLE para o grande grupo, quando todos, em conjunto, formalmente aceitariam ou não a participação do Boca em minha pesquisa. Como acordado com eles, duas semanas após esse episódio, levei o TCLE. Li em voz alta o documento, para minimizar qualquer constrangimento entre aqueles que não são plenamente letrados ou alfabetizados, e respondi às perguntas que se seguiram<sup>109</sup>. A minha pesquisa foi, então, formalmente aceita pelo grupo, momento que para mim era extremamente importante, pois, mesmo se tratando de uma população vulnerável, eu entendia que o Boca tinha condições para negociar sua participação em pesquisas acadêmicas<sup>110</sup>. O seu consentimento, tanto para a minha pesquisa quanto para os convites de outros estudantes, sempre foi imbuído de muito poder: eles sabem o que querem, se o espaço de voz lhes é do interesse ou não. Nem todas as ofertas ou convites são aceitas, talvez por conta da longa trajetória que o grupo já traçou.

Entretanto, por se tratar de um documento muito longo, em função de todas as etapas que devem nele constar, notei que muitos se dispersaram durante o momento da minha leitura do TCLE. Mesmo assim, entendo que a validade ética de tal consentimento esteve condicionado ao entendimento das questões que constavam no documento, na medida em que, ao fim da minha leitura e ao longo dos nossos encontros, antes e depois desse momento, fui questionada sobre o que eu queria com a minha pesquisa, o que eles ganhariam com ela e que tipos de materiais eu pretendia gerar (textos, fotografias). Respondi a todos com aquilo que sabia em cada momento – afinal, esta etnografia também foi um processo da minha própria construção como pesquisadora –, deixando claro que nada daquilo estava sendo imposto a eles. Estava ciente, enfim, de que

[...] a responsabilidade do antropólogo em relação ao consentimento e aos sujeitos da pesquisa não termina no primeiro contato, em que a pessoa concorda em se submeter

<sup>109</sup>Conforme previsto pela Resolução n. 510/16 (BRASIL, 2016), uma cópia da gravação do consentimento ao TCLE foi entregue à coordenadora do grupo, Rosina, de forma a garantir a proteção dos interesses, da integridade e da dignidade dos participantes da pesquisa.

<sup>110</sup>O questionamento sobre as possibilidades de negociação com grupos vulneráveis sobre sua participação em pesquisas acadêmicas é muito bem apontado por Fonseca (2010).

à atividade de pesquisa. Ao contrário, o consentimento é um compromisso permanente do antropólogo, que não pode ser traduzido definitivamente em uma assinatura num momento determinado. (OLIVEIRA, 2010, p. 32-33)

Apesar da longa observação que fiz do grupo e do meu comprometimento em mostrar de forma responsável as vivências das pessoas que acompanhei, o que produzi a partir desses encontros não deixou nunca de ser uma *representação* das conversas que tive. Tais representações colocam em cena a autoridade<sup>110</sup> habitual à escrita etnográfica, mas tentam deslocá-las a partir do eco de outras vozes autorais além da minha própria. Tal deslocamento confere uma certa resistência à criação de uma narrativa que serve à minha autolegitimação enquanto etnógrafa, na medida em que trago a voz direta de outros sujeitos que validam sua própria identidade – uma identidade que, entretanto, não deve ser entendida como absoluta, pois, afinal, a representação dos diálogos que empreendemos com nossos interlocutores nunca deve servir à tipificação desses sujeitos, como se fossem os representantes *a priori* de suas culturas (CLIFFORD, 2002).

Por isso, em etnografia, faz menos sentido anular as diferenças do que as multiplicar, compreendendo a complexidade que faz parte da existência humana. Nisso se insere também a experiência etnográfica: nossos encontros, com os quais produzimos nossas pesquisas, não devem ser pensados a partir da relação de dois únicos grupos (o pesquisador e o pesquisado), porque tanto um quanto outro fazem parte de inúmeras outras redes – institucionais, como religiosas, assistenciais e acadêmicas, ou informais, como grupos de rua ou de pesquisa. Quando o etnógrafo vai a campo, a relação que constrói com a comunidade representa apenas uma posição particular em meio a uma trama de inúmeras outras relações intersubjetivas, e tal relação pode se alterar tantas vezes quantos nossos participantes assim fizerem conosco. Afinal, ali existe uma convenção, em que os papéis de cada um são delimitados por um dado tempo e espaço que configuram, podemos dizer, uma ficção, em que pesquisador e pesquisados assumem posições distintas daquelas da vida social (GEERTZ, 1997). Tanto isso é verdade que, quando a reunião é finda, as diferenças de classe social voltam a se tornar aparentes: o povo da rua procura pelos colaboradores para vender seus pães, cartões postais ou algum artesanato.

É nesse horizonte que a triangulação dos dados se mostra como uma etapa importante, na medida em que partir de diferentes instrumentos de análise que focalizam o mesmo contexto e os mesmos sujeitos complementa a análise, porque traz novas informações e esclarece outras que, com o emprego de apenas uma técnica, não aparentariam problemáticas. A tentativa de esclarecer as situações que presenciamos a partir da conversa com nossos participantes informa, enfim, a intenção central do pesquisador de não cair em uma caracterização simplória ou

estigmatizante da comunidade analisada, que não faça nada além de fortalecer a visão etnocêntrica do pesquisador. Frente a isso, se justifica a relevância de cruzar os dados gerados por diferentes técnicas, pois,

[ao se] comparar diferentes tipos de discurso, confrontar falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade, constrói-se a tessitura da vida social em que todo valor, emoção ou atitude está inscrita. Sem estes recursos, é fácil o neófito descambar para uma visão simplificada da realidade em que, por exemplo, o informante é visto como sendo “falso” ou “verdadeiro”. (FONSECA, 1999, p. 64)

Desse modo, o que temos de reconhecer é que a realidade de nossos informantes é formada por planos múltiplos, que se realocam e aparecem a nós, pesquisadores, da forma como eles desejarem. Não devemos assumir, portanto, suas palavras como definitivas, tampouco como verdadeiras ou falsas; nossos informantes nos mostram apenas a faceta que julgam ser a mais adequada para a relação que constroem conosco. A decisão de como devem se portar frente à nossa figura (de serem hostis, indiferentes, jocosos, sinceros, dissimulados, enfim), embora se baseie em apenas um de seus traços, informa muito sobre as relações que existem fora da pesquisa de campo e que se constroem com base em uma rede de desigualdade e dominação (FONSECA, 1999). É por conta disso que

[...] o etnógrafo não percebe – principalmente não é capaz de perceber – aquilo que seus informantes percebem. O que ele percebe, e mesmo assim com bastante insegurança, é o “com que”, ou “por meios de que”, ou “através de que” (ou seja lá qual for a expressão) os outros percebem. Em país de cegos, que, por sinal, são mais observadores que parecem, quem tem um olho não é rei, é um espectador. (GEERTZ, 2009, p. 89)

Na busca pelo posicionamento em campo, devemos ter em mente que a etnografia não dá ao pesquisador qualquer tipo de acesso a informações privilegiada ou a conhecimentos originais. O que fazemos é apenas traduzir aquilo que testemunhamos a partir da nossa escrita, que revela menos as comunidades que pesquisamos do que nossas próprias convicções éticas e políticas. É por conta disso que o que escrevemos é de nossa inteira responsabilidade: por mais que reflitamos aquilo que tenhamos experienciado, tudo é desenhado conforme nosso lugar no mundo (FONSECA, 2017). Tomar, assim, a pesquisa etnográfica como *deliberadamente* interpretativa faz toda a diferença, pois demanda do investigador a consciência e a reflexão constante de que os quadros interpretativos das comunidades que observa passa invariavelmente pelo seu próprio olhar, que carrega outros valores<sup>111</sup>. Por isso, “privilegiar a

---

<sup>111</sup>O uso do termo “geração”, por exemplo, vem na esteira do caráter interpretativo da pesquisa etnográfica. Acredito que não coletamos dados, mas os geramos: tudo o que examinei foram os registros e relatos que apreendi durante as observações participantes. Em nada são comparáveis às realidades vividas pela população em situação de rua nas reuniões do Boca, uma vez que são meros recortes daquilo que mais fortemente me marcou

perspectiva dos atores passa necessariamente pela atenção crítica às perspectivas dos próprios analistas, que, para serem subordinadas analiticamente às perspectivas dos atores, não podem ser negligenciadas” (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014, p. 261).

Em vista disso, para que a interação com os participantes de nossa pesquisa seja efetiva, ela precisa ser acompanhada de um processo de desconstrução daquilo que o pesquisador leva previamente consigo a campo. Ele deve estar atento para não simplesmente difundir sentidos comuns baseados em seus próprios valores culturais, na medida em que isso, longe de promover a comunicação, acaba por provocar ainda mais o apagamento das singularidades de comunidades que frequentemente já são estigmatizadas. Assumir uma posição reflexiva, entretanto, não é assumir uma posição confessional: se colocar nesse lugar é enxergar a si próprio como ser social, cuja identidade não pode ser ocultada de ninguém com quem se interage, nem mesmo (ou muito menos?) quando se está em campo. As palavras de Fonseca (2017) refletem com rigor a provocação que é estar nesse jogo entre o velar e o revelar de uma subjetividade que é condição fundamental para a nossa existência:

[...] quantas vezes senti o convite implícito de meu interlocutor a ser tratado não como espécimes sob exame laboratorial e, sim, como verdadeiro parceiro em diálogo. Queria que eu também aceitasse me expor, vocalizando minhas próprias atitudes. Atentar para a “voz” do nativo não significa isolá-la de qualquer intervenção nossa. Incorporar os diferentes atores na rede de um parlamento democrático, rejeitando a fria observação típica da “história natural” colonialista, significa reconhecer o desafio e aceitar o risco de trocas provocadoras. (FONSECA, 2017, p. 460)

É colocando a nossa subjetividade em campo – mostrando nossos receios, nossas vacilações, nossas dúvidas, nossas ambiguidades –, que conseguimos não meramente falar com nossos pesquisados, mas *conversar* com eles (GEERTZ, 2013). É o caráter intersubjetivo inerente ao diálogo e à linguagem, afinal, do qual nos fala Benveniste. Para que essa interação seja possível, o investigador deve mais do que simplesmente alcançar o ponto de vista daqueles que analisa; ele deve fazer seu próprio ponto de vista ser acessível para aqueles com quem interage. Por isso, tanto para os participantes da pesquisa quanto para os leitores do relato etnográfico, é relevante conhecer minimamente o universo simbólico do pesquisador, pois é a partir dele que toda a observação, o registro e a análise se desenham. É ao reconhecer o seu próprio território, do qual parte rumo à “viagem” para descobrir o território do outro, que o etnógrafo conquista um olhar reflexivo, atento às demarcações históricas, culturais, sociais dos seus próprios valores e às dos demais (FONSECA, 1999). Por isso, não temos como fugir do fato de que

[...] o antropólogo sempre tem mais de uma identidade no campo. Pois só um pesquisador com graves problemas psicológicos, talvez só mesmo um perverso

desses que existem apenas no mundo ficcional, poderia relacionar-se com os atores apenas como sujeito de conhecimento durante todo o tempo. Uma vez no campo, o antropólogo também se relaciona com os nativos enquanto ator, e frequentemente participa do modo de vida do grupo estudado ou compartilha experiências com seus interlocutores. (OLIVEIRA, 2004a, p. 34)

Surge daí algo paradoxal: ao mesmo tempo em que a etnografia deve trazer os quadros interpretativos conforme os participantes dos eventos o fazem, a autoria de tudo o que é produzido na escrita etnográfica recai sobre o pesquisador. O que escrevemos, contudo, depende cabalmente da palavra dos nossos interlocutores, pois, como nos lembra Clifford (2002, p. 48), “o controle nativo sobre o conhecimento adquirido no campo pode ser considerável, e mesmo determinante”. Essas palavras, todavia, são elas próprias construídas a partir de nossas perspectivas, nossas culturas, nosso olhar enquanto pesquisadores. Assim, o apagamento da subjetividade do etnógrafo, tal como é proposto quando se diz que devemos alcançar a visãoêmica dos participantes, é inócua, já que nunca poderemos apagar nossa subjetividade. Se pensamos que conseguimos nos apagar da interpretação e da escrita, dissimulamos algo que não é de nosso poder. É mais legítimo, então, reconhecer que a etnografia seja feita por indivíduos de carne e osso, embora,

Talvez, nossos pudores nos proibam de expor num texto final nossa condição de sujeito e ao mesmo tempo objeto da ciência que nos propomos praticar, nos escondendo atrás de uma ideia clássica de cientificismo, mesmo quando questionamos as várias formas de produzir conhecimento. (PETERS, 2010, p. 126)

Assim, a origem do pesquisador etnográfico se desenha a partir de uma contradição, pois, se, de um lado, dele é retirada a humanidade, em nome da descrição objetiva e da cientificidade, por outro, ele é tido como um certo herói, dada a sensibilidade com a alteridade. Entre um e outro, acredito que uma boa etnografia se desenhe pela relação intersubjetiva que se instaura entre pesquisador e pesquisados. Essa interação, no entanto, não é nada simples: ela provavelmente envolve o contato de indivíduos cujos universos simbólicos são profundamente distintos, em termos de classe social, etnia, idade e, em consequência, em termos de letramento, cultura e poder. É pelas diferenças, muito mais do que pelas semelhanças, que se abre uma lacuna em que o diálogo é possível. É frente a essas diferenças tão complexas, postas em evidência pelo trabalho de campo, que a etnografia se inscreve, se interrogando sobre as maneiras como cada comunidade enxerga o mundo e como elas se diferenciam das de outras comunidades (FONSECA, 1999). Nesse horizonte,

Em vez de tentar encaixar a experiência das outras culturas dentro da moldura desta nossa concepção, que é o que a tão elogiada “empatia” acaba fazendo, para entender as concepções alheias é necessário que deixemos de lado nossa concepção, e busquemos ver as experiências de outros com relação à sua própria concepção do

“eu”. (GEERTZ, 2009, p. 91)

Em vista disso, o saber que da Antropologia advém está interessado em lançar olhares alternativos para a vida social, mostrando outras possibilidades de subjetividade, de alteridade, de humanidade. É por isso que considero inevitável associar o que fazem os antropólogos com o que fazem os linguistas aplicados. Construir um estudo etnográfico me possibilitou não produzir conhecimento como alguém distante da realidade a que me proponho observar, mas trabalhar percebendo o dinamismo das relações interacionais que regem a construção do jornal enquanto agência de letramento a partir do olhar pessoal de seus integrantes. Perceber o letramento como prática social é concordar que as reuniões e as saídas de campo não podem ser retratadas enquanto um lugar do repetível e do cotidiano, mas como um espaço de incessante acomodação entre diferentes modos de ver, viver e experienciar o estar à margem. Isso tudo, finalmente, só é possível através da língua: é a *língua* que nos permite o olhar subjetivo. Acredito, por isso, que

A abertura da antropologia para a possibilidade (e não o fato) de “outras lógicas”, de outras dinâmicas culturais, serve como arma contra a massificação e, em alguns casos (onde o método acerta seu alvo), pode transformar um diálogo de surdos em comunicação. (FONSECA, 1999, p. 66)

Apesar de sempre disposta a me colocar como ouvinte atenta nesse nosso diálogo, o poder que cerceia nossas posições sempre esteve à espreita, concretizado pelo simples fato de eu ser a pesquisadora que tenta apreender a cultura deles, para depois transformá-la em texto escrito. Nossa relação, assim, se constrói necessariamente em função de uma desigualdade política, que prescreve aquele que descreve e aquele que é descrito (FONSECA, 2010). Todavia, o meu interesse em fazer despertar realidades sobre o modo de viver a rua que são desconhecidas pelo senso comum é desenhado pela constante tentativa de não demarcar fronteiras que delimitem uma visão unilateral sobre quem entre nós detém o conhecimento. Enxergar os participantes desta pesquisa como seres genuinamente detentores de reflexividade e consciência sobre aquilo que vivem e interpretam me impele, portanto, a não os chamar de meros “informantes”. Concordando com Goldman (2008), entendo que nossos interlocutores são

teóricos com os quais podemos e devemos tentar dialogar e aprender. A capacidade de suportar a palavra nativa, levá-la efetivamente a sério e permitir que conduza a reflexão antropológica até seu limite, me parecem os únicos critérios de qualidade disponíveis em nossa disciplina. (GOLDMAN, 2008, p. 8)

Isso porque construir uma etnografia é longe de ser meramente uma aventura pessoal: embora ela tenha sido, para mim, uma constante aventura, uma boa etnografia deve falar à

sociedade. Da compreensão do particular, dos significados de uma dada comunidade, ela precisa visar ao geral, para falar a muitos sujeitos sociais. Reside nisso um paradoxo do qual não se pode fugir: apesar de a intenção de qualquer etnografia seja dar foco ao outro, desmaterializando o pesquisador de sua subjetividade, logo percebemos que nunca conseguimos olhar o outro pelos seus olhos, nem nunca alcançar a sua alma. O que podemos fazer – e este foi o meu único objetivo aqui – é nos aproximarmos do outro, partindo dos enunciados que construímos pela vivência em campo, uma vivência informada pelo afeto.

Dessa forma, tomados como protagonistas da etnografia, são a nossos interlocutores que devemos, primeiramente, atentar: o critério primeiro de validade de qualquer etnografia é a sua capacidade de refletir os sentidos das ações da forma como são percebidos por nossos pesquisados (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014). O compromisso com a comunidade de nosso campo aponta, por sua vez, para o comprometimento com a verdade dos dados e com a própria sociedade, para quem também devemos direcionar nossos resultados de pesquisa (OLIVEIRA, 2010). Por isso, este trabalho tem a intenção de ser o que Fassin (2013) chama de “etnografia pública”: um trabalho que sirva à reflexão pública dos conhecimentos produzidos, para que sejam tanto apropriados quanto contestados. Entre as inúmeras possibilidades de leitura, entendo que o meu estudo, ao extrapolar o público acadêmico e alcançar outros leitores, pode modificar a forma como representamos o mundo da rua e, mais especificamente, o letramento do povo da rua, através de seu potencial impacto em políticas públicas<sup>112</sup>.

### 3.3 A mão do outro

Para preservar a identificação dos participantes da minha pesquisa, assim como me comprometi no TCLE, criei nomes para cada um deles. Existem diversas alternativas para manter a identificação dos participantes de nossas pesquisas preservada, como o uso de letras do alfabeto (A, B, C...) ou de categorias institucionais (“pessoa em situação de rua”/“colaborador”; “professor”/“aluno”). Essas duas práticas, no entanto, carregam alguns efeitos indesejados: no primeiro caso, pode supor o ranqueamento entre os participantes ou sua desumanização; no segundo, limita a identidade de cada participante, ao impor a ele uma categoria *a priori*. À diferença dessas opções, o recurso de trazer os participantes com outros

---

<sup>112</sup>O que caracteriza como pública uma etnografia diz respeito não somente a seus resultados, mas também a seu processo. O seu caráter *público*, assim, se refere à publicação e popularização dos conhecimentos e à sua politização, mas não só a isso: ele está igualmente ligado à ação de propor publicamente a pesquisa, permitindo a interlocução com aqueles que estão sendo estudados, mesmo que disso decorram algumas breves tensões (FASSIN, 2013).

nomes se aproxima da forma como as pessoas de fato se tratam cotidianamente, sem apagar sua humanidade nem minimizar a multiplicidade de redes que as cercam (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014).

A escolha pelo anonimato, todavia, não pareceu necessariamente uma escolha apropriada ao longo deste trabalho<sup>113</sup>. Reverberando muitos dos embates que a comunidade de antropólogos assume frente aos comitês de ética vinculados ao CONEP, entendo que a omissão das verdadeiras identidades de nossos interlocutores não garante a ética da pesquisa por si só, tampouco denota qualquer tipo de respeito ou atenção aos participantes – alguns, inclusive, gostariam de ter declarados seus nomes nos trabalhos dos quais fazem parte. Longe disso,

[...] mascarar nomes de pessoas ou de determinada comunidade pode trazer a mesma impressão que trazem os rostos borrados ou as tarjas pretas cobrindo os olhos que vemos em filmes e fotos de jovens infratores. Parece designar justamente as pessoas que têm algo a esconder. (FONSECA, 2010, p. 209)

A minha posição, então, se constrói a partir de uma sobreposição de interesses. Como iniciante na arte do fazer etnográfico, não poderia eu questionar o uso ou não dos nomes verdadeiros dos meus participantes. Como pessoas marcadas social e historicamente, entretanto, seria de meu desejo que os nomes dos homens e mulheres que acompanhei aparecessem aqui neste relato, assim como vi seus nomes estampados em outros trabalhos de outras áreas – e assim como declaro tão abertamente o nome de outros participantes, como é o caso de Rosina. A minha escolha, mais burocrática do que deliberada, reflete, enfim, uma distinção entre aqueles que podem ter seus nomes revelados, porque viveriam correta e dignamente, e aqueles que os devem ter apagados, porque teriam subvertido um modelo “honrado” de vida (FONSECA, 2010).

O apagamento das identidades do Boca, contudo, não se resumiu à escolha de não ter citado os nomes verdadeiros de seus integrantes. Iniciei minha participação no grupo com a certeza de que faria gravações audiovisuais, para poder ter acesso ao que vivi após ter vivido. A realidade, porém, me mostrou que isso seria bastante dificultoso: as reuniões ocorriam em um galpão circular, ou, em pleno verão, no pátio da escola. Sempre sentados em roda, eu precisaria de mais de um equipamento para contemplar todo o campo visual da reunião. Além disso, a acústica não era nada boa, e, se os próprios participantes, vez ou outra, tinham de repetir o que falavam, pouco sobriaria para um equipamento amador.

---

<sup>113</sup>Em realidade, optar pelo anonimato me colocou na estranha posição de aqui trazer falas e relatos de pessoas que, pela troca dos nomes, eu não reconheço mais. Trocar nossos nomes não é sem valor, pois a forma como somos chamados compõe muito de nossa identidade. Por isso, os Jairos, Leonardos e Maurícios que falam neste texto são, para mim, pessoas sem rostos, pois no Boca eles não existem.

Decidi, então, começar a escrever tudo o que presenciava durante as reuniões. Escrevia apressadamente tudo o que podia: quem falava, quem retrucava, quem saía ou entrava, quem fazia careta, quem ria, quem brigava. Absorta na escrita, me vi cada vez mais distante do grupo ao qual eu devia observar *participando*. Me vi tirando a atenção de muitos, que tentavam ler o que estava no meu caderno, e me vi impaciente por outros que tentavam conversar comigo, enquanto o que eu queria era anotar o que estava acontecendo. Percebi que, se, com o meu trabalho, eu tinha a intenção de me aproximar da forma como eles percebiam aquele espaço, tentando apagar ao máximo a minha intrusa imagem de pesquisadora, aquilo não estava funcionando nada bem:

*No final de reunião, Rosina pede para que Jairo ajude ela a escrever a carta para as senhoras de Bagé. Jairo começa a ditar o que deve ser escrito, e Rosina escreve. Ele se distancia dela, e Lucas continua a ditar o fim da frase, enquanto Jairo está explicando para Letícia [colaboradora] o que eles estão fazendo. Rosina chama Jairo de volta, para que ele conte um pouco sobre como tem sido a vida na ocupação [Zumbi dos Palmares]. Ele reclama, rindo, em pé, que eu estou anotando tudo, que coloquei até sobre o CC de luxo [uma piada feita durante a reunião]. Rosina diz que eu sou do time deles. Jairo continua a brincadeira e questiona se não estou com uma aranha embaixo da mesa. Ele se aproxima e se agacha, olhando pra baixo da mesa onde estou. Lucas pergunta se já coloquei do chibungo [uma palavra do dicionário da rua que Jairo tinha usado mais cedo]. Rosina pede para Jairo voltar e começar a contar sobre a ocupação. Ele começa a falar sobre como eles vão aos pés lá. Rosina diz que isso não deve aparecer. Jairo se vira para mim, e diz, rindo, que isso não deve aparecer. (Diário de campo, 08 de maio de 2018)*

Enfim, guiada pela inexperiência e com as leituras sobre minha metodologia apenas engatinhando, aprendi na prática que a pesquisa etnográfica não poderia funcionar daquele jeito. O belo excerto de Favret-Saada (2005) me faz entender, após esse início desnorteado, que precisamos nos deixar criar laços para empreender em uma etnografia, pois, da mesma forma como aconteceu com a autora, o que meus interlocutores queriam era

[...] que aceitasse entrar nisso como parceira e que aí investisse os problemas de minha existência de então. No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu “participasse”, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse “observar”, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para “observar”. No primeiro caso, meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 157)

Nos encontros que se seguiram, passei a levar um pequeno gravador<sup>114</sup> e a me deixar ser absorvida totalmente pelas discussões das reuniões – retomando as palavras de Favret-Saada,

<sup>114</sup>Com o decorrer desta pesquisa e com o aprofundamento das leituras, percebi que o gravador, inicialmente considerado por mim como de uso obrigatório, foi apenas um recurso para me dar certa segurança: tinha receio de perder algo importante – como se as notas ligeiramente escritas não pudessem dar conta de lembrar as situações vividas. Aprendi, enfim, ao longo desse percurso, que o uso do gravador não era imprescindível como aparentava ser, pois o que eu precisava era trabalhar com as palavras certas – com um sentido semelhante daquele utilizado pela comunidade –, e não necessariamente com as palavras exatas, visto que meu objetivo não era analisar as falas

me deixando “[...] *afetar*, sem procurar pesquisar, nem mesmo compreender e reter” (2005, p. 158, grifo meu). Me afastei do que supunha ser a posição de uma pesquisadora e passei a me deixar invadir pelos afetos, dando valor às conversas banais, não programadas, que tínhamos. Vez ou outra, uma fala, um assunto, me chamavam a atenção, e recorria ao meu enxuto caderninho de bolso (até mesmo o caderno de 200 folhas, usado no início do campo, foi deixado para trás) para fazer um breve lembrete do que acontecia de interessante. Adicionava o tempo marcado no gravador à minha nota de campo e logo voltava a ser uma participante “normal”.

Essas estratégias para a escrita dos diários de campo, embora apareçam aqui de forma concatenada, não foram conscientes. Aprendi, é verdade, com a leitura de trechos de diários de campos de outros pesquisadores, diferentes formas de trazer a palavra de nossos interlocutores em nossa escrita – e o que cada uma pode revelar. No entanto, mais do que preocupada com a forma ou com o que uma ou outra escolha informava, tratei simplesmente de viver o campo, escrevendo, sempre que necessário, pequenas notas para que pudesse, só mais tarde, e com a ajuda das gravações, esboçar aquilo que havia vivido. Nessas releituras, pude enfim entender que a mera descrição é, ela própria, uma interpretação, na qual ressoam muitas questões que carregamos conosco.

Em algumas situações, principalmente no início desse novo procedimento, o uso do gravador suscitou a curiosidade ou o receio de alguns integrantes do grupo. Emanuel costumava pegar o gravador, que eu deixava discretamente disposto no chão ou em cima de minha mochila, e o apontava para quem estava falando. Era um repórter em ação. Jairo, sempre ressabiado, embora muito próximo de mim, sempre se certificava se eu estava gravando ou não. Fazendo graça, dizia que eu estava investigando eles, ou, ao fim das reuniões, questionava se ele poderia falar comigo ou se seria gravado. Embora as gravações tenham se tornado naturais, por elas fui lembrada de que nunca estaria em casa, enquanto estivesse em campo:

É dia de DebateBoca [dia em que todos se reúnem para resolver atritos do grupo que tenham surgido ao longo da produção de cada edição]. Chego alguns minutos atrasada e me sento próxima de Rosina. Jairo está falando alto, da forma impaciente que lhe é comum (ele não tem muita calma para resolver discórdias do grupo). Após uma breve pausa pela interrupção que causei pelo tardar da hora, ele continua a falar, se dirigindo a Rosina. Ele está à minha frente, mas do outro lado do galpão. Como de praxe, pego o gravador e começo a colocar nele as pilhas, para logo começar a gravar. No mesmo momento, Jairo, já irritado com a discussão do Debate, me repreende. Digo a ele, em alto som, para que todos ouçam, que eu não preciso gravar se aquilo incomoda o grupo naquele momento. Ele logo emenda, um pouco menos estressado, gesticulando com os braços, apontando para mim, que eu posso continuar a gravar. Brevemente digo a

---

e discurso tal como se propõem a Análise da Conversa e a Análise do Discurso, por exemplo (FASANO, 2010). Mesmo não sendo um instrumento vital para a etnografia, porém, foi senão pelo gravador que pude revisar meus dados ao longo da pesquisa, a partir do que pude fazer outras considerações sobre o que tinha anotado em diário e retomar, através do discurso direto, algumas conversas que presenciei.

ele que ele tem todo o direito de não querer mais minha gravação e que está tudo bem. Guardo o gravador na mochila e não faço nenhuma anotação durante a reunião. (Diário de campo, 12 de março de 2019)

O mal-estar criado pela gravação me lembrava, enfim, de que a minha posição como pesquisadora nem sempre deveria vir à tona. Eles esperavam de mim outras atitudes, que nem sempre coincidiam com aquilo que fazia. Se a situação da gravação foi isolada, o mesmo não aconteceu com as fotografias. Para mim, os momentos em que pedia para fotografar alguns itens que me chamavam atenção sempre foram cercados de constrangimento. Se, eticamente, me comprometi a preservar suas identidades, humanamente, era impossível eu tirar uma foto em que não aparecessem seus rostos. Quando pedia autorização para fazer uma imagem de um mero detalhe de suas roupas, eles prontamente posavam, sorriam, faziam algum gesto. Na pequenez do meu TCLE, eu não previ que, para pessoas “invisíveis”, aparecer em uma fotografia fosse tão importante. Frente a esse impasse, decidi tirar fotos deles inteiros, com sorriso na boca, e pedir para tirar outra, do detalhe que se destacara para mim. Na segunda foto, se insinuava um descontentamento de quem, mais uma vez, tinha tido sua subjetividade apagada para se tornar objeto de pesquisa.

Tal desconforto, meu e de meus interlocutores, nesses momentos, punha em questão uma distinção muito clara para mim, mas que encontra barreiras burocráticas: é a diferença de pesquisas *em* seres humanos e pesquisas *com* seres humanos (OLIVEIRA, 2004a; 2010). O primeiro tipo funciona dentro das áreas biomédicas, que propõem os sujeitos da pesquisa como objetos de estudo, a quem cabe intervenção e experimentação. Mas o que fazemos em ciências sociais e humanas é bem diferente disso, na medida em que a nossa relação com nossos pesquisados é de ininterrupta interlocução, porque são os próprios sujeitos que são nosso foco de interesse. Não se trata de cobaias, mas de atores sociais. Inclusive por isso, o pesquisador interpretativo nunca vai a campo com sua pesquisa estruturada, com perguntas já prontas. Isso seria impossível, visto que tratamos de comunidades muitas vezes desconhecidas – ou ao menos desconhecidas a partir do nosso olhar. Embora tenhamos hipóteses, elas, ao lado das nossas perguntas de pesquisa, são modificadas tão logo passamos a conversar com nossos interlocutores. Pontos pré-concebidos se modificam, e não necessariamente aquilo que achávamos que seria interessante discutir aparece como ponto relevante na comunidade onde construímos nosso campo. Por isso,

[...] o “método etnográfico” implica a recusa a uma orientação definida previamente. O refinamento da disciplina, então, não acontece em um espaço virtual, abstrato e fechado. Ao contrário, a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual. (PEIRANO, 2014, p. 381)

Essa questão é primordial à Antropologia, porque ela nasce do concreto. Dela, surge a etnografia, o método a partir do qual eventos, pessoas, textos não são meros dados a serem gerados, mas fonte sempre original de novas questões. É por conta disso que, para quem faz etnografia, a sistematização de toda a pesquisa antes da ida a campo é tão problemática: as questões de pesquisa surgem, justamente, com a observação participante em campo – e seria impossível antever, em um TCLE escrito previamente, quais questões seriam de interesse ao pesquisador. Além do mais, muitos são os casos em que os pesquisadores gostariam de voltar aos mesmos dados, mas com outro enfoque – que não pôde, naturalmente, ser previsto na época da geração dos dados (OLIVEIRA, 2004a)<sup>115</sup>. As limitações impostas pela lógica que rege os comitês de ética atingem, finalmente, os resultados de nossas pesquisas, já que, se, para as ciências biomédicas, os resultados são uma etapa posterior, o mesmo não acontece nas ciências sociais e humanas, para as quais o retorno é um componente intrínseco a todo o processo investigativo.

Frente a esse cenário, acompanhar o Boca por tanto tempo também me mostrou o quão a realidade acadêmica é distante do dia-a-dia, do aqui e agora da sociedade em geral e, em específico, da população em situação de rua. Inúmeras foram as interações que presenciei entre participantes do Boca e novos estudantes, e não raro eles voltavam à mesma discussão: o que o Boca e a população de rua ganhariam com aquele trabalho? Essa pergunta igualmente se voltou para mim, ao longo desse percurso, me fazendo perceber a fragilidade de um discurso voltado sempre para o futuro. Que meu trabalho contribuísse para o ensino de jovens e adultos em situação marginal ou que mostrasse formas alternativas de letramento, quem se importava? Os supostos resultados positivos da minha pesquisa logo se mostraram fugidios demais. Compreendi que letramento, cidadania e visibilidade social se fazem no aqui e agora, porque são questões que tocam a vida das pessoas do Boca a cada novo dia. Não havia sentido, portanto, marcar para o futuro as contribuições do meu trabalho, se eu poderia levar todas as questões que discuto aqui teoricamente para a prática, através do meu envolvimento como colaboradora do grupo. Como Rosina sempre repete: ninguém é turista no Boca.

Todo esse caminho, de leituras (sobre enunciação, letramento, etnografia e o próprio jornal Boca de Rua) e vivências (com os integrantes do Boca e com meu grupo de pesquisa),

---

<sup>115</sup>Oliveira (2004a) traz uma discussão muito rica sobre o quanto o consentimento informado é contraproducente em cenários como o da Antropologia, por conta das especificidades dos trabalhos da área. Acredito, a partir da minha experiência, que o mesmo pode ser pensado para a Linguística Aplicada.

me levou às perguntas que orientaram este estudo. De modo central, procuro responder às seguintes questões:

1. De que maneira o jornal Boca de Rua se instaura como uma agência de letramento para as pessoas em situação de rua?
  - 1.1 Quais são os eventos e as práticas de letramento envolvidos na elaboração do jornal Boca de Rua?
2. A intersubjetividade viabiliza a instauração do jornal enquanto agência de letramento?
3. Como participar na produção do Jornal auxilia na luta contra a privação do exercício pleno da cidadania a que são expostas pessoas em situação de rua?

Essas perguntas, apesar de presentes desde o princípio em meu trabalho de campo, foram confrontadas com as notas que escrevi em meu diário de campo e com o que pude registrar em gravações. Quem faz etnografia, mesmo que timidamente como eu, deve ter claro que, por maiores que sejam as pretensões em achar respostas em campo, é nele que se deve encontrar, primeiro, as perguntas. Com isso, quero dizer que, de fato, fui a campo com algumas perguntas norteadoras: sabia que, por trabalhar com um suporte escrito e que põe em foco discursos que se relacionam a textos escritos, provavelmente o Boca seria um exemplo de agência de letramento. Sabia disso como leitora, e, como pesquisadora, de mim era exigido ter um projeto com perguntas já definidas. A grande questão, contudo, era saber *o que* fazia esse lugar funcionar para essa comunidade. A resposta não apareceu em uma reunião, nem em duas ou três: foi estando lá dois anos, acompanhando o Boca, e foi estando cá dois anos, escrevendo e relendo meus diários de campo, que encontrei uma possível leitura. É dessa leitura que o capítulo seguinte trata. Uma leitura subjetiva, como são todas as etnografias, mas sobretudo uma leitura bem-intencionada, em que proponho que meus leitores me acompanhem nessa discreta interpretação.



## CAPÍTULO 4

### **CRUZANDO FRONTEIRAS, FAZENDO TRAVESSIAS:** de moradores de rua a jornalistas

*Nunca vimos algo tão livre quanto o Boca. Ele é nosso. De nós que não somos considerados como cidadãos. Nós que não temos voz. A primeira coisa que percebemos na rua é o medo. Por isso é que a comunicação é tão importante. Enquanto der, vamos escrevendo. Somos repórteres, somos vendedores, somos o Boca. Sem medo.*

#### 4 CRUZANDO FRONTEIRAS, FAZENDO TRAVESSIAS: de moradores de rua a jornalistas

Como o jornal Boca de Rua se constitui como uma agência de letramento para as pessoas em situação de rua? Foi com essa pergunta de pesquisa em mente que busquei entender a forma como o Boca se organiza. Um pouco sobre isso já foi tratado no início deste trabalho, em que apresentei a Alice e o seu principal projeto, o jornal Boca de Rua. Agora, entretanto, gostaria de trazer sua dinâmica, apontando, desde já, para o que acredito ser fundamental para o êxito desse espaço: o protagonismo, que proporciona um espaço de singularidade, elemento fundamental para que possam exercer sua cidadania e serem visíveis para a sociedade.

Assim, a partir da revisão de todo o conjunto de dados gerados ao longo dos dois anos desta etnografia, pude chegar a algumas afirmações sobre esse espaço tão único, porque tão marcadamente subjetivo. Separadas em dois grandes eixos, elas colocam em foco a latência do Boca como um espaço de singularidade, marcado pela emergência de um *eu* do discurso, e como um espaço de letramento, centrado em discussões em torno de textos escritos:

- 1) A dinâmica das reuniões do jornal coloca a população em situação de rua em posição de protagonismo. Esse protagonismo pode ser percebido em três diferentes esferas da configuração do Boca, que vão desde a concepção das regras do projeto até aquilo que aparece estampado no jornal.
  - a. Ele é um espaço regido a partir de regras ditadas e reeditadas por seus integrantes.
  - b. Ele se organiza a partir do relato dos participantes, que trazem à tona convites para eventos e casos que tenham acometido a população em geral e a comunidade da rua, em específico.
  - c. Ele se estrutura a partir da divisão em três grupos, que ficam responsáveis, cada um, por uma matéria diferente, resultado dos informes trazidos ao longo do trimestre. Os integrantes escolhem de qual grupo querem participar, com base na pauta que mais lhes interessar.
- 2) Momentos de produção escrita não são correntes durante os encontros, apesar de o Boca ser um jornal. As reuniões se baseiam em relatos orais ou na leitura em voz alta de documentos escritos, de diferentes domínios.

- a. Entre os documentos escritos formais, foram lidos sobretudo notícias, mas também um comentário do leitor de um jornal, um programa a ser implementado pela Prefeitura e o cronograma de um evento internacional.
- b. Entre os documentos escritos informais, circularam cartas enviadas pelas senhoras de Bagé e convites feitos ao Boca, em papel ou via Facebook.
- c. Além desses, atestados médicos, currículos para emprego e outros documentos pessoais também fizeram parte das reuniões, principalmente para serem entregues a Rosina.

É pela forma como percebi que o Boca se configura que proponho esta análise. Ela é, portanto, dividida em três seções, para cada uma das principais características que dão ênfase à centralidade da população em situação de rua na existência e manutenção desse projeto: as regras, os informes e as pautas<sup>116</sup>. Alicerçada nesses três eixos, apresento, nas próximas páginas, um pouco da rotina desse local que aqui proponho como uma agência de letramento e ao qual é inevitável não associar uma concepção de língua intersubjetiva. Assim, na primeira parte deste capítulo, referente à instituição das regras do Boca, trato da dicotomia entre ser alfabetizado e ser letrado, mostrando que, ao que compete ao projeto, importa menos ter o domínio da tecnologia da escrita do que saber se apropriar de uma língua cujas marcas linguísticas possibilitam a emergência daquele que fala em seu discurso. É esta habilidade, e não necessariamente aquela, que faz com que os integrantes do Boca consigam agir efetivamente em práticas sociais de leitura e de escrita. Na segunda seção, passo à etapa dos informes, cujos dados gerados colocam em foco os momentos em que textos escritos foram levados à reunião, direta ou indiretamente. As discussões fomentadas por esses textos, como veremos, instauram um espaço enunciativo que é atravessado pela cultura, uma cultura que lhes pertence por direito, mas à qual eles não têm acesso, cotidianamente. Por fim, na terceira e última seção, trago algumas reflexões fomentadas pela divisão dos grupos, pensando de que forma os participantes do Boca empregam seus sentidos na língua escrita, sem que dominem, fundamentalmente, as formas desse sistema linguístico. Como veremos, é pelo jogo entre quem sabe *o que* dizer (a

---

<sup>116</sup> Ao longo desta pesquisa, pude pensar em diversos modos diferentes para apresentar os dados gerados, como trazer os eventos de letramento do Boca a partir de eixos temáticos (como a violência ou a luta por direitos). Entretanto, optei por tomar como ponto de partida algo que é característico do grupo e exterior à minha interpretação: a forma como ele se organiza. Dessa maneira, tento diminuir o direcionamento que a mim é inevitável dar quando me proponho a analisar o que vivenciei no grupo, tomando como base algo que é basilar daquele espaço. Para elucidar cada um dos momentos que proponho (regras, informes e pautas), revisei o meu diário de campo inúmeras vezes, buscando, entre mais de cem páginas de escritos, encontrar cenas que, em cada um desses momentos, eram recorrentes. Assim, apesar de, para este trabalho, ter sido necessário fazer escolhas de pequenos excertos, eu os percebo como representativos de questões que sempre retornavam ao grupo.

população de rua) e quem sabe *como dizer* (os colaboradores) que o jornal é concebido, sem que isso, porém, impeça o inegável: o jornal *é* da população de rua, porque é ela, mesmo que a partir da escrita do outro, que se inscreve na língua – uma língua que demanda que cada um se instaure como sujeito e que coloque, na frente de si, um outro. Intersubjetividade, letramento e cultura, é disso que se trata quando falo do Boca.

#### 4.1 Nosso mundo, nossas regras

*Fred: É liberado comer na hora da reunião?*

*Maurício, debochando: Não?*

*Fred: Isso daí é uma coisa muito grave, sabia? E isso tudo é culpa do Maurício.*

*Maurício, debochando: É?*

*Fred: Sabia que não pode comer durante a reunião?*

*Maurício, debochando de novo: Não pode?*

*Fred: Isso daí é uma regra que nós mesmos criamos.*

*Rosina começa a falar e logo é interrompida. Somente quando se faz silêncio ela volta a falar.*

*Rosina: Vamos trabalhar? Vamos trabalhar.*

*Ela de novo é interrompida. Espera por silêncio.*

*Rosina: Gente, assim ó. Queria lembrar vocês, que parece que o pessoal tá meio desmemoriado, que dentro do Boca nenhuma lei lá de fora existe. Nenhuma. Todas, todas, absolutamente todas as regras de convivência são feitas aqui dentro. E uma delas é que a gente não vai fazer merenda aqui, e eu tô vendo pelo menos três pessoas mastigando.*

*Alguns começam a rir.*

*Rosina: Então, assim, pra mim, vocês podem jantar aqui, gente, mas quem fez essa regra pra que a gente consiga fazer um espaço de trabalho foi vocês. Então assim, se nem nós conseguimos seguir a nossa própria determinação, como que a gente vai querer que os outros nos respeitem? Isso é um respeito ao grupo. Essa regra quem fez foi vocês, assim como a dos 15 minutos, assim como todas as regras. No momento em que a gente desrespeita uma coisa que o grupo votou, nós estamos desrespeitando a todos aqui, inclusive a nós mesmos. Tá bom? Vamos seguir? Só pra lembrar, só pra lembrar. (Diário de campo, 22 de maio de 2018)*

O Boca é um mundo à parte, onde, como bem nos lembra Rosina, as leis lá de fora não existem. Quem faz as leis do Boca é o Boca, afinal. Assim, embora exista a figura de uma coordenadora, não é papel dela indicar as normas da reunião, mas apenas lembrar o grupo de quais regras ele próprio achou adequado criar, para manter os encontros organizados. Isso coloca o que acontece no Boca em outro patamar: eles devem se adequar a um lugar que foi concebido por eles próprios. Não é como a escola ou o trabalho, que uma ordem superior determina o que eles podem fazer, a qual momento podem fazer, e qual é a punição para quem desrespeita o estipulado. Diferente desses lugares, o Boca é pensado de uma forma a se conformar às demandas do grupo, sem, entretanto, deixar de ser um local formal, cujos horários devem ser obedecidos, por exemplo, ou onde não se deve dormir, comer ou conversar.

O protagonismo dado ao grupo para que façam suas próprias regras cria o sentimento

de que necessariamente aquilo precisa ser seguido. Se as regras foram por eles estipuladas, quem mais teria o dever de cumprir senão eles? Assim, Rosina nunca chama atenção de ninguém com base tão somente nas regras: ela salienta que as regras, se existem dessa forma, foi porque assim eles quiseram que fosse.

*Chego adiantada e cumprimento Jairo. Dez minutos depois, Rosina chega e inicia a reunião perguntando, brincando, do instituto de beleza que tinha aberto ali, pois Douglas estava fazendo algumas tranças em uma companheira. Rosina diz que eles têm duas visitas, que vão se apresentar logo no início, e depois vão passar para os informes. Rosina pergunta para Augusto onde está a bandeira, e ele responde tentando enrolar. Rosina diz que eles vão reunir os grupos logo após as apresentações e informes, porque eles estão atrasados. Antes de iniciar, ela pergunta se alguém sabe se o Ilê Mulher mudou o telefone, pois ela não tem conseguido contato. Pedro fala que talvez seja porque eles estejam no parque Harmonia, em um piquete, pela Semana Farroupilha. Rosina compreende o fato, e explica que queria entrar em contato para poderem ver o mapa do peregrino. Rosina pede para Douglas terminar depois as tranças que está fazendo, ou então ir para fora do galpão e abrir mão de receber o jornal. Douglas reclama, e Rosina esclarece que eles podem fazer as tranças depois. Douglas diz que depois vai ser a hora de distribuir os jornais. Rosina questiona em que lugar de trabalho que eles já entraram que tinha gente fazendo trança. Ela lembra que o Boca é como qualquer outro lugar, pois aquele é o lugar onde eles estão trabalhando. Pedro fala em defesa do colega, dizendo que ele está ouvindo o que está sendo discutido. Rosina diz que ela não tem nada contra, mas que aquilo que ela está pedindo está estipulado nas próprias regras do Boca. (Diário de campo, 11 de setembro de 2018)*

A referência às regras do Boca é quase sempre feita com base na oralidade. Como as determinações são revistas a cada início de ano, é compartilhada a ideia de que todos sabem a grande parte delas de cor. Além de a lista não ser extensa, ajuda a memorizar as determinações o fato de que normalmente são as mesmas regras que costumam ser infringidas: comer e beber durante as reuniões, sair do galpão durante os informes, repassar os jornais para quem não é do grupo. Alguns eventos, entretanto, são bastante incomuns no grupo, como é o caso de roubo. Durante o meu tempo em campo, só presenciei uma situação em que o encontro fora cancelado por terem sumido os cartões-postais de um participante. Naquela ocasião, Rosina levou impressas as regras e leu em voz alta para aqueles que foram à reunião por não saberem que ela tinha sido suspensa.

*Rosina explica para os três integrantes presentes [que não participaram da reunião na semana anterior e, por conta disso, não sabiam do ocorrido] o que estava acontecendo: a reunião havia sido cancelada, conforme acordado na semana anterior, por conta do roubo de cartões-postais de um dos integrantes do Boca de Rua, que também participa do projeto A Cara da Rua. Após explicar o ocorrido, Rosina começa a ler as diretrizes em que constam as regras do Boca, já que um dos integrantes presentes é novo no grupo e não conhece elas. Quando Rosina inicia a leitura da parte das diretrizes referente à chinelagem [roubo], ela retoma o caso da semana anterior, em que o culpado pelo roubo não foi encontrado nem identificado, fazendo com que todo o grupo fosse penalizado com o cancelamento da reunião seguinte e nenhum integrante recebesse suas cotas de jornal naquela semana. (Diário de campo, 24 de agosto de 2018)*

Assim, apesar de todos terem alguma noção das regras, em certos momentos, é necessário recorrer ao material escrito para reiterar quais eram os direitos e deveres do grupo. Situações como essas, entretanto, foram raras durante o meu tempo em campo, até mesmo porque aqueles que são mais antigos no Boca costumam dar a palavra final sobre alguma regra mencionada por Rosina. Esse é o caso, por exemplo, de regras que são definidas pelo número de vezes que um episódio se sucedeu: quantas presenças consecutivas são necessárias para passar a receber o jornal ou quantas vezes alguém pode repassar seus jornais até ser suspenso. Não é incomum que aquele que está ansioso para receber seus jornais ou aquele que tenta fugir da acusação do repasse tentem argumentar que o que está sendo determinado contra eles não é o que consta nas regras. Nessas horas, a palavra dos companheiros mais velhos pesa, fazendo silenciar quem estava se queixando. Ou, em último caso, Rosina recorre à leitura em voz alta das diretrizes do grupo:

*Rosina começa a ler as diretrizes do Boca, especificamente a parte referente ao repasse de jornais: aquele que for pego repassando os jornais uma vez, terá um mês de suspensão; se o repasse ocorrer duas vezes, o integrante terá três meses de suspensão; caso o repasse ocorra três vezes, a pessoa será afastada do grupo por tempo indeterminado. [...] Rosina diz que ninguém é obrigado a denunciar o colega de grupo, mas que, nesse caso, é necessário haver uma conversa diretamente com tal colega, pois esse tipo de atitude coloca o trabalho do jornal em risco. Ela finaliza dizendo que ter esse tipo de atitude frente a algo errado é dever de qualquer trabalhador, e eles são trabalhadores no grupo. (Diário de campo, 05 de setembro de 2017)*

Para evitar tais discussões, em momentos em que não estão todos de acordo com o que está estipulado nas regras e ninguém tem elas em mãos durante a reunião, Rosina tem o desejo de colocar uma cópia das diretrizes na parede, de forma que todos tenham acesso a elas quando tiverem alguma dúvida. Essa seria uma medida que daria mais autonomia ao grupo, assim como aconteceu quando se colocou um relógio de ponteiro logo acima da porta de entrada do galpão. Com o objeto físico agora lá presente, eles não precisam mais questionar, a todo momento, nos 15 primeiros minutos da reunião, se o tempo máximo de atraso já terminou. Agora, são eles que dizem: “Rosina, fechou o tempo! Agora não recebe mais jornal!”.

Lidar com um relógio de ponteiro, ou com uma lista de regras, porém, não é uma tarefa necessariamente fácil, pois ela envolve saber ler números e letras. Envolve não somente conhecer o sistema numérico e a tecnologia da escrita, mas também saber empregar tais conhecimentos na vida cotidiana. No entanto, como aponta o censo realizado em 2018 (Tabela 3), apresentado no início deste estudo, apesar de poucos dessa população serem analfabetos, a maioria não finalizou nem mesmo o Ensino Fundamental, período elementar para promover

nos alunos o domínio dos saberes mais básicos que envolvem o mundo do numeramento e do letramento.

**TABELA 3 – Escolaridade da População em Situação de Rua**

<i>Escolaridade</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Analfabeto	96	6,0
Ensino Fundamental incompleto	917	57,4
Ensino Fundamental completo	205	12,8
Ensino Médio incompleto	155	9,7
Ensino Médio completo	158	9,9
Ensino Superior incompleto	26	1,6
Ensino Superior completo	12	0,8
Pós-graduação	5	0,3
Nunca foi à escola	16	1,0
Aprende sozinho / Ensino Especial	---	---
NS/NR	8	0,5
<b>Total</b>	<b>1598</b>	<b>100</b>

Fonte: UFRGS (2016, p. 34).

Embora eu não tenha me detido em verificar qual era a escolaridade de cada um dos integrantes do Boca, em uma tentativa de traçar um paralelo com os resultados encontrados no censo, o tempo em campo me permitiu perceber que a mesma diversidade apontada pela pesquisa se desdobrava no grupo: ele comporta, igualmente, de estudantes universitários a analfabetos. Alguns terminaram os estudos iniciais na EPA; outros, antes mesmo de irem para as ruas. Uns, sabem ler e escrever; outros, sequer seus nomes sabem assinar. Assim, de mesma forma, nem sempre a participação no Boca alterou fortemente a relação desses indivíduos com o mundo da escrita. Para alguns, textos escritos já faziam parte da vida cotidiana, e o Boca foi como uma extensão de suas vidas; para outros, o Boca é uma seção à parte dos dias, uma das poucas em que eles se mobilizam centralmente em torno da palavra escrita. De uma ou de outra forma, o fato é que o Boca altera o rumo dessas existências. E, como aqui veremos, saber ou não saber ler, saber ou não saber escrever, não são determinantes para o acesso ao mundo da escrita, pois, afinal, todos eles acompanham com autonomia o que é discutido pelo grupo com base em textos escritos. Para alguns, todavia, a atuação começa nos detalhes. Em, por exemplo, aprender a caligrafia do seu próprio nome, para poder ter liberdade para escrevê-lo sem a ajuda de ninguém:

*Karina me olha para eu assinar o jornal para ela, mas com desconfiança. Aparentemente, ela não sabe se pode pedir para mim, já que estou escrevendo algumas notas para mais tarde. Pergunto se ela quer que eu assinhe para ela, e ela prontamente aceita. Pergunto o nome dela, ela me responde: Karina. Pergunto como é escrito. Ela fica parada por um tempo sem saber me responder. Ela então vai até Letícia [colaboradora] e pergunta como se escreve o nome dela. Letícia anota na mão de Karina como é escrito o seu nome, e ela volta até mim, me mostrando sua mão. (Diário de campo, 08 de maio de 2018)*

Esse é o caso de Karina, que, ao longo do meu tempo no Boca, aprendeu a escrever o seu nome, ainda que às vezes inverta o lado de uma das letras que o compõem. Apesar de ela ser sempre uma das últimas a terminar de assinar os jornais, fazendo inclusive com que seu companheiro a espere para irem embora juntos, esse é um momento sempre seu, particular. A opção de Karina de assinar seus jornais se contrapõe à escolha de outros colegas, que, apesar de saberem assinar seus nomes, costumam pedir aos visitantes ou até aos colaboradores a realização da tarefa<sup>117</sup>. Assim, assinar o nome é tido por alguns como um momento tedioso, que pode ser melhor aproveitado caso se possa fazer outras coisas, enquanto, para outros, pode ser um desafio, uma forma de independência. Por vezes, porém, exaustiva:

*Na hora das assinaturas, Elias pede ajuda para Camila [colaboradora], pois não sabe escrever seu nome. Ela pede ajuda a mim, que estou passando pelos dois na mesma hora, alegando que eu sou da Letras e saberia ensinar isso melhor que ela. Ele pede para que eu assinasse um de seus jornais, para poder replicar o formato das letras nos próximos jornais. Escrevo seu nome em um jornal, e ele logo começa a traçar com atenção cada risco de cada letra. Ao fim, me pergunta se fez certo. Mostro a ele que esqueceu de um traço, e ele logo corrige. Ele faz isso por mais dois jornais, até que decide procurar por algum visitante para assinar por ele. (Diário de campo, 16 de julho de 2019)*

Os dados de tais integrantes apontam para a necessidade de termos claro a forma como encaramos o letramento: a depender da visão que adotamos, ele pode estar mais relacionado a capacidades individuais ou a uma condição coletiva. Apesar de a dimensão individual ser supervalorizada, sobretudo em avaliações que buscam medir o conhecimento individual da cultura escrita, locais como o Boca, em que tudo – até mesmo as assinaturas dos jornais – é construído em conjunto, nos mostram que “o que uma pessoa sabe e faz isoladamente é diferente do que ela sabe e faz em um grupo ou em tarefas contextualizadas no entorno social”, já que “há uma significativa gama de situações pedidas pela escrita que se realizam com base nas relações sociais, culturais e políticas que são, em sua historicidade, estabelecidas independentemente das capacidades dos sujeitos tomados individualmente” (BRITTO, 2003b, p. 53). Pensando na cultura em que se constroem, fundamentada sobretudo na oralidade, a tais pessoas pouco faz sentido pensar em se “adequar” a um letramento que não necessariamente faz sentido para as suas práticas sociais, já que, muitas vezes, aprender certas habilidades letradas não se desenha como uma prioridade no nível individual, desde que tais recursos sejam do domínio da comunidade (STREET, 2014).

Além disso, ao colocar como questão o aspecto socio-histórico do letramento, se entende

---

<sup>117</sup>É obrigatório que todos assinem os jornais ao fim da reunião e que algum colaborador verifique se todos estão assinados, para tentar evitar o seu repasse para quem não é do grupo.

que ele deve ser lido como um *continuum*<sup>118</sup>, em que é impossível a alguém ser taxado de iletrado, já que estamos inseridos em uma sociedade cujas práticas sociais de escrita são centrais no dia-a-dia da população. A decorrência direta disso é que aqueles que não dominam o código da escrita podem ser não-alfabetizados, mas nunca iletrados, porque carregam consigo, por tão somente viverem em uma sociedade de cultura escrita, o saber sobre como participar socialmente em um mundo envolto pela escrita (ASSOLINI; TFOUNI, 1999). Esse conhecimento passa ao largo da alfabetização: é, como vimos, o letramento. Mesmo que não se saiba ler e escrever, há um conhecimento comum em relação a essa prática social e cultural, que dá acesso a modos diferentes de pertencer à sociedade.

De igual forma, tais dados nos fazem perceber que também devemos ter claro a noção de alfabetização que norteia nosso olhar. A alfabetização tanto não é imprescindível para o exercício da cidadania que pessoas alfabetizadas, mesmo tendo domínio dos processos de leitura e de escrita, continuam não conseguindo exercê-la, sendo a elas negado o usufruto de seus direitos. Esse é o caso, por exemplo, de alguns integrantes do Boca, que, por terem uma escolaridade melhor, por terem uma atuação política relevante, sabem se inserir no mundo da escrita porque dominam a sua tecnologia, mas nem por isso têm garantido o acesso a seus direitos. Tomar a alfabetização como fundamental à conquista da cidadania faz recair na escola, na educação e no acesso à leitura e à escrita o peso de prontamente conduzir seus participantes à sua construção, quando, na verdade,

[...] essa conquista se faz, fundamentalmente, por intermédio da prática social e política, dos movimentos de reação e reivindicação das organizações populares, expressões de uma cidadania em construção, pois evidenciam o povo participando, lutando por seus direitos sociais, civis, políticos, agindo como sujeito histórico, fazendo-se cidadão. (SOARES, 2014, p. 56)

A cidadania, portanto, não é dependente da alfabetização, mas se cria em um contexto em que ela, a alfabetização, é apenas um componente entre uma gama de outros determinantes que refletem a conquista de direitos políticos, civis e sociais da população. Nesse sentido, para além do mero acesso à tecnologia de leitura e escrita, a conquista da cidadania se constrói quando são criadas condições para que cada um se reconheça em seus direitos – entre tantos, no direito à leitura e à escrita. Entretanto, mesmo não se podendo considerar a alfabetização imprescindível ao exercício e à conquista da cidadania, isso não significa que ela não seja um instrumento para a luta em favor dela. Isso porque a alfabetização, tal como é posta em

---

<sup>118</sup>Para a visão tecnicista, porém, o letramento é encarado como uma competência que, assim como a alfabetização, é mensurável e comparável, já que “se sustentaria em operações resultantes de um sistema de procedimentos intelectuais de uso da escrita” (BRITTO, 2007, p. 28).

sociedades grafocêntricas como a nossa, não é uma tecnologia neutra: sua aquisição, de valor intrinsecamente positivo, é resultado de uma ideologia etnocêntrica, para a qual a vida política, social, econômica, cultural, é necessariamente dependente do mundo da escrita. Por isso,

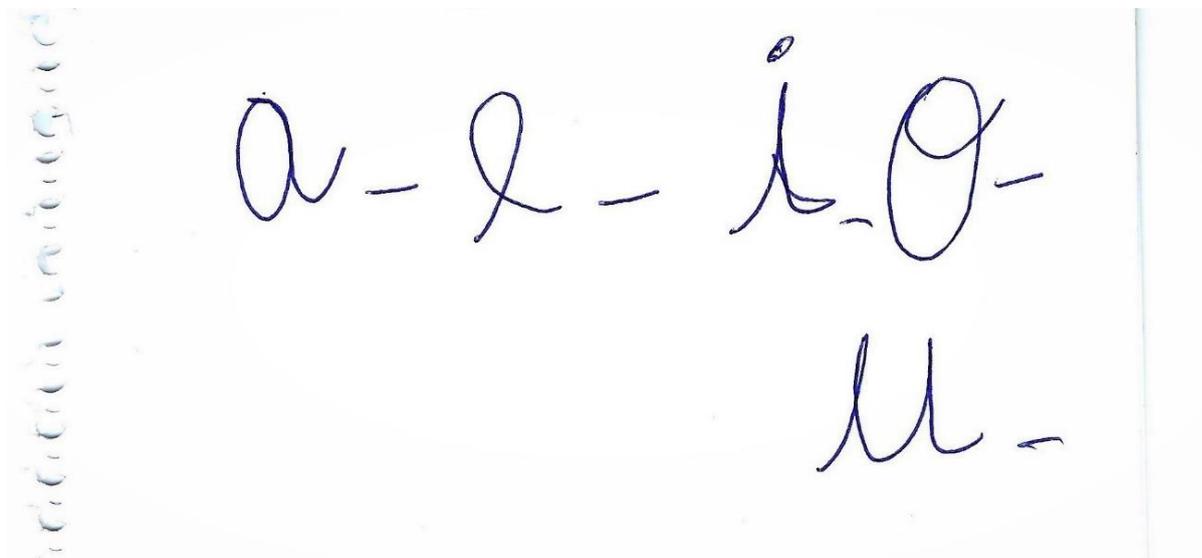
No quadro da ideologia hegemônica em sociedades grafocêntricas, não há possibilidade de participação econômica, política, social, cultural plena sem o domínio da língua escrita, não há possibilidade de participação nos bens simbólicos sem o acesso à leitura como bem cultural. Em síntese: não há, em sociedades grafocêntricas, a possibilidade de cidadania sem o amplo acesso de todos à leitura e à escrita, quer em seu papel funcional – como instrumentos imprescindíveis à vida social, política e profissional – quer em seu uso cultural – como forma de prazer e de lazer. (SOARES, 2014, p. 58)

Ressoando essa valoração que se costuma dar ao domínio do código escrito, em uma das reuniões, contamos com a presença de um aluno da Escola Porto Alegre que era bastante conhecido pelo grupo do Boca, tanto pela trajetória conjunta na rua, quanto pelo tempo compartilhado em sala de aula. Por conta disso, conseguia se enturmar e se comunicar com todos os demais, mesmo apesar de um detalhe: ele era mudo. Em nossa conversa, de uma forma bastante singular, baseada em tentativas e erros daquilo que ele estava tentando me dizer, compreendi que ele era estudante da EPA e que gostaria que todo o grupo fosse para a frente da escola para tirarmos uma foto, em uma homenagem a uma professora que estava de partida<sup>119</sup>. Para compreender tudo isso, passamos pela língua escrita: ele apontava energicamente para as letras do alfabeto dispostas no galpão do Boca, tal como costumamos ver em salas de Ensino Fundamental. Feitos em EVA coloridos, com os exatos contornos de cada uma das letras, o varal nos lembra, a cada novo encontro, de que estamos, afinal, em uma escola. Para que eu pudesse enfim entender que ele estudava ali, ele pediu por uma folha de papel minha, onde começou a escrever as vogais. Do outro lado da folha, escreveu seu nome.

---

<sup>119</sup> Depois descobri que professora estava se despedindo brevemente da Escola para viajar para o Canadá, por ter vencido um concurso nacional promovido pela Capes.

FIGURA 6 – Essas são as vogais



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Apesar de não dominar o código de escrita, um analfabeto entende a função que a escrita desempenha em uma sociedade letrada como a nossa. Assim, mesmo não sabendo lidar com autonomia com essa tecnologia, muitos dos integrantes do Boca reconhecem que é através da escrita que o diálogo com seus leitores se torna possível e, por isso, buscam participar dessa prática de letramento. Letramento e alfabetização, todavia, apesar de serem dois processos permeáveis entre si, se estabelecem de formas bastante distintas: o letramento é mais amplo que a alfabetização, pois deixa de olhar para a capacidade do indivíduo de lidar com a aquisição do código escrito para pôr em foco o contexto sociodiscursivo que permeia tal aquisição (TFOUNI, 1995). Assim, um estudo que tem como interesse o letramento de determinado grupo, como este que aqui proponho, tem a possibilidade de trabalhar não apenas com pessoas alfabetizadas, mas também com não-alfabetizadas, na medida em que o eixo que o move é o viés social e não o individual. Enxergar o letramento com tal autonomia frente à alfabetização não é pouca coisa: isso faz com que pessoas letradas percebam uma função social na leitura e na escrita.

Quando tal função é atualizada na prática, é possível a quem é da rua ocupar um lugar no mundo da cultura escrita como real produtor de textos, orais e escritos, porque se pode falar de si próprio. A consequência desse espaço eminente de singularidade é que a leitura e a escrita tomam uma forma individual, subjetiva, adaptável, porque calcadas em um conhecimento compartilhado. Nelas, na leitura e na escrita, se pode criar sentidos únicos, sentidos que fazem sentido para cada um (ASSOLINI; TFOUNI, 1999). Entretanto, de tão raros que são esses espaços para si, por vezes, eles se tornaram motivo de controvérsia:

*Leonardo questiona porque Marco tem uma página toda para si no jornal, sendo que todos trabalham em cima daquele material. [...] Rosina lembra que a parte de trás do jornal ficou reservada para trazer a história de uma pessoa em específico, e diz que outras pessoas podem trazer suas histórias para a contracapa, fazendo uma espécie de rodízio, para que todos possam aparecer. Leonardo questiona porque só apareceu uma única pessoa, e Marco, que protagonizou a contracapa, diz que poderia ter sido o próprio Leonardo a aparecer. Rosina diz que isso serve para estimular as pessoas a trazerem mais histórias. [...] Xaxá [colaboradora] diz que o jornal funciona a partir das histórias dos participantes, então não adianta reclamar, pois todos podem trazer propostas de coisas a serem publicadas, como histórias de suas vidas. (Diário de campo, 08 de maio de 2018)*

Somos seres de linguagem e de narrativa, já diria Petit (2010). E é por nos constituirmos na e pela linguagem (BENVENISTE, 2005b) que não podemos nos pensar de outra maneira senão inseridos na língua, falando sobre aquilo que vivemos, vemos, ouvimos. Narramos, enfim, as nossas experiências para o outro. A especificidade humana reside justamente na língua, nessa língua que não existe senão a partir da intersubjetividade: é necessário que possamos simbolizar aquilo que vivenciamos, seja na fala, seja na escrita, porque, afinal, o homem só existe porque existe a língua. Criar um espaço de enunciação para quem é, está ou fica na rua é, portanto, dar oportunidade para que possam, através de palavras que refletem os casos de suas vidas, fazer transparecer a sua própria cultura, agora inserida em uma cultura outra (a cultura escrita), que é deles tanto quanto não é. Assim, existirem momentos em que se pode tecer relações relevantes com os outros e em que a criação de narrativas sobre si pode ser compartilhada é essencial para a reconstrução daqueles que passaram por contextos de crise, de falta, de perda, de desfiliação (PETIT, 2010). E é exatamente assim que o Boca se desenha – como um espaço em que se pode partilhar com aqueles que passam por situações parecidas narrativas que contem suas histórias de vitórias e de fracassos, como é a vida de qualquer um:

*Rosina pergunta sobre o que eles acham de aproveitar a contracapa para publicar depoimentos de quem quiser contar um pouco de sua história. Ela diz que sempre diz que as pessoas aprendem com coisas que são boas e outras que não são boas. Jairo pergunta se pode fazer uma pergunta. Rosina diz que claro que sim. Jairo pergunta se pode ser poesia. Rosina diz que sim, que é exatamente isso. Ela diz que a poesia já anda saindo no jornal. Ela explica que essa página não seria só de notícias, mas de coisas deles próprios, com histórias. Ela então pergunta o que o pessoal acha da ideia de reservar a contracapa para as histórias, se eles gostam de ideia ou não. Jairo diz que achou legal, se for pra engrandecer o jornal ele diz que topa. A fala de Jairo é acompanhada pela voz de outro colega, que concorda com o que ele diz. Jairo continua, dizendo que só não pode repetir a história duas vezes da mesma pessoa. Rosina concorda, dizendo que o pessoal estranhou o que Marco narrou, pois era uma história muito bonita. Ela diz que eles devem então trazer mais histórias bonitas, pois o que não falta no Boca são histórias bonitas. Carla diz que no Boca existem histórias tristes também. Rosina concorda, respondendo que é exatamente isso, mas que as histórias tristes são também bonitas. Ela explica para Carla que o legal é que, mesmo sendo triste, é bonito uma pessoa ter coragem de contar uma história triste; é bonito uma pessoa ler a história triste e repensar a imagem que tem da população de rua, que é sempre tida como marginal, bêbada, drogada. Rosina diz que o leitor pode ver uma história que é parecida com a sua, como a história do Marco, que poderia*

*acontecer com qualquer pessoa que gosta de bicicleta. Rosina diz, então, que aquilo que os incomoda pode ser uma porta para aquilo que os faça bem, então que seria legal eles tentarem. Ela pergunta novamente se isso pode ser feito, se a próxima pode ser a do Cássio. Lucas diz que, depois de Cássio, quer ser o próximo. Rosina concorda, que dependendo eles podem fazer inscrições e irem pegando os nomes. Rosina pergunta se a ideia está fechada, e todos concordam. Carla pergunta se é uma história pessoal, e Rosina diz que sim, explicando que pode ser apenas um pedaço, não precisa ser toda ela. [...] Rosina finaliza dizendo que o Boca tem muitas histórias felizes, outras tristes, outras emocionantes... enfim, todo o tipo de história. Alguns começam a falar ao mesmo tempo, discutindo o assunto. Lucas grita para Cássio, explicando que a história do colega será a primeira, e a próxima, a dele [de Lucas]. Vários falam ao mesmo tempo. (Diário de campo, 05 de junho de 2018)*

A escrita, assim, favorece não só a troca de experiências, mas também a construção de um si próprio singular, diferente inclusive daquele que um dia se supôs poder ser. Eles percebem, afinal, que podem mudar sua realidade ao reafirmar a sua cultura através da palavra escrita, com a qual podem se abrir ao mundo. Por conta de todo esse movimento, no Boca, eles alcançam progressos significativos em termos de subjetividade e, em consequência, em termos de cidadania. Isso porque lá o mundo da cultura escrita é visto não só sob seu estatuto social, com o qual se pode restabelecer a própria cultura, para que ela possa alcançar o outro, mas também sob o seu estatuto pessoal, no qual cada um pode encontrar um espaço só seu, para se dizer e expressar a sua singularidade. Quando nasce o texto e nasce mais um lugar de subjetividade, eles se descobrem capazes de construir conhecimentos através de uma forma (a escrita) pouco convencional, embora todos os sentidos nela impressos eles dominem bem. Ao nascer esse lugar subjetivo, nasce, ao mesmo tempo, a intersubjetividade, pois eles se percebem capazes de dizer algo direcionado a alguém e que é efetivamente recebido por esse alguém. A história de Cássio<sup>120</sup>, afinal de contas, virou contracapa do jornal:

---

<sup>120</sup>Eis aqui um exemplo do quanto a troca de nomes em função do anonimato requerido para que uma pesquisa seja “verdadeiramente” ética é problemática: além da incongruência entre o diário de campo e a figura que apresento, a mudança dá a impressão de que suas histórias deveriam ser veladas, pois, como já debatido no capítulo anterior, não seguiriam uma ordem legítima de vida.

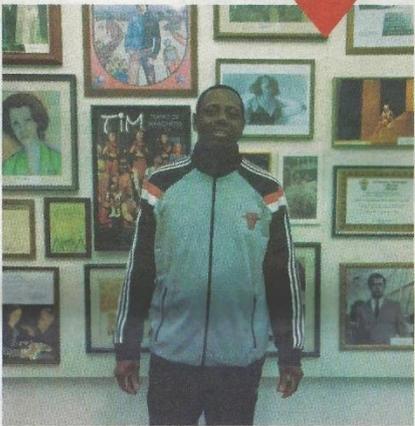
FIGURA 7 – Minha vida dá um jornal

# CÍCERO E O LEÃO

*Meu nome é Cícero Adão Gomes, eu tenho 43 anos. Por motivos familiares, e alguns outros motivos fui parar na rua há 12 anos. Hoje eu me encontro bem porque eu fiz um tratamento de dependência química numa comunidade terapêutica. Eu comecei na rua no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Depois em 2012 entrei no jornal Boca de Rua. Através do Jornal Boca de Rua acabei tendo acesso a vários projetos, inclusive fiz teatro e participei da Rádio na Rua (trabalho desenvolvido pelo músico Alexandre Missel). Cheguei a ser 'facilitador social' da FASC por um ano. Nessa época, muitos participantes do jornal moravam junto. A gente tinha uma aldeia. Só que eu era um usuário, utilizava muita droga, inclusive o crack. Quando eu usava, eu tinha que me afastar, tanto do jornal, quanto do movimento e de todos os projetos. Por causa dessa droga eu acabei contraindo a tuberculose.*

Tive tuberculose três vezes e quase morri. No CAPS e eles me levaram para o Hospital Vila Nova e quando saí me mandaram para o abrigo Marlene onde eu consegui terminar o tratamento. Fiquei cinco anos na luta para mim poder ficar como eu estou hoje. No CAPS tinha a minha assistente social, que lutou muito por mim. Só que, na verdade, quem não lutava por mim era eu mesmo.

Enquanto eu usava droga, eu pensava que tava bem, mas não tava. Quando eu era coordenador do MNPR, cheguei a viajar para oito estados do Brasil. Mas sempre usando drogas. Nesta época, eu ia pro CAPS, ficava na permanência, e quando eu saía – depois de 14 dias – ia direto pro uso de novo. E tinha a tuberculose. Eu fazia o tratamento e parava,



o único lugar que podia usar a droga sem ninguém incomodar. Porque ninguém vai ali. Quem é que vai aonde tem rato? Aonde tem bicho? Ali a gente usava droga, a gente comia, a gente bebia. E eu fiquei um mês sem sair dali. Eu só saía dali para pegar droga e voltava. Eu fiquei sem tomar banho, eu fiquei sem escovar os dentes, eu fiquei sem trocar de roupa, eu fiquei barbudo, eu fiquei cabeludo, fedendo. Até três estudantes, apoiadores do movimento, me buscaram. Essas pessoas, elas são uns anjos, sabe?

Eu fiquei nove meses numa fazenda, eu briguei muito comigo. Eu chorava, eu passei Natal, Ano Novo, Páscoa, Dia dos Pais, Dia das Mães internado no meio do mato. Só reunião, monitor, enxada, faca, porco, cozinha, padaria. Eu aprendi tudo naquela fazenda, eu devo a minha vida para essa fazenda e tô lá até hoje. Sou um dos funcionários mais dedicados. Aprendi a conviver com a dependência química. E tô feliz em voltar para o Boca, nem que seja de longe, porque faço parte dessa família, porque quem faz o Boca somos nós mesmo. Quando tinha reunião, quando fazia entrevistas ou fotos, quando representava o jornal ou o Movimento, eu não usava droga. Então, é um dia, dois dias, três dias a menos de a pessoa usa.

Hoje eu estou bem. Moro numa república e estou namorando uma pessoa que eu amo, vejo a minha filha, as minhas netas e os meus irmãos. Pago as minhas contas, não uso mais drogas, não bebo, não fumo há nove meses. Mas a gente nunca pode dizer do dia de amanhã. É tudo só por hoje. A recaída está sempre do lado da gente. Por isso, não ando de noite na rua – principalmente nos lugares que eu andava antes – não convivo com gente ativa e vou a uma reunião por semana do Núcleo de Apoio do Toxicômano e Alcoolatra (NATA). A gente tem time de futebol, faz churrasco, sai junto, vai no cinema, faz piquenique.

Hoje eu sou graduado da fazenda.

Não tô fazendo essa entrevista para convencer ninguém. Só queria que conhecessem a minha história e soubessem que eu só tinha escuridido, mas que hoje eu tenho luz. Hoje eu sei como é ver a lua, ver o pôr do sol, andar de barco, passear de ônibus, sair com o meu amor. Só vou dizer que para quem quer, dá certo. Nas minhas orações, rezo por três pessoas que estavam comigo, no momento que eu tava com tuberculose e hoje não estão mais aqui: a Rita, o José Orlando e o Ceco. Os três eram do jornal Boca de Rua. Era para mim estar com eles, mas eu quis a vida. É difícil tu bater uma corrida contigo mesmo e tirar segundo lugar. Mas só por hoje eu tô ganhando. É um leão por dia. Um leão do bern, não um leão do mal, o leão do mal ficou para trás.

Fonte: Jornal Boca de Rua (2018b, p. 16)

Ao construir saberes que se fundamentam em suas vivências da rua, os jornalistas do Boca se deixam implicar com aquilo que escrevem. O resultado disso não poderia ser outro senão a implicação da própria subjetividade no texto produzido no jornal, que surge a partir de um trabalho de mobilização com o saber, fruto não da reprodução de sentidos, mas da produção de *novos* sentidos. Isso não é pouca coisa: é a manifestação de que podem subverter uma identidade que os atravessa e os engessa (GRIGOLETTO, 2011). E o ponto de partida para a produção de novos sentidos, sob o intermédio da escrita, é o senso comum. Eles sabem, porque isso vivem, quais são os discursos existentes em torno da população de rua. São vagabundos, drogados, fedidos... a lista de insultos encheria páginas e mais páginas, mas não as páginas do seu jornal. Para irem além do que o senso comum já propaga, se apoiam nesse saber partilhado para questioná-lo e refutá-lo. Para poderem existir na língua, assim, essas pessoas devem perceber suas tragédias e sua própria vida com um olhar mais distante, transformando-as em uma matéria bruta para que possa vir a ser contada.

Assim, o que está em jogo quando se assume uma posição singular não é,

fundamentalmente, a cidadania. A cidadania e a visibilidade social, decorrente desse espaço atuante na sociedade, não são mais do que consequências de um movimento ainda anterior: o de compreender que cada um é um ser de linguagem e que dela advém a sua própria existência. A potencialidade de se reconhecer como um ser escritor se funda, portanto, na compreensão de que cabe a todos a participação ativa na sociedade pela apropriação da língua<sup>121</sup>. Afinal, toda língua oferece a seus falantes certos recursos linguísticos com os quais cada um pode se marcar em seu discurso. Essas formas, a cada vez que são empregadas, se atualizam e se tornam únicas – nunca poderão ser repetidas com o mesmo valor, porque isso sempre se dará em um novo tempo e em novas circunstâncias (BENVENISTE, 2006b). Falo sobretudo dos pronomes pessoais, *eu* e *tu*, mas também de termos ligados a categorias de tempo e de espaço, que delimitam centralmente a relação da pessoa do discurso com o mundo que o cerca (BENVENISTE, 2005b). Entretanto, a mera existência desse sistema de referências pessoais, não importe de que língua falemos, não implica que todos dela se apropriem com a mesma naturalidade ou com a mesma frequência. Sabemos que esses espaços existem no sistema da língua, mas que nem todos se sentem autorizados a utilizá-los, e que nem todos autorizam que essa apropriação seja feita por qualquer um. Explico melhor com a vinheta a seguir:

*Antes de Rosina dividir os grupos, passa a palavra para os estudantes visitantes. A última a falar é uma estudante de jornalismo, que está separada de Rosina por umas quatro pessoas. Ela inclina o seu tronco para frente, em direção à Rosina, e começa a falar para ela que quer, como trabalho final de uma de suas disciplinas, propor a realização de um documentário com “eles”. Ela, então, veria como “eles” fazem o jornal, como “eles” se reúnem, como “eles” discutem as pautas. Isso só muda depois que Rosina faz um gesto com as mãos, abrindo levemente os braços sobre as pernas, dando a entender que a jovem deveria falar com o grupo e não só com ela. A estudante pede desculpas, endireita o tronco, passa a olhar para toda a roda, tratando o grupo como “vocês”, e repete quase todas as informações que recém havia dito. (Diário de campo, 17 de setembro de 2019)*

Embora esse seja um traço do discurso muito sutil, que o próprio grupo não exteriorizou como sendo um problema, para um trabalho que discute língua e linguagem como este, esse é um dado ilustrativo. Todos chegam ao Boca porque ele é um lugar único: são moradores de rua que o produzem. Porém, mesmo em sua casa, naquele espaço que é sua morada discursiva, a eles ainda é por vezes negado o espaço de interlocução. Como não-pessoas, como fora da relação intersubjetiva, eles se tornam o assunto do qual se fala, apesar de estarem no *aqui* e

---

<sup>121</sup> De fato, para Benveniste, todos podem se apropriar da língua, pois isso é encarado sob um ponto de vista estritamente linguístico pelo autor. Ao longo do meu trabalho, entretanto, associo a sua visão a questões de ordem sociológicas, para as quais importa pensar, por exemplo, o lugar social que ocupamos em uma comunidade. A complexidade do meu objeto de pesquisa exige a aproximação que aqui proponho entre uma língua teorizada e uma língua vivida. Essa é uma leitura particular, ausente em Benveniste, mas que pode vir a enriquecer as discussões da área ao apontar para o que autor traz para pensar práticas sociais.

*agora* do discurso— aliás, a sua ausência é tão contundente que é preciso inclusive repetir tudo o que se havia falado. Construimos esse tipo de enunciado quando queremos negar a existência de alguém ou quando julgamos que, dadas suas características, esse alguém não poderá falar por si próprio<sup>122</sup>. Ou as duas coisas. Apesar de esse não ser uma atitude necessariamente refletida, ela está posta no nosso inconsciente. Afinal, depois de Rosina ter lhe corrigido, a estudante, em resposta à fala de um participante do Boca, assim respondeu: “Eu gostei bastante da pergunta *dele*”.

Se temos, para nós, que um diálogo só é possível pela unicidade e alternância entre duas pessoas do discurso, *eu* e *tu*, o que acontece com *ele*? Ora, *ele*, embora faça referência a alguma coisa ou a alguém — ou mesmo a nada ou ninguém —, não aponta para uma categoria propriamente pessoal (BENVENISTE, 2005c). A decorrência disso é que, de um lado, *ele* se constrói no âmbito do repetível, com uma noção constante, podendo sempre ser atualizado no discurso sob o mesmo valor — e, quando falamos de população de rua, sabemos bem que tipo de atualização é feita. Por outro lado, não cabe a *ele* responder a *eu*, porque sequer foi interpelado para construir um diálogo. Como alguém que está ausente, *ele* não pode nem mesmo reclamar do fato de ter sido reificado. Essa contestação cabe apenas a *tu*, que, sendo uma pessoa do discurso, pode inverter de posição com *eu* e se colocar como sujeito *eu*. Essa posição de *tu*, no excerto que vimos, foi sobretudo, mas a contragosto, preenchida por Rosina, que sempre afirma nas reuniões que quem deve responder pelas decisões do jornal são os seus participantes, e não ela.

Vemos, assim, que *eu*, embora seja uma forma lexical semelhante a qualquer outra, tem algo de singular: ao lado de outras formas fundamentais ao discurso, porque informam a experiência subjetiva dos sujeitos, ele introduz no discurso a presença da pessoa que enuncia (BENVENISTE, 2005a). Longe de ser o objeto sobre o qual se fala, quando a população de rua diz *eu*, ela está se apropriando da língua toda e a dispondo à sua maneira. É um modo de apropriação que é imanente ao ser humano, porque, sempre que falamos, sentimos a imposição de nos colocarmos como parâmetro para toda a enunciação. No momento em que, como locutores, assumimos a língua e nos tornamos sujeitos, instauramos o outro diante de nós, que verá, a partir do que falarmos, a expressão de uma relação com o mundo única, porque construída totalmente a partir do nosso olhar. (BENVENISTE, 2006d).

---

<sup>122</sup>Nas palavras de Benveniste, “*Ele* (ou *ela*) pode servir de forma de alocação em face de alguém que está presente quando se quer subtraí-lo à esfera pessoal do ‘tu’ (‘vós’)”, como, por exemplo, “em testemunho de menosprezo, para rebaixar aquele que não merece nem mesmo que alguém se dirija ‘pessoalmente’ a ele.” (2005c, p. 254, grifos do autor).

Isso, em se tratando de instância do discurso, é manifesto: a possibilidade de discurso e mesmo de linguagem passa pela possibilidade de exprimir em uma forma linguística a presença da pessoa que fala. Essa forma é *eu*, que só pode ser definida no interior de uma enunciação, na medida em que não se refere a uma noção objetiva, que se atualiza no discurso de maneira sempre idêntica (BENVENISTE, 2005a). Cabe estender, porém, essa noção tendo em consideração o meio social, pois, se nos determinamos como sujeito a cada nova enunciação, fazemos isso tomando como referência o outro e outros. Homem e sociedade, assim, se determinam mutuamente desde que concebemos o homem na linguagem (BENVENISTE, 2005b). É nessa relação, através do exercício da língua, que encontramos o fundamento da subjetividade, que aparece para nós sempre sob a condição da intersubjetividade: cada locutor se apropria da língua em um ato individual de discurso sempre em função de seu interlocutor, para o qual busca imprimir a sua realidade. Visto dessa forma,

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância do discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (BENVENISTE, 2006f, p. 84)

Para que esse movimento de apropriação se efetue, no entanto, é primeiro necessário que aquele que fala assuma a linguagem para si, ao se colocar como *eu* em seu próprio discurso. Essa operação é natural quando falamos<sup>123</sup> e é um exercício de linguagem fundamental para que nos constituamos enquanto sujeitos (BENVENISTE, 2005b). Todavia, para um grupo tão fortemente emudecido, porque destituído de personalidade, pelas políticas públicas, pelas mídias, pelos discursos que os cercam, talvez esse exercício, se feito sozinho, não parecesse possível. Nesse horizonte, a construção coletiva, que começa pela tomada de decisões que dizem respeito a algo que é deles (como a instituição das regras ou a escolha do conteúdo da contracapa), é o que aparece como o caminho mais concreto para a sua construção como sujeitos. Se, normalmente, a eles não cabe a definição de nada, ali, no Boca, é aberto um espaço em que não só podem como *devem* se colocar na língua, como pessoas capazes de criar novas relações de sentido. Através desse espaço discursivo, eles podem se reconstruir, podem se descobrir: instaurando suas subjetividades, podem assimilar melhor o seu mundo interior para, a partir disso, se tornar agentes de suas próprias vidas. Isso é mais do que um mero (mas significativo) exercício de linguagem; é um exercício de cidadania. Como um modelo reduzido

---

<sup>123</sup>Afinal, “pode imaginar-se um texto linguístico de grande extensão – um tratado científico, por exemplo – em que *eu* e *tu* não aparecem num única vez; inversamente seria difícil conceber um curto texto falado em que não fossem empregados” (BENVENISTE, 2005a, p. 278, grifos do autor).

da sociedade, o Boca cria um ambiente em que os integrantes da comunidade podem decidir os seus próprios rumos, e isso os torna aptos a lidar autonomamente com outros problemas fora dali.

Dada essa configuração, o que se vê, no pequeno espaço do galpão, é uma tentativa de refazer a sociedade, a partir de um movimento bastante singelo: afetando 30 ou 35 homens e mulheres, se quer atingir outros homens e mulheres, morem onde morarem. Muitos dos homens e mulheres com quem compartilhei o tempo desta pesquisa talvez jamais ousariam, se não fosse o Boca, existir de outra forma, possível através de uma autoria no mundo da escrita. Assim como o nome que damos a essas pessoas, que muito define a forma como eles enxergam a si próprios, também o fato de percebermos a escrita como algo interdito a essa comunidade se reverbera em sua percepção mesma, pois eles entendem que na escrita caberia um tipo de existência para a qual eles simplesmente não se enquadrariam<sup>124</sup>.

Entretanto, na escrita, todos cabem. Em termos de subjetividade, a escrita aceita a todos – um espaço democraticamente definido, ao menos na teoria. Porém, embora a experiência da escrita promova àqueles que escrevem um sentimento comum – de singularidade –, o mesmo não se pode dizer dos obstáculos impostos através dela. A quem vem de meios sociais menos privilegiados, as adversidades que precisam ser superadas para se chegar ao espaço da escrita como espaço identitário são muito mais graves. Envolvem aspectos ligados à renda, mas não somente: são também definidos pelos privilégios culturais e psicológicos, que igualmente dão subsídios para que as pessoas se envolvam com o mundo da escrita. Embaixo de marquises, em seus mocós, em abrigos e albergues ou até mesmo em simples casinhas, é pouco crível que essas pessoas procurem na escrita um modo de existência. O Boca, entretanto, é que faz esse movimento. Com o Boca, a escrita vai até eles, estejam onde estiverem.

## 4.2 O Boca fala é de nós!

*A reunião é no pátio da escola, do lado de fora do galpão, por conta do calor e do dia bonito. Rosina passa a palavra para João, que, vestido com um saco de lixo preto nos ombros, se dirige ao meio da roda. Ele diz que quer falar sobre o saco, pois quem vê ele dessa forma pode pensar que ele está louco. Alguns companheiros começam a rir. Ele responde às risadas dizendo para os colegas aproveitarem para rir, pois,*

<sup>124</sup>A própria questão da assinatura diz muito sobre a identidade de cada um. Alguns assinam com seus nomes; outros, com seus apelidos. Maurício, por exemplo, tem sérias pretensões políticas: sonha em ser prefeito de uma cidade do interior ou vereador de Porto Alegre. Assumindo de vez as suas ambições ao colocá-las no papel, ele passou a assinar seus jornais com o nome do cargo pelo qual é mais conhecido no grupo. O apelido, entretanto, não necessariamente faz alusão a coisas boas. Gabriel, por exemplo, tem um apelido que faz menção aos olhos. Aparentemente, seu apelido faria todo o sentido, seria quase um elogio: ele tem grandes olhos azuis, que chamam ainda mais atenção em sua pele escura. Entretanto, na verdade, ele carrega o apelido do seu irmão. Morto.

*depois que ele falar, todos vão ficar com lágrimas escorrendo pelo rosto. Ele continua, dizendo que a próxima edição do jornal tem que estar pronta em um mês, para que ela tenha a cara da rua de verdade. Marco, sem paciência, pergunta se ele vai chegar a algum lugar, ao que João responde que quer ter o seu momento respeitado. Ele, que está cada vez mais alterado, ficando, à medida que fala, com o rosto mais vermelho e com a voz mais alta, diz que acordou, olhou para o saco e pensou naquilo que era feito com eles. A saúde, a assistência social, estão naquele saco, mas, quando ele tenta pegar elas dali, não consegue, porque o saco está furado e tudo já foi para o chão. Quando João termina de fazer sua metáfora, ainda bastante nervoso com a própria narração, Rosina toma a fala e diz que todos devem tomar isso que está sendo dito como guia para a escrita das matérias. (Diário de campo, 26 de setembro de 2017)*

Todo início de reunião e, às vezes, até mesmo uma reunião inteira, é voltado para esse momento de fala. É com base em cenas como essa que o jornal toma forma, pois é a partir das demandas, das reclamações e das questões apresentadas durante os encontros que as pautas para cada edição do jornal são escolhidas. Esse momento, centrado nos informes trazidos pelos jornalistas do Boca, pode ser sumariamente dividido em dois tópicos principais: convites para a participação em eventos e relatos sobre algum acontecimento da semana anterior ou que ainda irá ocorrer. A cena registrada em diário de campo, apesar de singular, traz à tona um ponto sempre presente nas reuniões do Boca no que se refere a esse segundo tema, visto que muitos dos informes fazem menção a direitos negados ou subtraídos. Da saúde, da habitação, da alimentação e mesmo da circulação, quando essas questões chegam às reuniões do grupo, é porque foram alvo de ação da Prefeitura ou porque viraram assunto na mídia. Da boca de quem vive tais situações diariamente, tais cenas vão direto para as folhas do jornal:

FIGURA 8 – Saúde de gente não é lixo



Fonte: Jornal Boca de Rua (2017b, p. 10).

O Boca, assim, é um espaço que recolhe aquilo que afeta a vida de quem vive na rua. As broncas de cada um, que teve seus pertences tirados pelo Estado, que foi expulso de uma ocupação, que teve seu filho arrancado pela assistência social, se tornam, a partir do jornal, uma bronca conjunta e, por isso, visível à sociedade e aos leitores. Embora nem todos ali vivenciem os mesmos problemas, se cria, naquele espaço, a percepção de que o problema do colega pode um dia afetar a si – e, mesmo que nunca chegue a afetar, todos devem ainda assim lutar pelos direitos da população de rua. E uma das formas de luta para eles é o próprio jornal, que se desenha como uma *oportunidade* para essas pessoas:

*Quando a distribuição dos jornais termina e vários integrantes já começam a ir embora, João me aborda e me pergunta se eu estou no grupo há muito tempo,*

*justificando a sua pergunta dizendo para eu não me impressionar com o que acontecia nas reuniões. Eu lhe respondo dizendo que estou desde maio lá e que inclusive o conheci de cabelo comprido. Ele sorri, envergonhado, e diz que não acredita que eu o conheci mais feio do que ele já é. Ele se explica sobre a cena do saco, dizendo que trouxe o assunto porque tinha acordado de manhã e logo ouviu no rádio sobre a morte de dois moradores de rua, naquela madrugada. Tentando disfarçar as lágrimas que começam a encher os olhos, João coloca a mão sobre o rosto, ainda segurando o saco. Ele diz que se emociona muito com essas situações, porque é muito triste que essas pessoas não tenham tido a oportunidade que ele teve de estar no Boca. (Diário de campo, 26 de setembro de 2017)*

Na fala de João, vemos refletida a percepção de que, caso essas pessoas tivessem se integrado ao grupo do Boca, talvez elas não tivessem acabado morrendo. Isso porque o Boca é um espaço de comunicação e também de apoio, onde é possível criar outros vínculos que, embora ainda associados à rua, dão a seus integrantes acesso a outras oportunidades e possibilidades. O jornal, provavelmente, não os tira da solidão; afinal, na rua, são muitos os companheiros que se pode lá encontrar. Entretanto, no Boca, é possível ver outros iguais a si, que vivem talvez tormentos parecidos e que podem, por conta disso, entender mais autenticamente aquilo que é com eles compartilhado. Para além da renda, estar no jornal também se mostra como uma atividade útil pois, por ser uma forma de saber e de pensar, através dele é possível alcançar a liberdade, uma liberdade que possibilita experimentar existir de outras formas, de participar na sociedade e de encontrar nela uma posição inteiramente sua. Frente a crises pessoais, que levam a rua a se desenhar como uma possibilidade, existem oportunidades que surgem como um modo de fazer com que essas pessoas se regenerem. Nesse horizonte, é a escrita que lhes acolhe: uma escrita diferente, certamente, porque uma escrita que colabora na reconstrução de suas figuras como produtoras de discursos sempre singulares.

*A sociedade que também nos discriminava e achava que todo morador de rua é vagabundo, cachaceiros e drogado, viu que não. Eles viram que a gente também é trabalhador. O jornal também não é muita coisa, mas é um trabalho pra nós. Não é uma coisa que a gente chega aqui e brinca de fazer jornal. Não. É um negócio muito sério, com horários, com regras, com deveres e direitos. [...] O que pra muitos é um trabalho, pra nós é a nossa vida. Boca de Rua é a nossa vida, nossa história, conta tudo de nós. O que pra muitos pode ser um trabalho, pra nós não é só trabalho, é a nossa vida esse jornal (INTEGRANTES E COLABORADORES, 2017, p. 202-203).*

Com o Boca, uma parcela da sociedade que é sumariamente marginalizada de qualquer participação na cultura escrita tem acesso a um tipo de conhecimento de uma esfera bem particular, a jornalística. O que está em jogo com projetos como o Boca é uma reformulação da nossa estrutura social, ao menos em uma microesfera, pois, de moradores de rua, se tornam jornalistas de rua. Ou simplesmente isto: jornalistas, que carregam consigo a marca de onde vêm e que, a partir disso, elaboram uma forma diferente de pertencer à nossa sociedade. Contudo, de tão inesperado que é esse lugar, por vezes, eles precisam provar que seu jornal é,

de fato, *seu*:

*João fala da importância de todos ali saberem a história da mãe Alice e do Boca de Rua, pois isso faz parte do trabalho deles. Ele diz que vê na Farrapos pessoas que não fazem parte do grupo do Boca vendendo o jornal e que antes comprava para saber quem era o dono, mas que, hoje em dia, não faz mais isso, pois ele não é um fiscal, e cada um tem de ter consciência do que faz. Ele finaliza a sua fala exemplificando o descompromisso com o material produzido pelo grupo: há alguns dias, perdeu dois minutos na sinaleira tentando vender o jornal, pois o motorista lhe respondera que não eram eles que escreviam. João conta que ofereceu o jornal de graça para o motorista para que ele conhecesse o material, salientando que ele poderia conferir a totalidade das matérias no blog do grupo. (Diário de campo, 05 de setembro de 2017)*

Os jornalistas não economizam pautas e saliva para resistir às tentativas de controle de seus corpos, de seus tempos, de seus espaços. É com isso que tentam abrir os seus horizontes e os de seus leitores, para mostrar que a cultura escrita, mesmo sendo a cultura do outro, deve ser furtada, pois ela é um direito cultural de todos. A atuação dessas pessoas no jornal tem o poder, portanto, de ressignificar o que é ser morador de rua, não só entre seus próprios pares – outros moradores de rua, que muitas vezes chegam às reuniões pelo incentivo daqueles que já participam dos encontros –, mas também frente à própria sociedade, que passa a enxergar neles a construção de algo positivo. Eles mostram, assim, que são cidadãos com direito à vida – a uma vida construída a partir da palavra, como bem nos ensina Benveniste. Contudo, nem sempre a autoria de tais palavras é entendida como sendo deles, e, por vezes, a questão sobre quem faz o jornal irrompe. É nesses momentos que uns explicam aos outros que são eles, sim, que produzem o Boca:

*João pede para que uma das colaboradoras explique qual é a função delas dentro do jornal, pois tem gente lá dentro [se referindo a Maurício] que acha que o jornal surge a partir da cabeça delas, daquilo que elas enxergam como sendo um problema para cada um deles que vêm da rua. João esclarece que não é assim que funciona, que o companheiro deve aprender, conhecer como o jornal funciona. Maurício responde algo, resmungando. (Diário de campo, 04 de setembro de 2018)*

A dúvida sobre quem faz o jornal, embora seja rara, parece se apoiar no pressuposto de que eles não seriam capazes de produzir um jornal sozinhos. Entretanto, esse discurso costuma ser rebatido com afinco por Rosina, que, sempre que possível, tenta trazer à tona o papel central deles na construção desse material tão distinto:

*Depois de minutos de discussão, em que os colegas externalizavam o seu desconforto com as falas de Maurício.*

*Rosina: Se alguém aqui ainda não conseguiu entender direito como é que funciona, se acha que o jornal é feito por mim, pela Cecília, pela Camila, pela Letícia, pela Renata [colaboradoras], um esclarecimento: o que que nós fizemos? Simplesmente nós pegamos o caderno, anotamos o que tá sendo dito, porque nós não temos computador e porque é uma construção coletiva. Então nós anotamos exatamente o que tá sendo dito e depois a gente organiza isso e traz de volta pro grupo. Então a*

*minha pergunta é: quem faz o jornal? É quem escreve aqui ou quem falou e depois chegou a terminar a matéria?*

*Leonardo: É do conjunto.*

*Tiago: É de todos.*

*Rosina: Quem pensou?*

*Eduardo: Eu explico que é a gente.*

*Jairo: É a gente.*

*Eduardo: Porque a gente que separa os grupos, cada grupo faz a sua matéria.*

*Rosina: Exatamente. Alguma vez algum grupo viu isso? [de as colaboradoras escreverem as matérias sozinhas]*

*Jairo: Não.*

*Rosina: Não. Então, gente, isso é uma coisa que a gente tem que ter muito clara.*

*Quem faz a matéria... [Ela para de falar por um instante]*

*Jairo: Somos nós.*

*Rosina, continuando: ... é os integrantes, inclusive nós. Mas a nossa função é só organizar o grupo, organizar a reunião e transcrever aquilo que é dito. É a mesma coisa que se tu gravasse e depois botasse no papel. A gente é a ponte entre o papel, o jornal, e o que tá na cabeça de vocês. O autor do Boca de Rua, os autores do Boca de Rua, são os moradores de rua. Tá claro isso?*

*Eduardo: Senão não estaria os nomes atrás, né?*

*O grupo começa a bater palmas. (Diário de campo, 04 de setembro de 2018)*

A partir da conversa de Rosina com o grupo, vemos que, para muitos, está claro que o jornal existe por conta de um trabalho conjunto de todos os seus integrantes. Entretanto, um dos participantes, um dos poucos que responde ativamente à fala de Rosina, mostra querer diferenciar que, entre todos, são eles os principais agentes de produção. Se dizer que o jornal “é de todos” abarca população de rua e colaboradores, dizer “é a gente” exclui aqueles a quem se estaria dando erroneamente a autoria dos jornais – os colaboradores. A atestação final do protagonismo dos participantes com trajetória de rua se concretiza, enfim, pela presença de seus nomes e sobrenomes na contracapa de cada edição, fazendo notar que é a *escrita* – a escrita dos nomes no jornal – que comprova de quem ele é.

FIGURA 9 – Olha meu nome aqui!

### A Cara da Rua

O projeto de Extensão “A Cara da Rua”, coordenado pela professora da Faculdade de Arquitetura Daniela Cidade- com participação dos alunos de graduação Fabiano Ávila e Carlos Sardinha – rendeu uma exposição fotográfica. O projeto é desenvolvido há dois anos em parceria com Escola Municipal de Porto Alegre – EPA/EMEF e conta com a participação de diversos integrantes do Boca de Rua. O principal objetivo é a confecção de cartões postais com as imagens produzidas. Eles são distribuídos semanalmente e vendidos pelos alunos como uma forma alternativa de renda.



Foto José Luiz Boca de Rua/Agência Alice

**Participaram desta edição:** Angélica de Souza Nascimento, Adão Luis dos Santos, Alessandra Alves da Silva, Anderson Carvalho, Azeita Ferreira, Anderson Luiz Carvalho dos Santos, Anderson Luis Joaquim Corrêa, Antônio Milton da Costa Natálio, Adem Roberto Pereira Soares, Adriano Souza, Adriano Fernando Hoehle de Castro, Alexandre Roberto Rocha da Silva, Carlos Henrique Rosa da Silva, Claudinei Correa Gomes, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Eduardo Crie da Silva, Cesar Augusto da Silva, Claudinei Correa Gomes, Cláudio José Ribeiro, César Vinícius Campos Assis, Diego Mendes, Flávia Beatriz Moraes da Silva, Ekroner Melo, Flávia Adalberto Sant’ Ana de Moraes, Elizabeth Maria Escalante, Edisson José Souza Campos, Elaine dos Santos Marinho, Elio Caladino Mendes da Silva, Esqueiel de Mello, Fabiana dos Santos Conceição, Flávio Antônio Klenn, Fábio Saraiva Corrêa, Flávio Cristiano Gregório, Gleciatas Santos Garcia, Jackson da Silva Ferreira, José Luis Stradnichon, Juana Carli da Silva, Jorge Luis Lopes de Oliveira, Jorge Figueiredo, Josiane de Oliveira, Júlio Roberto Silva da Silveira, Leonardo Corrêa, Luiz Rosa Guimarães, Luiz Alberto Santana, Marcos Marcos Rodrigo da Silva, Scher, Marco Antônio Alves Elias, Michelle Aparecida Marques dos Santos, Michel Vasconcelos dos Santos, Nicolau Araújo, Pedro Alveri do Azevedo, Paulo dos Santos, Paulo Ricardo de Oliveira, Paulo Ricardo da Silva, Rodrigo Silveira Pereira, Rodrigo do Nascimento Ananias

### Gratidão a Nos Outras

O Nos Outras foi um festival realizado por mulheres, convidando musicistas de Porto Alegre para tocar no Opinião. Teve Negra Jaque, Três Marias, Nani Medeiros e Não mexe comigo que eu não ando só. Além de um debate com: Babi Souza, Ana Lonardi, Mari Martinez e Natália Salau Jobim. A condução do Sarau foi da radialista e ativista cultural Katia Suman.

A organização disponibilizou 15 ingressos para as mulheres do Boca. Infelizmente não foi possível comparecer, pois foi uma semana com violências absurdas com nossos colegas. Nosso agradecimento pela parceria, em especial a Camilla Toledo, organizadora do Festival.

## =BOCA=DE=RUA=

Este jornal foi produzido (fotos, textos e ilustrações) por pessoas em situação de rua e risco social de Porto Alegre sob a supervisão da Alice. A receita obtida com os exemplares vendidos é revertida para os integrantes do grupo.

**Edição:** Rosina Duarte  
**Diagramação:** Cristina Pozzobon  
**Coordenação Boquinha:** Maria Margareth Lins Rossal  
**Rede Boca de Rua:** Luiz Abreu, Charlotte Dafol, Roberto Abreu, Eliéige Kich e Rosana Toniolo Pozzobon  
**Colaboradores:** Bruno Guilhermano Fernandes, Bianca Pasqualini, Caroline Musskopf, Caroline Silveira Sarmento, Elaine Paz, Evandro Alves, Luiza Maia Fagundes, Mariana Brum, Paula Salam Carpio, Renata Ferreira, Sofia Tessier de Souza, Victoria Rossal Damiani e Maira Rieck (supervisão de psicologia)

**Apoio:** Federação dos Metalúrgicos CUT/RS, Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (SindBancários), Escola Porto Alegre (EPA), Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul (Sindipetro/RS), Associação Software Livre, Faculdades de Educação e Psicologia da UFRGS, Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa), Koralle, Paulo Afonso Consultores de Marcas e Patentes, Lavoro C&M e Documental Fotos

**Boquinha** é parte integrante do jornal Boca de Rua. Os responsáveis pelas crianças e adolescentes que participam deste projeto recebem uma bolsa-auxílio que ajuda a manter os jovens longe do trabalho infantil.



A Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alice) tem o objetivo de promover a discussão da imprensa de forma crítica e consciente e de incentivar projetos sociais ligados à comunicação.

**Endereço para correspondência**  
 Caixa Postal 5003, CEP 90.001-970, Porto Alegre/RS  
 alice@alice.org.br | www.alice.org.br



O jornal Boca de Rua é filiado a International Network of Street Papers (INSP)

<http://jornalbocaderua.wordpress.com>  
 No blog você pode ler outras notícias feitas pela equipe do Boca.

Fonte: Jornal Boca de Rua (2017a, p. 16).

Uma vez que todo o processo de produção do jornal se efetiva através da oralidade, não surpreende que não seja sempre claro para todos quem é que faz as matérias. A noção de que a escrita deve ser um processo solitário, independente, que envolve necessariamente o manejo da tecnologia da escrita, certamente se ancora na percepção comum do que é a escrita afinal para a nossa sociedade: algo bem distante da oralidade, porque supostamente mais evoluída. Entretanto, se a oralidade já ocupa um lugar central para sociedade em geral, para quem vive na cultura da rua, a importância desse modo de existir na língua se mostra ainda mais evidente. Nesse outro contexto, o comum é lidar com questões práticas, econômicas, intelectuais e emocionais através da fala. O momento da escrita, portanto, se configura no Boca de maneira muito mais social, compartilhada em essência, do que interindividual. Não é algo que se faça sozinho e se divida com o grupo; a escrita é pensada desde o princípio em conjunto. Não faria sentido no Boca se trabalhar de outra forma a escrita, senão entrelaçada com a oralidade.

*Rosina reitera que quem administra o Boca são seus integrantes, não a Alice, nem ela própria, nem nenhuma colaboradora, pois quem faz as regras são eles. Rosina diz que ninguém é dirigido por ninguém e que nem ela dirige o grupo, pois todas as regras do Boca foram feitas pelo próprio grupo. O seu papel, nas palavras dela, é apenas organizar a reunião, e nem sempre é ela que faz isso. É ela também quem diminui ou aumenta um pouco os textos, ou altera um pouco os títulos, pois o seu papel é de editora do jornal. Ela salienta, entretanto, que ela não é diretora nem coordenadora do jornal nem da Alice, pois a ideia é que todo o grupo trabalhe junto. Ela finaliza sua fala dizendo que o seu grande orgulho é participar do jornal dessa maneira como*

*ele é, em que todos podem falar aquilo que pensam.* (Diário de campo, 04 de setembro de 2018)

A própria escolha de Rosina de se afastar da posição de coordenadora do jornal é uma tentativa de tornar evidente a quem pertence o jornal. Em mais de um momento durante o meu tempo em campo, pude ouvi-la dizer que o Boca precisa ser maior do que ela, pois, em algum momento, ela terá de se afastar. O grupo precisa, assim, saber fazer as reuniões sozinho, pois, afinal, atingiu finalmente a maioria e terá de aprender a seguir seus passos sem a sua mãe sempre do lado. Mesmo sem Rosina, os encontros precisarão continuar, pois o Boca representa um projeto político que almeja não só a efetivação de um espaço em que a escrita e a comunicação sejam compartilhadas, mas sobretudo a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Entretanto, cogitar a existência de um Boca sem a sua criadora é, para alguns, algo impensável: apesar de, por vezes, Rosina precisar se ausentar, a sua participação é tida como um norte para eles. Porém, assim como muito do que acontece no Boca, são os próprios integrantes que tentam explicar, uns para os outros, que eles já podem ter autonomia para se coordenarem sozinhos:

*Cecília [colaboradora] tenta passar a palavra, mas estão conversando. Ela pede por colaboração, que é só eles terminarem os informes que eles já fazem os vídeos e terminam a reunião. Tiago diz que deveriam ter entregue dois malotes na semana anterior para não haver reunião nesta semana, porque Rosina sabia que a reunião não segue bem sem ela. Leonardo diz que não, que isso não é verdade, porque tem as colaboradoras, tem eles, e que o grupo não é da Rosina. Leonardo salienta que ela vai morrer dizendo para eles que o grupo começou com alguns apoiadores e três moradores de rua, e agora eles são muitos para poder dizer que não sabem coordenar um grupo. Tiago responde que até agora ele não viu nada [acontecer na reunião]. Leonardo diz que isso é culpa de quem só está lá para pegar o jornal e sair [ele bate na mão e faz sinal de ir embora correndo]. Tiago diz que é disso mesmo que ele está falando.* (Diário de campo, 23 de outubro de 2018)

Em outros casos, a independência dos integrantes ultrapassa os limites das reuniões e chega a outros âmbitos, em outras cidades; afinal, o Boca é continuamente convidado para dar aulas e palestras ou para participar de eventos. Quando isso acontece, sempre se tenta encontrar algum colaborador para acompanhar a pessoa que tenha sido escolhida pelos colegas para representar o grupo. Isso, porém, nem sempre foi possível. No 4º Congresso Nacional da População em Situação de Rua, por exemplo, que ocorreria em Cidreira (RS), o grupo a princípio não contaria com o apoio de nenhum colaborador. Dessa maneira, caberia a todos que fossem participar do evento se organizar sozinhos, para terem elementos suficientes para a escrita de uma matéria sobre o encontro<sup>125</sup>.

---

<sup>125</sup>A discussão sobre essa viagem é analisada de forma mais detalhada na próxima seção, que trata sobre a discussão das pautas, pois, com a divisão dos grupos para a produção de cada matéria, Rosina pôde organizar com o grupo que iria viajar a forma como trabalhariam sem qualquer supervisão. Essa conversa é bastante emblemática para

*João pede pra falar. Ele diz que várias vezes eles já conseguiram fazer a reunião, ou fazer entrevistas, ou tirar fotos, sem nenhum apoiador. Ele diz que, então, no evento que eles vão participar em Cidreira sem o acompanhamento de ninguém, eles vão ter a oportunidade de provar para eles que o grupo tem condições de fazer o jornal sozinho. Rosina apoia a fala de João. O grupo bate palmas. Ela diz que não tem nenhuma dúvida de que eles conseguem fazer sozinhos a cobertura do evento para escreverem a matéria. (Diário de campo, 15 de maio de 2018)*

O Boca, assim, figura como um ambiente privilegiado para o desenvolvimento pessoal e sociocultural de seus integrantes. Em conjunto, tais desenvolvimentos trabalham na reelaboração de uma identidade, que encerra tanto os discursos alheios quanto aquilo que eles próprios se sentem capazes de ser. Certamente, as experiências nele vividas são insuficientes para apagar as exclusões a que são expostas diariamente essas pessoas por estarem na rua; entretanto, esse espaço latente de subjetividade lhes permite lutar melhor contra elas. Isso porque fazer resistir esse espaço de enunciação para a população de rua, além de garantir a possibilidade de formação de novas identidades, pelo pertencimento a outras culturas, é dar o direito ao pensamento. Ali, os participantes se sentem ativamente implicados na construção de novos sentidos em torno da população de rua e inclusive no que cabe à cultura dessa comunidade. Isso só é possível, enfim, a partir da abertura ao outro, iniciada pela abertura de si consigo mesmo. Afinal,

Sem o outro, não existe sujeito. Em outras palavras, o gesto da partilha ou da troca, a relação, está na origem mesma da interioridade, que não é um poço onde se mergulha, mas que se constitui entre dois, a partir de um movimento em direção ao outro. Está também na origem mesma da identidade (se é que esta existe, o que pode ser discutido), que se constitui em um movimento simultaneamente centrífugo e centrípeto, em um impulso em direção ao outro, um desarraigamento de si, uma curiosidade – uma vontade também, por vezes feroz. Na origem mesma da cultura. (PETIT, 2010, p. 51)

Por a língua abrir espaço para a instauração de subjetividades, é impossível estar sozinho. Tanto na fala quanto na escrita, temos sempre alguém a quem direcionamos nossa palavra e a quem orientamos nossa subjetividade. Esse alguém, lembremos, pode nos ser próximo, mas igualmente pode ser alguém que não conheceremos jamais. No momento em que existe um jornal que traz o outro lado, o lado que se rebela contra as narrativas comumente apresentadas sobre a população de rua nas mídias tradicionais, o jornal dá aos leitores a liberdade de interpretarem sozinhos os relatos trazidos. Uma vez que não há uma única voz, que apresenta uma única perspectiva do que ocorre na cidade, o jornal se compromete, em um só movimento, com seus leitores e autores. A quem lê os jornais, é possível ver a realidade que assola a vida na rua e enxergar, por ela e através dela, a humanidade que atinge a todos. A quem

---

pensar a forma como é efetivado o letramento dentro do jornal e, por isso, ocupa um lugar de destaque nas reflexões feitas adiante.

os escreve, é permitido se construir, a um só tempo, como ator e autor de sua vida, pois, ao se formular através da escrita, recria textualmente algo que já não é mais si, ainda que seja uma parte sua. Quem escreve muda o rumo de sua vida porque se reelabora em textos. Essa é uma forma de tentar amenizar o medo do que é diferente. É pela e com a língua que isso é possível, seja pelo jornal, seja por cartas<sup>126</sup>.

*Rosina acaba de ler a carta enviada pelas senhoras de Bagé e sugere que elas façam uma combinação: a cada vez que ela foi visitar as senhoras, elas escrevam uma carta, porque a comunicação (ou a falta dela), como eles sabem, é a origem do preconceito, pois, quando a gente não conhece as pessoas, a gente não valoriza elas. Rosina fala para eles que existe um ditado que diz que a gente não ama nem respeita o que não conhece e que, por isso, o jornal, há 17 anos, mudou a relação da população de rua em relação à cidade, porque ele conta como é a vida dos moradores de rua. (Diário de campo, 15 de maio de 2018)*

Como um meio de luta contra o silenciamento de comunidades invisíveis para uma mídia elitizada, o Boca acaba por, em consequência, trabalhar em prol da humanização dessas pessoas, atenuando o processo de marginalização social por que passam diariamente, por supostamente serem pobres de dinheiro, mas não somente: moradores de rua também seriam pobres de caráter e de conhecimento. Tais pressupostos são o motor de notícias propagadas pela mídia convencional em relação à população de rua e estão no cerne da reprodução de um *status quo* que impossibilita qualquer tipo de ascensão pessoal. Esses discursos, naturalmente, também chegam às reuniões, mas lá não reverberam. Lá, ao contrário, esses discursos são rebatidos, contraditos, questionados. Lá, quem sabe *mesmo* da vida na rua pode falar.

*Amanda conta que hoje saiu uma matéria no jornal Metro que fala muito mal dos moradores de rua e que ela gostaria que alguém do grupo lesse em voz alta para os demais. A matéria fala sobre os moradores na Orla, que ocupam a praça com seus carrinhos, fazem barraco, fazem fogo, e que o lugar está virando uma segunda ocupação. Leonardo, no mesmo momento, grita “Ocupar e resistir!” [um grito de luta]. Alguns riem. (Diário de campo, 31 de julho de 2018)*

Amanda é leitora de jornais e costuma acompanhar as notícias também pela televisão. Esses materiais, entretanto, segundo ela, não trazem o lado da população de rua. Quem faz isso é o Boca. Por isso, a sua opção de levar o jornal Metro para nossa reunião e apontar para aquilo que estava escrito não foi uma ação ingênua: ela sabia que o Boca, um periódico relevante tanto quanto o Metro, poderia responder às palavras ali presentes. No decorrer da discussão sobre a matéria, foi se esclarecendo que não se tratava exatamente de uma matéria escrita por um

---

<sup>126</sup>O Boca mantém uma correspondência ativa com algumas senhoras de Bagé, que compõem outro projeto da Alice, o Jornal Almanaque. A cada vez que Rosina visita a cidade para acompanhar o trabalho feito por lá, ela leva uma carta escrita pelo Boca e traz a resposta feita pelas mulheres. O momento de leitura das cartas é sempre envolto de muito carinho, em que elas dão conselhos e comentam a vontade de logo se conhecerem.

jornalista do Metro, como tinha sido trazido por Amanda, mas de um texto de um leitor, presente no espaço “Leitor fala”:

FIGURA 10 – Leitor fala... besteira!



Fonte: ReadMetro (2018, p. 11).

Não à toa que Britto diz que “faz todo sentido afirmar que língua é poder” (2007, p. 24). E quando falamos de língua em associação ao poder, falamos centralmente da língua escrita, cujo conhecimento dá acesso a bens simbólicos e culturais que são construídos a partir de uma cultura que é, também ela, escrita (GNERRE, 1987). O silenciamento das vozes da população em situação ou trajetória de rua se pauta certamente em preconceitos, de inúmeras esferas, que resultam no apagamento de sua subjetividade e na ausência de espaços de enunciação. Todavia, a cultura é, ela própria, “algo que se furta, que se rouba, algo de que a pessoa se apropria e que transforma a seu modo” (PETIT, 2013, p. 38). É exatamente isso que o Boca faz: se apropria da cultura letrada, a cultura da elite, e a coloca em seus próprios termos, não mais marginais, porque centrados na subjetividade de seus locutores.

*João: Tem um espaço do leitor ali, né, que a gente pode falar o que quiser, desde que deem oportunidade pra gente. Eu já pedi uma outra vez um espaço de contra resposta, de um caso que saiu parecido com essa matéria que saiu hoje, relacionado lá com a Matriz. [...] Então mais uma vez, eu já pedi uma vez um direito de resposta. Já é a segunda vez que a gente viu que tá sendo agredido; eu entendo isso como uma*

*agressão, tanto desses veículos de comunicação quanto dessas pessoas que se dizem sociedade e governantes. Eu queria muito, não sei de que forma a gente pode fazer, mas eu acredito que é possível, sim, que a gente tem um direito de resposta pra isso. Porque senão quando vier mais uma vez, daqui a pouco vão dizer do cidadão lá que puxa carrinho, independente do porquê que ele tá deitado ao meio-dia no parque ali, porque ele trabalhou a noite inteira. Eles não sabem disso daí, e esse é um direito de resposta que na realidade a gente quer dar pra ele. Não é eu, tá entendendo? Ou pra eles, pra sociedade em geral. Eu não sei de que forma a gente quer o direito de resposta, mas eu não vou esperar pela terceira vez. (Diário de campo, 31 de julho de 2018)*

Ao criar dispositivos outros, por estar ela própria à margem das instituições de comunicação, a população de rua consegue fazer circular na cultura a *sua* escrita. Com essa transgressão, se torna viável subverter certas imposições sociais que engessam as possibilidades dessa comunidade, ao dar a oportunidade de se apoderar de bens culturais que não são, a princípio, a ela destinados. É exatamente isso que vemos na fala de João, que, tanto quanto Amanda e outros companheiros, entende que deve ser através do mesmo suporte que uma resposta deve ser pensada. Apesar de, certamente, muitos dos leitores do Metro não lerem o Boca de Rua, seus jornalistas compreendem o poder por trás da palavra escrita: o seu valor existe em função de este ser o modo de emprego da língua que diferencia as classes dominantes das demais. Eles compreendem, inclusive, as nuances do discurso escrito: sem fazer menção a número ou a nomes, uma denúncia que afirma que as praças estão sendo tomadas por moradores de rua é um ataque a toda a população de rua, que atinge mesmo aqueles que não tenham ocupado, especificamente, a Orla do Guaíba.

*Eduardo retoma a discussão que teve com Daniel. Ele diz que, mesmo que o cidadão não tenha anunciado o nome das pessoas, isso não importa, pois quem vai pagar é o povo da rua inteiro. Para ele, não citar os nomes fica ainda pior, porque daí parece que ele está falando de toda a população. Daniel tenta o interromper, e todos mandam ele se inscrever. Eduardo diz que daí não adianta fazer o jornal então, pois, se eles precisam esperar colocarem os nomes dos moradores para poder daí responder, então não adianta mais fazer o jornal [porque isso nunca acontecerá]. Ele acha que, quando o cidadão critica a população em situação de rua e sem citar nomes, ele está falando da população em geral. Ele diz que não existe isso de “ah, não tem nome, tu não sabe de quem ele tá falando”, e diz que nada é mais justo do que dar uma contra-resposta não dele, Eduardo, mas da galera da rua. Ele se dirige a Daniel, dizendo que, se ele acha que quando se fala em população de rua não se está falando dele, tudo bem, mas se o cara fala em população em situação de rua, ele está falando da comunidade em geral, sim. Eduardo diz que o grupo tem que entender que eles estão brigando por um espaço que o resto da sociedade usa da mesma maneira que eles, junta pedra, faz uma churrasqueira, faz fogo. O pessoal todo faz isso na orla do Guaíba. O grupo começa a questionar por que o restante da população pode fazer isso sem ser criticado. (Diário de campo, 31 de julho de 2018)*

A pergunta feita por Eduardo é como um pequeno beliscão: por que não se critica a forma como qualquer outro integrante da sociedade – um que leve sua vida conforme a moral estabelecida – se apropria da cidade? Essa é uma crítica comum à população de rua, mas que

nunca é pensada para outros grupos sociais. De mesma forma, nunca nos questionamos sobre o apagamento dessas pessoas no mundo da cultura escrita, pois não lhes seria natural, afinal, compor esse seleto grupo dos que têm acesso à vida letrada. Agir no mundo pela palavra é um direito de cultura – ao menos em uma cultura em que a escrita deveria ser para todos e, portanto, deveria ser apropriada por todos. Contudo, sabemos que não é assim que acontece no mundo: a escrita é para quem pode escrever. E quem pode escrever senão aqueles que tiveram o privilégio de ter acesso a ela e de entendê-la como uma forma de participação na sociedade? O Boca, então, ocupa um espaço de mediação, na medida em que é ele que torna o mundo da cultura escrita acessível à população da rua. A abertura ao mundo da escrita, entretanto, não se dá necessariamente *pela* escrita. Muito do trabalho desenvolvido no jornal se faz no boca a boca. Desde as cartas das senhoras de Bagé até a matéria final de cada pauta, tudo passa pela leitura em voz alta. O discurso diretamente escrito, portanto, não é um elemento fundamental do Boca, refletindo uma característica da própria vida itinerante, em que muitos dos eventos são guardados tão simplesmente na memória<sup>127</sup>. Apesar disso, vez ou outra, alguns textos circulam pela reunião<sup>128</sup>, principalmente de panfletos de programas e serviços voltados para a população em situação de rua, convites e chamadas para mobilização.

Os textos em torno dos serviços ofertados à população de rua normalmente não chegam em nossas reuniões, talvez por um detalhe importante: é pela Rádio Rua<sup>129</sup> que aqueles com vida na rua ficam sabendo das novidades. Assim, é pouco frequente que eles tenham consigo papéis instrutivos e informativos do tipo, embora, em uma reunião, um dos companheiros tenha distribuído um panfleto referente ao programa Moradia Primeiro, ação proposta pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para dar às pessoas acompanhadas por equipes de saúde e/ou de abordagem a oportunidade de terem uma moradia.

---

<sup>127</sup> Isso inclusive às vezes ocasiona alguns enganos: não é incomum que alguém falte a um encontro marcado, seja para a produção de uma matéria, seja para a participação em um evento, por ter esquecido a data, o horário ou o local combinados.

<sup>128</sup> Embora o texto do Metro tenha circulado durante a reunião, ele foi aqui tratado como um exemplo sobre como a população de rua se apropria de uma cultura que, a princípio, não seria destinada a ela. Isso não apaga, entretanto, a sua importância enquanto exemplo de texto escrito que fomentou a prática social crítica e atuante nessa agência de letramento que é o Boca.

<sup>129</sup> A Rádio Rua não tem faixa de frequência, nem é transmitida por nenhuma emissora. Ela é nada mais do que uma forma de falar das informações que passam de boca em boca, entre aqueles que vivem na rua ou têm trajetória nesse lugar.

FIGURA 11 – Programa novo, proposta velha

## Se você tem um imóvel para alugar, cadastre-se no **Moradia Primeiro**

### Como funciona:

- Cadastro no [prefeitura.poa.br/moradiaprimeiro](http://prefeitura.poa.br/moradiaprimeiro)
- Aprovação do cadastro
- Visita ao imóvel
- Contrato de aluguel
- Prefeitura de Porto Alegre paga R\$500,00 pelo aluguel
- Acompanhamento do morador, por meio de visitas ao imóvel, a cada 15 dias



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Quem costuma levar tais materiais são os integrantes que estão envolvido politicamente com a causa da comunidade, através do Movimento da População em Situação de Rua, por exemplo. Todavia, esses textos não chegam às reuniões ingenuamente. As falas de Jairo e Eduardo, dois participantes do Boca que integram o MNPR/RS, elucidam o quanto a participação política influencia a forma como a população se relaciona com a cultura escrita e o quanto esse conhecimento amplia os seus direitos de cidadania:

*Jairo fala que a Prefeitura da cidade está lançando o programa Moradia Primeiro, mas a contrapartida é que a pessoa esteja em algum CAPS [Centro de Atenção Psicossocial]. Um pessoal começa a distribuir um panfleto com a propaganda do Programa. Jairo continua sua fala, fazendo alguma comparação com o Aluguel Social. Augusto começa a falar, e Eduardo diz que ele deve se inscrever, pois ele sabe como funcionam as regras do Boca. Augusto questiona onde se vai conseguir um aluguel por 500 reais se não for dentro de uma boca de tráfico. Lucas diz que era exatamente isso que Jairo estava falando. Eduardo começa a tentar explicar o Projeto: para a pessoa poder acessar ele, vai ter que ter acompanhamento da Saúde,*

*e quem vai encaminhar a demanda do morador de rua vão ser os órgãos que o acompanham, como o Centro POP [Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua], o Modelo, etc. O auxílio é de 500 reais, e Eduardo diz que todos ali sabem que é impossível alugar algo no centro por esse valor. Por isso, eles tentaram argumentar para que tivessem os 500 na mão, para que pudessem, por exemplo, se hospedar em alguma pousada, o que seria comprovado com algum papel. Eduardo diz que não adianta a Prefeitura dar a moradia se não der o trabalho, pois não é dada nenhuma responsabilidade para os moradores de rua. Ele esclarece que quem vai pagar é o governo, e, nesse sentido, vai ser a mesma coisa do Aluguel Social, mas que o programa é um pouco diferente, porque precisa ter o acompanhamento de um grupo de Assistência Social e um acompanhamento médico. Jairo diz que é a mesma coisa, só mudou o rótulo. Leonardo diz que isso é para obrigar as pessoas a fazerem tratamento. Eduardo e Jairo concordam, mas Eduardo diz que tem muita coisa que eles não podem fazer nada para mudar. (Diário de campo, 18 de setembro de 2018)*

Se, através do panfleto, a sociedade fica sabendo que há um programa destinado a oferecer um teto para pessoas vulneráveis e que paga R\$500,00 a quem se dispôr a locar seu imóvel, pouco se fica sabendo dos problemas por trás dessa oferta. Problemas como o escasso número de vagas: o número total visado pelo programa é de meras 153 bolsas de Aluguel Solidário, sendo que, até este ano, apenas 34 imóveis foram cadastrados e outros 22 estão em processo de tramitação (BUELLER, 2019). Problemas como a localização limitante: raros são os imóveis na região central cujos donos estão dispostos a cobrar apenas 500 reais. Problemas como o período reduzido: o tempo de estada no local é de seis meses, podendo ser prorrogado por mais seis meses. Problemas como o atraso no pagamento: muitos beneficiários tiveram seus bens tomados pelos locadores, para compensar a falta de pagamento da Prefeitura. Embora tais elementos não apareçam no panfleto, aqueles a quem a política se destina têm bastante claro que os programas sociais voltados para si têm como pressuposta a noção de que eles são uma população excedente, a quem cabe o descarte social<sup>130</sup>; afinal, a ação é pouco representativa frente a uma população que ultrapassa os 4 mil indivíduos. Além disso, longe do centro da cidade, onde a maioria fixa suas atividades, e obrigada a se submeter a acompanhamento de equipes de abordagem de saúde e de assistência social, essa população tem plena consciência de que as medidas da Prefeitura, vendidas à sociedade como soluções para o problema de falta de moradia para a população em situação de rua, são, na verdade, ações que desconsideram as necessidades de quem vive sem um lugar fixo e suas alternativas para gerar renda.

Frente à pouca adesão de donos de imóveis em locar seus espaços, uma opção da Prefeitura seria incluir no programa espaços públicos desocupados ou mesmo pousadas. Entretanto, na visão do município, proporcionar aglomerações, como seria o caso de lugares

---

<sup>130</sup>Descarte esse que se concretiza, por exemplo, quando as diversas ações de remoção da Prefeitura envolvem não somente a Brigada Militar, mas também o Departamento de Mobilidade e Limpeza Urbana (DMLU), responsável por fazer o descarte de todos os itens pessoais encontrados, já que normalmente os grupos são proibidos de levar seus pertences consigo.

como esses, não teria tido resultados positivos em experiências semelhantes. Sabemos, porém, que o cotidiano da rua é marcado centralmente pela vida em grupos: na falta de uma rede afetiva ligada à família, são os companheiros de rua aqueles que podem compartilhar uma refeição ou acudir quando se está doente. Por conta disso, o uso de espaços ociosos se desenhou como uma alternativa para aqueles que buscavam abrigo. Em 2018, durante quatro meses, o MNPR/RS fez sua primeira ocupação, em um terreno da Prefeitura perto da Praça do Aeromóvel. Era a Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares<sup>131</sup>.

A primeira ocupação feita exclusivamente pela população em situação de rua na cidade foi um exemplo de como o engajamento coletivo tem a potência de fortalecer a luta pela reivindicação de direitos. Na decisão inicial, mesmo a Justiça negando a manutenção da posse, condicionou a reintegração do espaço ao encaminhamento das pessoas a locais adequados de moradia. Essa seria uma exigência plausível, considerando os discursos correntes, da Prefeitura e da sociedade em geral, que afirmam ser a solução para a falta de moradia a ida para abrigos ou albergues. No entanto, esse discurso, que, se é vendido (e comprado) como solução, é feito muito com base em uma noção de higienização social, carrega em si um grande obstáculo: não há vagas para todos. Ciente da incapacidade de atender à condição imposta pela Justiça, o município recorreu da decisão, alegando, justamente, não haver espaços suficientes. Toda essa trama, já bem conhecida por quem vive ou tem trajetória de rua, é muitas vezes desconhecida por quem não acompanha as questões diárias dessa comunidade. Para conversar com tais pessoas, é preciso recorrer à língua escrita para explicar as diversas controvérsias que irrompem quando o assunto é tratar onde, em nossa cidade, cabe essa população.

---

<sup>131</sup>O nome dado à ocupação, além de fazer menção à força do líder negro Zumbi dos Palmares, evocava o nome do espaço em que muitos tinham antes se fixado coletivamente, a Aldeia. A antiga Aldeia, situada no Parque Harmonia, era um local onde várias famílias puderam morar até janeiro de 2018, quando foram de lá removidas sob a justificativa de se precisar garantir a segurança pública no entorno do Tribunal Federal da 4ª Região, que receberia o ex-presidente Lula para julgamento ainda naquele mês.

FIGURA 12 – Se morar é um privilégio, ocupar é um direito!

## PARTICIPE DA VIGÍLIA PERMANENTE CONTRA A REINTEGRAÇÃO DE POSSE

### 2ª CARTA DA OCUPAÇÃO ALDEIA ZUMBI DOS PALMARES À COMUNIDADE DE PORTO ALEGRE

Há mais de 100 dias nós, da Ocupação Aldeia Zumbi dos Palmares, mulheres, homens e famílias em situação de rua, com o apoio do Movimento Nacional da População de Rua, e cansados das frequentes remoções e incapacidade das políticas públicas em atender

nossas demandas por moradia, ocupamos o terreno abandonado há mais de dez anos pela prefeitura localizado na Av. Loureiro da Silva. Ali construímos nossa moradia, um ponto de cultura, segurança, integração e geração de renda.

Na primeira audiência pública nenhum representante da prefeitura apareceu, a juíza decidiu que para a prefeitura retirar as pessoas do terreno deveria oferecer outra opção de moradia fixa. Então a prefeitura recorreu a uma desembargadora do STJ, Walda Maria Melo Pierro. A “doutora”, que recebe líquido R\$ 28.451,19, retirou a condicionalidade da prefeitura oferecer outro lugar para nós, disse que as questões sociais não têm relação com o judiciário, nos chamou de esbulhadores e autorizou a reintegração de posse.

Não é estranho que a autorização da reintegração de posse veio poucas semanas após a inauguração da nova “orla chic”, nosso terreno está há menos de 100 metros do gasômetro, área super valorizada pela especulação imobiliária. Querem a nova orla só para os ricos, moradores de rua não são bem vistos em pontos turísticos. Isso se chama Higienização Social.

A prefeitura enviou equipes da abordagem social e do consultório de rua para oferecer apenas vagas em abrigos e albergues, nem o novo programa de auxílio moradia, o “moradia primeiro”, ofereceram. Lutamos por moradia digna e definitiva e eles insistem em vagas em albergues. No mesmo momento em que lançam um projeto para “resolver o problema” dos moradores de rua na cidade, com o bonito discurso do “moradia primeiro”, removem nossa ocupação, que construiu na prática e de forma autônoma um modelo de moradia, geração de renda e redução de danos.

Na verdade o governo Marquazan executa o extermínio da população de rua. Sucateia os serviços da rede da assistência social, não trabalha a política de redução de danos para usuários de drogas, não dá oportunidade de trabalho e geração de renda e remove nossos pertences com a SMAM e DMLU. Agora vem com o aluguel social com novo nome, “moradia primeiro”, conhecemos os problemas, em 3 meses começa a atrasar os pagamentos do auxílio de R\$500 e as pessoas voltam para as ruas com mais uma frustração. Faltam dedos para contar os irmãos de rua e de luta que já foram mortos por falta das políticas públicas. O governo Marquazan é assassino!

Queremos o direito de permanecer junto com nossos amigos e nossos familiares em uma moradia digna e coletiva, no território em que temos vínculos e trabalhamos, o centro da cidade. Não queremos voltar a morar na rua.

**Porto Alegre, 19 de julho de 2018**

Agradecemos toda  
colaboração da comunidade  
e dos apoiadores e avisamos:

**SE MORAR É UM PRIVILÉGIO.  
OCUPAR É UM DIREITO!  
POPULAÇÃO DE RUA RESISTIRÁ!  
OCUPAÇÃO ALDEIA  
ZUMBI DOS PALMARES  
VIVERÁ!**

Fonte: Arquivo pessoal (2018).

A produção de uma carta convidando a sociedade a participar da luta iniciada pela população em situação de rua tem, em sua configuração, muitas características de um texto argumentativo: a carta contesta várias questões que poderiam surgir para seus leitores, como, inclusive, a opção de eles fazerem parte do programa Moradia Primeiro ou de recorrerem a abrigos e albergues. A sua luta, todavia, é em vista a algo maior: uma moradia digna e definitiva.

Digna, para que as famílias não tenham que se separar para atender às regras desses serviços de acolhimento, que separam homens, mulheres, crianças, bebês, animais<sup>132</sup>. Definitiva, para que essas mesmas famílias não tenham que partir rumo a novas opções de moradia a cada 15 ou 30 dias, conforme estipulado por tais espaços.

Vemos, assim, que o Boca não é o único mecanismo que possibilita um olhar crítico frente ao que os circunda. Muitos ali distinguem, antes mesmo de fazerem parte do grupo, a perversidade de certas políticas públicas ou de certas falas e ações da Prefeitura. Os que percebem mais claramente as nuances dos discursos políticos, vendidos como solução para a população em geral, mas que, em realidade, atacam direitos individuais da população de rua, são aqueles que já integram outras esferas de lutas sociais, como o MNPR/RS. Contudo, mesmo aqueles que não se envolvem diretamente com a luta política da comunidade têm, em certa medida, alguma participação política, visto que tal atuação abrange

[...] desde os colóquios entre amigos e familiares sobre os fatos corriqueiros da política até o envolvimento no governo, mobilização de pessoas para protestar, reivindicar seus direitos, votar, candidatar-se, pressionar autoridades para mudanças nas regras constitucionais entre outros. Nessa ótica, a participação política, quando vinculada à soberania popular, é um meio de legitimar e fortalecer as instituições democráticas e de ampliar os direitos de cidadania. (ARAÚJO, 2013, p. 105)

Assim, tanto dentro quanto fora do contexto do Boca, a população de rua participa, em seus grupos sociais, de atividades que envolvem, de forma periférica ou central, textos escritos<sup>133</sup>. A inserção no mundo da escrita por conta da participação política se desenha, no caso dessas pessoas, de fato como uma necessidade. Nesse embate, a escrita desempenha um importante papel na transformação social dessa comunidade, na justa medida em que ela, dado o seu poder simbólico, fomenta um processo político por meio do qual aqueles que têm negados seus direitos sociais, civis, culturais e políticos conseguem finalmente ter acesso a tais instâncias de participação, pelo menos no campo da denúncia. A inserção no mundo da escrita, assim, direta ou indiretamente, redesenha a construção identitária desses indivíduos, e isso fica visível não só a partir de suas falas, mas também de suas roupas.

---

<sup>132</sup>Em mais uma ação que demonstra a falta de atenção da Prefeitura com a rede de assistência social, o único abrigo de Porto Alegre que recebia famílias inteiras foi fechada em junho deste ano, por conta do atraso no pagamento do aluguel.

<sup>133</sup>Isso acontece, afinal, porque todos nós pertencemos, desde o momento em que nascemos, à cultura escrita: o que atesta a nossa existência ou inexistência no mundo não é simplesmente o nosso corpo, mas documentos escritos, como a certidão de nascimento e a certidão de óbito.

FIGURA 13 – Com que roupa eu vou?



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

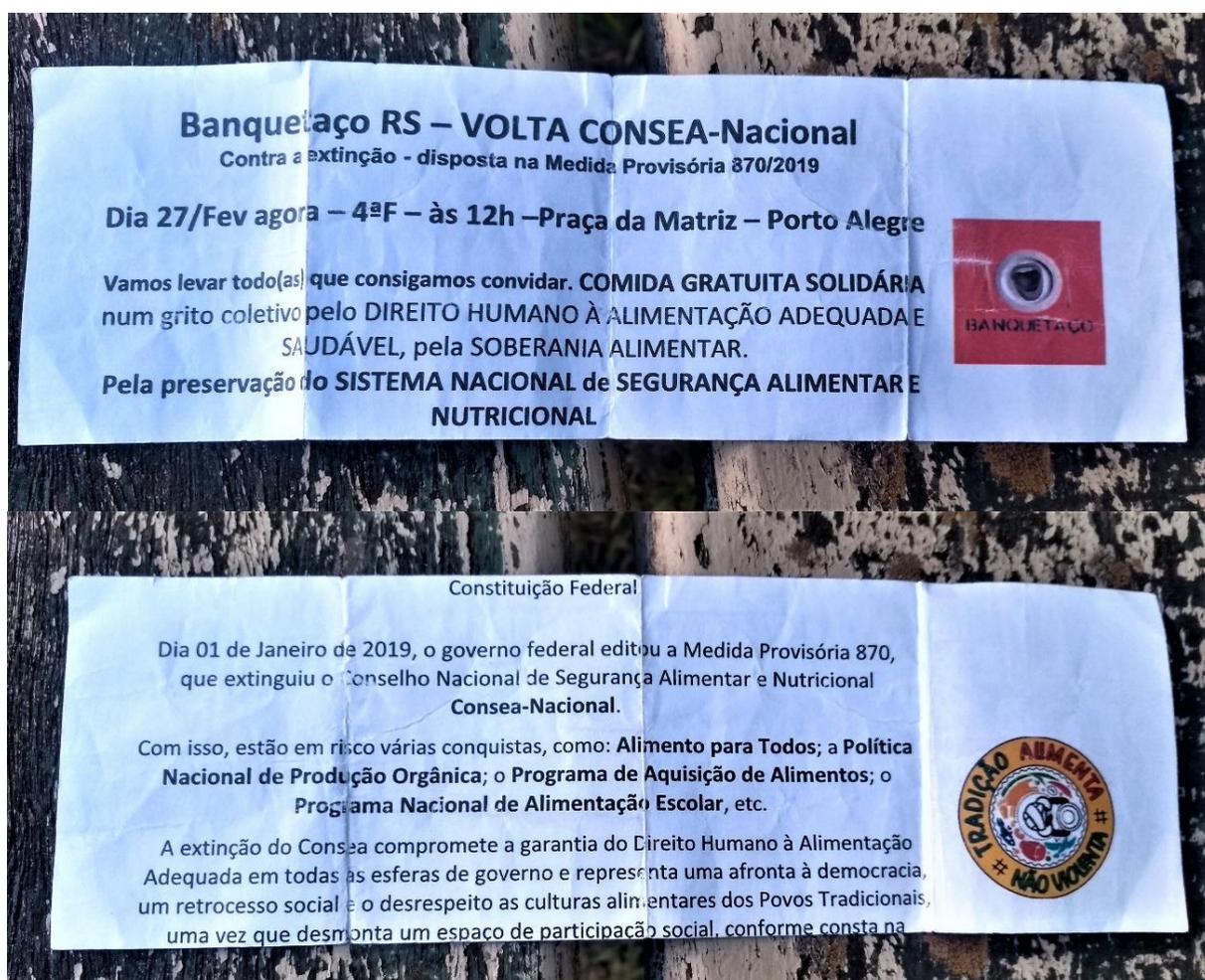
Em cenários públicos em que se pode reivindicar por direitos, como é o caso de Audiências Públicas, a presença do olhar da rua para discutir questões ligadas às suas vivências é fundamental. No lugar de homens e mulheres impassíveis, porque não atingidos por aquilo que debatem, é possível, com a representação política dos moradores de rua, fazer circular outras experiências, informadas da realidade que é posta em discussão. Nessa configuração, a ideia de pobreza é desconstruída, porque, se esta se assenta no pressuposto de que tais sujeitos são sempre o *ele* do discurso, em ambientes de debate abertos à participação desse público, se mostra que eles também podem se apropriar da língua a partir de um *eu*:

Nas imagens do pobre fraco e desamparado, subalterno e inferior, incivil e desprovido de razão, há uma representação das diferenças que anula as equivalências possíveis que em princípio os direitos sacramentam, de tal modo que estes podem existir como norma legal, podem ser nomeados pelo discurso jurídico, podem ser referência obrigatória do discurso político que fala em nome das leis universais, mas não se realizam nas práticas reais, como código e regra de sociabilidade. (TELLES, 2001, p. 59-60)

Através de sua articulação política, portanto, as supostas incivilidade e desrazão do povo da rua dão lugar a outra faceta: a de um grupo organizado, coeso, que luta não por favores, mas por direitos. Esses direitos, entretanto, há muito foram esquecidos, pois o Estado o coloca como um grupo a quem cabe tutela, já que seria formado por pessoas inferiores, ignorantes, até mesmo imaturas. Nesse embate entre o discurso da rua e o discurso oficial, fica explícito que, em nossa

sociedade, o que rege as decisões do Estado não é uma noção de igualdade, mas de proteção<sup>134</sup>. Como forma de combate a esse tipo de posicionamento, o que se vê no jornal não é uma tentativa de mediação com o Estado, através da qual talvez fosse possível ter atendidas as demandas do povo da rua. Ao cobrar aquilo que é da população de rua por direito, o Boca se coloca como um local de denúncia e, mais, de cobrança. Seus integrantes, assim, decidem não ser benevolentes com as faltas do Estado e percebem, por conta do olhar crítico que assumem, que não será ele que modificará a imagem que a comunidade tem frente à sociedade. É preciso, então, articulação, mostrando que, diferente do que parece, muitas das lutas da população de rua têm algo a dizer aos outros grupos sociais:

FIGURA 14 – Direito bom é direito pra todos



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

<sup>134</sup>Essa distinção é relevante quando se pensa, por exemplo, em debates em torno de políticas de drogas, nos quais o que está em jogo não é exatamente a drogadição, mas *quem* sofre com isso. Afinal, sabemos que, entre o lazer e a dependência, há uma classificação bem clara de renda e, na maioria dos casos, de cor, e isso faz toda a diferença na forma de intervenção do Estado.

Assim, se a população de rua luta por questões que dizem respeito às suas próprias vidas, quando tratam da ocupação de lugares públicos ou reclamam dos projetos criados pela Prefeitura, ela igualmente se mobiliza por situações que atingem a todos, como foi o caso da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão a partir do qual as políticas públicas voltadas ao combate à fome e à miséria eram formuladas e monitoradas. Era da alçada desse Conselho tratar, portanto, da desnutrição de pessoas vulneráveis, da oferta de alimentos nas escolas, do desenvolvimento rural sustentável... enfim, de um compilado de ações governamentais que atingiam a toda a população brasileira. Através da ação da comunidade da rua, pela movimentação política e pela escrita no jornal, esse grupo consegue ressignificar a sua existência, ao mostrar à sociedade que sua resistência não é seletiva: apesar de eles serem rotineiramente violentados (literal e simbolicamente), isso não deve ser naturalizado a nenhuma classe social.

Uma das maneiras de tentar se desvencilhar da tutela do Estado é, assim, conhecer os seus direitos para, coletivamente, atuar pela sua aplicação. Afinal, como bem lembra um dos integrantes, “mexer com peixe grande não é bem assim”<sup>135</sup>. É com essa visão, aliás, que o grupo costuma se aliar a outros movimentos e coletivos: dadas as características do Boca, ele pode integrar desde eventos voltados a pessoas em situação de vulnerabilidade até eventos voltados às mídias alternativas. A luta do jornal, por conta disso, acaba se fortificando, pois ele consegue traçar alianças com diferentes grupos, que circulam socialmente de formas distintas. Esse foi o caso de sua participação, por exemplo, no 2º Fórum Latinoamericano *La Poderosa*, organizado por um movimento político apartidário existente em 96 comunidades marginalizadas da América Latina, no qual o Boca participou de uma das mesas de debate, sobre mídia alternativa. Aliás, foi por conta de sua relevância na difusão de informações normalmente não correntes nas mídias tradicionais que o Boca também foi convidado a participar de um evento que reuniu um grupo de canais alternativos da cidade. Porém, se, no evento internacional, a intenção era que os representantes falassem sobre o jornal, no evento promovido pelas mídias de Porto Alegre, o objetivo era que construíssem em conjunto um documento escrito. Como é de costume, o documento foi levado de volta à reunião e lido em voz alta, para que o grupo pudesse discutir o assunto:

*Camila [colaboradora] conta sobre o encontro entre as mídias alternativas, para o qual o Boca foi convidado e do qual ela participou sozinha, já que quem tinha sido eleito para ir não compareceu ao evento. Ela fala que ficou combinado de os jornais fazerem uma nota conjunta dos canais alternativos de Porto Alegre e pede para ler a*

---

<sup>135</sup>Fala de um dos integrantes a respeito da presença em massa da população de rua em uma Audiência Pública realizada para ouvir as denúncias de violência contra esse grupo (JORNAL BOCA DE RUA, 2017a).

*nota em voz alta, para saber se o grupo topa assinar junto. Ela pergunta se pode ler, e o grupo diz que sim. Ela começa a ler a nota:*

*“NOTA PÚBLICA DAS MÍDIAS ALTERNATIVAS DE PORTO ALEGRE*

*Vivemos um momento muito grave: uma candidatura à Presidência da República defende abertamente o autoritarismo, a violência política e a retirada de direitos dos trabalhadores. Defende, também, restrições à liberdade de expressão e de atividade política. O mundo todo olha para o Brasil com preocupação, e pessoas dos mais diversos matizes políticos rejeitam a candidatura de Jair Bolsonaro por enxergarem ali uma perigosa ameaça à democracia – que, mesmo defeituosa e limitada, nos garante o direito a buscar seu aprofundamento.*

*Considerando essa realidade, 16 mídias alternativas de Porto Alegre nos reunimos para a construção de ações conjuntas de defesa da democracia e de combate à desinformação proposital que tem servido como estratégia de campanha dessa candidatura. Essa preocupação não significa apoio acrítico à candidatura de Fernando Haddad, mas o entendimento, que tem sido generalizado entre os democratas do Brasil e do mundo, de que não se pode compactuar com o retrocesso que representa a candidatura de Bolsonaro.*

*Entendemos que a oposição à candidatura de Bolsonaro é um dever de toda a mídia, na medida em que Art. 6º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros estabelece que todo jornalista deve "Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos", além de "combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza".*

*Conclamamos, assim, as mídias alternativas de todo o Brasil a fazerem o mesmo movimento, de maneira urgente e também visando o futuro: unir-se em ações em defesa da democracia e da liberdade que garantem nossa existência e o direito do conjunto da população a lutar por seus direitos”*

*Quando Camila está lendo o último parágrafo, alguns participantes começam a ter conversas paralelas. Rosina pede para ela parar de ler, para pedir silêncio do grupo. Camila não lê o nome das mídias que assinam o texto, só diz que, depois, ao fim dele, vem o nome de tais mídias. Ela pergunta, então, se o Boca quer assinar a nota também. Maurício sugere que ela leia de novo, e o pessoal começa a reclamar, dizendo que ele não prestou atenção. Maurício então retruca, perguntando se eles entenderam o que ela leu, pedindo para que eles explicassem o que ela tinha lido no começo do manifesto. O pessoal começa a discutir, até que Rosina pede calma e silêncio. (Diário de campo, 16 de outubro de 2018)*

Na cena agora vista, vemos Rosina mediando um dos informes, no qual uma das colaboradoras levou um manifesto que diversas mídias alternativas de Porto Alegre haviam escrito para se opor aos ataques à liberdade de expressão feitos propositalmente pelo presidente Jair Bolsonaro. A colaboradora, também jornalista, leu em voz alta a nota pública, para que o grupo decidisse se, enquanto projeto de comunicação alternativo, gostaria de assinar embaixo. Como o documento era relativamente extenso, ao final da leitura, muitos começaram a se questionar sobre o que estava em pauta, o que deveriam decidir ou se seria possível que a colaboradora lesse de novo. Outros, por sua vez, mostraram irritação com tais companheiros, por não terem entendido o que deveriam fazer.

*Rosina inicia sua fala questionando como eles podem analisar um manifesto que fala sobre respeito se lá dentro eles não sabem se respeitar. Ela diz que a primeira coisa que eles têm que fazer é respeitar, primeiro a colaboradora, por ela estar trazendo*

*uma questão que deveria ter tido uma representação direta do Boca e que não teve. Ela diz, ainda, que eles devem saber respeitar as dúvidas e as diferenças de cada um. Alguns a interrompem, reclamando, como se não concordassem com Rosina. Ela diz que, em primeiro lugar, o que o grupo tem que ver é se todo mundo compreendeu do que se trata a nota. Ela diz que é lógico que ninguém vai saber repetir as palavras, mas que quer ver se todo mundo entendeu em síntese do que se trata a nota. Se faz silêncio. Rosina prossegue, perguntando se eles preferem que elas expliquem com menos palavras. Alessandra pede por favor. Maurício bate palmas e comemora. (Diário de campo, 16 de outubro de 2018)*

Essa cena de leitura da nota pública deixa em evidência algumas características que modelam o que tomamos como um evento de letramento. De um lado, as práticas sociais que envolvem o mundo da escrita são, no nosso cotidiano, essencialmente colaborativas. Longe de focarem habilidades que devem ser desenvolvidas individualmente, os eventos que envolvem direta ou indiretamente textos escritos pressupõem a participação e interação de diferentes pessoas, que têm alguma intenção em comum. No caso da discussão em torno da nota pública, vemos Rosina tentando intermediar os sentidos presentes no texto escrito, ao se oferecer para explicar com menos palavras o que tinha sido lido, pois tanto ela quanto o grupo tinham o interesse de tomar alguma posição sobre o tema. De outro lado, toda a relação implicada em torno de textos escritos é construída de forma híbrida, pois, mesmo que se possa associar as práticas a certos tipos específicos de discurso, elas costumam envolver diferentes usos de linguagem. É exatamente assim que vemos a nota pública circulando no Boca: para o grupo decidir se aderiria a ela ou não, a palavra escrita precisou ser passada para outro sistema. Assim, da mesma forma que fala e escrita, que se complementam, apesar de serem sistemas semióticos distintos, letramento e oralidade também não se opõem.

Para além dos discursos de cunho político, também circulam nas reuniões textos escritos relacionados à vida pessoal e profissional dos integrantes, provenientes de alguma das diversas redes voltadas a essa população. Um exemplo delas é a Amada Massa, um clube de pães<sup>136</sup>. Por a maioria de seus membros ser também do Boca, não é raro que surjam convites durante as reuniões para os eventos da Amada, voltados não só para a sociedade em geral, que pode pagar por aquilo que consumir, mas também para a comunidade da rua, que pode participar desse momento de confraternização para comer algo sem qualquer custo.

---

<sup>136</sup> Criada em 2018, a Amada Massa foi pensada para fomentar a reparação social e a autonomia de pessoas vulneráveis socialmente, a partir de um sistema de geração de renda e de um espaço de acolhimento. Os pães, produzidos e vendidos pela população de rua, custam entre R\$10,00 e R\$15,00, e um terço do seu valor é dado a quem participa do projeto.

FIGURA 15 e FIGURA 16 – Quem tem fome de pastel? e Hoje tem festa da rua!



Fonte: Arquivo pessoal (2018; 2019).

O processo de estruturação desse projeto de geração de renda afetou diretamente a vida de seus participantes: todos conseguiram, através da venda dos pães, dos jornais, e de outros trabalhos, alcançar renda suficiente para o aluguel de um local próximo de onde produzem os pães. Assim, quem recorre ao Boca e a outros mecanismos de geração de renda enxerga uma forma de subverter o seu destino, desenhado por obstáculos sociais, econômicos e culturais, em busca de uma saída, em busca de uma vida não mais associada à desfiliação, mas à inserção na sociedade em função do domínio de meios de produção, intelectual e econômica, comuns à nossa sociedade.

Para além da reintegração promovida por formas de trabalho, a cidadania também é fortemente atravessada pelo pertencimento a espaços que, normalmente, não são pensados para quem teria que viver sempre em busca do mínimo necessário para viver. Esse é o caso do cinema. O cinema é um lugar simbólico, pois nele há a união entre dinheiro e cultura: quem vai no cinema é não só quem pode pagar por isso, mas também quem está inserido em uma cultura supostamente elitizada, erudita, distinta. Mesmo com a popularização do cinema, através da produção de filmes com grande apelo comercial, ainda ele é destinado a uma seleta parcela da

sociedade. Ir ao cinema, portanto, é também um modo de tentar se afastar da desfiliação. Ir ao cinema é, além disso, um modo de se inserir no mundo da cultura escrita. E, se esse convite de aproximação é feito diretamente para essas pessoas, mais ainda a escrita aparenta ser delas por direito.

FIGURA 17 – Cinema pra ver e se ver

*DIA 27 de maio de 2019*  
**SESSÃO DE  
CINEMA  
PARA O  
POVO DA  
RUA**

O MNPR-RS CONVIDA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO  
OU TRAJETÓRIA DE RUA PARA UMA SESSÃO  
ESPECIAL A PARTIR DAS 14 HORAS NA  
CINEMATECA CAPITÓLIO.

Fonte: Arquivo pessoal (2019).

A escassez de espaços de apropriação cultural como esse não poderia ser melhor constatada com algo bem singelo: o cinema estava cheio. Com 164 lugares, a sala de exibição da Cinemateca Capitólio, um lugar público, apesar dos recursos da iniciativa privada, se tornou um pequeno exemplo das vidas que compõem a cidade, pois lá havia pessoas em situação ou trajetória de rua, apoiadores do MNPR, algumas turmas acompanhadas por seus professores, pessoas interessadas na causa. Além desses, lá também estavam presentes representantes de meios de comunicação, que entrevistaram alguns integrantes do Boca de Rua e do MNPR/RS. Na sessão, foram exibidos dois curtas: “Boca de Rua: vozes de uma gente invisível” e “A vida é sempre um mistério”. Um sobre a produção do jornal, outro sobre o IV Congresso de Organização e Fortalecimento do Movimento Nacional da População de Rua, ambos têm em comum o protagonismo da população de rua. É ela que fala e que aparece em cena por quase todo o tempo dos filmes. Assim, mesmo que os materiais não tenham sido produzidos ou editados por quem vive nas ruas, se considera que tais filmes não fazem uma leitura

colonizadora, intrometida, da realidade das ruas. Quem é da rua que fala da rua; é quem é do Boca que fala do Boca; é quem é do Movimento que fala do Movimento.

FIGURA 18 – O cinema é nosso!



Fonte: Arquivo pessoal (2019)<sup>137</sup>.

Participar de formas de expressão como a cinematográfica é uma experiência importante como bem cultural: através das imagens, assim como acontece com os textos, é possível traçar novas e diferentes relações com o que já foi vivido. Se, para mim e outros espectadores, ver algo que trate sobre a rua é uma questão de conhecimento, de informação, para quem se vê espelhado nas telas é uma questão de reelaboração, de construção de si mesmo. Essa cidadania audiovisual, assim, tem a intenção de não apenas desenvolver a leitura de expressões da esfera cinematográfica, mas sobretudo subverter muito do que se tem por cinema, pois, no cinema da rua, o ponto de vista é desde o princípio circunscrito na rua. É a partir desse olhar tão singular que se pôde propor, inclusive, uma conversa com o público que estava na Cinemateca. Ao lado do diretor dos curtas-metragens e de um defensor público, foram os representantes do MNPR/RS que responderam às questões e mostraram que a participação cultural, ali fomentada por uma participação política, torna os envolvidos muito mais conscientes daquilo a que são sujeitados.

*Eduardo pega o microfone e fala um pouco da sua trajetória. Ele conta que tem casa para pagar e tudo, mas que por vezes precisa brigar em casa para ir nas reuniões do MNPR, para encher a cabeça e não ficar pensando merda. Ele diz que aprendeu muito das políticas públicas a partir do Movimento, porque lá é que nem a escola: eles aprendem a ler e a escrever os seus direitos. Para ele, os outros têm que saber que a população de rua sabe dos seus direitos, mas isso ainda surpreende muito. (Diário de campo, 27 de maio de 2019)*

A fala de Eduardo retoma o lema do próprio Movimento: “conhecer para lutar”. Para que seja possível uma organização da população de rua, é necessário que a classe tenha uma

<sup>137</sup>Da esquerda para a direita, vemos escrito o seguinte: “Boca de Rua: vozes de uma gente invisível”, “Um grito de liberdade” e “Eu gosto de morar aqui. Não quero me mudar de jeito nenhum”. A primeira fotografia da sequência registra o título do curta-metragem exibido no Capitólio, e as outras duas, algumas de suas cenas.

consciência política, e é por isso que os integrantes do MNPR sempre tentam chamar por novos membros. A partir dela, eles entendem que a inclusão social proposta por algumas medidas da Prefeitura, por exemplo, não é pensada em vista a uma igualdade, mas em apenas garantir o mínimo necessário para quem já se encontra fora do contrato social. A tais pessoas, seria imposto assegurar tão somente os “mínimos vitais de sobrevivência”, algo que lhes conteria a morte, sem, contudo, promover-lhes a vida (TELLES, 2001).

Nesse horizonte de embates, foram criados pelo governo alguns programas assistenciais, dos quais alguns integrantes do Boca fizeram parte, como o programa Mais Dignidade, que previa a concessão de Bolsa Auxílio Moradia e de Bolsa Formação e Qualificação Profissional<sup>138</sup>. Do grupo do Boca, eram três os beneficiários da segunda bolsa e, por seus encontros acontecerem em um período próximo das reuniões do jornal, não era raro que aparecessem com os materiais produzidos. Através de estojos, bolsas, velas aromáticas, muitos começaram a se capacitar para o trabalho artesanal. Um desses objetos foi a boneca Abayomi:

---

<sup>138</sup>Essa bolsa exigia que seus beneficiários acompanhassem ações de formação e qualificação profissional para poderem receber o auxílio mensal de R\$468,00. Para muitos, essa oportunidade propiciou o aprendizado de alguns trabalhos manuais, que culminou na criação da Associação PopRua, que reúne ex-bolsistas do Programa e quem mais tiver interesse em se juntar ao grupo. Agora, de forma autônoma, eles fazem suas produções e vendem seus produtos, sendo todo o gerenciamento de sua responsabilidade. No entanto, outros ex-participantes do Programa reclamam que não conseguiram nenhum emprego formal a partir dessa formação, tal como fora prometido pela Prefeitura.

FIGURA 19 – O melhor de mim



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Em uma das reuniões, alguns homens apareceram com pequenas bonecas, feitas de tecido. Alguns deixaram elas presas em seus pertences; outros deram elas de presente. Antes do início da reunião, Jairo, que era um dos participantes do programa, sentou ao lado de Rosina logo que ela chegou e lhe deu a sua criação. Ela então decide compartilhar com o grupo o mimo e, para isso, conta com a ajuda de Flávio, que lê para os companheiros o que aprenderam:

*Rosina diz que quer aproveitar a discussão para mostrar um presente que Jairo deu a ela, sobre o qual eles podem inclusive publicar no jornal. Ela explica que se trata da boneca “Abayomi”, uma boneca feita só de nós. Enquanto ela fala, Flávio diz que a história está contada ali, em um papel. Ela pede para que Flávio, que também aprendeu a fazer a boneca no mesmo curso de Jairo, conte a história da boneca. Ela diz que é uma história linda. Ele começa a ler um panfletinho: “Abayomi. Quando os negros vieram da África para o Brasil como escravos, atravessaram o Oceano Atlântico em uma viagem muito difícil. As crianças choravam assustadas porque viam a dor e o desespero dos adultos. As mães negras, então, para acalmar suas crianças, rasgavam tiras de panos de suas saias e faziam com nós bonecas para acalmar as crianças. A palavra “abayomi” quer dizer “povo precioso” em iorubá. Quando é dado uma boneca abayomi para alguém, significa que está sendo oferecido o que se tem de melhor.” O grupo começa a bater palmas. Rosina chama a atenção de Jairo, dizendo que é muita “resposta” a dele, porque ele está dando a ela o que ele tem de melhor. O pessoal começa a rir e a brincar, debochando. (Diário de campo, 18 de setembro de 2018)*

A participação em práticas formativas como as da produção da boneca Abayomi

fomenta, além da inserção na cadeia produtiva, através do ensino técnico sobre como se produz certos objetos, a introdução desses sujeitos em outra cultura, que não se opõe à cultura da rua, mas se justapõe a ela. A partir do momento em que eles se veem mobilizados intelectualmente em função de um mundo que se organiza pela escrita, é possível fabricar novos vínculos com o mundo e os outros, porque se cria confiança naquilo que se é e no que se pode vir a ser através da apropriação desse bem cultural.

Com tais exemplos, se percebe que, da forma como é desenhado, o Boca desafia as concepções dominantes de letramento, pois nele se contesta a legitimidade seletiva de práticas sociais de leitura e escrita ao se abrir espaço para outras práticas, que evidenciam orientações de usos da linguagem diferentes daquelas presentes na cultura escrita ocidental. O Boca, nesse cenário, se aproxima de uma concepção de educação popular para a qual o conhecimento e a aprendizagem estão presentes em diversos âmbitos da vida, pois entende que a realidade da rua tem muito a acrescentar ao mundo da cultura escrita, para a qual o gênero jornalístico é valorizado. Frente a isso, o projeto do Boca se constrói como

uma forma de organização social, de produção e intercâmbio de produtos, de estabelecimento de uma cultura, valores e padrões de comportamento e não [...] uma simples somatória de competências e habilidades individuais, desconsiderando que o conhecimento é circunscrito às condições históricas. (BRITTO, 2003a, p. 31)

A maior parte da nossa aprendizagem não se desenvolve em contextos formais ou institucionais. Esse é o caso do Boca. Nele, é exigido dos integrantes um tipo de letramento diferente, pois o que se visa é que, a partir da apreensão de certas habilidades que lhes são exigidas por serem jornalistas, possam ressignificar a sua relação com a sociedade e com a escrita. Assim, é fortemente determinado por circunstâncias históricas o jogo existente entre a adoção do modelo autônomo de letramento, para o qual o letramento visado é apenas aquele suficiente para reproduzir o funcionamento da sociedade tal como ela existe, e o modelo ideológico de letramento, para o qual o letramento tem o potencial de revolucionar as relações e práticas sociais impostas. Isso porque as práticas sociais de leitura e escrita dependem não somente da natureza e da estrutura da sociedade, mas também do projeto que cada grupo político pretende implementar – afinal, “as práticas de leitura e de escrita estão sempre inseridas não só em significados culturais, mas em alegações ideológicas sobre o que conta como ‘letramento’ e nas relações de poder a ele associadas” (STREET, 2014, p. 13).

É a partir de uma concepção de letramento que se afasta de um ideal mecanicista em favor de uma visão plural e subjetiva do processo de aprendizagem que se torna possível pensar a complexidade por trás do lugar enunciativo ocupado pelo povo da rua nas páginas dos jornais

do Boca. Esse espaço enunciativo, entretanto, é radicalmente atravessado pela cultura, uma cultura dúbia, vacilante: assim como cerceia os direitos de quem é vulnerável socialmente, é a partir dela, e somente dentro dela, que se pode pensar qualquer revolução. É apenas por estarem inseridos em uma cultura (da rua, mas também da escrita) que se torna possível se incluir como autor, como cidadão, como ser letrado. É a partir dessa cultura, que tanto tolhe quanto assegura, que se pode conceber qualquer tentativa da população de rua de agir efetivamente em práticas sociais de leitura e de escrita. Pois, no final das contas,

[...] tudo o que se aprende é compatível, e podemos integrar em nosso interior, jogar com vários universos culturais, vários países. A leitura, e às vezes outras práticas, permitem o encontro de culturas que até então estavam em conflito, a elaboração de um espaço simbólico onde se pode encontrar um lugar em vez de se sentir rejeitado de todos os lados. (PETIT, 2013, p. 140)

O movimento de dar à população de rua a possibilidade da escrita, entretanto, carrega consigo diversos perigos. Assim como a leitura, cuja difusão não deve alcançar as camadas mais populares, pobres ou operárias, também a escrita deve ser uma atividade controlada. Caso contrário, a qualquer um a língua pode se mostrar disponível para a escrita de si mesmo<sup>139</sup>. Caso contrário, *moradores de rua* podem começar a escrever. Assim, ao mesmo tempo em que a escrita se configura como uma possibilidade quase que obrigatória em uma sociedade grafocêntrica como a nossa, torná-la realidade, fazendo com que todos peguem uma caneta e comecem a escrever no papel para agir no mundo, passa para a esfera do interdito. Entre a obrigação e a proibição, existe um tênue limite, demarcado social, política, econômica e culturalmente: apesar de todos deverem saber escrever, não são todos que *devem* escrever. Assim, a efetiva inserção no mundo da cultura letrada nem sempre acontece, pois, se o ensino da leitura e da escrita existe, é mais para limitar o exercício da cidadania do que para promovê-lo, pois a inclusão no mundo da escrita não tem, em muitos casos, a intenção de conduzir para além da simples apresentação a esse mundo: o que se quer são indivíduos que saibam ler, mas que não sejam leitores, que saibam escrever, mas que não sejam autores (BRITTO, 2003b). Surpreende, portanto, quando vemos um jornal escrito por aqueles a quem a escrita não se destina. Mais do que causar surpresa, *incomoda*. Ver pobre escrevendo incomoda tanto quanto ver pobre dormindo na calçada ou ver pobre ocupando prédio desocupado, pois é como se todos esses espaços (físicos ou discursivos) simplesmente não fossem para essa gente. O resultado

---

<sup>139</sup> Isso é representativo também na escola, o mundo da escrita por excelência. Nela, a escrita usualmente não deve ser tomada pelos alunos como uma possibilidade de falar de si, mas meramente como o meio pelo qual podem atestar seus conhecimentos sobre algo aprendido em aula. Porém, independentemente do propósito que rege a escrita no ambiente escolar, sempre se vê nela implicada a emergência de um sujeito, algo inerente à própria enunciação (ENDRUWEIT, 2014).

disso se vê no jornal:

FIGURA 20 – Gente sem casa; casa sem gente



Fonte: Jornal Boca de Rua (2017a, p. 1).

A capa da edição acima denunciava a ação truculenta com que a Brigada Militar tinha intervindo pela reintegração de posse de um prédio no centro da cidade, onde se formou a ocupação Lanceiros Negros. O espaço, vazio há mais de 10 anos, se tornou morada para 70 famílias por pouco mais de um ano e meio, até que, por decisão judicial, em junho de 2017, todas elas foram de lá retiradas abaixo de gás de pimenta, balas de borracha, bombas de efeito moral e cacetadas. A violência com que foram tratados os Lanceiros foi levada até às páginas do Boca, que trazia, já em sua capa, a chamada para a matéria principal. Nela, diversas

denúncias, envolvendo não só a hipocrisia de decisões tomadas pelo governador da época, José Ivo Sartori, mas também a ferocidade da ação do Batalhão de Operações Especiais (BOE). O resultado disso não poderia ser outro: quando estava à venda tal edição, vários foram os relatos de opressão aos jornalistas do Boca.

*Antônio pede direito à fala e começa a contar uma situação ocorrida na semana anterior: ele tentou vender seus jornais no Capitólio e abordou, sem saber, um homem da Força Nacional. Quando o sujeito viu que se tratava do jornal Boca de Rua, deu dois tapas e uma cabeçada nele, que revidou dizendo que ia dar queixa na polícia. Na delegacia, segundo Antônio, o delegado disse que aquele não era o lugar para ele dar queixa, que ele nunca mais deveria vender o jornal naquela região e que ele tinha de sumir da delegacia. Antônio e Jonathan dizem que a capa desta edição está muito estranha, o que acaba assustando as pessoas.*

[...]

*Jairo pede a fala para contar que tentou vender o jornal para um casal [que ele descobriu, depois, ser de brigadianos], mas que a “baronesa” disse que a capa era muito forte. Algum integrante o interrompe, dizendo que forte era o que tinham feito com os Lanceiros Negros. Jairo diz que Rosina tinha avisado a todos que a capa estava forte, e ela responde dizendo que, por conta disso, todos devem saber do que se trata a matéria, para poder explicar para o cliente. Rosina questiona o grupo sobre se eles percebem o quanto o jornal incomoda algumas pessoas e que nenhum outro jornal causa esse tipo de reação na população. Rosina diz que as reações comentadas por Antônio e Jairo devem aparecer na próxima edição do jornal. (Diário de campo, 05 de setembro de 2017)*

Armados com uma língua que serve tanto para lutar quanto para se afirmar, o jornal, através da palavra escrita, se desenha mais do que como uma possibilidade de comunicação: é uma possibilidade de *intersubjetividade*. Por conta dele, a escrita passa a fazer parte de suas próprias construções enquanto sujeitos, como algo que lhes é inerente e vital, em função da produção de novos significados que podem dar ao mundo e às suas existências. Em função disso, assim como a leitura, também a escrita desempenha um importante papel na maneira como essas pessoas constroem suas próprias identidades e criam vínculos com e no mundo. Sem ela, não poderíamos traçar nenhuma relação uns com os outros ou mesmo com o que nos cerca, pois não há, entre homem e natureza, qualquer vínculo direto ou orgânico. Ao concebermos a capacidade simbólica dessa maneira, não falamos apenas de um homem dotado de língua, mas de um homem inserido em uma sociedade. Afinal, lembremos, não vemos nunca um homem sozinho falando, mas um homem falando com outro homem. Por isso, língua e sociedade existem mutuamente: a sua origem se deu, não coincidentemente, no mesmo momento (BENVENISTE, 2005d).

Por isso, é inconcebível pensar uma língua sem sociedade, ou uma sociedade sem língua. São, como meio e como modo de expressão, fenômenos dados: cabe a nós aprendê-los, mas nunca os inventar ou reinventar. Mesmo assim, eles mudam. Mudam vários de seus aspectos, mas sem nunca afetar a sua estrutura, visto que vivemos sempre com base em uma vida coletiva,

sob um mesmo sistema de língua (BENVENISTE, 2006d). E, através desse sistema, nos são passados traços de uma cultura, com a qual percebemos que fazemos parte de um meio social específico, que exerce grande influências sobre o que poderemos vir a ser. Ao compreendermos que a nossa existência é desde sempre configurada a partir da sociedade na qual nos inserimos, vamos, então, paulatinamente, também aprendendo que nos moldamos dentro de uma cultura, que tolhe ou estimula certos comportamentos. Essa cultura é, como já vimos, caracterizada por uma série de prescrições e interdições que atingem, inclusive, as formas como vamos nos instaurar discursivamente (BENVENISTE, 2005d).

Se, no mundo animal, não existem restrições, é no mundo dos homens que vamos conhecer inúmeras delas. Me refiro aos discursos que atacam os direitos de quem não leva os seus dias conforme a ordem moral da vida, pois foi atingido pela pobreza, por rupturas, por perdas. Em uma cultura como a nossa, é bem claro o que é prescrito para esses casos: é preciso querer mudar de vida, se internar, estudar, começar a trabalhar. Se aquilo que prescreve uma cultura diz muito sobre ela, o que é nela proibido diz, no mínimo, tanto quanto o que é nela permitido: também não se pode ter filhos, nem vagar pela cidade sem rumo, nem ficar com má aparência ou se viciar em qualquer substância. Além disso tudo, devem pouco reclamar; menos ainda, escrever.

Afinal, os modos de falar valem o que valem os seus falantes para a sociedade (GNERRE, 2009). Assim, se, no jogo social, à população de rua cabe pouco poder, já que está nas últimas posições das relações sociais e econômicas, a sua forma de falar, cujos traços de sua cultura se deixam nela ressaltar, igualmente tem pouco valor. Como a língua contém a sociedade e é a sua interpretante por excelência (BENVENISTE, 2006d), não surpreende que, através desse sistema simbólico, sejam expressas tolerâncias e intolerâncias que permeiam e mesmo fundamentam o meio social. Cada cultura é formada por diferentes sistemas de valores, que definem, a partir de sua relação, as construções de sentidos possíveis em uma língua (BENVENISTE, 2005d). Entretanto, é também pela língua que podemos transformar a cultura assimilada. Por conta disso, é através dela que podemos contestar certos usos que, para nós, têm um valor negativo, como é o caso de termos como “morador de rua” ou “invasão”. Ao invés de perpetuarmos a nossa cultura através desses usos, podemos nos valer de um aparato simbólico diferente, que abre espaço para outros termos, com outros traços culturais, como é o caso de “pessoa em situação de rua” e “ocupação”<sup>140</sup>.

---

<sup>140</sup> Como o grupo mesmo escreveu, “invadir e ocupar são coisas diferentes. Invadir é desrespeito à privacidade do outro. Ocupar é reivindicar. É criar um ato para mostrar à sociedade as necessidades das pessoas, o que elas precisam para ter um futuro melhor e sustentar as suas famílias” (JORNAL BOCA DE RUA, 2019a, p. 14).

Todavia, a mudança de termos, apesar de dizer muito de nossas mudanças culturais (e de língua), pouco influencia a forma como a população de rua se relaciona com a língua, com a sociedade e a cultura. Como vimos no início deste trabalho, o nome que se dá ao que as pessoas são ou ao que elas fazem intervém fortemente na forma como elas próprias se enxergam – enfim, em sua identidade. Porém, o que acontece com aqueles que nascem na mesma sociedade e com a mesma língua que nós, atravessados por uma mesma cultura, mas que, apesar disso, desse pertencimento inerente, estão fora dessa sociedade, dessa língua e dessa cultura? Benveniste nos lembra que a língua é um poder coesivo que está acima dos grupos sociais e que é por conta dela que é possível haver uma subsistência coletiva. A língua é, enfim, uma identidade, que une a diversidade de cada ser a um meio social comum (BENVENISTE, 2006d). Contudo, isso em nada anula a potencialidade dessa mesma língua de abarcar as singularidades de cada pessoa, já que

[...] o homem se situa e se inclui em relação à sociedade e à natureza e ele se situa necessariamente em uma classe, seja uma classe de autoridade ou uma classe de produção. A língua, com efeito, é considerada aqui enquanto prática humana, ela revela o uso particular que os grupos ou classes de homens fazem da língua e as diferenciações que daí resultam no interior da língua comum. (BENVENISTE, 2006d, p. 101-102).

Empregar a palavra é, assim, agir sobre o mundo – e cada um pode fazer isso à sua maneira. Por isso, se existe uma língua que revela uma cultura para a qual a população de rua é um problema, também é possível partir dessa mesma língua para nela fazer marcar outras culturas (BENVENISTE, 2006d). Nascidos ou não nesse ambiente tão singular, é através dela que eles aprendem a lidar com o cenário da rua, que impõe outros modos de se relacionar com a cidade, com o tempo, com o trabalho. É a partir desse lugar fronteiro, que os coloca sob uma língua comum, mesmo que a eles ela não pertença, que se torna possível lidar com uma cultura diferente, com a cultura da rua, que caracteriza uma sociedade que também não é mais a mesma de antes, embora tenha traços parecidos. Como discutimos no início deste trabalho, por mais que a vida daqueles com trajetória de rua seja marcada pela desfiliação, ela ainda é marcada pelo vínculo social, não mais com a família ou com colegas de trabalho, mas com os companheiros de rua. A vida em um meio coletivo é como uma necessidade imanente ao ser humano, mesmo para aqueles que estão “fora” da sociedade.

A emancipação a que almejam os integrantes do Boca passa, contudo, pela tomada de um meio de existência e de expressão que normalmente é distribuído a quem tem o poder intelectual e econômico: a escrita. Porém, se a escrita a eles não pertence naturalmente, tampouco é natural que possam a ela recorrer; afinal, não é próprio da cultura da rua utilizar a

escrita como um modo de existência. Nesse embate por um novo modo de pertencer à língua, à sociedade e à cultura, aqueles que escrevem no Boca se insubordinam contra a cultura dominante, elitista, e, ao mesmo tempo, contra a cultura dominada, popular. Em razão disso, esse gesto nem sempre é simples,

[...] sobretudo quando a pessoa não se sente autorizada a ultrapassar as portas dos templos da cultura devido à sua origem social modesta. Mesmo que ultrapasse a soleira, ela permanece diante de um monumento com o qual é difícil estabelecer uma relação que não seja de deferência, intimidação ou vandalismo. Ou deve lutar contra o sentimento de que entrou ali com violência, de que talvez tenha usurpado algo que não lhe estava destinado. (PETIT, 2013, p. 93).

Com o Boca como intermediário, a população de rua descobre que esse mundo, o mundo da cultura escrita, lhes concerne. Todos devem ter o direito de ampliar o seu universo cultural, pois também eles têm o direito de sair de sua morada. Porém, é só a partir da língua que se torna possível transformar o mundo – o seu mundo, o mundo por excelência. Por isso, é a partir da cultura escrita que são elaborados produtos culturais e que são inscritas nos indivíduos formas de participação na sociedade. Para além da mera habilidade de ler e escrever,

o desenho urbano, as formas de interlocução no espaço público, as expressões de cultura, os princípios e constrangimentos morais, as leis, a organização da indústria e do comércio, tudo isso é parte da sociedade de cultura escrita. As próprias formas da língua falada, bem como os valores e as avaliações que se fazem dos enunciados verbais estão referenciados nesse modo de produção de cultura. (BRITTO, 2003b, p. 50)

Portanto, estar inserido em uma sociedade de cultura da escrita não é definido estritamente pelo domínio ou não da tecnologia da escrita, tampouco pela soma daquilo que se é capaz de fazer com a leitura e a escrita. Estar inserido nesse novo mundo significa associar a seus próprios letramentos formas diferentes de lidar com práticas sociais que envolvem a escrita, o que não impõe abrir mão daquilo que já era conhecido ou que já fazia parte de sua cultura, só por serem traços pouco valorizados pela classe dominante. Longe disso: ao se sentir cada vez mais pertencente à cultura escrita, ela passa a ser vista como herança cultural e, por conta disso, se torna uma bagagem relevante na construção identitária de cada um ao possibilitar, ela mesma, a inserção na cultura escrita.

Entretanto, para além dos benefícios que a inclusão nesse novo mundo promove naqueles que nele se arriscam, difundir e naturalizar a cultura escrita em meios populares compromete o próprio monopólio de sentido que tão fortemente atinge a forma como as pessoas em situação de rua se enxergam e a forma como os outros as veem. Com a escrita, elas tomam o seu lugar no mundo e entram na relação intersubjetiva da língua, o que pode promover encontros menos violentos e mais democráticos. Pode promover, enfim, deslocamentos.

Passagens, reais ou metafóricas, para que deixem de ser reféns de discursos e de representações que as colocam como meramente pobres, pobres de dinheiro, de conhecimento, de cultura. É claro que a escrita não pode resolver todos esses e outros problemas: ao deixar o Boca, a cada fim de reunião, os participantes deixam de ser identificados como jornalistas e voltam a ser meros moradores de rua, a quem cabe a segregação, o preconceito, a desconfiança. Todavia, é a partir da escrita que eles voltam às ruas melhores armados, com jornais embaixo dos braços, com palavras em mente, para uma próxima pauta. Isso tudo porque

A linguagem nos constitui. Quanto mais somos capazes de dar um nome ao que vivemos, às provas que enfrentamos, mais aptos estaremos para viver e tomar certa distância em relação ao que vivemos, e mais aptos estaremos para nos tornarmos sujeitos de nosso próprio destino. Podem nos quebrar, nos mandar embora, nos insultar com palavras e também com silêncios. Outras palavras, porém, nos dão lugar, nos acolhem, nos permitem voltar às fontes, nos devolvem o sentido de nossa vida. (PETIT, 2013, p. 112)

O Boca é o que estrutura todos esses discursos sobre si mesmo. Pelo mote da comunicação, ele se constrói como um ambiente propício para que cada um deles descubra um espaço discursivo próprio para si, através do qual podem fazer manifestar os significados daquilo que eles, e somente eles, enxergam. Embora para muitos faltem recursos monetários, os recursos intelectuais repassados entre os companheiros de rua passam ao largo do que cabe em um diploma. É a ruaologia<sup>141</sup>, sancionada no dia-a-dia de quem vive na rua, é que dá a quem precisa o aparato necessário para lidar com as ruas da cidade. Assim, contradizendo uma visão reducionista, que os coloca como uma população vulnerável e carente, o Boca mostra que, na esfera intelectual, eles estão longe de ser carentes. Sem tentar negar a filiação que lhes desenha a identidade, os jornalistas e jornaleiros do Boca assumem essa posição para, a partir dela, remodelá-la, porque permeada de traços que não lhes pertencem naturalmente. É a partir do jogo entre a cultura dominante, a quem cabe o direito à escrita, e a cultura da rua, cujo domínio só eles têm, que o jornal pode ser construído. Nesse lugar, um espaço de resistência e de liberdade se constrói efetivamente, pois lá, eles aprendem que outras formas de vínculo social são possíveis, além daquelas a que eles estão acostumados, e que eles podem se sentir

---

<sup>141</sup>Participando de um evento promovido pela FASC, Carlos Henrique se viu diante de pessoas com inúmeros títulos. Eram professores, doutores, pesquisadores. Decidiu ele então se apresentar como doutor, doutor em Ruaologia. Estava criada a ciência da vida na rua, que, como qualquer outra área do conhecimento, possui um dicionário bem específico (JORNAL BOCA DE RUA, 2018a). A criação de um vocabulário próprio da rua remete a Gnerre, para quem a função de todas as linguagens especiais é fundamentalmente social: “[...] elas têm um real valor comunicativo mas excluem da comunicação as pessoas da comunidade linguística externa ao grupo que usa a linguagem especial e, por outro lado, têm a função de reafirmar a identidade dos integrantes do grupo reduzido que tem acesso à linguagem especial” (GNERRE, 1987, p. 16-17). Isso é tão verdadeiro que, em meu tempo em campo, não foram raras as vezes em que tive de pedir que me explicassem algum termo da rua ou que me procuraram para perguntar se conhecia outro termo qualquer, para rirmos juntos da minha ignorância.

“orgulhosos de serem portadores de uma cultura e felizes por compartilhá-la quando a possibilidade lhes foi dada, saindo, finalmente, de seu mutismo e de sua contenção habituais” (PETIT, 2010, p. 257).

Por conta disso, a instauração da consciência subjetiva através da apropriação da língua escrita se configura para essas pessoas como um potente mecanismo de mudança, na medida em que transforma a sua relação com o mundo da escrita e com o próprio mundo do saber. Afinal, é tão somente a partir do conhecimento sobre si próprio que se torna possível se abrir ao outro e ao mundo. É essa a passagem que a escrita promove, funcionando “na descoberta, na construção, na reconstrução de si mesmo e na invenção de outras formas de compartilhar que não as que nos oprimem ou nos restringem” (PETIT, 2013, p. 14). É ocupando um espaço singular que esses jornalistas recuperam a segurança para pensar e para arriscar uma ligação com o outro, com os diversos *tu* que os cercam, que os nomeiam, que os delimitam. Entretanto, para chegarem a esse espaço de protagonismo na cultura escrita, é preciso que falem, e falem muito, pois, como veremos na próxima seção, é a partir de suas conversas durante as reuniões que é possível ao Boca existir.

### 4.3 Um jornal se faz falando

*Fico no grupo da Rosina, que fará uma matéria sobre um encontro nacional do MNPR que acontecerá em Cidreira. Ela espera até que todos estejam presentes. Ela diz que aquilo parece encontro da família dela: quando um some, outro sai pra procurar o que sumiu e, quando vê, falta um monte de gente. Rosina pergunta o que eles acham que faz uma equipe de jornalistas em um congresso. Um responde que eles entrevistam e veem o que está acontecendo naquele momento, tudo o que é falado, conhecem o pessoal que vem de fora, para saber como eles vivem no estado deles. Rosina diz que ele falou bem certinho, que só faltou uma coisa, que ela iria apresentar logo em seguida. Ela explica que a primeira coisa é ver o que está acontecendo: qual é a proposta do encontro, quem está promovendo, quais dias são, qual é o local, tudo. Ela lembra que, quando eles não souberem o que perguntar, eles devem pensar que o leitor não sabe nada disso, então eles têm que explicar tudo, tudo, tudo. Ela diz que vai deixar anotado junto aos jornais todas essas questões: qual é a cidade, que dias foram, onde eles estavam alojados, quem promoveu, por que foi feito no RS. Tudo isso eles precisam perguntar. Ela pergunta se eles sabem para quem vão perguntar isso. Marco responde que será para os organizadores. Rosina confirma e prossegue para a segunda parte: falar com quem está visitando. Ela pergunta se eles estão se dando conta que, depois que eles fizerem essas entrevistas, eles vão ter um mapa das ruas do Brasil, já que eles vão falar com pessoas vindas de vários estados. (Diário de campo, 15 de maio de 2018)*

Se a cultura escrita não esteve fortemente presente em práticas sociais de certas pessoas, ou se elas não tiveram experiências nada estimulantes na escola ou no trabalho, a relação com a escrita pode mudar a partir de um *encontro*. Formal ou informal, com pessoas que praticam a escrita ou a recomendam, com pessoas da mesma comunidade que tiveram boas vivências com

a escrita ou com pessoas de outros meios sociais e culturais que chegaram até nós para trazer a possibilidade da escrita em nossas vidas, é a partir de um encontro que podemos mudar a nossa relação com o mundo da escrita e da leitura, tornando evidente que a capacidade de simbolizar sempre está latente, à espera de um ato de confiança, à espera de alguém que veja em nós a possibilidade de *ser* na língua escrita (PETIT, 2013). Em verdade, esse encontro pode mesmo mudar o nosso destino, tão fortemente determinado pelo meio que nos cerca, pois, quando nascemos,

[...] já estamos inscritos nas linhas de pertencimento social e inclusive carregamos estigmas com os quais teremos de conviver durante toda a vida; estamos igualmente presos em histórias familiares, com seus dramas, suas esperanças, seus capítulos esquecidos ou censurados, seus lugares designados, seus gostos herdados, suas maneiras de dizer ou de fazer. Porém, às vezes, um encontro pode nos fazer vacilar, fazer balançarem nossas certezas, nossas relações de pertencimento, e nos revelar o desejo de chegar a um lugar onde ninguém nos espera. (PETIT, 2013, p. 129)

No mundo do Boca, quem propôs essa aproximação foi Rosina. Foi ela que mostrou existirem condições para se viver essa aventura e que fez despertar nos deserdados da sorte que a acompanharam a vontade de se insubordinar contra o futuro já desenhado. E isso funcionou porque tal proposta foi feita sem demagogias: apesar de seu passado no jornalismo, trabalhando para grandes empresas de mídias do sul, Rosina tem muito claro para si a realidade das ruas, que faz, por exemplo, que não seja exigida a mesma formalidade de uma sala de jornalismo. Apesar de ser claro aos colaboradores que é importante que a população de rua traga suas demandas para o jornal, não se faz nenhum movimento de tentar impor essa escrita: além de estarem lá pelo dinheiro, os participantes precisam estar lá porque querem, tão simplesmente<sup>142</sup>.

Nesse espaço construído para ser democrático, todos podem dar ou receber – ou, em outros termos, falar e ser escutado. Embora muitos se mantenham ali calados, quer por vergonha, quer por desinteresse, tal atitude não invalida a sua voz, quando desejam falar. É justamente o espaço aberto, para falar ou para se calar, que fornece o melhor incentivo para que participem ativamente das reuniões. Sem serem impelidos, obrigados, a acrescentar algo, eles

---

<sup>142</sup> Isso é tão claro para os participantes que, vez ou outra, eles discutem entre si sobre o quanto alguns companheiros não se esforçam na construção conjunta do jornal, não comparecendo, por exemplo, a nenhum encontro fora da reunião para a realização das matérias. Em oposição a esses casos, muitos também explicitaram que estavam na reunião tão somente para dela participar, já que sabiam que não receberiam seus jornais por terem chegado atrasado ou por terem se ausentado por um tempo maior do que o permitido. Uma possível resposta para esse comportamento pode ser encontrada na fala de um integrante, presente em um artigo de um livro: “[...] o jornal é importante pra que eu conheça as pessoas e elas me conhecerem, conhecerem o morador de rua também. Enfim, o dinheiro que eu ganho com o jornal vai encher meu bolso, mas as oportunidades são bem melhores, tá ligado? Às vezes, uma atenção vale mais” (INTEGRANTES E COLABORADORES, 2017, p. 206). Assim, o interesse em permanecer em um espaço que lhes oportuniza uma instância de discurso perpassa pela constatação de que os outros os valorizam, porque os reconhecem de uma maneira diferente. E isso dinheiro nenhum compra.

fazem participações genuínas. E o povo da rua tem muito o que falar. Lá, não há medo de exprimir opiniões diferentes, pois todos têm garantido um espaço de escuta e de respeito. Ao menos, é isso que Rosina sempre tenta relembrar. Longe de ser um ambiente autoritário, nele os participantes se colocam ativamente nesse curso de apropriação da cultura escrita. Por conta de todas essas características, esse espaço se funda apenas em

[...] uma atitude ao mesmo tempo receptiva e distante, uma atitude de abertura à singularidade de cada um e de respeito por sua intimidade [...]. Uma atitude que demonstre ao outro que estamos criando um lugar para ele, no sentido mais verdadeiro do termo. (PETIT, 2013, p. 62)

O Boca, assim, desempenha um papel fundamental na elaboração ou reelaboração dessas pessoas, que encontram nele um lugar em que são responsáveis por aquilo que produzem em termos de língua. Existem outras formas, e a população de rua as conhece muito bem, de conseguir o dinheiro para o aluguel do mês ou para as refeições do dia. Se o Boca fosse um espaço imposto, um local centrado na difusão da escrita, eles ali possivelmente não permaneceriam. O movimento que se faz é bem outro: não se quer difundir a escrita, mas torná-la familiar. O que se quer é que ela se torne um modo de existência natural tanto quanto a fala para todos, inclusive para quem vive na rua ou que teve nela alguma trajetória.

*Rosina prossegue, dizendo que, para eles terem um mapa das ruas do Brasil, precisam escolher seus entrevistados com cuidado, para que não sejam entrevistadas muitas pessoas dos mesmos estados. Pedro diz que eles precisam se dividir, para cada um entrevistar um. Rosina concorda, sugerindo que eles se encontrem a cada dia, no início da manhã, para cada um dizer aquilo que vai fazer pela matéria. Rosina começa a dizer o que eles precisam pegar de informações pessoais daqueles que vão ser entrevistados. Sombra a interrompe, dizendo que é o nome. Rosina concorda, dizendo que devem pegar o nome completo, com sobrenome. Outro diz que tem que pegar a cidade de origem. Rosina concorda, e o integrante prossegue falando do estado, que Rosina também concorda. Ela diz que o estado é importante porque nem sempre sabemos de onde é a cidade. Rosina diz então que eles têm que perguntar como é a vida dessas pessoas, se é um lugar que faz calor, frio, se ficam na rua, se tem barraco, se a polícia incomoda muito, se piorou... Não pode ser uma entrevista muito grande, e eles podem levar um gravador. [...] Ela fala que eles têm que entrevistar pelo menos pessoas de sete estados diferentes, então cada um pode pegar uma. Ela diz que quem preferir escrever escreve; quem preferir gravar grava, e que a entrevista dos organizadores pode ser feita com todos juntos. Ela termina a fala retomando as questões iniciais que ela já tinha elencado e dizendo que, como todos eles sabem, uma matéria jornalística não se faz só com entrevistas, mas também com observação, então eles precisam ter olhos e ouvidos muito atentos. (Diário de campo, 15 de maio de 2018)*

Para que o mundo da escrita lhes seja familiar, Rosina não faz nada de especial. Como uma conversa despojada, ela não recorre a nenhum termo técnico do jornalismo nem faz menção à estrutura que norteia a construção de uma matéria. No entanto, apesar disso, todas as conversas que ela desenvolve com o grupo pressupõem certos traços de um texto escrito. Muitos desses traços, inclusive, já são conhecidos pelo grupo: como vemos na discussão do pessoal

que acompanharia o evento o em Cidreira, todos ali sabem que devem anotar o nome e a origem dos entrevistados, pois são detalhes fundamentais para a elaboração de uma notícia. Esses elementos, aliás, são relevantes para eles também na oralidade, pois, quando trazem para a reunião algum acontecimento da semana, precisam dizer onde foi, em que horário aconteceu, quem foram os envolvidos.

Porém, se o Boca se constrói como um espaço de letramento, é porque se oferece ao povo da rua como um espaço discursivo muito singular, que aponta para lugares alternativos para a luta por um espaço de cidadania, de autoria, de visibilidade. Enfim, um espaço de existência, em que é possível àqueles que são excluídos de certas participações trazerem em seus enunciados suas vivências, suas perspectivas, seus valores pessoais. A participação no jornal os atravessa de uma maneira tão forte que eles passam a se enxergar com outras características definidoras, vendo que o seu papel na sociedade é mesmo importante para a divulgação do que acontece na cidade.

*O grupo que fará a cobertura do evento de Cidreira conversa sobre a matéria com Rosina, que está falando da certeza que ela tem de que eles são capazes de fazer a matéria sozinhos.*

*João: Eu acho que isso é uma coisa muito satisfatória pra gente, integrantes do jornal, um jornal feito por moradores de rua, principalmente pensando que vamos reunir quantos? 15, 17 estados? É uma coisa muito importante conseguir reunir mais de 10 estados em um lugar só. [...] E lá em Belo Horizonte a gente fez a maior gritaria pra que o evento acontecesse aqui, então nada mais justo do que a gente firmar o pé no cavalo, dizendo que aqui tem sim boca aberta. Quando eles veem assim eles pensam que é uma cobra, tá entendendo? Mas não, esse aqui é o Boca de Rua, que tá sempre com a boca aberta. E daí eles perguntam: “Por quê, por que tá com fome?”. Não, porque tá sempre louco pra falar. Então com os outros estados aqui dentro a gente vai falar sim, de um jeito organizado que nem a gente tá fazendo aqui. Se organizando entre quatro, cinco, dez pessoas junto, para elaborar o que a gente vai falar. Independente se for eu, se for o Marco, se for o Antônio, se for o... quem vai falar vai apresentar tudo. Vai ser pra 17 estados, mas a gente não quer saber se vai ser bonito ou se vai ser feio, se vai ficar bom, se vai ficar ruim. O que a gente quer é ver melhoria pra nossa situação, e o Boca tem que ter a boca aberta e o garfinho aquele pinicando.*

*Rosina e Luiz [colaborador] começam a rir com o grupo.*

*João: Se vocês não sabem de qual garfinho eu tô falando, eu vou mostrar aqui.*

*Eduardo alcança o jornal para João mostrar. Ele aponta para o título do Boca e explica.*

*João: O garfinho aquele é esse daqui ó, é o tridente, tá entendendo, e ele tá virado, é o demônio querendo pinicar, e agora ele vai pinicar. Agora ele vai! Dentro da nossa cidade, do nosso estado, e dentro do nosso país. O Boca tá sempre de boca aberta, e por quê? Porque ele tá sempre querendo falar, independente se alguém tem medo ou não. Nós temos a coragem de fazer um jornal assim que nem a gente faz.*

*Todos aplaudem e aclamam a fala de João. (Diário de campo, 15 de maio de 2018)*

Nesse espaço de letramento, é relevante trazer o conhecimento pessoal, do cotidiano da rua, calcado sobretudo no discurso oral. Entretanto, para poder compartilhar esse conhecimento que só eles têm, é preciso que recorram à língua, uma língua que, tanto na fala quanto na escrita,

demanda a presença do outro. Assim, para que eles próprios possam ocupar esse espaço de existência fundamental ao homem, é compulsório que dirijam o seu discurso a alguém. Afinal, se é possível entrever uma subjetividade em seus enunciados, é sempre sob a condição da intersubjetividade: se a boca está sempre aberta, é para a rua contar à sociedade o que acontece nessas vidas invisíveis. Para isso acontecer, é preciso coragem, mas não só: as práticas de letramento necessárias à produção do jornal envolvem uma espécie de socialização com a escrita e, sobretudo, uma apropriação de certos modos culturais característicos desse sistema, o que altera fortemente a maneira como os integrantes do Boca usam a linguagem, constroem seus conhecimentos e elaboram suas identidades (MATENCIO, 2009).

Partir, assim, do conceito de letramento possibilita estender o que se concebe como sendo do mundo da escrita, pois a relação entre o oral e o escrito deixa de ser entendida como uma relação de oposição para, sobretudo, ser vista como uma relação de continuidade, circunscrita essencialmente pelo nível de formalidade ou informalidade exigido pelo contexto. O vínculo entre essas duas ordens de existir na língua é fundamental para a construção de sentido dos textos presentes no jornal, e, mesmo que isso não seja tratado durante as reuniões, os integrantes do Boca conseguem perceber que cada situação demanda modos mais ou menos formais de lidar com as modalidades falada ou escrita. Mesmo na oralidade, eles sabem diferenciar a forma como devem falar um texto, a depender do seu interlocutor. Se ele é para falar de si em uma carta para as senhoras de Bagé, seus enunciados são mais despojados, como se narrassem pessoalmente a elas suas aventuras; se é para reclamar por algum direito a alguém ou a alguma instituição, sua fala é mais formal, com um tom mais sério e crítico. Mesmo na fala, em produções feitas no mesmo ambiente, na companhia dos mesmos companheiros, eles alteram a forma como se expressam, fazendo inclusive uso de expressões que são marcadamente da ordem do escrito. Na brincadeira entre “Prezado” e “Lesado”, suscitada na discussão sobre como começar uma carta aberta ao Presidente da República, eles mostram possuir estratégias orais letradas, mesmo não sendo necessariamente alfabetizados.

FIGURA 21 – É prezado ou lesado presidente que se diz?

## CARTA ABERTA A JAIR BOLSONARO



Foto: Paulo Árcus Boca de Rua/Agência Alice

Não somos macaquinhos que não querem ouvir, nem ver, nem falar

### Lesado presidente

Estamos rindo de nervosos ao “saber” que não existe fome no Brasil. O senhor tem ofendido a nossa inteligência de muitas maneiras desde que se elegeu. Ultimamente ofendeu o povo do nordeste e disse que sabia o que tinha acontecido com um desaparecido político preso durante a ditadura militar. O senhor fala sério ou faz piadas de mau gosto? O senhor tem idéia do que é fome? Já falou com alguém que passa fome? Por meio desta carta nós lhe fazemos um desafio: viva na rua um único dia e durma uma noite de inverno com chuva debaixo da aba. Sozinho. Sem filho nem segurança por perto.

Também aqui na carta lhe fazemos algumas perguntas sobre coisas que o seu governo está fazendo. Como não vamos passar fome se estão fechando os restaurantes populares, os pops e os albergues? Como não vamos passar fome se querem proibir até as pessoas de

nos fornecer comida na rua? Como não vamos passar fome se estão terminando com as políticas sociais como o “Minha Casa, Minha Vida”, a Bolsa-família e o benefício dos doentes, além de desvalorizar o Salário Mínimo e reduzir os direitos dos trabalhadores? Como não vamos passar fome se estão fechando as fábricas, as empresas e as pessoas desempregadas são despejadas das suas casas porque não conseguem mais pagar o aluguel? Como não vamos passar fome se, quando as famílias tentam melhorar a sua qualidade de vida ocupando prédios abandonados há anos – alguns públicos – são expulsas com violência pela polícia?

Como não vamos passar fome se não tivermos direito de estudar? O senhor diz que o conhecimento é a maior arma contra a fome. Mas, por outro lado, fecha escolas, acha que as cotas são injustas e corta o dinheiro

das universidades. Isso é uma contradição!

Por tudo isso, lesado presidente, apesar da gente ter bem mais respeito do que o senhor – que ofende as pessoas e trata o povo como burro – dizemos com todas as letras: o senhor está falando mentiras. As pessoas passam fome, sim, porque não conseguem estudar, não têm trabalho e, quando têm, os salários são uma miséria. Enquanto o senhor gasta o dinheiro do povo comprando votos para aprovar a Reforma da Previdência, os políticos e os juízes fazem jantar com lagosta e vinho importado, nós passamos fome, sim. E o senhor sabe disso. Ou então, é ainda mais lesado do que parece. A gente não é igual àqueles macaquinhos que não querem ver, nem ouvir, nem falar. Nós somos do Boca de Rua que observa, ouve e fala.

Atenciosamente,

Equipe do Jornal Boca de Rua

Fonte: Jornal Boca de Rua (2019b, p. 2).

O que se passa no Boca, em verdade, se assemelha muito ao que acontece em práticas sociais cotidianas, em que o oral e o escrito quase nunca se opõem, já que os gêneros que costumamos associar à escrita são produzidos na interação face a face. Fala e escrita, assim, constituiriam mesmo um contínuo, e concebê-los dessa maneira, como os Estudos de

Letramento se propõem, faz realçar que a relação entre tais práticas é diferente de um contexto para outro, sem que isso revele a superioridade da tecnologia da escrita frente a outras práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita. Não há nada, afinal, intrinsecamente ligado a tal conhecimento que justifique o seu prestígio. Por conta disso, no lugar de superestimar as diferenças entre um e outro, vale mais perceber suas semelhanças, suas sobreposições, sua mistura e as diversas funções que podem assumir no interior dos contextos em que ocorrem. Essa característica da língua, como há tanto já nos apresentara Marcuschi (2010), naturalmente vale também para o meio jornalístico, que

envolve não só os textos escritos que aparecem no jornal, mas também a discussão oral, que se faz na redação, das matérias que serão notícia no jornal do dia seguinte, as considerações e correções que o editor faz, tanto por escrito como oralmente, sobre o texto que o repórter apresentou etc. Em outras palavras, é um discurso de letramento, com práticas que envolvem tanto a língua falada como a língua escrita. (KLEIMAN, 2005, p. 43)

Dessa forma, mesmo que materiais escritos não estejam presentes forte e rotineiramente nos encontros, o Boca se desenha como um local em que a escrita ocupa uma posição importante na interação dos participantes, porque é em torno dela que muito da produção de sentido acontece. Por outro lado, o papel da oralidade na construção desse espaço é igualmente expressivo, pois, se ali é um lugar em que a história de cada um pode ser resgatada, nada mais natural que isso seja feito da forma como eles fazem cotidianamente: falando. É pela fala que eles elaboram seus contornos, se delimitam, se narram. Um jornal da população de rua não poderia existir de outra forma senão amparado, portanto, na oralidade. Apesar disso, mesmo que respaldado em discursos orais, o que o Boca faz é proporcionar o acesso a discursos que se organizam a partir da escrita (BRITTO, 2007), impulsionando que os próprios participantes nela se enunciem. A um só tempo, assim, o jornal promove outros modos de participação tanto na linguagem quanto na sociedade.

Porém, mesmo com a abertura a essas outras formas de pertencimento ao meio social, os discursos de pessoas em situação ou trajetória rua continuam a sofrer o atravessamento de inúmeras questões que acabam, no final das contas, por invalidar suas participações. Afinal, sempre haverá disparidade na posição que elas poderão ocupar em um diálogo, na medida em que nossas interações são marcadas, à nossa revelia, por oposições entre quem é mais e menos alfabetizado, mais e menos letrado, mais ou menos íntimo da variedade culta (TFOUNI; PEREIRA; MONTE-SERRAT, 2017). Todos esses pontos são essenciais para determinar quem estaria autorizado a ditar quais conhecimentos e quais verdades são válidos, e, não por acaso, quem decreta tal veredicto são justamente os grupos sociais que têm um acesso mais difuso ao

conhecimento (científico) e ao mundo da cultura escrita. O que o Boca faz é justamente questionar esse monopólio cultural, trazendo à tona uma questão fundamental: por que moradores de rua não poderiam também escrever? Eles escrevem, e essa escrita começa assim:

*Rosina diz que ainda não é o momento de distribuir o jornal, pois eles precisam decidir as pautas da próxima edição. Alguém cita a desocupação da ocupação. Rosina diz que isso já apareceu na última edição, mas que eles podem fazer uma atualização. Ela pergunta se alguém tem alguma sugestão e, com o silêncio, ela começa a citar dois acontecimentos que ela anotou ao longo das semanas: Ocupa vs. Desocupa e a Ocupa no Tesourinha, e a viagem de João. João retoma uma sugestão de Antônio de abordar a parceria que eles têm na rua, do pessoal que apoia as refeições nos finais de semana, que doa alimentos, porque essa gente poderia estar cozinhando em casa, para a sua família, e está fazendo comida para o pessoal da rua. João conta que foi na janta embaixo do Viaduto da Borges na sexta, e a polícia está oprimindo essas ações, não só do final de semana, mas as que acontecem durante a semana também. Amanda o interrompe, dizendo que a polícia está mandando o pessoal não dar mais comida para o povo da rua. Tiago comenta que esses grupos não podem deixar de acreditar nisso que fazem, pois o pessoal da rua precisa desse apoio. Alguns começam a falar, mas Rosina diz que já tem pessoas inscritas. Maurício responde à fala dos colegas, dizendo que, ao invés de eles lutarem por marmitinha, deveriam lutar pelo bandejão todos os dias da semana. O pessoal retruca, debochando. Leonardo pergunta por que ele não fala com o seu patrão, o Marchezan. Rosina lembra que aquele momento é só de sugestões, não é para já discutirem a pauta.*

*Rosina passa a palavra para Pedro. Ele fala de um bate-boca que teve sobre o fechamento da FASC, e, para ele, a FASC está abandonando os albergues municipais, porque tem muito muquirana dentro dos albergues e, mesmo a FASC tentando ajudar e intermediar essa ação, os lugares estão abandonados. Rosina passa a palavra para Letícia [colaboradora]. Ela relembra que eles tinham pensado em fazer um mapa com os principais locais da cidade que a população de rua utiliza. Alguns conversam, concordando; Rosina diz que esse seria o “mapa do peregrino”. Rosina passa a palavra para Jairo. Ele diz apoiar a fala de Pedro, pois eles precisam pressionar mais a FASC, pois as doações que ela recebe é para ajudar o albergue municipal, mas está tudo muito precário. Ele relembra que eles precisam também falar da dispersão que teve na Borges pela ação da Brigada e da Prefeitura. Alguns começam a falar, e Rosina lembra que agora é a vez de Paula. Ela sugere que o jornal fale sobre redução de danos, já que essa questão envolve vários preconceitos. Rosina passa a palavra para Maurício, que conta que teve a oportunidade de conversar com um coronel da BM. Ele conta que o sujeito disse que na Borges não estavam moradores de rua, mas um bando de dependentes químicos. Muitos se revoltam com a fala do colega e começam a retrucar o relato. Rosina pede silêncio, lembrando que não se espera que a BM fale outra coisa, mas o que eles têm que fazer é pesquisar se é isso mesmo. [...] Rosina pede calma e explica que eles já estão fazendo a discussão do tema, e aquele momento é só para a escolha das pautas. Ela explica que está agrupando os temas, pois muitos têm a ver com outros. (Diário de campo, 14 de agosto de 2018)*

A vinheta que lemos agora, apesar de extensa, é oportuna, pois com ela conseguimos enxergar um pouco de todo o dinamismo que envolve a construção desse espaço discursivo da rua: um fala daqui, outro fala de lá, um discorda do primeiro, o primeiro retruca a opinião do segundo, e, assim, é definido o que aparecerá no próximo jornal. Para quem é de fora, talvez pareça mesmo uma bagunça; para quem é de dentro, porém, o que se vê é uma edição do periódico tomando forma. Nesse processo, não é Rosina quem decide as temáticas, já que, mesmo que ela traga algumas ideias, originadas de discussões do grupo e talvez esquecidas ao

longo das semanas, suas ideias devem passar pelo crivo dos verdadeiros autores do jornal, a população de rua. Rosina é, em situações como essas, não mais que a principal pessoa que tenta organizar o espaço de fala de cada um – e, mesmo assim, esse papel é muitas vezes compartilhado com outros integrantes, que pedem respeito quando são interrompidos por seus companheiros.

Além da intromissão de diversas vozes na fala de alguns participantes, vemos que Rosina tenta também definir o que cabe àquele momento: é a hora de dar sugestões, não de discutir sobre a temática das matérias. Essa intervenção, embora talvez não faça sentido em outros contextos, diz muito sobre o Boca, visto que os assuntos trazidos à tona para a construção das pautas dizem tão profundamente sobre as experiências na rua que é difícil falar delas sem problematizar, questionar, discutir. Dar a sugestão para a pauta demanda que se afastem momentaneamente de si, colocando suas experiências sob outra ordem, como se fossem de qualquer pessoa que não deles. Assim, de certa forma, eles mesmos precisam se reificar, se apresentando como o *ele* de seus discursos – embora ainda sejam, paradoxalmente, sempre o *eu*. Isso, mesmo não sendo um movimento fácil, é fundamental, pois “o que está em nós precisa primeiro procurar uma expressão exterior, [...] para que possamos nos instalar em nós mesmos. Para que pedaços inteiros do que vivemos não fiquem incrustados em zonas mortas do nosso ser” (PETIT, 2010, p. 115).

Nesse processo, alguns recorrem inclusive a discursos que normalmente os oprimem, e não necessariamente para os refutar<sup>143</sup>. Entretanto, Rosina chama a atenção para algo que não é mero detalhe: o que a sociedade fala para eles pode ser um apoio para as pautas, mas jamais servirá para ser posto no jornal. Afinal, lá eles são jornalistas, e, se o Boca quer a palavra de alguém ou de alguma instituição (como a da Brigada Militar, por exemplo, cujos discursos normalmente afrontam a população de rua), isso deve ser feito através de uma entrevista oficial – se o Boca achar que quer trazer essas falas em seu jornal. Essa intervenção de Rosina busca apontar, enfim, que o acontece no Boca dá a eles outro estatuto social, pois os coloca em uma posição de quem produz conhecimentos, no lugar de apenas os reproduzir. Eles poderiam pesquisar reportagens e entrevistas feitas por outras mídias sobre os assuntos que lhes são do interesse, mas isso não os colocaria como protagonistas daquele espaço ou como responsáveis

---

<sup>143</sup>No Boca, nem todos têm as mesmas opiniões, e Maurício é um dos que mais se opõem às posições expressas pelo grupo. Tido pelos companheiros como um morador de rua de direita, por defender várias medidas adotadas pelos governos atuais, ele manifestou não se considerar pertencente à comunidade da rua por diversas vezes, durante o meu tempo em campo. À diferença de muitos ali, ele já trabalhou em grandes empresas, mantém contato com a família, mora em uma casa ocupada por ele e, talvez a característica mais determinante para não se reconhecer como fazendo parte desse grupo, tem o anseio de se tornar político.

por seus próprios discursos. Ou eles poderiam meramente vender os jornais, ficando ao encargo de estudantes e profissionais a produção das matérias – como acontece, como vimos, com todas as demais publicações no mundo que fazem parte do *International Network of Street Paper*. Porém, todos no Boca reconhecem que é muito diferente escrever a partir da perspectiva da rua. Mesmo uma simples entrevista se desenha de uma forma totalmente diversa, quando é feita por quem é desse espaço singular, pois, em muitos casos, quem concede a entrevista tem algum tipo de envolvimento com medidas que foram adotadas contra aqueles que o estão entrevistando. Assim, além do desconforto de dar uma entrevista para uma população supostamente carente, há sempre a possibilidade de ser questionado fervorosamente, podendo inclusive ser colocado em uma situação vexatória.

Após o debate sobre quais questões podem vir a se tornar matéria do jornal, Rosina costuma trazer, na semana seguinte, a organização final das pautas. Para isso, ela tenta abarcar tudo o que foi trazido pelo grupo, traçando relações entre um ponto e outro levantado pelos participantes. Dessa forma, ela reitera a centralidade da população de rua na decisão do que aparece no jornal e o espaço do Boca como um lugar democrático e livre de qualquer censura<sup>144</sup>. Com base nessa separação, cada integrante deve escolher o assunto que mais lhe interessa:

*O tema principal será o mapa do peregrino, mas não um como o que tem no Ilê Mulher, mas um mais abrangente, que vai mostrar para onde vão as pessoas que são corridas de viadutos e de ocupas, por exemplo. Rosina salienta que é como se a sociedade quisesse sumir com as pessoas, mas o Boca vai mostrar aos seus leitores que as pessoas não somem: se elas saem de um lugar, vão para outro, e por isso não é essa a solução. Rosina diz que já colocou alguns lugares: lateral do Gasômetro, HPS, Tesourinha, e muitos outros, que eles vão ver em conjunto depois. Junto a esse mapa, vão entrar os locais onde os parceiros dão comida e outros pontos interessantes. Além disso, vai ter a violência da BM, pois toda essa ação é feita com violência. Rosina retoma uma reclamação de Jonathan, que afirmou que, na edição anterior, o Tesourinha teve um espaço pequeno no jornal. Rosina diz que de fato teve pouco espaço, porque a matéria não foi feita lá, então, se ele acha que tem que se falar mais sobre um lugar, ou a pessoa tem que trazer a matéria, porque todos são repórteres, ou a pessoa tem que cobrar o grupo. Jonathan reclama que o Movimento tinha uma foto sobre o lugar e não enviou para o Boca; Rosina responde que era ele que deveria ter feito isso, e não ficar na dependência no Movimento. Ela diz que essa é a vantagem de um jornal trimestral, que eles podem sempre retomar algo que acharem que não foi falado o suficiente. (Diário de campo, 21 de agosto de 2018)*

Em resposta a uma cultura que enxerga as comunidades não-alfabetizadas como aquelas a quem seria necessário tutela, pois seriam incapazes de agir no mundo sozinhas, o Boca se

<sup>144</sup>O controle dos conteúdos do jornal, aliás, é por vezes objeto de recordação: ali, diferentemente de outros suportes de comunicação, nada é proibido. Isso já foi tema de discussão em alguns momentos, principalmente em relação ao conteúdo da contracapa, em que aparece a história pessoal de algum integrante. Em situações como essas, Rosina relembra que não é papel do grupo censurar nenhum colega, embora os participantes possam combinar que certas informações não sejam tornadas públicas, para preservar a população de rua de determinadas estigmatizações.

constrói como um lugar fronteiro, em que se assume a riqueza da tradição oral da qual é feito o mundo da rua, para, a partir disso, como uma ponte de comunicação, construir um material escrito que seja a cara da rua. Assim, a partir da escrita, essas pessoas escapam. Se são comumente foco de políticas higienistas, com as quais podem ser controladas, monitoradas, limitadas, ou se são normalmente centro de declarações preconceituosas, que calam a singularidade de cada um através de estereótipos, é no espaço discursivo aberto pelo jornal que essas pessoas se colocam em uma zona escorregadiça. Elas sabem dos seus direitos e sabem como podem agir no mundo pela luta desses direitos. Elas aprendem a existir na língua de outra forma, uma forma que dá a eles mais poder e através da qual podem se aventurar em si próprias, (re)conhecendo

[...] Não um “eu” social, absolutamente inteiro no olhar que recai sobre ele, mas sobretudo o outro eu, o desconhecido. Esse outro eu que anseia por um espaço fora do cotidiano e por palavras formuladas em outra língua desviada do seu uso normal, uma língua que nos afasta do tom habitual de nossos dias. (PETIT, 2013, p. 134)

Fazer parte do Boca propicia a percepção de que existem outras possibilidades de se viver a rua e de agir frente ao que seria o único rumo para rupturas pessoais e sociais, porque a língua escrita se torna para eles uma outra forma de se construir. É com essa compreensão, da passagem do mundo interior ao mundo exterior através da escrita, da criação de um espaço propício para a reconquista de suas posições enquanto sujeitos de discursos próprios, que se incentiva que eles assumam uma posição agentiva em suas vidas. Ao se afastar dos enunciados exteriores, que colocam a população de rua como o objeto sobre o qual se fala, e trabalhar em função da apropriação de uma língua interdita, porque caracterizada por uma erudição não pertencente às camadas populares, o Boca incita que cada integrante se redesenhe a partir da escrita e, com isso, aceda a uma nova língua. Para isso ser possível, todavia, é necessário que primeiro se marquem na língua falada, seu lugar discursivo por excelência:

*Letícia [colaboradora] pergunta que lugares eles querem colocar no mapa. Jairo sugere que o grupo vá para o POPE tem vários projetos de geração de renda, de costura, de bordado, etc. Jairo sugere que isso apareça nem que seja como uma nota. Pedro responde que não sabe muita coisa, mas que, morando desde os 9 anos na rua, para ele, morador de rua tem em qualquer lugar. Eu falo, então, para pensarmos a partir de alguns eixos, como alimentação, saúde, etc. Jairo diz que visitou o espaço do Ilê Mulher, onde tem um mapa do peregrino, tipo uma maquete, com os pontos principais da população de rua e os albergues, como o Filipe Diehl, o Ilê Mulher, o Abrigo Bom Jesus, o Marlene. Ele diz que eles podem todos ir lá ver. Jairo começa a citar tudo o que tem de distribuição de alimentos, em cada dia. Letícia pergunta se tudo isso já está feito e quem fez. Jairo responde que já está feito, mas que ele não sabe direito quem fez. Pedro o ajuda, dizendo que foi o pessoal do Ilê Mulher. Jairo explica que o Ilê não é tão frequentado porque lá não pode entrar e sair, diferentemente dos POPs, então a maioria do povo da rua vai para lá. Jairo continua falando de todas as atividades do Ilê, que é mais voltado para a redução de danos. Jairo diz que ele pode nos levar lá para ver a maquete e que pode dar o um real do*

*bandejão para quem não tiver dinheiro – isso se a gente, patricinhas de Beverly Hills, quiser comer comida de segunda. Letícia ri, debochando dele. Jairo pede para sair na nota que esse é um espaço esquecido, mas que é muito bom. Letícia diz que vai tentar marcar uma data para o grupo ir, para poderem entrevistar o pessoal. (04 de setembro de 2018)*

De acordo com as divisões das pautas, o grupo que integrei ficou responsável por fazer o mapa do peregrino. Em resposta à ação da Prefeitura, que retirou, em agosto de 2018, dezenas de moradores de rua que moravam embaixo do viaduto Otávio Rocha, em um ponto central da cidade, a intenção da matéria era mostrar que, se aos olhos da sociedade o problema estava solucionado, na verdade, ele só tinha sido transferido para outro lugar. Assim, junto dos principais pontos de apoio à população de rua, como locais para alojamento e alimentação, constariam também os lugares onde ela faz morada, como praças e viadutos. Dado o tamanho de Porto Alegre, os integrantes do grupo chamaram a atenção para o fato de que eles costumam se limitar a certas zonas da cidade (uns mais perto do centro, outros mais perto da zona norte), e, por conta disso, cada um teria propriedade para falar apenas do ponto onde mora. Instalado na Cidade Baixa, por exemplo, Jairo nos mostrou na grama, com algumas pedrinhas em mãos, o que havia no entorno da sua região, tentando traçar um paralelo a que aquilo equivaleria para Maurício, por exemplo, alojado perto da Farrapos.

FIGURA 22 – Porto Alegre cabe na mão



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Assim, é justo pela rua, onde aparentemente não resta nenhum espaço para o pessoal, para o subjetivo, que essas pessoas conseguem se inscrever na língua. Elas se afastam daquele imaginário que cerceia tanto quanto delineaia suas potencialidades para se aproximar de uma existência que nem elas mesmas conheciam: uma existência através da escrita, possível apenas para aqueles que percebem sua singularidade frente aos outros e dentro de si próprio. E todo esse movimento de criação de um espaço só seu é resultado da enunciação, pois, ao escreverem, se escrevem, ao elaborarem, se elaboram, ao interpretarem, se interpretam. Ao fazerem isso, eles subvertem a lógica do monopólio da escrita, pois alcançam um espaço discursivo no qual importa falar sobre si e sobre os saberes marginalizados que constituem a identidade da rua. É

dessa forma que essas pessoas vão entendendo que elas podem dizer *eu* em um suporte que, à primeira vista, deveria não só ser impessoal, como também ser feito somente por aqueles cujo meio social autoriza. O espaço à fala e à escrita proporcionado no galpão, assim, contribuiria com uma forma de democratização, entendida como

[...] um processo em que cada homem e cada mulher podem ser mais sujeitos de seu destino, singular e partilhado. [...] Mais bem equipados para resistir a alguns processos de marginalização ou a mecanismos de opressão. Para elaborar ou reconquistar uma posição de sujeito, e não ser apenas objeto dos discursos dos outros. (PETIT, 2013, p. 102-103)

Através desse acesso mais igualitário e pleno a espaços discursivos, se torna possível ao povo da rua combater a palavra do outro que o anula, porque cada um se sente capaz de se construir à sua maneira, a partir de um ponto único: o do *eu*, com o qual se ocupa um lugar na língua sem ter de se reportar a ninguém mais além de si (PETIT, 2013). Subverter o monopólio da escrita é, assim subverter o próprio monopólio da identidade, que impede que cada pessoa invente um modo totalmente seu de se dizer. Entre as linhas do jornal, os jornalistas passam a elaborar seus próprios textos, ora cheio de palavras, como Marina, que escrevia poemas durante sua estada na casa de mulheres, enquanto se protegia do marido agressor, ora sem nenhuma delas, como Daniel, que faz dos desenhos que retratam a vida na rua sua forma de expressão. Nesse horizonte, o estatuto da escrita se modifica: ela passa a ser percebida como uma escrita diferente, que não mais é a escrita do outro, mas é a escrita de si. Ela é diferente, ainda, da fala, porque, ao escrever,

[...] somos introduzidos nele [no mundo] de uma maneira diferente. O mais íntimo tem a ver com o mais universal, e isso modifica a relação com os outros. A leitura [e a escrita] pode contribuir, desse modo, para a elaboração de uma identidade que não se baseia no mero antagonismo entre “eles” e “nós”, minha etnia contra a sua, meu clã, meu povo ou meu “território” contra o seu. Pode ajudar a elaborar uma identidade em que não se está reduzido apenas a laços de pertencimentos, mesmo quando se tem orgulho deles, e levar à construção de uma identidade plural, mais flexível, mais adaptável, aberta ao jogo e às mudanças. (PETIT, 2013, p. 55)<sup>145</sup>

Assim, escrever é como renegar a própria condição. É como se essas pessoas saíssem de seus portos e se permitissem zarpar: com a escrita, elas se abrem a outras possibilidades de existência, em que é possível sonhar com lugares sociais diferentes, deixando para trás uma identidade que as confina ao trazer para perto a miscelânea de posições que podem ocupar através da expressão de sua subjetividade na língua. Quando se é pobre, quando se tem trajetória

---

<sup>145</sup>Michèle Petit, em sua obra *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público*, trata sobre o poder da leitura, que pode servir como modo de resistência ao mundo exterior e de descoberta do mundo interior. Apesar de o foco da autora ser a questão da leitura, entendo que muito do que se discute em relação a isso serve também à escrita, já que esses são dois modos complementares de lidar com textos escritos.

de rua, sentir que o horizonte é finito, que nele se está preso, é no mais das vezes o único sentimento possível. Mas é na passagem da língua falada, de demandas partilhadas em rodas de conversas, para a língua escrita, de demandas estampadas na capa do jornal, que um desvio se desenha.

O Boca, assim, mostra que o povo da rua aprendeu as regras do jogo de nossa cultura, cujo conhecimento é sobretudo dever da escola passar: para existir, é necessário escrever. Longe de ser estéril, o espaço promovido pela escrita recria um espaço não de conformismo, mas de luta, de ação, de embate com um mundo que não vê em moradores de rua uma possibilidade de singularidade que venha do mundo das letras. De estrangeira, a escrita se torna parte intrínseca, interior, dessa comunidade. Aqueles que se atrevem a ultrapassar a barreira que define quem tem e quem não tem o direito a ela passam a entender que aquele é também um lugar seu e com o qual podem aprender outras formas de existir, pois

Cada um de nós tem direitos culturais: o direito ao saber, mas também o direito ao imaginário, o direito de se apropriar dos bens culturais que contribuem, em todas as idades da vida, à construção ou à descoberta de si mesmo, a abertura para o outro, ao exercício da fantasia, sem a qual não há pensamento, à elaboração do espírito crítico. Cada homem e cada mulher têm direito de pertencer a uma sociedade, a um mundo, através daquilo que produziram aqueles que o compõem: textos, imagens, nos quais escritores e artistas tentam transcrever o mais profundo da experiência humana (PETIT, 2013, p. 23-24)

O acesso a experiências culturais como a escrita, assim, não pode nunca ser encarado em termos de assistência ou de caridade. Não importa de quais meios sociais venhamos, quais obstáculos nos oprimam, se isso é passageiro ou definitivo: temos todos direito a bens culturais. É uma questão de dignidade. Não à toa, o Boca não se apresenta como uma forma de assistência ou de geração de renda; ele existe para atender a um dos direitos humanos previstos na Declaração Universal, o direito à comunicação, que também integra os direitos culturais de qualquer pessoa. Quando privamos autores (e leitores) desse direito fundamental, nós os estamos roubando uma forma importante de experienciar o mundo da comunicação e da própria linguagem. Afinal, entre os direitos culturais,

figura certamente o direito à educação, e em particular ao aprendizado da língua, essa língua que pode constituir uma terrível barreira social. E também, em um sentido mais amplo, o direito ao saber e à informação, sob todas as suas formas [...]. Porém, entre esses direitos existe também o de se descobrir ou se construir, a partir de um espaço próprio, um espaço íntimo. [...] Tudo isso é parte integrante de nossa humanidade e [...] contribui à democratização de uma sociedade. De maneira necessária, favorável, porém não suficiente; também não sejamos ingênuos quanto a isto. (PETIT, 2013, p. 114-115)

Assim, muito mais do que uma atenção genuína, os participantes encontram no jornal um meio concreto para acederem a bens culturais que, se não fosse ele, dificilmente teriam

alcance, mesmo o direito à escrita sendo um direito elementar. Esse acesso é o que permite um desvio em suas vidas, uma ruptura com o que se é e com o que se conhece pela descoberta de sua singularidade. Por isso, naqueles que se arriscaram a escrever, são visíveis as transformações: suas identidades, filiadas até então a discursos que os enxergam como incapazes de produzirem conhecimento, são atravessadas por outras possibilidades. Eles não podem continuar a ser da forma como antes se reconheciam, à medida que novos traços são desenhados – traços que os condenariam a continuar em um mesmo lugar de enunciação, a quem caberia o direito apenas à palavra falada, na melhor das hipóteses.

Portanto, é com a intenção fomentar o direito não só à comunicação, mas também ao saber – o saber que envolve o mundo da cultura escrita –, que o Boca coloca a população de rua em uma posição de protagonismo. Desde o momento da decisão das pautas, em que Rosina faz uma lista com as questões levantadas, até a discussão nos grupos, em que os colaboradores fazem perguntas que estimulam a expressão individual dos participantes, tudo o que se torna conteúdo do jornal é pensado por seus jornalistas. Mesmo que não sejam eles que, efetivamente, escrevam o texto que estampa as páginas do periódico, o que é nele enunciado passa sempre pela aprovação dos seus verdadeiros autores. Para isso ser feito, é preciso recorrer à oralidade, colocando em evidência o mecanismo central e circular a partir do qual a escrita do jornal é possível. Por isso, os enunciados orais, produzidos primeiro pelos moradores de rua, são em seguida apresentados pelos colaboradores como enunciados escritos, que precisam ser passados de novo a enunciados orais para que seus sentidos possam ser reconhecidos por todos do grupo:

*Digo que vou ler o texto que temos até então para eles, sobre os pontos de distribuição de alimentos. Jairo me questiona se a entrevista que ele fez há alguns dias no Ilê Mulher vai sair na matéria. Respondo que provavelmente vai sair na pauta de Rosina, mas que vou ver com ela. Explico que Rosina pediu para que, depois que eu lesse, eles falassem um pouco do Bar do Peregrino. Tiago pergunta se não é o bar do Jorge. Jairo questiona o que Rosina quer que eles falem sobre isso. Respondo que não sei. Tiago diz que então eles podem falar do lugar da sopa, que é um lugar onde eles dão alimento, mas que ele não sabe como eles estão fazendo agora. Eu pergunto se posso começar a ler e se estão todos prestando atenção. Começo a ler o que temos. A cada novo espaço de distribuição, pergunto se eles querem acrescentar mais alguma coisa. Em alguns pontos, eles citam as informações que faltaram. Por vezes, eles citam o nome de um ou de outro voluntário que trabalha nesses espaços, como uma forma de agradecer especialmente ao atendimento deles. Lucas diz que precisamos colocar que são lugares que estão sob ordens para cortar a distribuição de comida. Cadu lembra que Marchezan quer tirar isso deles. (Diário de campo, 09 de abril de 2019)*

Após as primeiras reuniões a cada início de pauta, em que já foram feitos debates, entrevistas e visitas necessárias para a produção das matérias, é de hábito que o texto produzido até o momento seja lido em voz alta. É nesse exercício de leitura e discussão sobre os sentidos do que está sendo lido que eles conseguem ter noção do que já foi elaborado, podendo ver de

forma mais clara o que ainda está em aberto e que precisa ser discutido e o que precisa de alteração, quer por apresentar dados errados, quer por ter algo que não deva constar na matéria final, apesar de ser sido comentado em grupo. É nessa troca constante, na busca pelo sentido intentado pela população de rua, que cada matéria vai tomando forma. De um lado, com o povo da rua expondo seus saberes, em um processo que demanda que todos ratifiquem as informações que estão sendo ditas e que constarão no jornal. De outro, com os colaboradores compartilhando os saberes ouvidos e que foram transformados em texto escrito, a partir do domínio que têm da tecnologia da escrita. Nesse vai-e-vem de enunciados, quer de pessoas da rua, que trazem diferentes bagagens de vida, quer de voluntários, que circulam sem embaraço no mundo da escrita, o que se vê é justamente a natureza de qualquer prática social, que se alicerça em conhecimentos individuais mobilizados de acordo com a necessidade, em função da construção conjunta de algo relevante para todos. Afinal,

Um evento de letramento inclui atividades que têm as características de outras atividades da vida social: envolve mais de um participante e os envolvidos têm diferentes saberes, que são mobilizados na medida adequada, no momento necessário, em prol de interesses, intenções e objetivos individuais e de metas comuns. (KLEIMAN, 2005, p. 23)

Assim, para a construção das matérias, da mesma forma como acontece com outras práticas sociais de letramento, todos trabalham em função de um propósito em comum da maneira como melhor conseguem. Isso caracteriza não somente a discussão das pautas em grupo, mas todos os outros os momentos que envolvem a produção do jornal: se um não sabe assinar o seu nome, o companheiro pode fazer isso; se outro não sabe os horários de funcionamento de um local, o colega pode ajudar na informação; se um terceiro não se lembra exatamente de um evento que gostaria de narrar, o amigo pode contar o que lembra. Como vimos, os participantes não precisam ter todos os mesmos saberes, pois, afinal, em uma comunidade, cada participante colabora com os conhecimentos que tem. É exatamente assim que o Boca se desenrola:

*O pessoal está discutindo que dia é a distribuição de comida em uma das praças.*  
*Tiago: Será que a gente poderia colocar também que a população que é contra acha que isso é fazer casinha pra vagabundo, né, porque dar alimentação pras pessoas é contribuir com que eles fiquem na rua. Eu acho que a gente pode colocar é que não é por esse lado, né, têm pessoas que tão necessitadas mesmo.*  
*Jairo: Boa, neguinho.*  
*Tiago: Não é como o pessoal diz que 'ah, vou dar comida pra essas pessoas e vai ter sujeira, vai ter junção de vagabundo, que os caras nunca mais vão querer trabalhar, vão ficar só esperando vir na mão', entendeu. Tem que ver que a gente acha, que o nosso jornal acha que não é por esse lado aí.*  
*Jairo: Isso!*  
*Tiago: Têm pessoas que realmente necessitam daquela doação ali, né.*  
*Jairo: É, tem pessoas que também são iluminadas, que fazem esse tipo de caridade.*

*Peço para Tiago me explicar novamente um trecho que não consegui anotar para a matéria.*

*Tiago: É, tem pessoas que fazem doação na rua que são pessoas que gostam de fazer junção de rua, entendeu, querem ver as pessoas naquela situação, por isso que eles vão ali e dão. E eu acho que todo mundo que mora na rua tem vontade de sair da rua, né, meu, porque não é possível de uma pessoa gostar de morar em situação de rua. Eu acho que a sociedade tinha que se conscientizar que botar um ponto negativo na doação vai ser prejudicial.*

*Jairo: Então já que a sociedade acha isso aí, eu acho que tinha que investir mais em oportunidade de geração de renda.*

*Tiago: Pras pessoas em situação de rua*

*Jairo: Pra quem tá em vulnerabilidade social. Dá uma oportunidade pro cara trabalhar. (Diário de campo, 09 de abril de 2019)*

Na discussão sobre os pontos de distribuição de comida, salta aos olhos o fato de que, mais do que meramente citar os locais e horários onde a população de rua pode fazer uma refeição, o que os participantes querem é falar o que acham dos discursos que os cercam e que fazem críticas a esse tipo de assistência. Isso não é sem valor. Falar sobre pontos da cidade que oferecem comida a pessoas vulneráveis, indicando o nome da rua, o horário de atendimento, a comida servida, isso qualquer jornal pode fazer. Porém, um jornal da rua serve a outros propósitos. Serve para dizer “o que a gente acha”, pois nele é possível se apropriar da língua toda para colocá-la em função do *eu* da rua, cujos enunciados são sempre silenciados, editados ou modelados pelas mídias tradicionais. Como uma continuidade dessas vidas, o próprio jornal passa também a “achar que não é por esse lado aí”. Ele é, enfim, um lugar discursivo, o lugar discursivo por excelência, no qual todos aprendem a ter voz e no qual a única voz a ressoar é a deles.

*Leio o trecho dos macaquinhos. Jairo concorda com o que está escrito.*

*Tiago: E também tem assim, dá pra colocar nessa parte aí que têm alguns que também fazem sacanagem, né.*

*Jairo: Isso.*

*Tiago: Então as pessoas têm que tá espertas nessa história aí, que já existiram pessoas que foram comer e tava até com caco de vidro moído. Ou então outros que fazem sacanagem.*

*Jairo e o pessoal começa a citar dos casos que colocam borra de café, farinha.*

*Tiago: Não é qualquer lugar que a gente pode chegar e comer à vontade, tem que tá sabendo mais ou menos por onde tu vai, porque tem pessoas que não tão... [não termina a frase, pois é interrompido pelos companheiros].*

*Pedro fala de um senhor que morreu; Jairo diz que isso não precisa colocar, que eles precisam colocar só os espaços que eles têm para comer.*

*Tiago: Dá pra colocar também que macaquinho é uma das comidas mais perigosas que as pessoas de rua comem, né, porque é uma comida que tu não sabe de onde tá vindo, tu tá comendo porque tá com fome. Daí só Deus te salva, a gente pode tá comendo um bagulho envenenado, vai saber.*

*Jairo, querendo terminar logo a matéria: O que mais, senhorita?*

*Continuo lendo a matéria, com o que temos escrito sobre macaquinho.*

*Jairo: Isso aí tá tudo certinho, é tudo verdade. (Diário de campo, 09 de abril de 2019)*

A subjetividade no Boca desliza por todas as partes, pois é a partir da experiência de cada um que ele se constrói. Por isso, falar sobre os macaquinhos provoca muito mais reações

do que falar de outras formas de alimentação. Se tratar das idas às praças ou às feiras para comer não é muito empolgante, é nos relatos sobre os macaquinhos, sobre as comidas penduradas em sacos plásticos em árvores e grades, que eles se desacomodam. Entre histórias de quem morreu, de quem encontrou comida estragada ou mesmo de quem se deu bem e achou um macaquinho farto e com comida ainda quentinha, todos ali têm algo a contar. Muitos desses enunciados, é verdade, soam violentos demais (por fazerem referência, afinal, a episódios violentos demais), e, por isso, alguns integrantes não concordam em levar isso para o jornal. Baseados nesses mesmos enunciados, que remetem às violências sofridas na rua, outros, em oposição aos primeiros, persistem na importância de trazer na matéria a crueldade que envolve a doação de comida. No meio dessa controvérsia, se tem algo que não é contestado, é a autenticidade das informações: todos concordam que, no final das contas, “é tudo verdade”.

É nesse espaço de existência, em que é possível a cada um se apropriar da língua e nela fazer marcar sua subjetividade, que uma identidade renovada se constrói. Entretanto, para que as palavras daqueles a quem não cabem palavras escritas ultrapassem as paredes do galpão, é preciso de alguém que faça isso acontecer. Como o intermédio entre dois mundos, o Boca é o espaço em que se percebe que a escrita é uma ação difusa, dona de muitas definições. Afinal, é possível escrever o que se quer mesmo que não se domine a tecnologia da escrita, desde que se tenha quem construa a ponte necessária entre a palavra falada e a palavra escrita. Quem faz isso são os colaboradores do jornal, que tentam colocar no papel todos os sentidos que emanam dos enunciados da população de rua. Assim, na busca pelo *verdadeiro* valor daquilo que ela quer passar a seus leitores, cabe aos apoiadores tentarem se apagar, nesse inalcançável exercício de se ausentar de seu próprio exercício de linguagem. Mais ou menos assim:

FIGURA 23 – Fala que eu te escrevo

Vários profissionais na rua e ninguém dá oportunidade. De 30, 20 vão p/ frente; eles acham que só dependem de nós ajudar.

Zumbi e maltrapilho? Nem todos são assim.

Domingo tem almoço e o mais comum é arroz, lentilha e um complemento, como moranga e salsicha. Servem também água e café preto.

Praça do Capitólio *que vem da Restinga*  
 Tem uma senhora conhecida como a Tia da Borges que vai lá todo o domingo pela manhã, a partir das 8 horas, e leva dois sanduíches, suco, caixinhas de comida e pão caseiro.

Praça Parobé  
 Uma outra senhora vem de ônibus lá de Canoas, de manhã bem cedo, para trazer café da manhã para uns 200 moradores de rua. Junto, oferece pão com mortadela e nunca esquece de desejar "Bom domingo a todos".  
*Uma ma oração e entrega um mosquitinho e palavras de fé.*

Praça da Matriz  
 Todas as noites, por volta das 19h30min até as 8 horas da manhã, é servida comida e lanche. *mas 2h*

Ipiranga com Getúlio  
 Esse lugar tem tradição em fornecer comida para moradores de rua. De terça a sexta entre 8h30min e 10h30min é servida a famosa sopa. Dá para tomar banho e na segunda-feira também são distribuídas roupas.

Feiras  
 Ao final das feiras que vendem verduras e frutas, muitos donos de bancas costumam distribuir os produtos que sobraram.

Pela cidade *e na Praça da Matriz, praça da Guinibaldi*  
 Grupos de voluntários percorrem diversos pontos da cidade – como o Parque da Redenção, as avenidas Borges e Azenha – distribuindo alimentos. Na segunda-feira, por exemplo, tem o Carreiro da Caixinha.

Sérgio Zucchi *desde os primatas*  
 Macaquinhos *burguês sempre deixou comida.*

Várias pessoas costumam deixar a comida que sobra nas suas casas em sacolas de plásticos penduradas nas árvores. A gente chama de macaquinhos. Para conseguir, tem que passar logo depois do almoço, porque ainda está quentinho. Os primeiros que chegam, levam. Tem alguns que arrumam bem direito, tudo separado, mas outros colocam alimento estragado ou misturam com café e erva mate e outras coisas piores. Aconteceu uma vez de um louco, ou uma louca colocar cacos de vidro nos macaquinhos. Mais deu um morador de rua foi parar no hospital. O lugar onde mais se faz isso é na Cidade Baixa.

+ ANTIGA, deu origem aos outros (FUNDOU AS OUTRAS)  
 Raimiro D'Ávila *antes era seguran a cidade.* *terça a sexta (única que sente todos os dias)*  
 Lagoa tem buího, carne de cabalo 3h às 10h30

CASA DA SOPA Raimiro D'Ávila  
 Na Getúlio Vargas  
 Doam roupa (certo que depois de chuva).  
 Kit Higienico *massa e feijão*  
 Sopa arroz, feijão, cabo de relho, macarrão, moda.

*Tem gente que faz sacanagem: farinha, boba de café, cospe, vidro. - NÃO DA PI SE SÓGAR*

*Voluntários: Seu Gerson, Tia Hilda, Dona Mari, Mari.*

*Todos se acomodam em um lugar e oferecem a comida. Pessoas especiais a julga*

*A sociedade precisa entender que isso é negativo. Tem pessoas que são necessitadas e que não podem ficar sem comida.*

*que acham que a oportunidade de renda. Deem um banho! Oportunidade!*

Fonte: Arquivo pessoal (2019).

É senão pelo outro que todos nós tentamos dar forma e sentido ao que vivemos. Para que a realidade por que *eu* já passou seja acessível ao mundo, é necessário recorrermos à língua, com a qual conseguimos fazer renascer o que vivemos aos nossos interlocutores. Dessa maneira, mesmo que eles não tenham vivido a mesma realidade que nós, eles conseguem, através de nossos enunciados, apreender os acontecimentos por que passamos e as experiências desses acontecimentos (BENVENISTE, 2005d). É por a língua traçar toda relação que constituímos com o mundo que assumimos que a linguagem, antes de servir para comunicar, está a serviço de uma função primeira: significar. Reconhecer isso é entender que a significação não é um elemento adicional na língua, mas que faz parte de sua própria natureza – natureza essa que se desenha, para Benveniste, com base em dois sistemas distintos e complementares: o semiótico e o semântico<sup>146</sup>.

Naturalmente, por este trabalho ter como foco práticas sociais de leitura e escrita, meu interesse paira naquilo que Benveniste trata como sendo da ordem do semântico, cuja expressão por excelência é a frase – afinal, é senão com frases que nos expressamos. Assim entendida, a noção semântica, longe de ser uma propriedade da língua, é decorrência da atividade linguística do locutor, que se apropria dos elementos do sistema para construir seus enunciados. Quando falamos de frases, portanto, à diferença de quando falamos de signos, falamos de expressões sempre particulares, cujos sentidos implicam referência ao momento do discurso. Vemos aí o homem sendo posto na língua necessariamente, pois cabe a ele estabelecer, por uma certa escolha de palavras, em uma certa organização sintática, qual é a ideia que quer exprimir. É o que Benveniste chama de intencionado, aquilo que o locutor quer dizer, aquilo que, estando em seu pensamento, ele atualiza na língua (BENVENISTE, 2006a).

Para que ocorra a passagem do paradigma ao sintagma, do repetível e genérico ao irrepetível e particular, não podemos mais falar de signos, que é a unidade semiótica, mas precisamos nos remeter à palavra, unidade semântica. Se a frase expressa a ideia do locutor, são as palavras, agenciadas para a construção de um certo sentido, que tornam isso possível. Essa é a forma como distinguimos no mundo o semântico do semiótico, e ela nos informa de que há, nesses dois modos de perceber a significação, também dois sentidos distintos. Em realidade, quando se trata de signo, não se busca definir o seu sentido, mas tão somente perceber se ele tem algum significado dentro da comunidade linguística a que pertence – o único critério

---

<sup>146</sup> Para Benveniste (2006a), o sistema semiótico estaria na base, na medida em que integra as unidades mínimas de uma língua, os signos, cujos valores são sempre constantes, pois, por existirem apenas dentro do paradigma linguístico, nunca chegam a ser empregados em uma certa relação com o mundo. Por sua vez, o Sistema semântico, fundamentado no semiótico, toma como elemento estruturante a palavra, cujos sentidos são atualizados a cada novo emprego no discurso e, portanto, são definidos por sua relação sintagmática.

aqui empregável é um signo ser aceito ou não. No caso das palavras, não tratamos mais de significado, mas de sentido, que é determinado pelo seu emprego em frases sempre particulares. Uma palavra, assim, não comporta um único emprego, mas vários, a depender das conexões que faz no nível do sintagma, na contingência do discurso (BENVENISTE, 2006a).

A discussão teórica que envolve os dois mundos da significação, o da semiótica e o da semântica, tem ainda muito a desvelar sobre o que acontece na escrita do Boca, sobretudo ao que cabe ao nível semântico, ao que compete à frase e à palavra. Paira aí um mecanismo muito singular de se conceber a escrita, porque, se de um lado, o que é expresso no jornal remete às ideias formuladas oralmente pela população de rua, de outro, as palavras e a maneira como elas são dispostas na frase são responsabilidade exclusiva dos colaboradores, que são a figura que faz, concretamente, essa passagem do oral para o escrito. Quando tratamos de semântica, percebemos que, se existem na língua, à nossa disposição, diversas expressões que remetem, de modo mais ou menos parecido, à mesma ideia, o intencionado segue sempre, não importe de que língua falemos, certas leis estruturais que determinam o seu agenciamento. Como bem diz Benveniste, “há aqui necessariamente uma mistura sutil de liberdade no enunciado da ideia e de restrição na forma deste enunciado, que é a condição de toda a atualização da linguagem” (BENVENISTE, 2006a, p. 232). É nesse intercurso, em que a mão alheia escreve o que a cabeça do outro pensa, que a escrita no Boca é possível. Uma escrita que é deles, mesmo sem serem eles a escrever<sup>147</sup>. Certamente se manifesta aí uma forma totalmente particular de conceber a escrita, uma escrita cujo estatuto ainda precisa ser definido. Uma escrita para a qual o que importa é mais o trabalho reflexivo que é fruto das experiências vividas e que dá forma ao conteúdo dos textos do que a capacidade motora de escrever ou o conhecimento da tecnologia da escrita.

Contudo, para além das especificidades que determinam o meu olhar teórico para a sua escrita, o Boca, tal como a ponte de comunicação a que se propõe ser, consegue levar a perspectiva da população em situação de rua ao alcance da sociedade, a partir de matérias pensadas sob outro ponto de vista, um ponto a que provavelmente poucos leitores teriam acesso caso esse material não existisse. Quando os moradores de rua aceitam participar dessa empreitada, a escrita mostra ter para eles um propósito bem definido: nela, se pode falar de si ao mundo. Dessa forma, eles se armam contra uma cultura que é definida a partir daqueles que dominam o código da escrita – que são alfabetizados – e que sabem agir socialmente a partir

---

<sup>147</sup> Falo aqui centralmente da escrita dos textos das matérias. Outros textos escritos, como poemas que estampam a contracapa, ou mesmo textos imagéticos, como fotos e desenhos, são feitos exclusivamente pela população de rua que integra o projeto.

dela – que são letrados –, porque, mesmo não sabendo obrigatoriamente ler e escrever, eles se reconhecem como participantes de práticas sociais de leitura e escrita e, tão importante quanto isso, são reconhecidos como integrantes dessas práticas.

Por sermos uma sociedade grafocêntrica, a principal forma de lutar contra a exclusão não poderia ser outra senão se armando com palavras escritas. Assim, trabalhar com a venda de um jornal produzido pela própria população de rua cria a oportunidade de ela se inscrever socialmente de um novo modo, em que morar na rua se torna apenas mais um dos traços de sua identidade, mas não o único a lhe representar. Ser morador de rua deixa de ser um traço cristalizado, como se houvesse um único significante: como metonímia, ser morador de rua abre espaço para a subversão de uma ordem social dada, em que o morador é o excluído, o isolado, a vítima. Mesmo que não haja a real mudança de sua posição na estrutura da sociedade, a possibilidade de esse povo se tornar protagonista de práticas até então negadas a ele contribui para que os outros atores sociais o enxerguem de maneira menos redutora, porque percebe nele a potencialidade de ser singular. Afinal, a língua

é, acima de tudo, expressão de identidades: identidades de grupos, de nações, países ou regiões (de onde surge o conceito de língua ou línguas nacionais), de países, de comunidades de países, de localidades e, também e de forma muito significativa, de indivíduos. (BRITTO, 2007, p. 24)

É a posição de protagonismo, em todos os níveis do trabalho que é desenvolvido no Boca, que proporciona ao povo da rua um espaço de singularidade, em que a identidade de cada um se encaixa absolutamente. Qualquer seja o enfoque que se dê, oral ou escrito, o que importa é que, no Boca, existe a oferta de um espaço. Um espaço de resistência, de subversão, porque, antes, um espaço de enunciação, a partir do qual a escrita deixa de ser uma autoridade colonizadora, a quem eles devem se submeter. Afinal, o movimento deve ser bem o contrário: é a escrita que, no final das contas, a eles deve se subordinar.

Todas as questões que aqui trouxe à tona foram pensadas a partir das perguntas de pesquisa que nortearam o meu olhar enquanto etnógrafa e que foram apresentadas no terceiro capítulo. Esses questionamentos colocavam em foco 1) a construção do Boca como uma agência de letramento; 2) a intersubjetividade como um componente imprescindível para a instauração do Boca como uma agência de letramento e 3) a participação no grupo como uma forma de lutar pelo exercício pleno da cidadania. Neste quarto capítulo, busquei, com os inúmeros eventos de letramento que percebemos fazer parte do dia-a-dia das reuniões do Boca, responder a tais tópicos. Quando falamos dos debates sobre as regras do jornal, das discussões em torno dos informes, das escolhas de pautas, vemos sempre os integrantes do Boca

envolvidos em um conjunto de práticas sociais que envolvem o mundo da leitura e da escrita. Ora com textos escritos em mãos, de esferas formais (panfletos da Prefeitura, jornal Metro) e informais (convites da Amada Massa e do Capitólio, cartas das senhoras de Bagé), ora através de suas falas, que tematizam questões da ordem do escrito, também formais (decisões judiciais sobre ocupações, fechamento de albergues) e informais (história das bonecas de pano, discussão sobre projetos de moradia), percebemos que o que possibilita ao jornal se desenhar como uma agência de letramento para aqueles que vivem ou têm trajetória na rua é o *protagonismo*.

Por tomar as histórias da vida na rua como as principais a serem contadas em suas páginas, o Boca funciona. Funciona, na medida em que os seus integrantes encontram nele um espaço de autoria, de existência, em que podem decidir desde suas regras, a parte mais básica de qualquer projeto, até suas pautas, aquilo que efetivamente vai a público. Nesse horizonte em que se deve ser autor, entendo que a intersubjetividade é o que viabiliza que o jornal se configure como uma agência de letramento, pois, sem ela, não haveria razão para que eles se escrevessem em papel. É senão a partir da figura do outro que eles desenham sua subjetividade; é senão para traçar um diálogo com o outro, mesmo que invisível a seus olhos, que eles se enunciam. E é a partir da apropriação da língua, quando essas pessoas percebem que o seu redor pode ser mostrado e, quem sabe, alterado por se marcarem em um discurso todo seu, que se toma possível lutar por uma sociedade atenta às necessidades de quem normalmente não é visto. Quando o povo da rua se une, uma nova perspectiva se torna possível, já que, armados com pilhas e pilhas de jornais de sua própria autoria, eles mostram a governantes e pessoas comuns as demandas de homens e mulheres que podem até não saber ler ou escrever, mas sabem se colocar de forma muito singular no mundo da escrita.

Este trabalho, portanto, versa sobre letramento, autoria, cidadania e visibilidade social porque fala de intersubjetividade, protagonismo e singularidades. É com base nesses três pontos, transversais ao que acontece no Boca, que universidade e escola, agências de letramento e universos da cultura escrita por excelência de nossa sociedade, podem refletir sobre quais práticas de letramento têm estimulado em seus espaços. Partir da realidade das comunidades é essencial para que haja uma efetiva participação e aprendizado. Se o que acontece no Boca funciona, é porque parte de um contexto bem informado, em que todos os eventos de letramento são pautados a partir daquilo que importa para quem integra aquele projeto. Se o Boca tem algo a dizer a esses espaços escolarizados e institucionalizados, dos quais tanto se diferente, é exatamente isto: cada agência de letramento deve partir da consciência de que todos sabem algo e que esse algo é importante, pois isso sinaliza para seus participantes que suas identidades têm valor. Apesar de geralmente o único tipo de conhecimento a ser valorizado é o que vem da

escola, esse é apenas um tipo de conhecimento, que não dá conta da multiplicidade dos saberes de cada comunidade. É dever, portanto, de escolas, universidades e outras agências de letramento tomar como ponto de partida o saber local para, com base nele, construir novos saberes. O Boca e a EPA são apenas alguns bons exemplos de como isso pode funcionar na prática.



## CAPÍTULO 5

**NAS MARGENS DA VIDA, NOS LIMITES DA LÍNGUA:** de como escrever é existir

*[...] como diz o mestre Paulo Freire, o caminho se faz caminhando. Morador de rua também quer – pode e deve – virar doutor.*

## **5 NAS MARGENS DA VIDA, NOS LIMITES DA LÍNGUA:** de como escrever é existir

Propor um estudo que trata de pessoas que circulam, habitam ou existem na rua é trabalhar em função de promover a tais indivíduos um espaço social e simbólico, assim como vêm fazendo diversas pesquisas acadêmicas, como as que aqui citei. Para além desses discursos, entretanto, o próprio povo da rua já vem reclamando o respeito às suas formas de existência na sociedade, tão legítimas quanto as de quaisquer outros grupos sociais. Assim, tão importante quanto a criação de políticas públicas ou a divulgação de pesquisas acadêmicas, que colocam na roda a temática da rua, é o movimento empreendido pela população de rua, através de seus modos próprios de articulação. O Jornal Boca de Rua é apenas um exemplo entre tantos de inserção política dessa comunidade.

Experiências como o Boca, e até mesmo a EPA, por conta do público que atendem, não costumam ter grande divulgação. Apesar disso, elas apontam para questões que não devem ser desprezadas: são exemplos de como o trabalho sério com homens e mulheres de origem pobre e marginalizada, com baixa escolaridade e de cultura – sobretudo de tradição oral – estigmatizada pode dar certo. Tais espaços, ao invés de tentarem apagar tal identidade, buscam nela a força para subverter a imagem de sociedade grafocêntrica que temos. Fazendo ecoar as vozes das ruas, para daí tornar possível a criação dessa ponte entre a tradição oral e a tradição escrita, o Boca mostra outras formas possíveis de simbolizar o mundo que cerca o povo da rua, por ser um lugar de expressão, um lugar de difusão da cultura da rua.

Assim, embora o objetivo de democratizar a informação esteja no cerne da criação da Alice, podemos ver nela uma pluralidade de objetivos. Longe de isso ser uma falha, a diversidade de funções de um projeto como o Boca abre espaço para o inesperado: quando o foco não é um e apenas um, mas sim a multiplicidade do ser, se propicia a construção de um espaço favorecedor para o desenvolvimento de seus participantes, em termos formativos, cidadãos, educativos, culturais. É nesse processo que se cria uma margem de manobra, com espaço suficiente para delinear com novos traços as fronteiras que delimitam o que é possível a cada indivíduo, esboçando outros caminhos para os quais é possível seguir.

Com isso, não quero dizer que a vida de quem faz parte do Boca é assim tão diferente da dos companheiros de rua que, por desconhecimento ou falta de interesse, decidiram não participar desse projeto. Porém, aqueles que se dispõem a escrever no jornal encontram, a partir de sua participação, a possibilidade de se relacionar com a cultura escrita com um pouco mais de desenvoltura, podendo nela circular de outras maneiras. Essa trajetória é feita, assim, de rupturas – mas não mais daquelas com a família ou o trabalho, mas consigo próprio. É preciso

aceitar isso para se permitir reconhecer a possibilidade de outra identidade surgir, a partir do apagamento de uma identidade anterior, a quem não era autorizada a existência na língua escrita.

O Boca, por conta de tudo isso, é longe de ser uma assistência ou um tratamento: o seu papel é mais vasto, porque tem em vista o plano cultural, educativo e, por conta disso, político. Atacada em sua dignidade e em sua existência, não caberia a essa população um projeto, que, por ser de amparo ou caridade, seria por si só redutor. A regeneração, a reparação, só são possíveis quando se dá a chance a essas pessoas de se aparelharem efetivamente, através da consciência de que a apropriação da cultura escrita é legítima e que uma privação de tal direito aprofunda a marginalização com a qual já sofrem diariamente. Assim, elas não são lá vistas como vagabundas ou viciadas, como um grupo social a quem se quer o extermínio, porque formado por pessoas que excedem aquilo que cabe no que almejamos como sociedade. Lá, elas são ouvidas, tão simplesmente, como seres humanos. Não seres biológicos, a quem é necessário prover só alimento ou moradia; seres *mesmo* humanos, a quem é necessário bens culturais.

E isso tudo só é possível porque a concepção de língua na qual se pauta o Boca não se forma em uma perspectiva utilitarista, de instrução. Lá, os encontros com a cultura escrita favorecem o processo de letramento, a partir do qual os integrantes passam a ter um olhar mais crítico – e até mesmo político, às vezes – frente ao mundo que os cerca. O que enxergo como sendo transversal a protagonismo, autoria, visibilidade social e cidadania, nesse lugar onde eles se envolvem com discursos escritos e que se organizam a partir da escrita, é uma única característica: o falar de si. Suas singularidades saltam aos ouvidos quando os ouvimos falar, pois é de suas experiências, de sua visão de mundo, que é feito o Boca. Entretanto, o Boca não é uma mera roda de conversa ou de apoio – embora lá se possa encontrar amigos para isso. O Boca é uma agência de letramento e funciona como tal porque lá, no galpão da Escola Porto Alegre, se pensa a escrita a partir da intersubjetividade.

A proposta de conceber o letramento a partir da concepção de língua e linguagem difundida pela linguística da enunciação de Émile Benveniste, como vimos no início deste percurso, encontra escopo nos horizontes da Linguística Aplicada. Este trabalho, nesse sentido, se constrói na tentativa de provocar uma dupla contribuição de áreas que, apesar de pouco relacionadas, têm elementos em comum: trazer, de um lado, um diferente aparato teórico para conceber o letramento, baseado fundamentalmente nas noções e implicações de uma linguagem intersubjetiva; e, de outro lado, ao que cabe aos estudos enunciativos, trazer o letramento para dentro das discussões da área, pensando que tratar de língua como prática social é conceber uma língua que possa ser apropriada por seus locutores em vista a empregos sempre situados.

Assim, para a produção deste estudo, reconheci a riqueza que é trabalhar interdisciplinarmente, meio com o qual se tornou possível compreender a complexidade das existências presentes no Boca e, com base nisso, responder às suas demandas tão heterogêneas, que não encontram em apenas um ou outro campo do conhecimento o retorno esperado. Nesse horizonte, acredito que, através da junção aqui proposta, foi possível ter acesso a um outro modo estar na língua e de ser letrado – um modo usualmente negado ou controlado, porque tem como protagonistas indivíduos de quem não se costuma esperar qualquer participação ativa através da língua. Foi senão a partir desse olhar multifacetado que pude demonstrar que as práticas de letramento que compõem o jornal respondem à realidade bastante singular da população em situação de rua e que, se elas se desenham da forma como aqui vimos, é porque nelas está pressuposta uma língua em que é possível a cada um se marcar.

Partir de uma visão de língua na qual o homem está inserido naturalmente não é mero acaso. Quando Benveniste assume que o homem se constitui como sujeito na e pela linguagem, vemos aí concebidas duas dimensões: a linguagem é condição para a existência do homem e funciona, ao mesmo tempo, como um meio para tal construção. É na linguagem que o homem se funda simbolicamente e é se apropriando da língua como locutor que cada um pode se apresentar como sujeito. Essa concepção de língua nos informa, assim, que o homem não poderia se desenhar como tal fora da linguagem; sem ela, teríamos outra coisa, mas certamente não mais o homem. Não é acidental, portanto, que eu tenha escolhido Benveniste para pensar o povo da rua. No Boca, vemos manifesto na prática o quanto a linguagem é condição de existência do homem. Se esse é um princípio norteador para a Linguística benvenistiana, isso é um princípio que funda a possibilidade de reinvenção da vida na rua: os homens e mulheres com quem convivi só passaram a *ser* no mundo porque puderam *ser* na linguagem.

Assim, trabalhar com Benveniste nos possibilita modificar ligeiramente a forma como normalmente se estuda a relação entre homem e linguagem, porque, à diferença de outros autores, se parte do pressuposto que existe aí um vínculo indissociável e existente senão pela intersubjetividade, pois, se a linguagem está na natureza do homem, ela existe sempre em função de outro homem. Em um trabalho como este, que trata sobre os momentos em que pessoas marginalizadas socialmente se engajam, a partir de atos enunciativos sempre singulares, em práticas sociais que envolvem ou pressupõem textos escritos, a noção de uma linguagem intersubjetiva é basilar. Afinal, se, no Boca, passa a ser possível a seus participantes *ser* no mundo da escrita, é porque orientam seus discursos aos outros, quer àqueles que os veem como população excedente, quer àqueles que os veem como parte orgânica da cidade. Por isso, não parece justificado questionar por que uso Benveniste. Mais prudente seria perguntar: por

que não? Suas ideias são norteadoras para pensar não somente uma língua que concebe, em seu sistema linguístico, marcas que possibilitam ao sujeito imprimir a sua presença, mas também uma linguagem na qual cabe (ou mesmo impera) a intersubjetividade do homem. Uma concepção de língua e linguagem como essa tem muito a nos oferecer no âmbito das práticas sociais e de letramento, e este trabalho é apenas um exemplo disso.

Embora Benveniste trate de sociedade e cultura ao tratar da língua, o viés social que paira em suas reflexões é de uma ordem diferente daquela que assumo neste trabalho ao me vincular a questões que são caras ao letramento. Uma e outra, porém, não são necessariamente opostas – tampouco complementares. Uma e outra concepções de social e de sociedade podem ser suficientes para suas próprias teorias, mas cada uma delas põe em foco aspectos diferentes e, juntas, podem se afetar singularmente. É por isso que decidi aqui uni-las: porque acredito que, ligadas, elas conseguem informar melhor a minha prática e, de outro lado, porque acredito que as teorias podem se enriquecer a cada nova leitura. Entendo que os quadros teóricos devem servir para guiar o nosso olhar, sem que com isso se negue a existência de temáticas que, mesmo que não tenham sido tratadas na origem de tais teorias, possam ser vistas a partir de suas perspectivas.

Trabalhar interdisciplinarmente é um desafio ainda maior quando a Antropologia é um dos campos com o qual se quer dialogar. Para este estudo, tal conversa pareceu imperativa desde o princípio, por diversas razões: por partir de uma concepção de língua antropológica, produzida em práticas efetivas; por se construir a partir de uma etnografia, para a qual a interação é um elemento fundamental; por trazer uma das instâncias da população em situação e trajetória de rua, esfera que necessariamente precisa ser analisada em sua imbricação com outros âmbitos de suas vidas. Assumir a importância desse diálogo, todavia, não me isenta da inabilidade de lidar com a perspectiva antropológica, com a qual pouco tive contato durante a minha formação. Se porventura acabei disseminando a minha própria visão, a cultura do pesquisador, e acabei recaindo na banalidade do senso comum, não foi intencional. Ser pesquisador e, mais, ser etnógrafo, se aprende com leituras, mas também na prática.

Este trabalho, enfim, não deve ser entendido como o melhor ou o único modo de compreender a forma como a população de rua se relaciona com a cultura escrita. Ele se inscreve como uma alternativa para entender tais relações, mas deve ser compreendido dentro de uma estrutura maior, em que o meu próprio lugar enquanto pesquisadora foi construído. Longe de pretender esgotar o debate em torno dos letramentos de populações em situação de vulnerabilidade social, o meu objetivo aqui foi assinalar a pluralidade das experiências do povo da rua ao fazer parte do jornal. Como sabemos, são tais experiências, sempre únicas e

intransferíveis, que determinam de que forma cada um se apropria de seu lugar na língua e que apontam para caminhos diferentes pelos quais é possível se inserir no mundo da cultura escrita. Esses caminhos são sinuosos, talvez até mais áridos que aqueles trilhados em salas de aula, porque fogem das estradas já feitas. Mas são caminhos. Caminhos que levam à percepção de que cada um tem a língua toda a seu dispor para se colocar como sujeito, com espírito crítico, com cidadania, singularmente. É desse modo que se pode elaborar uma realidade em que os direitos culturais passem a ser efetivamente exercidos; afinal, sem eles, é vã a luta por uma sociedade mais humana.

Foram a partir dos momentos de partilha com o grupo que percebi que o Boca de Rua, por conta de sua estrutura, de seus espaços de intersubjetividade e de valorização da cultura oral da rua, contribui para o acesso à leitura e à escrita dos jovens e adultos em situação de rua de Porto Alegre. Mesmo que esse não seja o objetivo central do projeto, ele acaba por fomentar a inserção de tais indivíduos no mundo da cultura escrita, no mundo da cultura letrada, na medida em que a escrita é mobilizada para que cada um nela se marque singularmente. Antes de pensar em alfabetização, o que o Boca faz é conduzir seus participantes a uma efetiva apropriação da leitura e da escrita como um bem simbólico e um capital necessário para a luta de seus direitos sociais, culturais e políticos. Como um bem mesmo de existência – pois a língua serve para viver, no final das contas. Por isso, falar de intersubjetividade, de letramento, de cultura, de singularidade e de cidadania, é falar, invariavelmente, de política: se trouxe todas estas palavras escritas aqui, é porque reconheço os direitos da população em situação de rua e escrevo em prol da valorização de seu modo de existir através da língua e na cultura escrita. Ao lado de tantos outros trabalhos interessados em trazer a perspectiva desse povo, este também quer chamar atenção para o que acontece em comunidades marginalizadas, cujas demandas e necessidades se diferem daquelas costumeiramente percebidas e atendidas pelo poder público.

Enfim, a configuração do Boca e os assuntos nele levantados, apesar de terem se mostrado produtivos para esse grupo, não necessariamente podem ser considerados fonte para a tomada de um lugar de autoria, singularidade e cidadania para outras comunidades, para as quais outras discussões podem se mostrar mais significativas. Mesmo assim, a partir dos eventos e das práticas de letramento envolvidos na aprendizagem da escrita do jornal, é possível refletir sobre outros modos possíveis de aprendizagem, longe da formalização institucional da escola. Embora se apresente para um público bem específico, o que acontece dentro do galpão do Boca de Rua pode e deve ser expandido para outros contextos, outros participantes, pois lá o aprendizado é apenas uma consequência do uso de textos para a efetiva ação no mundo. O Boca pode, nesse horizonte, ser exemplo para a própria escola, que, ao escolarizar suas práticas,

acabou por afastá-las da existência social da qual partiram. Assim, o que esta pesquisa faz é dar ênfase não só a um modo de resistência, mas sobretudo a um modo de inclusão. Do povo da rua na cultura escrita; do homem na língua.

Fazer etnografia é ser um pouco fotógrafo, um pouco pintor: na fotografia tirada ou na pintura desenhada, o que cabe é o olhar do artista, a perspectiva daquele que, olhando o todo da cena, não pode fazer mais do que apenas um recorte. Para ir além do que mostra esse fragmento da realidade, há de se ter sensibilidade. Sensibilidade do etnógrafo, que é quem escreve a narrativa e quem pode oferecer os mecanismos para que o leitor tenha um olhar contextualizado. Mas isso não basta. Há de ter sensibilidade também por parte do leitor, que não deve enxergar a comunidade que protagoniza a fotografia ou pintura de forma reduzida ou a partir de preconceitos prévios. Esta talvez seja a qualidade mais importante de uma etnografia: fazer estarem presentes os sujeitos cujos rostos marcam o estudo, apesar de não terem sido eles a focarem a câmera ou a traçarem as linhas com pincel, para que cheguem tão humanamente quanto for possível ao leitor. Dada a impossibilidade de apagar a subjetividade daquele que pesquisa, precisamos entender que tudo aquilo que construímos é resultado de vivências próprias e que cabe a nós, pesquisadores, contextualizar para o leitor tanto quanto para nós mesmos a nossa visão de mundo.

Assim, por conta dessa ausência constitutiva da etnografia, esta narrativa não é, e nunca poderia ser, uma prática ingênua: ela carrega as *minhas* marcas, a *minha* cultura. Nesse horizonte, por muitas vezes me vi presa à incapacidade de lidar e escrever com naturalidade certas coisas que, para os homens e mulheres do Boca, fazem parte do seu dia-a-dia. Como o dinheiro que precisavam juntar para comprar cigarros para um amigo preso. Ou como o caso com a guarda municipal, cujo ataque com arma de choque provocou a dilaceração de uma parte do pé. Ou mesmo da festinha simples do final de semana, mas feita com muito empenho para o aniversário de um ano da primeira neta. Drogas, violência, pobreza – questões que me causam incômodo, mas que a mim sempre foram contadas sem desconforto algum. Entretanto, sei que a cautela com a qual decidi tocar nesses assuntos foi crucial para inscrever as pessoas com que trabalhei no Boca fora de uma visão estereotipada. De mesma forma que não queria reforçar os preconceitos com os quais sei que elas precisam lidar, também não queria trazê-las aqui descaracterizadas, como se tivessem passado por uma limpeza prévia para aqui aparecerem. Como eles mesmo escreveram em uma das edições, fazendo menção a um filme que sairá sobre eles em breve: “Queremos mostrar o real, mesmo. Nem feio, nem bonito. Nem bandidos, nem santinhos. Só nós”. É isso que quis aqui fazer também.

Então, para tentar apagar, tanto quanto fosse possível, os meus traços, foi importante me deixar colonizar. Não falo aqui da alteridade, palavra cujo sentido se perdeu em tantos usos.

Prefiro chamar esse sentimento de afeto: trabalhar com etnografia foi ser constantemente lembrada de que é o *afeto*, mais do que a empatia ou a simpatia, que deve nortear o olhar do pesquisador. Com ele em foco, é sempre constante o desvelar da nossa própria figura para melhor enxergar e entender o outro. Foi dessa forma que consegui me afastar das tipificações que tão veementemente marcam a identidade do povo da rua. Foi tentando imprimir aqui aquilo que meus interlocutores expressaram que fui me apartando de narrativas que nos cercam e que servem para produzir pena e comoção. Essas narrativas certamente não estão a serviço do povo da rua: elas acabam por negá-lo em sua humanidade, dignidade e capacidade, e, de algum modo, perpetuam a posição “tão distinta” daqueles que se dispõem a ajudar essa gente “tão necessitada”.

Talvez resida justamente aí o triunfo desta empreitada: sempre os encarei como pessoas iguais a mim, que se reuniam no Boca em função de seus próprios interesses e que de lá partiam para suas vidas comuns. Questionamentos sobre para onde iriam depois dali, se teriam onde comer ou dormir, nunca fizeram parte do meu repertório, assim como não fazem quando estou com outras pessoas. Não se trata de indiferença, mas simplesmente de perceber que, cada um a seu modo, vive suas dificuldades entre pequenas vitórias e alegrias. Com isso, não quero dizer que igualo nossos problemas ou que naturalizo aquilo por que passam essas pessoas, mas que entendo que nelas cabe mais do que pura infelicidade, pura pobreza, pura violência.

E isso porque o Boca é um lugar genuinamente acolhedor. Nele tudo cabe. Apesar de alguns encontros serem conturbados, com brigas demais, com conversas demais, com dispersões demais, lá é um lugar onde podem igualmente encontrar companheiros para dividir o cigarro, a sinaleira, a morada. Lá a gente encontra muita sinceridade: se estão insatisfeitos, reclamam; se estão ofendidos, retrucam; se estão irritados, levantam e vão embora. E nada disso os impede de voltar – porque lá é acolhedor, afinal. Nesse tempo em que estive no Boca, muitos passaram semanas ou meses sem aparecer e, quando voltaram, foram recebidos como se a vida tivesse ficado em suspenso. Contam seus causos, quer para encontrar apoio, quer para ter uma escuta atenciosa. Desde a guarda do filho até o par de óculos novo, tudo isso é lá uma dor ou uma vitória conjunta, e cabe a nós, colaboradores, acompanharmos isso, oferecendo os ombros e os ouvidos para quem precisar. No final das contas, é mesmo como eles dizem: o Boca é uma família. É um clichê, mas um clichê diferente.

Diferente porque é meu, tão simplesmente. Se este estudo fala da forma como o povo da rua se apropria da língua, ele fala também muito de mim, que amadureci meu olhar de pesquisadora e que encontrei um lugar prazeroso onde fazer minha morada. Aconchega ir ao Boca e ser recebida com beijos, abraços, sorrisos. Ou mesmo com um aceno. Afinal, é tudo

muito sincero: da mesma forma como se levantam e vão embora quando estão brabos, eles atravessam o galpão para cumprimentar quem eles querem bem. E eles querem bem a todos aqueles que não estão lá para se valer de suas vidas errantes para proveito próprio. Simples assim. Que se queira falar sobre eles na universidade tudo bem, desde que sejam abertas outras portas para que eles falem sobre si próprios. Essa reivindicação, se um dia me não pareceu razoável, hoje se desenha para mim como um retorno elementar. Temos muito mais pontos em comum do que supunha quando entrei naquele galpão pela primeira vez.

Enfim. Com todas essas palavras que eu trouxe aqui, espero que apenas uma coisa tenha ficado clara, embora eu não tenha aqui mencionado ela uma única vez: aprendi muito no Boca.

Eles tiveram que forjar para si uma arte de viver em tempos de catástrofe para nascer uma segunda vez e em seguida lutar, com o rosto descoberto, contra o instinto de morte que está ativo em nossa história.

Albert Camus, em discurso do dia 10 de dezembro de 1957. Disponível no site da Fundação Nobel.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Justiça determina que IBGE inclua moradores de rua no censo 2020. *Correio do Povo*, [S.l.], 22 jan. 2019. Geral. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/justi%C3%A7a-determina-que-ibge-inclua-moradores-de-rua-no-censo-2020-1.277682>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ALICE. Agência Livre para a Informação, Cidadania e Educação. Boca no mundo: como trabalha o Boca de Rua. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

ALICE. Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação. Quem somos. *Alice*, [s.d]. Disponível em: <http://www.alice.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ALLES, N. Boca de Rua: representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário. 2010. 229 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ANDRÉ, M. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 2007.

ARAÚJO, A. As implicações da desigualdade na participação política brasileira. In: LIMA, A. et al. (Orgs.). *As desigualdades e suas múltiplas formas de expressão*. Londrina: Eduel, 2013, p. 99-128.

ASSOLINI, F.; TFOUNI, L. Os (des)caminhos da alfabetização, do letramento e da leitura. *Paideia*, FFCLRP-USO, p. 25-34, dez. 1999.

BARTON, D.; HAMILTON, M. Literacy practices. In: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. (Orgs.). *Situated literacies: reading and writing in context*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2000, p. 07-15.

BECHLER, Janaína. Labirintos: mapas invisíveis da cidade. 2004. 95 fls. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BENVENISTE, É. A forma e o sentido na linguagem In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006a, p. 220-242.

BENVENISTE, É. A linguagem e a experiência humana In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006b, p. 68-80.

BENVENISTE, É. A natureza dos pronomes In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes Editores, 2005a, p. 277-283.

BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes Editores, 2005b, p.284-293.

BENVENISTE, É. Esta linguagem que faz história In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006c, p. 29-40.

BENVENISTE, É. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. *In: BENVENISTE, É. Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006d, p. 93-104.

BENVENISTE, É. Estruturalismo e linguística *In: BENVENISTE, É. Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006e, p. 11-28.

BENVENISTE, É. Estrutura das relações de pessoa no verbo. *In: BENVENISTE, É. Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes Editores, 2005c, p. 247-259.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação *In: BENVENISTE, É. Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006f, p. 81-90.

BENVENISTE, É. Semiologia da língua. *In: BENVENISTE, É. Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes Editores, 2006g, p. 43-67.

BENVENISTE, É. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. *In: BENVENISTE, É. Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes Editores, 2005d, p. 19-33.

BOCA DE RUA. “A gente mudou a história”: experiências e olhares do jornal Boca de Rua. *In: SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; SANTOS, S. (Orgs.). População de rua: políticas públicas, práticas e vivências*. Porto Alegre: CirKula, 2017, p. 199-211.

BOCA de Rua. Direção e produção: Alessandra Riete, Carolina Kazue, Cristina Arikawa, Fabrício Teixeira, Liane Rodrigues. São Leopoldo: Projeto experimental em TV – Unisinos, 2011.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. *Decreto Federal n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: DOU, [2009]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 15 jan. 2017.

BRASIL. *Lei n. 11.258, de 30 de dezembro de 2005*. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília: DOU, [2006]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm). Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. *Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília: DOU, [2006]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm). Acesso em: 11 jan. 2019.

BRASIL, 2013. *Lei n. 12.796, de 04 de abril de 2013*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: DOU,

[2013]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm). Acesso em: 18 jan. 2017.

BRASIL. *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua para consulta pública*. Brasília: Governo Federal, 2008.

BRASIL. *Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL. *Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Brasília: DOU, [2016]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BRITTO, L. Educação e política – sobre o conceito de letramento. In: BRITTO, L. *Contra o consenso*. Campinas: Mercado das Letras, 2003a, p. 9-16.

BRITTO, L. Escola, ensino de língua, letramento e conhecimento. *Calidoscópico*, v. 5, n. 1, p. 24-30, jan./abr. 2007.

BRITTO, L. Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação. In: RIBEIRO, V. (Org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, 2003b, p. 47-63.

BUELLER, C. Programa Moradia Primeiro completa um ano e esbarra na escassez de interessados. *Correio do Povo*, [S.l.], 12 maio. 2019. Geral. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/programa-moradia-primeiro-completa-um-ano-e-esbarra-na-escassez-de-interessados-1.338483>. Acesso em: 17 set. 2019.

CAMPOS, R. et al. “A luta é constante”: do Movimento Aquarela da População de Rua ao Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul. In: SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; SANTOS, S. (Orgs.). *População de rua: políticas públicas, práticas e vivências*. Porto Alegre: CirKula, 2017, p. 183-197.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Cadernos CRH*. Salvador, v. 10, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 17-50.

CAVALHEIRO, P. Decisão judicial mantém funcionamento da Escola de Porto Alegre, que atende moradores de rua. *Imprensa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 16 nov. 2018. Disponível em: <http://www1.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?print=true&idNoticia=449875>. Acesso em: 14 jan. 2019.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 17-62.

CONHECENDO a UFRGS: universidade na rua. Direção: Luiz Sperotto, Produção: Jonata Fabris, Nicholas Gheno, Débora Sander. Porto Alegre: UFRGS TV, 2013.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Porto Alegre). Comissão de Ensino Médio, Modalidades e Normas Gerais. Parecer CME/PoA n. 023/2014, de 28 de novembro de 2014. Manifesta-se sobre a cessação das atividades da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre. Disponível em:  
[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu\\_doc/parecer\\_23\\_2014\\_epa.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/parecer_23_2014_epa.pdf).  
 Acesso em: 15 jan. 2019.

CRISTOFOLINI, C. Algumas considerações a respeito do letramento na provinha Brasil. *Working Papers em Linguística*, n.2, p. 25-35, 2010.

DE LUCCA, D. A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ENDRUWEIT, M. A teoria da enunciação e a escrita. *Letras de Hoje*, v. 39, n. 4, p. 89-96, dez. 2004.

ENDRUWEIT, M. Escrita, ensino e singularidade. In: CAMPOS, S.; BARZOTTO, V. (Orgs.). Ensino da leitura e da escrita. Natal: EDUFRN, 2014, p. 111-147.

ENDRUWEIT, M.; NUNES, P. O ensino da escrita visto pela ótica enunciativa: é possível ensinar uma ausência? *Calidoscópico*, v. 11, n. 2, p. 204-213, mai./ago. 2013.  
 EPA. Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre. Projeto Político-Pedagógico. Porto Alegre, 2013.

FASANO, P. Diario de los labirintos del chisme (y sus incomodidades) en un barrio popular. In: SCHUCH, P.; VIEIRA, M.; PETERS, R. *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 129-144.

FASC. *Relatório Final de Pesquisa: Cadastro de Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: FASC, 2012

FASSIN, D. Why ethnography matters: Anthropology and its publics. *Cultural Anthropology*, v. 28, n. 4, p. 621-646, 2013.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, n.13, p. 155-161, 2005.

FLORES, V. As teorias enunciativas e a linguística no Brasil: o lugar de Émile Benveniste. *Antares*, v. 8, n. 15, jan./jun. 2016.

FLORES, V. N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, V. Por que gosto de Benveniste? (Um ensaio sobre a singularidade do homem na língua). *Letras de Hoje*, v. 39, n. 4, p. 217-230, dez. 2004.

FOGLIATTO, D. Justiça garante funcionamento de escola que acolhe alunos em situação de

rua em Porto Alegre. *Sul21*, Porto Alegre, 14 nov. 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/11/justica-garante-funcionamento-de-escola-que-acolhe-alunos-em-situacao-de-rua-em-porto-alegre/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

FOLHA ONLINE. TJ aceita denúncia ligada a massacre de moradores de rua de SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 dez. 2006. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u129516.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2019.

FONSECA, C. “Lá” onde, cara pálida? Pensando as glórias e os limites do “campo” etnográfico. In: BRITES, J.; MOTTA, F. (Orgs.). *Etnografia, o espírito da Antropologia: tecendo linhagens, homenagem a Claudia Fonseca*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017, p. 438-464.

FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: SCHUCH, P.; VIEIRA, M.; PETERS, R. *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010, p. 205-227.

FONSECA, C. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, jan./fev./mar./abr. 1999.

FURTADO, C. Políticas públicas e direitos humanos: o histórico de inserção da população em situação de rua no disque direitos humanos. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GARCEZ, P.; BULLA, G.; LODER, L. Práticas de pesquisa microetnográfica: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais com procedimentos analíticos plenos. *D.E.L.T.A.*, v. 30, n. 2, 2014, p. 257-288.

GARCEZ, P.; SCHULZ, L. Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. *Delta*, 31-especial, p. 1-34, 2015.

GEHLEN, I. et al. Dinâmicas, estratégias e mundo da população em situação de rua de Porto Alegre. In: SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; SANTOS, S. (Orgs.). *População de rua: políticas públicas, práticas e vivências*. Porto Alegre: CirKula, 2017, p. 17-43.

GEERTZ, C. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 85 - 2017.

GEERTZ, C. Paisagem e acidente: uma vida de aprendizagem. In: GEERTZ, C. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 15-29.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2013, p. 3-21.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GOLDMAN, M. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 149-153, 2005.

GOLDMAN, M. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. *Ponto Urbe*, v. 3, 2008, p. 1-11.

GONÇALVES, A. A experiência educacional da administração popular em Porto Alegre/RS (1989-2004) na perspectiva de seus secretários municipais de educação. 2013. 420 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GRAFF, H. *The literacy myth: literacy and social structure in the 19th century*. Nova Iorque: Academic Press, 1979.

GRIGOLETTO, M. Lições do modelo: a escrita que engessa e a que mobiliza. In: RIOLFI, C.; BARZOTTO, V. (Orgs.). *O inferno da escrita: produção escrita e psicanálise*. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 91-105.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. ‘The field’ as site, method, and location in anthropology. In: GUPTA, A.; FERGUSON, J. *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press, 1997.

HEATH, S. Protean shapes in literacy events: ever-shifting oral and literate traditions. In: TANNEN, D. (Ed.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. Norwood: Ablex, 1982, p. 91-117.

HEBMÜLLER, P. Dez agostos impunes. *Brasil de Fato*, São Paulo, 17 set. 2014. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/29864/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores sociais municipais* – Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017*. 2017a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/10070/64506?tipo=ranking&indicador=63311>. Acesso em: 09 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf). Acesso em 06 fev. 2019.

INTEGRANTES E COLABORADORES. “A gente mudou a história”: experiências e olhares do Jornal Boca de Rua. In: SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; SANTOS, S. (Orgs.). *População de rua: políticas públicas, práticas e vivências*. Porto Alegre: CirKula, 2017, p. 199-211.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: Alice, ano I, n. 0, dez. 2000.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: Alice, ano XIV, n. 56, jul./ago./set. 2015.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: Alice, ano XIV, n. 59, abr./maio/jun. 2016.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: Alice, ano XVI, n. 64, jul./ago./set. 2017a.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: Alice, ano XVI, n. 65, out./nov./dez. 2017b.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: Alice, ano XVII, n. 66, jan./fev./mar. 2018a.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: Alice, ano XVII, n. 68, jul./ago./set. 2018b.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: Alice, ano XVIII, n. 70, jan./fev./mar. 2019a.

JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: Alice, ano XVIII, n. 72, jul./ago./set. 2019b.

JORNAL BOCA DE RUA. Regras de convivência. Não publicado.

JUCHEM, A. Enunciação na linguagem: a noção de relação e suas implicações para o ensino. *Letrônica*, v. 6, n. 2, p. 445-470, jul./dez. 2013.

JUCHEM, A. Saussure, Benveniste e o objeto da Linguística. *Cadernos do IL*, n. 36, jun. 2008.

JUNG, N. Identidades sociais na escola: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilíngue. 2003. 309 fls. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

KLEIMAN, A. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. *Signo*, v. 32, n. 53, p. 1-25, dez. 2007.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2008a, p. 15-61.

KLEIMAN, A. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. *Linguagem em (dis)curso*, v. 8, p. 519-541, 2008b.

KLEIMAN, A. *Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?* Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.

LEITE, P. Na luta com os peregrinos: uma etnografia experimental com a população em situação de rua de Porto Alegre. 2016. 93 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LEMÕES, T. De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos. 2017. 298 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução: História e etnologia. In: LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 13-40.

MAGNI, C. et al. Crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre. In: GEHLEN, I.; SILVA, M.; SANTOS, S. (Orgs.). *Diversidade e proteção social: estudos quantitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. Porto Alegre: Century, 2008a, p. 71-92.

MAGNI, C. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MARCUSCHI, L. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010.

MATENCIO, M. Estudos do letramento e formação de professores: retomadas, deslocamentos e impactos. *Calidoscópico*, v. 7, n. 1, p. 5-10, jan./abr. 2009.

MATTOS, R.; FERREIRA, R. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 47-58, maio/ago. 2004.

MEC. Ministério da Educação. Programa Escola Aberta. Apresentação. In: Portal MEC, s.d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16739-programa-escola-aberta>. Acesso em: 14 jan. 2019.

MELO, T. Apontamentos sobre a trajetória de formação e organização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR): desafios identitários e políticos. In: JORNADA DOS ALUNOS DO PPGA – UFF, 7., 2013, Niterói. *Anais...* Disponível em: <https://jornadappga2013.files.wordpress.com/2013/06/melo-tomas.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2019.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Carta de Brasília. Brasília, 2001.

MONTEIRO, A. STJ nega recurso para levar a júri acusados pelo massacre da Sé. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 mar. 2012. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/03/1062365-stj-nega-recurso-para-levar-a-juri-acusados-pelo-massacre-da-se.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2019.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. *Conhecer para lutar: cartilha para formação política*. Brasília, 2010.

NATALINO, M. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Texto para discussão 2246 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2016.

NORMAND, C. Émile Benveniste: qual semântica. In: NORMAND, C. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 89-104.

NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. *In: OLIVEIRA, S.; PARLATO, E.; RABELLO, S. (Orgs.). O falar da linguagem.* São Paulo: Lovise, 1996, p.129-152.

NORMAND, C. Saussure-Benveniste. *In: GIACOMELLI, Karina; PIRES, Vera Lúcia (Orgs.). Émile Benveniste: Interfaces, enunciação & discursos.* Santa Maria, RS: PPGL Editores, 2006, p. 13-21.

NÓS da rua. Direção: Argemiro de Almeida. Produção: Novo Olhar Multimídia. São Paulo: MNPR, 2011.

OLIVEIRA, J. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia. *Cadernos do LEME*, v. 1, n. 1, p.2-27, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, L. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. *In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Orgs.). Ética e regulamentação na pesquisa antropológica.* Brasília: LetrasLivres : Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 25-38.

OLIVEIRA, L. Pesquisa em versus pesquisas com seres humanos. *In: VÍCTORA, C. et al. (Orgs.). Antropologia e ética. O debate atual no Brasil.* Niterói: EdUFF, 2004a, p. 33-44.

OLIVEIRA, R. O mal-estar da ética na antropologia prática. *In: VÍCTORA, C. et al. (Orgs.). Antropologia e ética. O debate atual no Brasil.* Niterói: EdUFF, 2004b, p. 21-32.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração universal dos direitos humanos.* Rio de Janeiro: UNIC RIO, 2009.

PALOMBINI, L. Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS – Brasil. 2015. 182 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PERUZZO, C. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. *Comun. Inf.*, v. 2, n. 2, p. 205-22, jul./dez. 1999.

PETERS, R. Fragmentos de diários – estratégias narrativas, retóricas, éticas e políticas para se in/escrever o fazer etnográfico. *In: SCHUCH, P.; VIEIRA, M.; PETERS, R. Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010, p. 125-127.

PETIT, M. *A arte de ler ou como resistir à adversidade.* São Paulo: Editora 34, 2010.

PETIT, M. *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público.* São Paulo: Editora 34, 2013.

PIZZATO, R. A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. *In: DORNELLES, A.; OBST, J.; SILVA, M. A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre.* Belo Horizonte:

Didática Editora do Brasil, 2012, p. 69-86.

READMETRO. Leitor fala. *Jornal Metro*, 31 jul. 2018. Disponível em: <https://www.readmetro.com/pt/brazil/portoalegre/20180731/2/#book/11>. Acesso em: 02 nov. 2019.

REDAÇÃO. Ninguém foi julgado pelo “massacre da Sé”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 maio 2010. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1205201004.htm>. Acesso em: 31 jan. 2019.

REDARD, G. Émile Benveniste (1902-1976). In: BENVENISTE, E. *Últimas aulas no Collège de France* (1968 e 1969). São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 199-233.

ROJO, R. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROSA, C. *Vidas de rua, destino de muitos*. São Paulo: Hucitec/Rede Rua, 2005.

SANTOS, K. Gestão escolar: especificidades da gestão de uma escola transversalizada pela cultura de rua. 2018a. 95 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, N. O Movimento Nacional da População de Rua/núcleo Londrina: uma trajetória de luta. 2012. 117 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SANTOS, R. O acolhimento da população em situação de rua: a experiência do núcleo de trabalho educativo da EPA. 2018b. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCHUCH, P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, C.; MACHADO, H. (Orgs.). *Ciência, identificação e tecnologias de Governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015, p. 121-145.

SCHUCH, P. Aproximações com as pessoas em situação de rua. In: *Relatório I de pesquisa: cadastro de adultos em situação de rua e estudo do mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre, UFRGS/LABORS, 2007 (mimeo.).

SCHUCH, P. et al. População adulta em situação de rua em Porto Alegre: especificidades socio-antropológicas. In: GEHLEN, I.; SILVA, M.; SANTOS, S. (Orgs.). *Diversidade e proteção social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. Porto Alegre: Century, 2008a, p. 31-70.

SCHUCH, P. et al. “População em situação de rua”: conceitos e perspectivas fundamentais. In: GEHLEN, I.; SILVA, M.; SANTOS, S. (Orgs.). *Diversidade e proteção social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. Porto Alegre: Century, 2008b, p. 13-30.

- SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A “situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. *In: DORNELLES, A.; OBST, J.; SILVA, M. A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre.* Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, p. 11-25.
- SIMÕES, L. *et al. Leitura e autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatura.* Erechim: Edelbra, 2012. – (Entre Nós – Anos finais do ensino fundamental).
- SOARES, M. Alfabetização e cidadania. *In: SOARES, M. Alfabetização e letramento.* São Paulo: Contexto, 2014, p. 55-60.
- SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. GT Alfabetização, Leitura e Escrita – 26ª Reunião Anual da ANPEd. Poços de Caldas, MG, 5 a 8 de outubro de 2003.
- SOARES, M. Letramento e escolarização. *In: RIBEIRO, V. (Org.). Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001.* São Paulo: Global, 2003, p.89-113.
- SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros.* São Paulo: Autêntica, 1999.
- SPOSATI, A. *A vida urbana e a gestão da pobreza.* São Paulo: Cortez, 1988.
- SPRADLEY, J. *The ethnographic interview.* New York: Prentice Hall, 1979.
- STREET, B. Introduction: the new literacy studies. *In: STREET, B. (Ed.). Cross-cultural approaches to literacy.* Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 1-21.
- STREET, B. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação.* São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- STREET, B. *Literacy in theory and practice.* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- STREET, B. Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil. *Cad. Cedes*, v. 33, n. 89, p. 51-71, jan.-abr. 2013
- STREET, B. What's "new" in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *Current issues in comparative education*, v. 5, n. 2, p. 77-91, 2003.
- SZUNDY, P. A base nacional comum curricular: implicações para a formação de professores/as de línguas(gens). *In: MATEUS, E.; TONELLI, J. R. A. (Orgs.). Diálogos (im)pertinentes entre formação de professores e aprendizagem de línguas.* São Paulo: Blucher, 2017, p. 77-98.
- TEIXEIRA, M.; MESSA, R. Émile Benveniste: uma semântica do homem que fala. *Estudos da Língua (gem)*, v. 13, n. 1, p. 97-116, jun. 2015.
- TELLES, V. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 2, p. 37-45, 1990.

TELLES, V. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

TERZI, S. Afinal, para quê ensinar a língua escrita. *Revista da FAGED*, n.7, p. 227-241, 2003.

TFOUNI, L.; PEREIRA, A.; MONTE-SERRAT, D. A oralidade como resistência no discurso de analfabetos brasileiros. *Antares*, n. 9, n. 17, p. 189-205, jan./jun. 2017.

TFOUNI, L. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório final da pesquisa: Cadastro de Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: UFRGS/LABORS, 2007-2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório final: Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS. Porto Alegre: UFRGS/LABORS, 2016.

VARANDA, W.; ADORNO, R. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e sociedade*, v. 13, n. 1, p. 56-69, jan./abr. 2004.

VIEIRA, M.; BEZERRA, E.; ROSA, C. (Orgs.). *População de rua: quem é, como vive e como é vista*. São Paulo: Hucitec, 1992.

VIRGÍNIO, A. et al. População em situação de rua e imaginário escolar: memórias da antieducação. In: SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; SANTOS, S. (Orgs.). *População de rua: políticas públicas, práticas e vivências*. Porto Alegre: CirKula, 2017, p. 229-259.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ZALUAR. Quando a rua não tem casa. São Paulo, jun. 1992 (texto apresentado no I Seminário Nacional sobre População de Rua).

## **APÊNDICE**

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(COLETIVO)**

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

O documento que estou lendo é chamado de “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE), e nele há explicações sobre o estudo para o qual o grupo Boca de Rua está sendo convidado a participar. Vocês deverão decidir se o grupo deseja participar (de livre e espontânea vontade) desta pesquisa, mas, antes, vocês deverão ouvir e compreender todo o conteúdo deste Termo. Ao final, será pedido que vocês declarem oralmente a sua escolha de participar ou não desta pesquisa, sendo garantida a vocês uma cópia da gravação deste Termo e uma cópia impressa deste documento. Antes de declararem a escolha, façam perguntas sobre tudo o que não tiverem entendido bem. A responsável por esta pesquisa responderá às perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Dito isso, o coletivo Boca de Rua está sendo convidado a participar da pesquisa **“VOZES DE UMA GENTE INVISÍVEL: O JORNAL BOCA DE RUA COMO PROMOTOR DO LETRAMENTO, DA AUTORIA, DA CIDADANIA E DA VISIBILIDADE SOCIAL”**, desenvolvido por mim, Renata Blessmann Ferreira, aluna da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e sob coordenação da professora Magali Lopes Endruweit, que trabalha na mesma Universidade.

Esta pesquisa foi pensada por conta da importância do Jornal Boca de Rua para os participantes que trabalham nesse Projeto, pelo espaço que é dado aos moradores de rua para trazerem a sua visão de mundo e as suas opiniões. Por conta disso, se pretende, nesta pesquisa, analisar como o Jornal Boca de Rua funciona como uma instituição onde os participantes se envolvem em atividades que usam ou pressupõem a língua escrita, analisando como acontecem as reuniões e os encontros para a produção das pautas das matérias.

Para realizar esta pesquisa, está prevista a participação da pesquisadora em reuniões do Boca de Rua como apoiadora do grupo e a sua colaboração na produção das matérias para o jornal. Nesses momentos, além de observação e participação, estão previstas gravações em áudio e fotografias das reuniões, assim como anotações em diário sobre o que está acontecendo e o que está sendo discutido pelo coletivo.

O coletivo vai estar livre para desistir de participar desta pesquisa a qualquer momento,

ou seja, mesmo que vocês concordem em participar agora desta pesquisa, o grupo está livre para voltar atrás em sua decisão. A recusa, desistência ou suspensão da participação do coletivo na pesquisa não vai trazer prejuízo ou penalidade nem aos participantes nem ao grupo. Para participar deste estudo, o coletivo não vai ter nenhuma despesa, nem vai receber pagamento pela colaboração.

Esta pesquisa envolve alguns riscos mínimos ao coletivo, como desconforto dos integrantes durante a sua participação nas atividades e nas discussões do Boca de Rua ao saber que estão sendo observados e gravados pela pesquisadora. Para diminuir as chances de esse desconforto acontecer, a pesquisadora se compromete a não fazer nenhum tipo de avaliação dos comportamentos e das opiniões expressas pelos participantes, buscando estimular os integrantes a agirem a seu modo, trazendo as experiências e vivências próprias de cada um.

Se o coletivo aceitar participar desta pesquisa, vai contribuir com a produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, principalmente no que se refere a questões sobre a relação dessa população com a escrita e com aquilo que acontece a partir da escrita.

Os dados gerados neste estudo vão ser utilizados apenas para os propósitos desta pesquisa e somente pelas pesquisadoras envolvidas no projeto, sendo mantidos em arquivo físico e/ou digital sob a guarda da pesquisadora por um período de cinco anos após o término da pesquisa. A pesquisadora se compromete a não divulgar o nome e/ou apelido dos integrantes do grupo, protegendo, assim, a identidade dos envolvidos. Os resultados desta pesquisa serão divulgados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, podendo ser utilizados posteriormente para fins de estudo, em publicações científicas, apresentações públicas acadêmicas e salas de aula. Além disso, a pesquisadora se compromete a dar um retorno constante ao grupo sobre o que está produzindo e o que foi produzido com este estudo.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Comitê de Ética em Pesquisa é formado por diversos professores que trabalham na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e sua função é proteger os interesses, a integridade e a dignidade dos participantes das pesquisas. Vocês podem esclarecer suas dúvidas em relação aos direitos do participante da pesquisa entrando em contato com a Pró-Reitoria de Pesquisa, pelo telefone +55 51 3308 3738 ou pelo e-mail [etica@propesq.ufrgs.br](mailto:etica@propesq.ufrgs.br). Para as dúvidas sobre este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, vocês podem entrar em contato comigo, pelo telefone +55 51 XXXXXXXXXX ou pelo e-mail [xxxxxx@gmail.com](mailto:xxxxxx@gmail.com), ou com a coordenadora desta pesquisa, professora Magali, pelo e-mail [xxxxxx@gmail.com](mailto:xxxxxx@gmail.com).

Vocês declaram que o coletivo Boca de Rua concorda em participar desta pesquisa,

estando o grupo ciente de que poderá desistir a qualquer momento de participar do estudo, sem sofrer qualquer penalidade ou constrangimento?